

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Daniella Lisieux de Oliveira Navarro

**“A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA”:
memórias e discursos no jornal “Estado de Minas”**

Juiz de Fora
2015

Daniella Lisieux de Oliveira Navarro

**“A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA”:
memórias e discursos no jornal “Estado de Minas”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, linha de pesquisa Comunicação e Identidades, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Christina Ferraz Musse.

Co-orientador: Prof. Dr. Wedencley Alves Santana.

Juiz de Fora
2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira Navarro, Daniella Lisieux.

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA : Memórias e discursos no jornal Estado de Minas / Daniella Lisieux Oliveira Navarro. -- 2015.

147 p. : il.

Orientadora: Christina Ferraz Musse

Coorientador: Wedencley Alves Santana

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2015.

1. Comunicação. 2. Jornalismo impresso. 3. Análise do discurso. 4. Memória. 5. Ditadura Militar no Brasil. I. Ferraz Musse, Christina, orient. II. Alves Santana, Wedencley, coorient. III. Título.

Daniella Lisieux de Oliveira Navarro

**“A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA”:
memórias e discursos no jornal Estado de Minas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, linha de pesquisa Comunicação e Identidades, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Aprovada em _____ de _____ de 2015, pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof^a. Dra. Christina Ferraz Musse – Orientadora

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana – Co-orientador

Prof. Marco Antônio Roxo da Silva – Convidado

Prof. Claudia de Albuquerque Thome – Convidada

Conceito obtido: _____

Juiz de Fora
2015

Dedico este trabalho ao meu pai, João Bosco de Oliveira. Como professor de História, mudou o mundo de centenas de jovens que passaram pelas suas aulas na rede pública de ensino; como pai, despertou em mim, desde cedo, o senso crítico e analítico sobre o que nos contam sobre o nosso passado.

Também dedico este trabalho a todas as pessoas, que de alguma forma, trabalharam pelo resgate da memória e história da ditadura no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas passaram por mim durante a caminhada do Mestrado e todas elas, de alguma forma, deixaram um pouco de si e levaram um pouco de mim. Vou tentar agradecer aqui a todas que se fizeram mais presentes. Caso eu deixe de citar algum nome, peço desculpas.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao nosso grande, infinito e misericordioso Deus pela oportunidade de crescimento. Esta passagem pela Terra será, com certeza, uma grande evolução para meu espírito, moral e intelectualmente graças ao Seu amor e bondade.

À minha mãe, Maria das Graças, que desde cedo me ensinou o valor do estudo e do trabalho. Mamãe, seus conselhos sempre me acompanham e esse título, que estou prestes a receber, é resultado de um deles: “Minha filha, a única coisa que ninguém pode tirar de você é o conhecimento. Estude! Estude como sua mãe não teve oportunidade de estudar”.

Ao meu irmão, meu exemplo, meu amigo e meu companheiro. A palavra irmão define bem a nossa relação, pois você, Douglas, foi a pessoa com quem eu sempre pude contar, nos melhores e piores momentos. Obrigada por se fazer tão presente em minha vida e me servir como exemplo na carreira docente!

Ao meu marido, Daniel, que me acompanhou nesta jornada desde quando ela era apenas uma ideia longínqua. Obrigada pelo amor, pela paciência e por suportar a minha ausência em vários momentos em que fui solicitada durante estes dois anos. Sem você este caminho teria sido bem mais pedregoso!

Aos meus parentes, avós, tios e primos, pelo apoio e compreensão. Suas orações e pensamentos positivos me trouxeram até aqui.

Também preciso agradecer à minha querida orientadora Christina Musse por ter me aceitado como orientanda e me guiado durante este período. Mais do que uma professora, você é uma Mãe Acadêmica e tem o poder de enxergar nos seus orientandos não só simples aspirantes a pesquisadores, mas sim pessoas que estão crescendo pessoal e intelectualmente. Muito obrigada!

Ao meu amigo e co-orientador Weden Alves. Você Weden, me fez enxergar a pesquisa acadêmica com outros olhos e despertou meu interesse pela AD. Sua bondade cativa a todos que passam por você, e sua maneira de ensinar é admirável. Obrigada por ter tanta paciência para me ensinar e ser um professor tão dedicado!

Aos meus colegas de Mestrado que sempre foram amigos e colaborativos. Nossa turma foi, sem dúvida, uma das melhores que já passaram pelo PPGCom. Em especial, gostaria de agradecer à Rafaella Prata pela parceria nas publicações; Flávia Cadinelli e Roberta Braga pela amizade e ombro amigo; ao Rafael Pereira, pelo companheirismo desde a graduação; ao Vitor Resende pelas conversas (quase) sempre enriquecedoras (risos); à Carmen Calheiros, que sempre deixou um ensinamento em nossas conversas despreziosas; e aos queridos Cícero Vilela e Stéphanie Lyanie pelos reforços e “prontos socorros” com a AD. Também gostaria de agradecer, aqui, às veteranas de Mestrado Haydeè Sant’Ana e Raruzza Schiavi pelos conselhos amigos.

Ao corpo técnico e docente do PPGCom, pelos conhecimentos transmitidos sempre de forma solícita. Em especial à Profa. Iluska Coutinho pelas contribuições dadas na minha banca de qualificação; à secretária Ana, pela boa vontade para resolver problemas administrativos e pela amizade, pois sempre esteve disposta a dar um bom conselho; e à secretária Gabriella pela boa vontade e solicitude em todos momentos que precisei.

Agradeço aos colegas dos grupos de pesquisa em Comunicação, Cidade, Memória e Cultura e em Comunicação e Saúde pela troca de experiências e enriquecimento como pesquisadora.

As minhas amadas amigas (e madrinhas) Gabriella Praça e Patrícia Rossini também não poderiam deixar de serem incluídas nestes agradecimentos. Mesmo de longe, vocês tiveram grande participação no meu Mestrado!

Já que estou falando de madrinhas, as Dindas mais metidas deste mundo me ajudaram muito e sempre estarão no meu coração! Stael Marques e Letícia Ponzo, muito obrigada!

Também gostaria de registrar aqui meu agradecimento à Universidade Federal de Juiz de Fora, especificamente à Pró-Reitoria de Recursos Humanos, pelo empenho dispensado à qualificação de seus servidores. Graças à bolsa PROQUALI pude comprar livros, realizar pesquisas de campo e participar de congressos. Ao ex-Pró-Reitor de Pós-Graduação, Prof. Fernando Monteiro Aarestrup que, como meu chefe imediato, me incentivou e não mediu esforços para me ajudar a concluir esta etapa. Ao meu atual chefe, Prof. Henrique Duque de Miranda Chaves Filho, pelo apoio e incentivo constantes. Agradeço a todos os meus colegas de trabalho pelas palavras de força e estímulo, em especial ao Élcio Ignácio e Ana Paula César que se fizeram grandes amigos.

Uma etapa que termina e outra que começa. Sem as pessoas que citei aqui, esta caminhada teria sido impossível. Muito obrigada a todos e todas!

“Nunca percas a esperança.

Haja o que houver, permanece confiando.

Se tudo estiver contra, e o insucesso te ameaçar com o desespero, ainda aí espera a divina ajuda. Somente nos acontece o que será de melhor para nós.

A lei de Deus é de amor. E o amor tudo pode, tudo faz.

Quando pensares que o socorro não te chegará em tempo, se continuares esperando, descobrirás, alegre, que ele te alcançou minutos antes do desastre.

Quem se desespera já perdeu parte da luta que irá travar, avançando prejudicado”.

(Livro “Vida Feliz”, psicografado por Divaldo Franco, pelo espírito de Joanna de Ângelis)

RESUMO

Em junho de 2012 o jornal “Estado de Minas” iniciou a publicação da série de reportagens que deu origem a esta pesquisa. “A tortura de Estela contada por Dilma” foi publicada durante nove dias por este jornal e resgatou a memória da tortura em Minas Gerais. Além disso, a série revelou a existência de tais práticas na cidade de Juiz de Fora, fato nunca antes revelado oficialmente. Buscou-se, neste trabalho, compreender, por meio da Análise do Discurso Pecheutiana, como a imprensa discursa sobre a ditadura militar e como a rememoração deste período em Juiz de Fora reconstrói significados na memória do leitor. Detectou-se que há uma reafirmação do compromisso do jornalismo com a revelação de fatos ocultos da história do país por meio do resgate da memória. Além disso, verificou-se que há uma radicalização no discurso bem *versus* mal, onde a militância ativa contra a ditadura é retratada como totalmente boa, enquanto os militares aparecem como figuras exclusivamente más. Como a série apresenta como personagem principal a figura política de Dilma Rousseff, também foi possível detectar a existência de um olhar positivo do sujeito do discurso sobre a atual presidente do país, uma vez que ele entende que uma boa militante poderá ser uma boa governante. Por fim, evidenciou-se a dificuldade de se resgatar a memória do país por meio de depoimentos de sobreviventes, uma vez que a rememoração provoca o revivamento das dores do passado e, muitas vezes, aquelas pessoas que poderiam contribuir para o resgate de determinados períodos preferem não se sujeitar a certas emoções. Dessa forma, observou-se que o jornalismo, manifesto pelo gênero reportagem, é capaz de levar as memórias do país até os leitores de forma leve e, ao mesmo tempo, profunda. Temas não antes discutidos são apresentados aos leitores e conduzem à reflexão acerca do passado do país. Além disso, quando o jornalismo revela fatos não publicados por meios oficiais, ele instiga a abertura de discussões sobre determinados temas, seja por meio da repercussão em outras mídias, seja no cenário político.

Palavras-chave: Comunicação; Jornalismo impresso; Análise do Discurso; Memória; Ditadura militar do Brasil.

ABSTRACT

“Estado de Minas” started publishing series of articles which gave rise to this research. “A tortura de Estela contada por Dilma” has been published for nine days by this newspaper and rescued the memory of torture in Minas Gerais. In addition, the series revealed the existence of such practices in the city of Juiz de Fora, a fact never before officially revealed. In this work, the author tried to understand, through Pecheutiana’s Analysis of Discourse, as the press talks about the military dictatorship and how the recollection of this period in Juiz de Fora reconstructs meanings in the reader's memory. It turned out that there is a reaffirmation of journalism's commitment to the revelation of hidden facts of the history of the country through the recovery of memory. In addition, it was found that there is a radicalization in discourse good versus evil, where the active militancy against the dictatorship is portrayed as totally good, while the military appear as exclusively bad figures. As series has as main character the political figure of Dilma Rousseff, was also possible to detect the existence of a positive look of the subject of the discourse on the current president, since he believes that a good militant can be a good ruler. Finally, evidence of the difficulty to rescue the country's memory through testimonies of survivors, since the recall causes the revival of past pains and often those people who could contribute to the rescue of certain periods prefer not to be subject to certain emotions. Thus, it was observed that journalism, manifested by the genre entry, is able to take up the memories of the country readers in a light way and, at the same time, deep. Topics, that was not discussed before, are presented to readers and lead to reflection on the past of the country. In addition, when the journalism reveals facts not published by the official media, he instigates the opening of discussions on specific topics, either by impact in other media, whether on the political scene.

Keywords: Communication; Print journalism; Discourse Analysis; Memory; Military Dictatorship in Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AD	- Análise do Discurso
ANJ	- Associação Nacional dos Jornais
CPDOC	- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CNV	- Comissão Nacional da Verdade
CONEDH-MG	- Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais
CEIVT	- Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura
FP	- Famílias Parafrásticas
FD	- Formações Discursivas
FI	- Formações Ideológicas
IBRAM	- Instituto Brasileiro de Museus
PNM	- Política Nacional de Museus
RS	- Rio Grande do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quantidade de museus registrados por ano no Brasil.....	39
Figura 2 – Cabeçalho apresentado em todas as reportagens da série “A tortura de Estela contada por Dilma”.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação de frequências de Famílias Parafrásticas por data de publicação nas reportagens da série “A tortura de Estela contada por Dilma”, do jornal “Estado de Minas”.....	50
Tabela 2 – FD detectadas a partir da análise das Famílias Parafrásticas das reportagens da série “A tortura de Estela contada por Dilma”, do jornal “Estado de Minas”.....	52
Tabela 3 – FI identificadas a partir da análise das FD presentes nas reportagens da série “A tortura de Estela contada por Dilma”, do jornal “Estado de Minas”.....	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A MEMÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE	17
2.1 Memória Social	17
2.2 Silêncio e esquecimento	20
2.3 Quando a memória é resgatada pela imprensa.....	23
2.4 O depoimento como instrumento da memória.....	25
3 QUANDO A MEMÓRIA PASSA A SER UM VALOR-NOTÍCIA	29
3.1 Os gêneros jornalísticos e suas formas de informar: notícia e reportagem	30
3.2 O valor-notícia na reportagem	32
3.3 A Memória como valor-notícia em destaque.....	38
4 “ ‘ESTADO DE MINAS’: O GRANDE JORNAL DOS MINEIROS”	42
4.1 História do “Estado de Minas”.....	42
4.2 A Análise do Discurso como instrumento de estudo da Memória na imprensa	45
4.2.1 Bases teóricas desta metodologia	45
4.3 Análise qualitativa da série	56
4.3.1 “Estado de Minas”, 17 de junho de 2012.....	56
4.3.2 “Estado de Minas”, 18 de junho de 2012.....	64
4.3.3 “Estado de Minas”, 19 de junho de 2012.....	67
4.3.4 “Estado de Minas”, 20 de junho de 2012.....	71
4.3.5 “Estado de Minas”, 21 de junho de 2012.....	73
4.3.6 “Estado de Minas”, 22 de junho de 2012.....	75
4.3.7 “Estado de Minas”, 23 de junho de 2012.....	78
4.3.8 “Estado de Minas”, 24 de junho de 2012.....	81
4.3.9 “Estado de Minas”, 25 de junho de 2012.....	84
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	94
Apêndice A – Tabela apresentando o número de museus registrados no Brasil, segundo período/ano e meio de divulgação dos dados.....	95
Apêndice B – Roteiro de entrevista estruturada realizada com Robson Sávio, antigo integrante do CEIVT e coordenador do CONEDH-MG	96

Apêndice C – Roteiro de entrevista semiestruturada realizada com Sandra Kiefer, jornalista do “Estado de Minas”	98
ANEXOS	108
Anexo A – Série “A tortura de Estela contada por Dilma”	109

1 INTRODUÇÃO

Quando o projeto desta pesquisa ainda não existia, em 2011, esta jornalista deu início a uma investigação a fim de resgatar a memória da imprensa durante a ditadura militar em Juiz de Fora. Muitas idas ao Arquivo Histórico e ao Setor de Memória da Biblioteca Municipal renderam vários questionamentos, respostas e alguns artigos nos quais são expostas breves considerações sobre o tema.

Durante essas pesquisas, constatou-se o quanto a imprensa hegemônica relatou o golpe militar, apresentando-o como a solução contra a ameaça comunista que, para eles, estava travestida pelas Reformas de Base do presidente João Goulart. Foi visto que, dias após o fatídico 31 de março, a imprensa local iniciou uma campanha a favor da indicação do general Mourão Filho à presidência da Petrobras, mas que não passou de um furor local. Assistiu-se à gradual queda do número de páginas dedicadas à política no jornal “Diário Mercantil” e à classificação de qualquer criminoso como “subversivo” pelo discurso jornalístico. Notou-se, enfim, que a imprensa local mudou sua maneira de fazer jornalismo.

Diante de todas essas constatações, chegou-se ao questionamento que traz os anos de chumbo para o presente, por meio da memória: e hoje, como a imprensa discursa sobre a ditadura? Como este período da história do país é tratado por um determinado jornal impresso? A rememoração da ditadura militar em Juiz de Fora reconstrói significados na memória do leitor? Coincidentemente, durante esse período de reflexão, o jornal “Estado de Minas” divulgou a série de reportagens intitulada “A tortura de Estela contada por Dilma”. Exatamente a materialidade necessária para a realização de uma análise discursiva. Nove edições, 38 páginas no total, com conteúdo que rememora a ditadura e que traz, em primeira mão, a informação de que Juiz de Fora também foi sede das torturas em Minas Gerais. Estava ali o início do caminho que foi percorrido até aqui, na confecção desta dissertação.

Buscando-se um melhor entendimento do trabalho realizado, essa dissertação foi dividida em capítulos, nos quais foram abordados conteúdos teóricos e a análise da série propriamente dita. Além dessa “Introdução”, o trabalho conta com o capítulo 2 – “A memória na contemporaneidade” –, no qual é analisada a relação da memória com a Comunicação e como o jornalismo faz uso da memória em sua rotina de apuração e publicação. Foi relacionado o conteúdo teórico oferecido por pesquisadores ligados à Memória – como Maurice Halbwachs, Andreas Huyssen e Paul Ricoeur –, e à prática jornalística – como elucidam Beatriz Sarlo, Christa Berger, Márcio Serelle, Marialva Barbosa e outros.

No capítulo 3 – “Relação entre valor-notícia e memória” –, é abordada a importância da memória como valor-notícia à luz dos conceitos propostos pelo professor português Nelson Traquina, além de ser realizada uma diferenciação das características básicas entre notícia e reportagem. Além disso, buscou-se elucidar a relação existente entre discurso e memória, uma vez que o estudo em questão foi realizado à luz da Análise do Discurso (AD) em sua vertente francesa idealizada por Michel Pêcheux, e liderada no Brasil pela pesquisadora Eni Orlandi.

Já no capítulo 4 – “‘Estado de Minas’: o grande jornal dos mineiros”, procedeu-se a parte analítica deste trabalho, sendo que, inicialmente, realiza-se uma breve descrição do histórico do jornal “Estado de Minas”, bem como aborda-se o dispositivo de análise utilizado (a AD). Posteriormente, parte-se para a análise qualitativa da série “A tortura de Estela contada por Dilma”, na qual são descritas e analisadas discursivamente as 31 reportagens constantes dessa série. Cita-se que outras retrancas foram publicadas sobre este mesmo assunto, mas, como não receberam o título característico, foram excluídas da seleção realizada nesta pesquisa.

É indispensável lembrar que toda a pesquisa aconteceu concomitantemente aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada no Brasil em maio de 2012 e que encerrou suas atividades no dia 10 de dezembro de 2014, data na qual foi entregue o relatório final de atividades à Presidência de República. A coleta de depoimentos de presos políticos e militares, as investigações em locais de tortura e a divulgação de nomes de torturados e torturadores mudou o cenário nacional. A busca e incentivo à reflexão sobre este período finalmente garantiram a livre discussão sobre os erros e acertos dos governos de 1964 a 1985. Assim como refletido pelo jornalista Élio Gaspari e outros colegas, houve um silenciamento provocado após a Lei da Anistia brasileira. A imprensa não mais tocou no assunto, rememorou ou questionou. A CNV, então, garantiu que as feridas fossem expostas para que o país finalmente tentasse se reconciliar com seu passado.

A pesquisa apresentada por esta dissertação traz à sociedade um novo olhar sobre o ato de se noticiar fatos da ditadura militar. Buscou-se, aqui, esclarecer três pontos fundamentais: a gravidade da memória e da rememoração na sociedade pós-moderna, a importância da utilização da memória na elaboração de grandes reportagens e, por fim, como as reportagens podem (re)significar quando rememoram. Dessa forma, entende-se que os significados trazidos à tona pelas reportagens são substancialmente responsáveis por muitos atos da sociedade. Eles “falam por” tanto quanto “refletem” aquilo que está oculto, explícito ou até mesmo latente em uma sociedade.

Estudar o discurso da imprensa, nesse sentido, é voltar os olhares para ideais, ideologias e conceitos que não podem passar despercebidos. As ponderações presentes neste estudo podem oferecer aparato teórico para a compreensão do papel da memória nos textos jornalísticos e auxiliar a reflexão acerca da visão atual da imprensa sobre fatos do passado.

2 A MEMÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE

A imprensa frequentemente desenvolve trabalhos que utilizam releituras de fatos históricos¹ para levar ao público novas versões sobre o ocorrido. Isso pode ser comprovado pelo grande número de publicações sobre guerras, golpes de Estado e crises da sociedade contemporânea.

Neste trabalho, destaca-se o papel da memória na reconstrução de discursos sobre os fatos, já que a partir de depoimentos de pessoas que viram outras faces do ocorrido, novos significados do passado são construídos. O exercício de memória² dos episódios proporciona uma releitura do presente, uma vez que novos detalhes e, até mesmo, histórias completas são reveladas, dando novo sentido aos eventos pretéritos. No capítulo inicial pretendeu-se analisar conceitos ligados à memória e à Comunicação, indispensáveis à discussão que foi realizada na análise da rememoração da ditadura militar pela série de reportagens “A tortura de Estela contada por Dilma”, realizada neste trabalho.

2.1 Memória Social

Da Neurociência até o campo das Ciências Sociais, passando pela Psicologia, a memória possui papel fundamental no entendimento de relações sociais e de poder. Inicia-se a exposição das definições de memória pela perspectiva de Freud. O autor apresenta o conceito de que as lembranças são compostas por traços mnêmicos, que se fixam na memória psíquica do ser humano. Esses traços são sempre rastros, marcas de um acontecimento e se, por algum motivo, esses traços são desligados uns dos outros, o que resta são as lembranças e não a memória completa. Dessa forma, Freud explica que a memória é a composição de traços mnêmicos e não a lembrança de acontecimentos (SANTOS, 2008, p. 494), ou seja, a memória é a composição de traços que fazem sentido em conjunto, pois, isoladamente não possuem a riqueza de significados que possuem interligados uns aos outros.

¹ Segundo Antônio Rezk (2002), fundador do Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos (IPSO) de São Paulo, o fato histórico possui uma essência material e temporal que, uma vez realizado como acontecimento, não pode mais ser alterado. Mas o autor acrescenta que a história é composta por unidades (eventos) que não são estanques e acabados em si mesmos. Dessa forma, os fatos históricos, embora conclusos na sua pontualidade singular, interligam-se no tempo e no espaço.

² Exercício de memória: termo forjado pela pesquisadora Christina Ferraz Musse (2008).

Passando às Ciências Sociais, conta-se com a contribuição do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2003, p. 72), que distingue a memória em duas instâncias: coletiva e individual. “A memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas”. Em contrapartida, as memórias individuais são constantemente marcadas pela memória coletiva a fim de se localizar fatos individuais no tempo e no espaço. O autor afirma que a memória coletiva é aquela formada pelo indivíduo situado em um grupo de referência, que pode ser entendido como aquele em que o indivíduo compartilha um passado e uma identificação. Schmidt (1993) esclarece que não é preciso haver, necessariamente, sua presença física, mas apenas a expectativa de retorno às origens do grupo. Dessa forma, a memória coletiva é aquela realizada e articulada pelo grupo de referência que localiza as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas pelo grupo.

Consequentemente, percebe-se a importância do grupo na transmissão e formação da memória individual, que é diretamente afetada pela memória coletiva:

Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que faço parte foi teatro de certo número de acontecimentos a respeito dos quais digo que me lembro, mas que só conheci através de jornais ou pelo testemunho dos que neles estiveram envolvidos diretamente. Esses fatos ocupam um lugar na memória da nação – mas eu mesmo não os assisti (HALBWACHS, 2003, p. 72).

O autor complementa a afirmação ressaltando que a memória individual é muito estreitamente limitada no espaço e no tempo, ocasionando, então, uma dependência daquilo que é contado para se formar uma opinião a respeito de um acontecimento. O mesmo acontece com a memória coletiva, mas ampliando os limites de espaço e tempo. Halbwachs (2003) também compara o significado da Memória e da História na interpretação dos fatos contemporâneos à existência do indivíduo. Para ele, embora um fato ou outro possa passar despercebido para um cidadão, este pode retomar a atenção e se informar daquele acontecimento a partir de notícias, relatos e leituras. Já a História, por sua vez, contém apenas datas associadas a acontecimentos definidos. De acordo com o autor (p. 74), a história toma os acontecimentos de uma forma menos complexa, colocando os fatos em sequências inteligíveis e sem levar em conta a multiplicidade de nuances simultâneas: “A história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas”.

Mais especificamente, o crítico literário e professor Andreas Huyssen (2000, p. 68-69) afirma que a memória coletiva de uma sociedade é contingente e instável. Assim, ela nunca é

permanente em sua forma, pois está sempre sujeita à reconstrução e negociação “no corpo social de crenças e valores, rituais e instituições”. O autor ressalta a importância de se compreender essa característica mutante e instável da memória, que é afetada a todo momento por fatores externos. Para ele, é insustentável a “crença equivocada de que seria possível uma memória fundamentalmente pura, completa e transcendente” pois “a nossa vontade presente tem um impacto inevitável sobre o que e como lembramos”.

Dessa forma, torna-se indispensável salientar o caráter mutante de toda memória, pois ela passa por um constante processo de negociação, onde a memória individual só se beneficia da memória coletiva quando possui pontos em comum, ou seja, identificação, como afirma Pollak (1989). A memória individual é responsável por selecionar aquilo que é lembrado e/ou esquecido e está sempre sujeita a traumas que podem gerar o esquecimento.

Huyssen (2000) acrescenta que, como indivíduos e sociedade, todos precisam do passado para construir e ancorar suas identidades e alimentar uma visão do futuro. Assim, a rememoração promove a ligação com o passado. O autor também afirma que os modelos de lembrar definem os indivíduos no presente.

A memória também pressupõe registro, ainda que tal registro seja realizado no próprio corpo. Ela é, por excelência, seletiva. Reúne as experiências, os saberes, as sensações, as emoções e os sentimentos que, por um motivo ou outro, se escolhe para guardar. Nas palavras de Verena Alberti:

A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela é o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de experiência, isto é, de identidade (ALBERTI, 2005, p. 167).

Portanto, conforme exposto, pode-se dizer que, em síntese, a construção da memória é a união da memória individual a traços da memória coletiva e da exclusão provocada pelo esquecimento. Dessa forma, o esquecimento, assim como a lembrança, é constitutivo da memória, uma vez que a seleção daquilo que é lembrado ocasiona a exclusão de fatos que podem alterar pontos de vista no futuro. Os não ditos podem ser tão significativos como aquilo que é explícito à sociedade, como demonstrado no próximo tópico.

2.2 Silêncio e esquecimento

O caráter mutante da memória ocasiona diversas formas de lembrar e aquilo que Huyssen (2000, p. 68) cita como seu “defeito inevitável”: o esquecimento. O autor esclarece que a memória depende de distanciamento e esquecimento para se manifestar. A possibilidade de ser contestada a partir de novas perspectivas é justamente a força constitutiva da memória, o que é corroborado pela psicóloga Éclea Bosi. Ela afirma que o esquecimento é parte da construção da memória, uma vez que “quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá a esse acontecimento” (BOSI, 2003, p. 21-22). Portanto, os membros de uma sociedade podem tomar – e tomam – muitas vezes os discursos dominantes como verdades daquele momento histórico. Nesta mesma linha de pensamento, encontra-se o antropólogo Marc Augé (2001, p. 49) que entende que as “narrativas são sempre o fruto da memória e do esquecimento, de um trabalho de composição e recomposição que traduz a tensão exercida sobre a interpretação do passado pela expectativa do futuro”.

No caso da memória do regime militar no Brasil, muito do que houve durante aqueles anos ficou escondido devido ao medo e ao silenciamento provocado pela Lei da Anistia; como se o perdão aos crimes cometidos durante mais de duas décadas também impedisse de se falar sobre o que aconteceu naquele período. Embora muitos movimentos trabalhassem a favor da indenização de vítimas de tortura, localização de corpos de desaparecidos políticos e, até mesmo, da reversão dessa Lei, o silêncio começou a ser rompido, principalmente, após a instalação da Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2012. É bom lembrar que, neste mesmo ano, aconteceu, na Argentina, o julgamento dos militares responsáveis por centenas de mortes durante a ditadura daquele país³.

O jornalista Elio Gaspari (2002, p. 38) disserta sobre o percurso dos regimes militares em todo o mundo. Para ele, estes momentos são pouco esclarecidos para a população porque as forças armadas procuram “preservar a própria mística (...) onde, por suas virtudes, colocam-se acima dos partidos e da política dos civis”. O autor complementa afirmando que,

³ Sessenta e oito ex-oficiais argentinos foram julgados por quase oitocentas acusações de sequestro, tortura e assassinato associadas à escola naval de elite do país, a Escola Mecânica da Armada (ESMA), que abrigou um centro de detenção clandestino. Milhares de argentinos foram sequestrados e mortos pela junta militar que governou o país. Cinco mil deles foram detidos na ESMA, em Buenos Aires. Poucos sobreviveram, e muitos corpos jamais foram recuperados. O julgamento é parte de uma série de iniciativas legais da Argentina contra militares associados à ditadura. As iniciativas começaram em 1983, após a queda do regime, mas o presidente Raúl Alfonsín encerrou os julgamentos em 1986, argumentando que o país precisava olhar ao futuro e não ao passado (500, 2014).

quando a ditadura no Brasil começou a se retirar, “jogou-se fora a demonologia militar e entronizou-se a beatificação das massas. Cada recuo do regime foi entendido como consequência de uma pressão das forças libertárias da sociedade” (GASPARI, 2002, p. 40-41). Entretanto, as mudanças rumo à redemocratização do Brasil começaram a ocorrer antes que o povo fosse para as ruas no conhecido movimento “Diretas Já”⁴, como foi o caso da suspensão da censura à imprensa, que se iniciou cautelosamente em 1974 e teve sua conclusão oficial em 1988. Nesse ponto, é válido lembrar a discussão levantada sobre a memória do Holocausto feita por Andreas Huyssen, na qual afirma que as sociedades pagam um preço pela instrumentalização da memória e do esquecimento no domínio público. Para o autor “até formas politicamente desejáveis de esquecimento resultarão em distorções e erosão da memória” (HUYSSSEN, 2000, p. 24).

Dessa forma, quando a imprensa atual rememora fatos do passado, abre o espaço necessário à discussão que foi interrompida quando deveria ter acontecido. O destaque dado à existência de torturas em Juiz de Fora pelo “Estado de Minas” não só garante a oportunidade de se remexer as memórias, quanto cria um novo espaço para a ascensão de novos discursos sobre aquele período.

Tanto Huyssen quanto Paul Ricoeur (2007) têm uma grande preocupação em analisar a amplitude da memória como algo que vai além da dicotomia “lembrar *versus* esquecer”. Para Huyssen (2005), o esquecimento deve ser situado no mesmo campo de termos e fenômenos tais como o silêncio, a ausência de comunicação, a desarticulação, a evasão, o apagamento, a erosão e a repressão. Este autor explica três conceitos de esquecimento importantes para o entendimento da seletividade da memória discutidos por Ricoeur: a memória impedida (*la mémoire empêchée*), a memória manipulada (*la mémoire manipulée*) e o esquecimento comandado (*l’oubli commandé*). A primeira, memória impedida, relaciona-se ao inconsciente freudiano, onde há repetição de experiências traumáticas que não são solucionadas pelo luto, ocasionando o esquecimento. A ligação entre memória impedida e esquecimento não se faz de forma saudável, na medida em que impede que novas lembranças venham à consciência, conferindo novos sentidos ao passado. A memória manipulada está diretamente ligada à narratividade, no sentido de que qualquer narrativa é seletiva e implicará naquilo que é lembrado e esquecido. Já o último conceito, o esquecimento comandado, é aquele provocado por atos institucionais, como a anistia, por exemplo.

⁴ “Diretas Já” foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil, ocorrido em 1983-1984.

Neste trabalho, o estudo da segunda característica do esquecimento – a memória manipulada – torna-se fundamental para a interpretação da construção do discurso e memória da tortura. Até 2012, quando houve a publicação da série de reportagens que revelou a prática de tortura em Juiz de Fora durante o regime militar, a sociedade recebeu informações do que era conveniente ser lembrado. Deu-se prioridade a certos papéis da cidade no cenário nacional como, por exemplo, a participação no golpe de 31 de março ou na ascensão do movimento estudantil, em detrimento das prisões, torturas e julgamentos durante os 21 anos de governo militar. A ausência ou superficialidade do discurso da imprensa sobre a atuação dos militares em Juiz de Fora, depois da instalação da ditadura, deixa um vácuo na memória local que só vem a ser preenchido quando o jornal “Estado de Minas” convida a imprensa e a sociedade a rememorarem o período a partir de documentos e depoimentos inéditos.

Dessa forma, faz-se necessário discutir a memória manipulada para entender como funcionam seus mecanismos. Portanto, serão utilizadas as proposições de Huyssen (2005), cujo exemplo é o caso da construção da memória da ditadura argentina, onde houve um esquecimento provocado do papel das guerrilhas urbanas esquerdistas na eclosão do golpe militar naquele país, para que fosse possível um consenso em torno da investigação dos crimes da ditadura.

Em poucas palavras, pode-se dizer que na Argentina havia uma dimensão do passado – a saber, os atentados na guerrilha urbana no início da década de 70 – que precisou ser “esquecida” (silenciada, desarticulada) para alcançar um consenso nacional de memória que emerge em torno à figura do *desaparecido* como vítima inocente. (...) eu diria que o esquecimento consciente e desejado pode ser produto de uma política que, em última instância, beneficia ambos: o *vouloir-savoir* (querer saber) e a construção de uma esfera pública democrática (HUYSSSEN, 2005, p. 25).

O mesmo autor ainda explica que o esquecimento do papel das guerrilhas foi absolutamente necessário por duas razões: a primeira, derrotar os argumentos da defesa dos generais que se fundamentava no pressuposto de que o golpe foi uma resposta ao terrorismo armado da esquerda radical; a segunda, congregar a nação em torno de um consenso nacional: a clara separação entre os criminosos e as vítimas, culpados e inocentes. Dessa decisão “do que lembrar” surgiu a figura do “desaparecido” que é muito forte na cultura argentina.

Conforme já foi citado, Elio Gaspari (2002), em suas pesquisas sobre o percurso do regime militar no Brasil, informa sobre como foi efetuado o processo de apagamento da ditadura, o esquecimento provocado até formalmente por meio da Lei da Anistia, e que remete ao *oubli commandé* proposto por Ricoeur (2007). A professora da Pontifícia

Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade Federal de Minas Gerais, Lucília Delgado (2010), acrescenta que a imprensa contribuiu para o esquecimento da ditadura quando deixou de publicar diversas informações, inclusive sobre o paradeiro do presidente deposto João Goulart, uma vez que seu nome remetia ao autoritarismo do regime.

Assim, vê-se que o esquecimento também é elemento constitutivo essencial à memória, a qual pode se alterar ao longo do tempo devido ao “silêncio” acerca de determinados fatos. Esse “silêncio”, como visto, acaba por gerar uma anulação de certas circunstâncias, o que, conseqüentemente, afeta diretamente a memória que se tem relacionada ao fato.

Contudo, ainda que se compreenda o desenvolvimento da memória e a importância que o esquecimento tem em sua formação, qual a função da memória no âmbito da Comunicação? É a resposta para essa pergunta que se pretende encontrar no tópico a seguir.

2.3 Quando a memória é resgatada pela imprensa

De acordo com Huyssen (2000), a emergência da memória como uma das preocupações das sociedades ocidentais constitui-se um fenômeno cultural e político surpreendente, privilegiado pelo distanciamento permitido pelo tempo. A memória, assim como a história, reivindica o passado e acredita ter sua própria verdade sobre o mesmo.

A escritora argentina Beatriz Sarlo (2007, p.09) explicita os pontos de vista presentes no lado da história e da memória: “nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança”. A autora ainda acrescenta que os adeptos do estudo da memória acreditam que é necessário considerar os direitos de vida, de justiça e de subjetividade no registro do passado.

Já a História “se apresentaria estruturada como disciplina acadêmica, com teorias e metodologias próprias, supostamente mais confiáveis para tal fim” (BOPPRÉ, 2008, p. 308).

Conforme citado pelo professor e jornalista Márcio Serelle (2009), os depoimentos de memória se tornaram recorrentes na imprensa, seja pelas entrevistas com terceiros ou pelos relatos dos próprios jornalistas. Esses depoimentos são capazes de formar uma nova paisagem dos acontecimentos de acordo com o contexto em que estão envolvidos. Portanto, o depoimento é capaz de reconstituir detalhes que a percepção objetiva deixa escapar, fazendo com que se reivindique, muitas vezes, na intervenção na realidade imediata.

Márcio Serelle (2009) entende a chamada “guinada subjetiva” citada por Sarlo como o momento cuja utilização de depoimentos com caráter memorialístico passou a integrar (e muitas vezes até substituir) a história. Complementando, Sarlo (2007) afirma que essa guinada é justamente o ponto de inflexão na metodologia das Ciências Humanas. Para a autora, o conjunto de inovações e a atual tendência do mercado de bens simbólicos que tende a reconstituir a textura da vida e a verdade abrigadas na rememoração da experiência, além da revalorização do ponto de vista, criam um terreno propício à valorização da memória e da subjetividade.

Quando o jornalismo rememora fatos do passado e traz novas verdades ao público ele pode, como questiona Christa Berger (2005), ser fiel ou não à verdade, servir à indústria cultural ou à utilidade pública, garantir que a história seja alterada ou apenas reafirmar velhas inverdades, ou, até mesmo, confirmar as teorias de Baudrillard diluindo a história e fazendo-a perder seu valor e poder. Ao citar Jean Baudrillard, Christa Berger chama a atenção do leitor para uma vertente mais radical dos estudos sobre Comunicação, onde a imprensa pós-moderna é vista como aquela que dá prioridade ao imediatismo em detrimento à apuração dos fatos: “(...) Logo, nada mais de critérios de verdade ou de objetividade, mas uma escala de verossimilhança. Lançada a informação, enquanto não for desmentida, será verossímil” (BAUDRILLARD, 1997, p. 60).

Para o assunto abordado por esta pesquisa, a utilização do termo rememoração, de Paul Ricoeur (2007), também se faz indispensável. Para o autor, rememoração consiste em um ato livre e individual de desenvolver uma investigação sobre o passado que, conseqüentemente, por meio do uso crítico da memória implica um corte, uma cisão com um modo instituído de ver a si mesmo, instaurando, ao mesmo tempo, a possibilidade de um olhar diferente, outro, sobre sua própria história. Esse novo olhar sobre o ocorrido pode acontecer também coletivamente. Sobre isso, o mesmo autor afirma que a rememoração “requer condições sociais propícias à sua efetivação, condições cuja criação não se dá sem conflito. Não é por acaso que a memória de eventos históricos traumáticos se torna uma memória impedida” (MARANHÃO, 2010. p. 5), ou seja a *mémoire empêchée*, explicada no tópico anterior deste trabalho. Isso justifica porque a construção de novos relatos sobre tempos passados torna-se tão debatida, pois há aqueles que desejam que fatos delicados caiam no esquecimento e outros que suscitam a discussão em busca de novas verdades.

O papel da imprensa na rememoração de eventos dolorosos volta a ser debatido por Christa Berger (2005, p. 65), para quem é na “cultura de massa que o trabalho de memória acrescenta novas questões e interrogações sobre o passado”. Já Halbwachs (2003, p. 69),

ressalta a complexidade de se rememorar em uma sociedade, pois “o lugar da memória numa determinada cultura é determinado por uma rede discursiva extremamente complexa, envolvendo fatores rituais e míticos, históricos, políticos e psicológicos”.

Nesta pesquisa, busca-se entender como a imprensa, ambiente de retomada das memórias individuais e coletivas, é capaz de dar novos significados sociais a partir da utilização da memória discursiva de seus textos. O ato de rememorar é influenciado pelo presente, já que as memórias são afetadas pela subjetividade do momento atual. Investigar os vestígios da memória discursiva nas publicações auxilia a pesquisa acadêmica a quantificar e qualificar como a imprensa atinge uma nação quando trata de fatos históricos.

Nesse contexto, de o presente influenciar a rememoração, cita-se Pierre Nora (1981), segundo o qual é necessário estabelecer “locais de memória” para que a mesma exista em algum lugar. Esse local de memória consistiria em um marco de transição de dois eixos: 1) a transformação em termos de reflexão por parte da História, e; 2) o fim de uma tradição de memória. De forma concreta, os “locais de memória” podem ser museus, cemitérios, coleções, arquivos, etc.; todos signos de rememoração. Dessa forma, no momento em que uma tradição da memória, enquanto processo experimentado e vivenciado coletivamente, começa a se esvaír, faz-se necessário criar marcos para que essa nova memória fique registrada. Neste contexto, aparece a função irrefutável do jornalismo, que acaba por selecionar o que será ou não lembrado, conforme a pesquisadora Marialva Barbosa (1996), quando afirma que os jornais, atuando na seleção e determinação do que se deve lembrar e do que se deve esquecer, tornam-se “senhores da memória”.

Portanto, pode-se dizer, com base no sentido exposto por Nora, que os jornais impressos podem ser tidos como “locais de memória”. Além disso, conforme observado, pode-se afirmar que a imprensa consiste em uma ferramenta capaz de resgatar nos mais diferentes indivíduos e/ou grupos sociais, situações esquecidas ao longo do tempo, principalmente quando há a “quebra do silêncio” que há muito tempo permeava certos fatos ocorridos e de grande relevância histórica, como no caso da ditadura do Brasil.

2.4 O depoimento como instrumento da memória

O uso dos depoimentos de memória como instrumento (fonte) do jornalismo ganhou espaço nas últimas décadas e auxilia na ascensão de memórias ocultas. Ao lado de quem

presta o depoimento, está o desejo de driblar o esquecimento. Esse desejo também motiva as memórias familiares e pessoais registradas em obras, às vezes clássicas, como em Marcel Proust e Pedro Nava, às vezes de forma mais rudimentar, através de diários íntimos. Esse desejo de deixar a memória registrada pode ter vários motivos, mas o principal deles é driblar a morte e o esquecimento. Ao deixar registrada sua memória, o homem está legando aos seus descendentes a sua história, pois “Escrever é fazer recuar a morte, é dilatar o espaço da vida” (SARAMAGO, 2002, p. 193).

Neste ponto encontra-se a História Oral, metodologia de pesquisa que começou a ser utilizada no Brasil na década de 1970 e consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da História Contemporânea (CPDOC, s./d.). Atualmente, historiadores, cientistas políticos, antropólogos, sociólogos e jornalistas recorrem à História Oral para auxiliar na resolução de problemas de suas pesquisas, como no caso deste estudo, no qual esta metodologia foi utilizada pelos membros do Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais (CONEDH-MG) para colher depoimentos sobre torturas que ocorreram neste estado.

A História Oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis; isto é, que se reconheça neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato (ALBERTI, 2004a, p. 9). Já Beatriz Sarlo (2007) complementa o pensamento de Alberti afirmando que a popularização da História Oral por meio de depoimentos de sobreviventes da Segunda Guerra e de regimes ditatoriais é suficiente para provar que esse tipo de testemunho foi bem acolhido no meio acadêmico e midiático.

Paul Thompson (1990) explica que a História Oral é construída em torno das pessoas e trata de vidas individuais, baseando-se na fala e não na habilidade da escrita. Além disso, o autor destaca que ela tanto traz a história para dentro da comunidade, quanto a extrai. Ana Lúcia Enne e Cristiane Tavares (2010) destacam a possibilidade de mudanças na história oficial promovidas pela História Oral:

A História Oral implica, para a maioria dos tipos de história, uma certa mudança de enfoque, mas também a abertura de novas áreas importantes de investigação. As mudanças que a História Oral torna possíveis não se limitam à escrita de livros ou projetos. Afetam também a apresentação da história em museus, arquivos e bibliotecas (ENNE; TAVARES, 2010, p. 2).

A partir dessas considerações sobre o papel da rememoração por meio do depoimento, chega-se ao objeto das reportagens inicialmente publicadas pelo “Estado de Minas”. “A tortura de Estela contada por Dilma” apresenta a história das torturas sofridas por Dilma

Rousseff, por meio de uma série de reportagens, valendo-se da documentação de seu depoimento.

Em 2001 uma dupla de pesquisadores do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais (CONEDH-MG) foi até o Rio Grande do Sul (RS), onde Dilma Rousseff ocupava o cargo de secretária de Minas e Energia, a fim de entrevistá-la sobre seus anos de militância. Essa entrevista tinha o objetivo de documentar a história de presos políticos em Minas Gerais e garantir o pagamento de indenizações àqueles que sofreram maus tratos nas prisões do estado. De acordo com as reportagens, o antigo integrante da Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura (CEIVT), Robson Sávio, afirmou que a então secretária do RS relutou em prestar seu depoimento, mas acabou cedendo após a denúncia feita por sua mãe ao CONEDH-MG.

Embora os pesquisadores do CEIVT não tenham formalizado a utilização da História Oral na documentação dos trabalhos, esta pesquisadora procedeu uma entrevista estruturada (Apêndice A, página 95) com Robson Sávio buscando confirmar a utilização dessa metodologia na condução das entrevistas feitas pelos membros do Conselho. Com base nos relatos de Robson, os membros acordaram que o uso da História Oral seria o mais adequado.

O trabalho com a metodologia de História Oral compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. Exige, antes, a pesquisa e o levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas. Quando a pesquisa é feita por uma instituição que visa constituir um acervo de depoimentos aberto ao público, é necessário cuidar da duplicação das gravações, da conservação e do tratamento do material gravado (CPDOC, s./d.).

Alberti (2004a) resume em cinco as etapas do trabalho desenvolvido pelos investigadores da História Oral: 1) elaboração do projeto de pesquisa – método, entrevistados, tipo de entrevista; 2) formação de equipes – quando há a possibilidade de se trabalhar em grupo, onde cada membro se especializa em uma etapa do processo (pesquisadores, consultores, técnico de som, processamento das entrevistas e editores); 3) decisão sobre o tipo de mídia a ser utilizada – vídeo ou somente áudio? Anotar também?; 4) cuidado com a conservação das gravações – CDs, DVDs, HD externos e computadores, e; 5) liberação para consulta – formato adequado (folha de rosto, ficha técnica, catalogação e arquivamento e controle sobre a consulta).

Em artigo publicado na “Revista de História Oral”, Venson e Pedro (2012, p. 125) citam a entrevista como uma “chamada para a significação da experiência”, consistindo em

uma “ferramenta e fonte tanto da história quanto da antropologia”. Os autores ainda lembram que essas disciplinas:

[...] articulam metodologias particulares amparando-se nos estudos sobre a memória, em análises de narrativas, na interpretação daquilo que é lembrado e esquecido, nos contraditos e nas repetições, na elaboração de significados, nos modos de dizer (VENSON; PEDRO, 2012, p. 125).

Heloisa da Silva e Emerson Rolkouski (2004) afirmam que a prática da História Oral está diretamente relacionada ao advento da imprensa, destacando:

Motivados pela curiosidade quanto às culturas populares, os dialetos e suas relações com a nacionalidade, alguns jornais se puseram a realizar entrevistas. Além disso, a busca por estatísticas leva o governo a realizar uma série de questionários com dirigentes municipais. É através desse processo dialético envolvido por informação e interpretação entre história e comunidade, que a finalidade da história é transformada (SILVA; ROLKOUSKI, 2004, p. 4).

Tratando-se do depoimento que gerou a série de reportagens objeto desta pesquisa, a entrevista de História Oral teve objetivo histórico, social e sua publicação encerrou em uma ferramenta do jornalismo, perpassando, portanto, todos os níveis citados anteriormente. Além disso, promoveu mudanças no olhar sobre um período histórico, sendo que, para Verena Alberti (2004), é fundamental que:

[...] tentemos aperfeiçoar nossas análises para a descoberta de acontecimentos (em sentido amplo) capazes de gerar mudanças, para a descoberta daquilo que engendra novos sentidos (sempre referenciados à realidade), ao invés de repetirmos, tautologicamente, aquilo que já é sabido (ALBERTI, 2004a, p. 10).

Portanto, observa-se que o depoimento serve como instrumento crucial para a formação da memória, uma vez que a História Oral pode ser utilizada como uma metodologia eficaz na produção de novas informações e conhecimentos que possibilitem a rememoração de fatos de forma esclarecedora.

Nesse contexto, o capítulo a seguir aborda como a memória – exposta por meio de depoimentos, cartas e imagens – pode ser entendida como um valor-notícia para o jornalismo atual.

3 QUANDO A MEMÓRIA PASSA A SER UM VALOR-NOTÍCIA

Diferente de Baudrillard (1997), que defende que a prática jornalística é ditada apenas pelo imediatismo e espetáculo, a filósofa Marilena Chauí (1990, p. 5) afirma que esta prática pretende conquistar um “discurso competente”, ou seja, aquele que pode ser aceito como verdadeiro e/ou autorizado. Para ela “o jornalismo, a exemplo da ciência, é um discurso que tem a pretensão da verdade. É um ‘discurso competente’”. Nelson Traquina (2005) complementa essa afirmação sobre a “competência discursiva” e descreve em sete vertentes as teorias do jornalismo: 1) do Espelho; 2) da Ação Pessoal ou *Gatekeeper*; 3) Organizacional; 4) da Ação Política; 5) Estruturalista; 6) Construcionista, e; 7) Interacionista.

Resumidamente, Traquina (2013) explica a teoria do Espelho como aquela que acredita na objetividade do trabalho jornalístico e, dessa forma, afirma que as notícias são um mero reflexo da realidade. Embora o paradigma das notícias como narrativa não signifique que as notícias são ficção, questiona o conceito das notícias como espelho da realidade. Para o autor, eventos parecidos noticiados em momentos e contextos diferentes podem, também, receber abordagens e direcionamentos diferentes.

A teoria da Ação Pessoal ou *Gatekeeper* defende que os jornalistas determinam o conteúdo das notícias por um processo subjetivo e arbitrário. Essa teoria defende que os conteúdos que podem estar contidos nas notícias passam por vários portões (*gates*) até entrarem ou não nas notícias.

Adepta do Funcionalismo, a teoria Construcionista acredita na notícia como um produto à venda, portanto, deve atender às aspirações mercadológicas do veículo de comunicação que a publica. Por esse motivo, os jornalistas são submetidos a um sistema sutil de recompensas e punições de acordo com os conteúdos que levam aos seus editores.

A teoria da Ação Política, de Herman e Chomsky (1986 apud TRAQUINA, 2013, p. 25), entende que a mídia está a serviço de interesses políticos. Quando de direita, a mídia atende às necessidades do Estado, quando de esquerda, as notícias são determinadas pelos interesses ideológicos capitalistas. Esta teoria desconsidera a autonomia do jornalista e atribui fortes laços entre donos das empresas e os jornalistas que, na maioria das vezes, não existem.

A teoria Estruturalista afirma que as notícias são produtos socialmente construídos que reproduzem e legitimam a ideologia dominante. Ela defende que as notícias são produtos resultantes da organização burocrática da mídia, da estrutura dos valores-notícia, do momento da construção da notícia e dos donos da mídia.

Oposta à visão de que as notícias são uma distorção decorrente de vários fatores, a teoria Construcionista leva à reflexão a possibilidade de as notícias serem uma construção social da realidade e retoma a importância da presença ideológica nos textos jornalísticos. Ela também refuta a teoria do Espelho, dizendo que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e a mídia noticiosa que deve “refletir” essa realidade, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade.

Por fim, a teoria Interacionista afirma que as mídias levam aos leitores o resultado de um processo de percepção, seleção e transformação de acontecimentos em notícias, sob a pressão do tempo, por profissionais relativamente autônomos, que partilham de uma cultura comum.

Nelson Traquina (2013) ressalta algumas conclusões semelhantes sobre o papel político do jornalismo nas teorias Estruturalista e Interacionista. Em ambas a conexão entre fontes e jornalistas faz das notícias uma ferramenta importante do Governo e das autoridades estabelecidas, e as notícias, em geral, tendem a apoiar as interpretações oficiais dos acontecimentos controversos. A diferença, no entanto, está no fato de os interacionistas defenderem que o papel dominante das fontes oficiais não é automático.

Neste trabalho será dado maior espaço aos efeitos da teoria Construcionista devido à sua problemática da manifestação de ideologias e seleção do que deve ser publicado ou não. Assim, o próximo tópico realiza uma breve distinção sobre o que se deve entender por notícia e por reportagem. Este entendimento será útil na análise do percurso seguido pela jornalista autora da série analisada neste trabalho. Além disso, procede-se uma descrição daquilo que é considerado suficientemente importante para se tornar notícia – o valor-notícia. Também utiliza-se deste próximo tópico para abordar as reflexões acerca da seleção das informações que entrarão ou não no conteúdo da notícia/reportagem durante e após a apuração.

3.1 Os gêneros jornalísticos e suas formas de informar: notícia e reportagem

A fim de garantir um maior entendimento da análise, realiza-se neste tópico uma breve distinção entre os gêneros jornalísticos “notícia” e “reportagem” à luz das pesquisas acadêmicas e das práticas jornalísticas. Tanto os conhecidos “manuais de redação” dos grandes jornais, quanto os textos acadêmicos dedicam grande espaço a diferenciar os gêneros textuais notícia e reportagem, no entanto, o assunto ainda não se esgotou.

Ao se analisar a essência das palavras, verifica-se que “notícia” tem origem no latim *Notitia*, que significa conhecimento. “Reportagem” também deriva do latim e, de acordo com o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Antônio Geraldo da Cunha (2010), deriva de *reportare*, o que significa narrar, recontar, voltar a contar ou, até mesmo, transportar. Ricardo Noblat (2002, p. 130 apud MAGNO, 2006, p. 22) resume que “Notícia é o relato mais curto de um fato. Reportagem é o relato mais circunstanciado dos fatos”.

O professor Luiz Gonzaga Motta (2001), da Universidade de Brasília, defende que a notícia conta a fábula do presente, pois possui duas vozes, um lado, outro lado, e uma moral.

Essa hipótese é corroborada pelo professor José Marques de Melo (2003), um dos patriarcas dos estudos de Comunicação no país, quando afirma que a notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social, enquanto a reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística.

Traquina (2013, p. 44) define a linguagem utilizada pelos jornalistas nas reportagens como típico “jornalês”⁵, explicando que essa linguagem possui três características marcantes, a saber: 1) o realismo gráfico; 2) a criação de ambientes, com a utilização de palavras concretas e descrição detalhada para transmitir a sensação de que “se está ali”; e 3) a utilização de metáforas, as quais são úteis para a dramatização do acontecimento.

Em dissertação apresentada à Universidade de Brasília, Ana Beatriz Magno ilustrou claramente a explicação de Nelson Traquina:

O repórter de reportagem não fala apenas com o bandido, com a vítima e com a polícia. Ele tem que “ver” o crime, contextualizá-lo, estudá-lo além da noite da morte, enxergá-lo além da monstrualização do assassino e da vitimização da vítima. Por fim essa outra postura diante do “acontecimento” consegue suavizar o agendamento típico das notícias. Ou seja, a reportagem agenda menos e relativiza mais (MAGNO, 2006, p. 27).

Como a reportagem tem essa particularidade de eternizar fatos, discussões e aprofundar análises, acaba por conquistar uma espécie de validade como documento histórico, pois a apuração jornalística ali exposta é capaz de inserir gerações futuras em uma espécie de túnel do tempo. Hoje, com as tecnologias de comunicação cada vez mais avançadas, essa transposição e rememoração é facilitada pelo acesso remoto a arquivos históricos e a microfilmagens de jornais antigos. Além disso, quando se estuda o trabalho realizado pela

⁵ “Jornalês”: termo utilizado por Nelson Traquina para se referir à linguagem textual utilizada pelos jornalistas (TRAQUINA, 2013).

imprensa atual na rememoração de fatos pretéritos, verifica-se que as reportagens vão muito além da apuração e narração de fatos.

A linguagem utilizada, as ilustrações escolhidas e a ordem de inserção de informações provocam uma instabilização de significados e conseqüente renovação da memória. Novos sentidos sobre o passado são construídos e, conseqüentemente, identidades locais e coletivas renovadas.

3.2 O valor-notícia na reportagem

A rotina jornalística acaba por impor certos critérios de noticiabilidade aos profissionais da área a fim de se garantir a filtragem daquilo que pode ou não se tornar notícia. Em uma metrópole, por exemplo, tantos fatos acontecem simultaneamente que, mesmo com uma equipe imensa, seria impossível noticiar todos os fatos relacionados à rotina da cidade, política, economia, meio ambiente, educação, etc. Além disso, oferecer textos que condigam com o gosto do público-alvo do jornal é fundamental para garantir as vendas de assinaturas e publicidade.

O conceito de noticiabilidade é explicado por Traquina (2013, p. 61) como um conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico; isto é, possuir valor como notícia. Dessa forma, os critérios de noticiabilidade equivalem ao conjunto de valores-notícia que determinam se um assunto pode se tornar notícia. Em outras palavras, pode-se dizer que julga-se o assunto como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (“*newsworthiness*”).

Stuart Hall (1984) defende que os valores-notícia funcionam como uma espécie de mapa cultural do mundo social, sofrendo pequenas variações entre países e culturas, mas, em sua essência, repetem-se, conforme apontam as pesquisas daqueles que dedicam-se a esse tema. Assim, vê-se a repetição de temas em todos os *media* em um determinado período e, conforme McCombs e Shaw (1993, p. 65 apud TRAQUINA, 2013, p. 14), “as conseqüências da marcação de agenda e do enquadramento dos *media* sugerem que os *media* não só nos dizem no que pensar, mas também como pensar nisso e, conseqüentemente, o que pensar”.

As conseqüências do agendamento consensual dos *media* remete ao que foi explicado no capítulo sobre memória, quando Halbwachs (2003) exemplifica o papel dos *media* na formação de memórias usando o caso daquele cidadão que se envolve em inúmeras

obrigações e se torna incapaz de acompanhar o que acontece em seu entorno. Em um dado momento, esse mesmo cidadão quer se contextualizar e recorre a um jornal para compreender o que acontece à sua volta. Nessa ocasião, ele cria memórias sobre um fato, que são mediadas, carregadas pelo discurso daquele veículo de comunicação, bem como dos interesses que a empresa gestora do jornal defende.

No entanto, a ideia de que os *media* são carregados de significados pessoais, empresariais, políticos – enfim, ideológicos – incomoda a classe jornalística:

[...] quando se afirma que as pessoas têm interesse em versões diferentes desse acontecimento, que qualquer acontecimento pode ser construído das mais diversas maneiras e que se pode fazê-lo significar as coisas de um modo diferente, esta afirmação, de algum modo ataca ou mina o sentido de legitimidade profissional dos jornalistas, e estes resistem bastante à noção de que a notícia não é um relato mas uma construção [grifo original] (HALL, 1984, p. 4).

A indignação dos jornalistas tem sua razão assim como a ótica de Hall (1984) que vê o fruto do jornalismo como um discurso construído, mesmo que inconsciente. A rapidez, a urgência e o imediatismo tão presentes na rotina dos jornais são tanto a causa, quanto a consequência da maneira como o trabalho é realizado. Traquina (2013) explica que o jornalismo é predominantemente marcado por dois fatores: tempo/imediatismo e objetividade. Bourdieu (1997 apud TRAQUINA, 2013, p. 36) completa, ressaltando que, em um campo marcado pela concorrência, a importância deste valor (o imediatismo) estabelece a própria lei do ganho do jornalismo: quem ganha é quem primeiro dá a notícia. Em tempos das notícias instantâneas, dos vídeos gravados pelo celular e de mídias alternativas, como a “Mídia Ninja”⁶, por exemplo, os conceitos de noticiabilidade são revistos a todo momento, entretanto, a base necessária para garantir a confiabilidade e fidelização do leitor permanece a mesma: boa apuração – verificar a veracidade dos fatos, entrevistar todas as partes envolvidas, observar se nenhum detalhe está sendo ocultado por uma das partes para benefício próprio e, principalmente, ir até o local da notícia e não só apurar pelo telefone/internet.

Nelson Traquina (2013) lembra que além de saber o quê e como noticiar, o jornalista precisa ter algumas competências implícitas, algo que chega a ser quase um instinto que o

⁶ Surgido em 2011, o grupo Mídia Ninja ganhou mais visibilidade em junho de 2013, cobrindo e participando das manifestações de rua ocorridas no Brasil neste período. Suas imagens, veiculadas ao vivo e ininterruptamente pela internet, obtiveram grande audiência, pautaram a grande imprensa e tiveram grande influência na mudança de discurso da mídia hegemônica sobre o fato. A mídia alternativa se alimentou contrapondo-se ao discurso hegemônico e a grande mídia foi pautada por imagens e coberturas da mídia alternativa, fato que fugiu do habitual. A sociedade desconfiou do discurso hegemônico, mas também dos motivos e financiamento dos “ninjas” (ROSAS, 2014).

conduz na apuração dos fatos. Entre essas competências, ele destaca a preocupação do jornalista de sempre se perguntar: Como verificar os fatos? Quem contatar? Quem são as fontes? Como contatar essas fontes? Como lidar com as fontes? Que perguntas colocar? Como compreender certas respostas?

Alguns conhecimentos também são destacados como fundamentais por Traquina (2013): 1) saber de reconhecimento – saber identificar quais acontecimentos possuem valor como notícia; 2) saber de procedimento – passos a seguir na recolha de dados para elaborar a notícia; 3) conhecimento das regras de escolha de fontes – a fonte deve provar ter credibilidade, autoridades detêm mais informações, e uma informação bem como um *no comment* deve ser pesado de acordo com os interesses institucionais; 4) saber de narração – capacidade de compilar todas informações recolhidas, em tempo hábil e de forma interessante.

Todas essas habilidades e preocupações típicas dos profissionais da imprensa acabam por conduzi-los à sequência de valores-notícia. Stuart Hall (1984) afirma que eles são uma das estruturas mais opacas do jornalismo. Gaye Tuchman (1972/1993, p. 85 apud TRAQUINA, 2013, p. 60) compartilha a constatação de Hall e acrescenta que os jornalistas acreditam possuir uma capacidade de selecionar as notícias que nem eles mesmos conseguem definir, em parte, devido à forma como a cultura profissional privilegia um saber instintivo em detrimento do reflexivo.

Após enumerar as pesquisas acadêmicas que já foram desenvolvidas sobre o valor-notícia, Traquina (2013) dedica um subcapítulo a resumir esse conceito pela sua própria ótica. O autor cita Mauro Wolf (1987 apud TRAQUINA, 2013, p. 75) ao destacar que os valores-notícia estão presentes em todas as etapas da notícia: na seleção dos acontecimentos (critérios substantivos) e na construção da notícia (critérios contextuais). Os critérios substantivos são categorizados em 11 tipos, já os critérios contextuais são seis. Portanto, serão enumerados aqui todos os valores-notícia entendidos como relevantes para Traquina, dando-se destaque àqueles que dialogam com a memória no próximo subcapítulo deste trabalho.

Os critérios utilizados pelos jornalistas na decisão de cobrir ou não um determinado assunto são muito sutis e instintivos. O primeiro critério exposto por Traquina é a morte. O antropólogo Mark Pedeltyouve (apud TRAQUINA, 2013, p. 76), em uma pesquisa onde acompanhava um fotógrafo, perguntou qual a hierarquia das fotos a serem feitas, sendo eu a resposta foi bem direta “assassinatos, bombardeamentos, funerais e conferências de imprensa”. O número de mortes também é importante, pois a relevância da notícia é resultante de uma média do número de mortes *versus* distância do acontecimento. Por exemplo, se um

avião cai no Sudão e ocasiona duas mortes, a notícia é considerada fria mas, se um avião cai no mesmo local e causa duzentas mortes, essa notícia será importante. No entanto, se as duas pessoas que morreram no primeiro caso são chefes de estado ou personalidades conhecidas mundialmente, este evento ganha valor-notícia. Este fenômeno é descrito por Traquina como valor notoriedade. “O que o Presidente da República faz é importante porque o Presidente da República é importante” (TRAQUINA, 2013, p. 77). A relação entre a distância do acontecimento à redação de origem é denominada como valor-notícia proximidade. Essa proximidade também vale para semelhanças culturais.

O quarto valor-notícia apresentado pelo autor é a relevância. Tudo aquilo que possa impactar na vida das pessoas deve ser apurado: mudanças de leis, oscilações em taxas de juros, alterações no trânsito, eventos climáticos, etc. A novidade também é um fator fundamental na hora de convencer um jornalista a apurar determinado assunto. Ela pode ser de algo inédito, bem como trazer novos dados para um assunto já abordado anteriormente: “uma das maiores dificuldades para o jornalista é a justificativa para voltar ao assunto sem novos elementos: geralmente tem que haver algo de novo para voltar a falar do assunto” (TRAQUINA, 2013, p. 78).

O valor tempo talvez seja o mais marcante para os profissionais. O jornalista avalia se a notícia, que deve ser apurada, ficará pronta em tempo hábil para ser publicada ainda “quente” (o furo jornalístico):

O valor do imediatismo é tão forte entre os membros da tribo, que os jornalistas têm uma relação “fetichista” com o tempo. Ser obcecado pelo tempo é ser jornalista de uma forma que os membros desta comunidade interpretativa⁷ consideram ser especialmente sua, quase como um ato de fé num deus chamado Kronos (TRAQUINA, 2013, p. 36).

Esse valor-notícia também é relevante na marcação de datas através do tempo. Aí entram as datas comemorativas do estilo “há vinte anos aconteceu isso”, “faz dez anos que Fulano faleceu”. Neste caso, o próprio fator tempo é utilizado como gancho para justificar a repetição de assuntos.

O valor-notícia notabilidade refere-se à possibilidade daquilo que será noticiado ser sentido ou visto pelos leitores. É necessário que haja uma forma evidente, um aspecto

⁷ Comunidade interpretativa é um conceito proposto pela pesquisadora e professora da Annenberg School for Communication (Universidade da Pensilvânia), Barbie Zelizer (1993), que enquadra os jornalistas como um “grupo unido pelas suas interpretações partilhadas da realidade”. Ela afirma que os jornalistas têm um “enquadramento de referência partilhado para trabalhar”. A terminologia “comunidade interpretativa” também dialoga com o conceito de “tribo” proposto por Bourdieu (1998) (TRAQUINA, 2013, p. 24).

manifesto do fato. Esse valor alerta para o fato de o trabalho jornalístico ser muito mais voltado para acontecimentos do que para problemáticas. O valor noticiabilidade é dividido em outras cinco instâncias: 1) quantidade de pessoas que o evento envolve; 2) inversão, ou seja, um fato que contraria aquilo que é considerado como “normal”, por exemplo, um homem que morde um cão; 3) aquilo que é insólito ou inesperado, como o caso de um ladrão que volta para devolver o que roubou; 4) a falha, como acontece em casos de acidentes, e, por último; 5) o excesso ou a escassez de algo, como é o caso, no Brasil, de enchentes no Sul do país e secas no Nordeste.

O inesperado também mobiliza os jornalistas, tanto que, na opinião de Tuchman (1978, apud TRAQUINA, 2013, p. 81), o inesperado é, muitas vezes, parte de um acontecimento que designa como “*What a story!*”; um acontecimento com enorme repercussão e que provoca um caos na sala da redação.

Não menos importante é o conflito na decisão de se noticiar algo. A presença de violência física fornece noticiabilidade e ilustra o fato; enquanto os conflitos políticos representam uma disputa importante de se cobrir.

O penúltimo valor-notícia dos critérios substantivos de Traquina é a infração. A transgressão de fronteiras normativas, de regras, configura um crime que pode receber uma cobertura jornalística rotineira ou pormenorizada. Por fim, vê-se o valor-notícia escândalo, que corresponde à imagem do jornalista como uma figura mítica que funciona como um “cão de guarda” das instituições democráticas (TRAQUINA, 2013, p. 83).

Todos estes 11 valores-notícia respaldam-se no imaginário de que há uma natureza consensual na sociedade. Assim como abordou-se no capítulo sobre memória, a circulação de certos discursos e sua recorrência podem, ao longo do tempo, construir uma sociedade como “consenso”, uma vez que os *media* são capazes de definir o que as pessoas pensam e como elas pensam.

Expostos os valores-notícia de seleção do que poderá se tornar notícia, passam-se a abordar os valores-notícia de eleição daquilo que será priorizado na apuração dos fatos/eventos pelos jornalistas. Esses critérios são denominados por Nelson Traquina (2003, p. 85) como “critérios contextuais”.

De acordo com Traquina (2003), cinco desses critérios são observados pelos jornalistas ao recolher informações para uma notícia. O primeiro é a disponibilidade, que reflete a viabilidade de se cobrir determinado fato, assim como as condições da empresa jornalística e seus interesses. O segundo critério é o equilíbrio, pois o jornalista deve avaliar se o mesmo assunto já foi noticiado pelo veículo várias vezes em um curto espaço de tempo.

A visualidade é um critério que se relaciona à capacidade de se levar ao leitor ilustrações daquele fato. O mundo do jornalismo é marcado por rivalidades entre empresas como acontece no ambiente empresarial como um todo, dessa forma, superar a concorrência é um critério preponderante na apuração de eventos/fatos. Por fim, o dia noticioso é fundamental na definição do valor-notícia de um fato, pois se em um dia acontecem três acidentes de carro sem mortes, um incêndio em um galpão vazio e a queda de um avião deixando 150 feridos na mesma cidade, os noticiários concentrarão sua cobertura na queda do avião. Mas, se esses eventos acontecerem em dias diferentes, cada um receberá uma cobertura detalhada.

O terceiro critério dos valores-notícia defendidos por Traquina trata-se dos “de construção”, que referem-se à escolha daquilo que será julgado como relevante de ser inserido nos textos jornalísticos durante sua elaboração.

O primeiro, dentre os seis enumerados pelo autor, é a simplificação. Quanto menos ambiguidades, quanto mais próximo o texto for do leitor – o que inclui utilização de jargões e clichês –, maior será a possibilidade da notícia ser notada e compreendida.

O segundo critério de construção é a amplificação. Galtung e Ruge (1965 apud TRAQUINA, 2013, p. 88) explicam que quanto mais amplificado é o acontecimento, mais possibilidades a notícia tem de ser notada como, por exemplo “Brasil chora a morte de Senna”.

Assim como nos critérios substantivos, a relevância também se destaca entre os critérios de construção. Nesse caso, cabe ao jornalista julgar aquilo que dará sentido ao fato e contextualizar o leitor, para que o mesmo entenda porque aquilo é importante para sua vida.

Na elaboração da notícia a personalização dos fatos/eventos também contribui para a identificação do acontecimento. Ela é uma importante estratégia para prender o leitor porque as pessoas se interessam por outras pessoas, de acordo com estudos feitos por Bensman e Lilienfield (1979 apud TRAQUINA, 2013, p. 89).

A dramatização torna-se indispensável ao “contar a estória”. O jornalista prioriza os aspectos mais críticos, reforça o lado emocional e expõe a natureza conflitual.

Por fim, vê-se o critério consonância – a capacidade de contextualizar aquele assunto aos demais já publicados pelo veículo de comunicação. A notícia deve se encaixar em uma narrativa já estabelecida para que seja notada.

Nesse diapasão, expostos os critérios que levam ao julgamento daquilo que pode ser considerado como importante, desde a decisão de se apurar um fato até a seleção das informações que entrarão no texto, passa-se ao subcapítulo que aborda a decisão de se

rememorar fatos na imprensa. Ver-se-á a quais valores-notícia a memória se enquadra e porque ela é, com tanta frequência, encarada como potencial valor-notícia.

3.3 A Memória como valor-notícia em destaque

Buscar pautas para notícias e reportagens no passado nem sempre foi tão valorizado pelos jornalistas e pelos veículos de comunicação. A febre da modernidade que reinou no século XX conduziu a sociedade a olhar sempre para o futuro, deixando assim, um vácuo na valorização da memória naquele momento. Andreas Huyssen (2000, p. 9) enfatiza que a emergência da memória como uma preocupação social e política é um fato recente, e estritamente ligado à pós-modernidade. O autor destaca que essa mudança de postura – na qual o passado volta a ser revisto e o futuro deixa de ser a preocupação exclusiva da sociedade – está diretamente ligada à conscientização de que o progresso desmedido tem um preço.

As décadas recentes, no entanto, testemunharam um crescente ceticismo quanto a ideologias como o progresso, à medida que o lado sombrio da modernização vem impressionando cada vez mais as consciências, nas sociedades ocidentais, em função dos totalitarismos políticos, dos empreendimentos coloniais, e das devastações ecológicas deste século (HUYSSSEN, 2000, p. 70).

Uma vez decepcionado com os resultados da modernidade e desprovido de memórias ou do trabalho com a mesma, o homem pós-moderno busca no passado uma forma de estabilizar sentidos e lembrar (ou criar) significados. Para Huyssen, visitar o passado também é uma forma de evitar a exclusão e a segregação:

[...] sem esta leitura dos restos do passado não pode haver o reconhecimento da diferença (da não-identidade, como denomina Adorno) nem a tolerância das ricas complexidades e instabilidades de identidades pessoais e culturais, políticas e nacionais (HUYSSSEN, 2000, p. 72).

Assim, séries de reportagens sobre fatos que já se passaram, documentários que revelam detalhes de fatos fundamentados em entrevistas com sobreviventes e séries televisivas que misturam realidade e ficção de um tempo passado passam a fazer parte do cotidiano do homem pós-moderno.

Não se pode deixar de citar aqui a expressão máxima do “boom da memória” que é o aumento do número de museus e memoriais pelo mundo. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2011), órgão responsável pela Política Nacional de Museus (PNM), pela melhoria dos serviços do setor e pela administração direta de trinta museus, em 1947 o Brasil possuía 71 museus e não havia um controle exato dos dados dessas instituições. Além disso, a inexistência de um órgão exclusivamente responsável pela gestão das informações de museus – o IBRAM foi criado em 2010 – foi um grande dificultador para a recuperação dos dados.

A Figura 1 apresenta a evolução do número de museus no país com o passar dos anos, de acordo com dados publicados pelo relatório “Museus em Números – volume I e II” do IBRAM (2011). É necessário destacar que, de acordo com esse relatório, devido às particularidades das metodologias utilizadas nas pesquisas, pode haver uma inexatidão, ou até mesmo, incoerência dos dados do século XX, o que reflete a falta de preocupação com o registo e curadoria dos dados naquela época. No Apêndice B deste trabalho (página 96) está apresentada uma tabela feita pela autora que fornece, tanto o número de museus em determinados períodos/anos, quanto informações acerca dos meios utilizados para divulgação dos dados em cada ano.



Figura 1 – Quantidade de museus registrados por ano no Brasil.

Fonte: Confeccionado pela autora com base nas informações de IBRAM (2011).

Os dados apresentados na Figura 1, bem como o aumento do cuidado com a gestão de informações sobre os museus do país, demonstram claramente a ampliação dos esforços voltados para a preservação da memória no fim do século XX e início do século XXI. Huyssen (2000, p. 69) analisa que essa ascensão da preservação da memória em momentos contemporâneos – na pós-modernidade – contrapõe o “lugar-comum de crítica cultural que sugere que a modernização esclarecida nos livra da tradição e das superstições, que a modernidade e o passado são necessariamente antagônicos um ao outro”. Para o autor, a crença de que os museus simbolizam o passado e contestam os ideais de avanço da sociedade é errônea, pois são parte integrante do crescimento e da evolução. Em contrapartida, essa evolução também é marcada pela emergência de uma nova estrutura de temporalidade, onde as relações são balizadas pelas TVs a cabo, pela internet e pelos *smartphones*, e conseqüentemente, suas percepções psicológicas são alteradas.

Quanto mais memória armazenamos em bancos de dados, mais o passado é sugado para a órbita do presente, pronto para ser acessado na tela. Um sentido de continuidade histórica ou, no caso, de descontinuidade, ambos dependentes de um antes e um depois, cede o lugar à simultaneidade de todos os tempos e espaços prontamente acessíveis pelo presente [...] (HUYSSSEN, 2000, p. 74).

Acompanhando esta tendência de se tornar o passado parte do presente, o jornalismo contemporâneo, com frequência, rememora o passado em seus trabalhos com diversas finalidades: elucidar, ensinar, trazer à tona fatos ocultos ou, até mesmo, contribuir para o esclarecimento de trechos pouco claros da história do país. Além de garantir que a imprensa esteja sócio-mercadologicamente à frente dessa tendência de rememoração, a valorização de reportagens pautadas no passado também atende a alguns critérios de valor-notícia descritos por Traquina (2013).

O primeiro a ser citado refere-se à consonância. Quando o jornalista identifica alguma nova informação sobre um fato relatado anteriormente, ela pode vir para corroborar o que já foi dito ou refutar o que era de conhecimento da população. Se a reportagem confirma e/ou acrescenta dados, contribui para o esclarecimento e construção da memória daquele período. Já se a reportagem contradiz um discurso já construído, torna-se responsável diretamente pela reconstrução de memórias coletivas e por revirar memórias individuais ocultadas ou silenciadas.

Em segundo, tem-se o inesperado, tendo em vista que a manifestação de fatos esquecidos/omitidos do passado provoca a instabilização de sentidos já solidificados e

provoca a ressignificação do passado. Como Traquina (2013) explica, o inesperado gera o choque e a curiosidade, sentimentos diretamente ligados à prática jornalística.

Por último, cita-se o tempo, pois, aniversários, datas comemorativas, dias mundiais, dias nacionais, etc. são oportunidades para se rememorar. Nessas oportunidades, a rememoração se torna frequente na imprensa por meio de especiais sobre o assunto em alta, como foi o caso, em 2014, dos cinquenta anos do Golpe Militar no Brasil.

Dessa forma, verifica-se que a rememoração promovida pelo jornalismo atende tanto aos critérios de valor-notícia, quanto aos anseios da sociedade pós-moderna de revisitar o passado e valorizar a memória. Assim como Huyssen e Halbwachs propõem, a busca pela memória promove a evidenciação das qualidades e dos erros cometidos no passado e auxilia a formação de consciências para as gerações futuras.

4 “ESTADO DE MINAS’: O GRANDE JORNAL DOS MINEIROS”

Neste capítulo será descrita a trajetória do jornal “Estado de Minas”, bem como a metodologia utilizada para analisar as reportagens publicadas pela série “A tortura de Estela contada por Dilma”. Em seguida, serão expostos os resultados quanti-qualitativos obtidos da análise da série.

4.1 História do “Estado de Minas”

O “Estado de Minas” é descrito por Vera Veiga França como o grande jornal dos mineiros. Segundo ela,

[...] criado em 1928, ele [o “Estado de Minas”] manteve um desenvolvimento contínuo, linear, desprovido de grandes crises ou grandes momentos. (...) Sobreviveu à concorrência e com um alto índice de preferência, ganhou a reputação de ser “o grande jornal dos mineiros” (FRANÇA, 1998, p. 101-102).

O “Estado de Minas” foi classificado pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ) como o 14º maior jornal do país, com média de circulação no ano de 2012 de 83.787 exemplares e com taxa de crescimento de 2011 para 2012 de 5%. Considerando apenas os jornais publicados no estado de Minas Gerais, o “Estado de Minas” ocupa o segundo lugar em circulação, sendo o jornal “Super Notícia” aquele com o maior número de assinaturas – 296.799 assinantes (ANJ, 2013).

Embora, hoje, Minas Gerais possua cinco representações entre os cinquenta maiores jornais do país, a história da imprensa mineira nem sempre foi áurea. De acordo com levantamento histórico feito por Vera França, desde a chegada da família real no Brasil, quando a imprensa passou a ser timidamente permitida, até a fundação do “Diário da Manhã” – precursor do “Estado de Minas” – aproximadamente 160 publicações tiveram uma efêmera existência, seja por motivos financeiros, ou por interesses políticos. “Moacir Andrade, em um artigo publicado na imprensa carioca, em 1925, dizia: ‘Belo Horizonte é a cidade que Gutenberg esqueceu’” (FRANÇA, 1998, p. 103).

Em julho de 1927, Augusto de Lima Júnior, o Liminha, investe na inovação da imprensa adquirindo uma rotativa Marioni e funda o “Diário da Manhã”. No entanto, devido a

um posicionamento radical tomado por esse jornal em relação ao Governo e aos grupos econômicos da época, ele encerra suas atividades em dezembro do mesmo ano. Nessa oportunidade, Pedro Aleixo, Álvaro Mendes Pimentel e Juscelino Barbosa compram o patrimônio do extinto jornal e fundam o “Estado de Minas”. Em 7 de março de 1928, o jornal começa a circular com 12 páginas e formato tabloide (FRANÇA, 1998).

Atualmente o “Estado de Minas” circula diariamente e conta com dez editorias: Gerais, Política, Economia, Nacional, Internacional, Saúde Plena, Educação, Tecnologia, Superesportes e Divirta-se. Não há uma editoria exclusiva do jornalismo investigativo ou para reportagens especiais, mas há jornalistas responsáveis pela produção delas. Além disso, repórteres de editorias diversas têm a oportunidade de publicar conteúdos especiais caso suas pautas sejam aprovadas pelos editores gerais. No caso da série “A tortura de Estela contada por Dilma”, o conteúdo proposto pela jornalista Sandra Kiefer, lotada na editoria Gerais, era tão grave que somente foi autorizada pelo diretor geral do jornal.

Observa-se que a iniciativa do “Estado de Minas” de publicar uma série de reportagens pautadas na rememoração de fatos dolorosos durante o período de uma semana inclui esse jornal no *hall* dos poucos veículos atuais a se dedicarem à valorização das grandes reportagens.

Publicações desse jornal já renderam diversos prêmios regionais e nacionais. A jornalista autora da série que é objeto de estudo deste trabalho, Sandra Kiefer, já foi homenageada com três prêmios significativos: Prêmio Esso Regional e Prêmio Abrelpe de Jornalismo, ambos com a matéria “Criança no lixo nunca mais” (1999); e Prêmio Sebrae (nacional e regional) de 2010, com a reportagem “Paraíso fiscal à brasileira”. Além disso, foi finalista do Prêmio Ayrton Senna, Líbero Badaró e Embratel de Imprensa, todos no ano de 1999. Outros colegas de trabalho de Sandra também foram reconhecidos nacionalmente por terem levado ao leitor grandes reportagens, como é o caso dos repórteres Mateus Parreiras e Luiz Ribeiro, em parceria com o repórter fotográfico Beto Novaes, que receberam o prêmio Esso 2014, Categoria Regional Centro-Oeste, com a série “A nova fronteira da sede”. No mesmo ano, outras seis reportagens do “Estado de Minas” ficaram entre as melhores colocadas no 8º Prêmio Délio Rocha de Jornalismo de Interesse Público, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Na categoria reportagem de internet, o Saúde Plena, sessão publicada no portal “em.com.br”, ficou com o primeiro e segundo lugares com as matérias “Violência Obstétrica: se você ainda não acredita, escute essas mulheres” e “Crianças refugiadas: o desafio do recomeço”, respectivamente, ambas de autoria de Valéria Mendes. Em 2014 o “Estado de Minas” também colheu os frutos do bom trabalho

fotográfico do repórter Leandro Couri, que conquistou o primeiro lugar com as imagens para a matéria “Livres para destruir” no 8º Prêmio Délio Rocha de Jornalismo de Interesse Público. O fotógrafo também ganhou a terceira colocação na categoria com a foto da matéria “Fogo avança e mata”. O repórter Paulo Henrique Lobato, com a série de reportagens “Muito além do cafezinho”, garantiu mais uma premiação para o “Estado de Minas” em 2014 e levou o Prêmio CDL/BH de Jornalismo para casa.

A 8ª edição do Prêmio Allianz Seguros de Jornalismo, categoria Linguagem Escrita – Impresso Nacional e Regional premiou a série “Ameaçados ao nascer”, de Mateus Parreiras e Leandro Couri, no tema Sustentabilidade – Mudanças Ambientais. A reportagem premiada contou ainda com a participação de Juliana Sodré, editora de vídeos do portal “em.com.br”.

O “Estado de Minas” foi premiado duplamente nas categorias Regional de Jornalismo Impresso e Grande Prêmio Nacional do 1º Prêmio Correios de Jornalismo, promovido também em 2014. A série de reportagem “Minas das cartas”, de autoria dos repórteres Luiz Ribeiro e Jefferson da Fonseca Coutinho foi a homenageada pelo prêmio dos Correios.

Em 2013 o “Estado de Minas” recebeu três prêmios em uma só cerimônia: o Prêmio Petrobras de Jornalismo nacional na categoria Reportagem Cultural foi para a série “MBP, Música Brasileira Popular”, assinada por Ana Clara Brant; a categoria Responsabilidade Socioambiental do Norte, Centro-Oeste e Minas Gerais contemplou a série “Rede de corrupção no seguro da pesca”, de Mateus Parreiras e Luiz Ribeiro; e, por sua vez, a 35ª edição do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos destacou, na Categoria Especial, a série de reportagens “Jornalistas assassinados no Vale do Aço”, de autoria de Mateus Parreiras, Landercy Hemerson, Pedro Ferreira, Guilherme Paranaíba e Junia Oliveira.

Observa-se, portanto, que essas premiações são uma breve exposição de como este veículo de comunicação garante espaço para a discussão e crítica social por meio da publicação de grandes reportagens. O factual é aliado às grandes reportagens que levam conteúdo analítico e reflexivo ao leitor.

Historicamente o foco do jornalismo diário é o factual, mas sabe-se que o resgate de fatos pretéritos também possui forte apelo quando trazem um novo olhar sobre o que já passou. A análise da série de reportagens “A tortura de Estela contada por Dilma” faz um exercício de memória indispensável à evidenciação de que o Brasil viveu momentos marcantes de censura e violação das liberdades individuais. Por meio de depoimentos à Comissão Nacional e aos Comitês da Verdade regionais, pessoas que de alguma forma foram atingidas pelo governo militar auxiliam na reescrita da história do país.

4.2 A Análise do Discurso como instrumento de estudo da Memória na imprensa

A metodologia da Análise do Discurso mostrou-se uma útil ferramenta para compreender a relação existente entre o que se é falado no jornal impresso e a memória do leitor. A memória discursiva, assim como a memória expressa pelos relatos pautados, serve como base para reforçar ou quebrar sentidos pré-existentes. A seguir serão brevemente expostos alguns conceitos chave desta metodologia para, assim, adentrar-se os resultados da pesquisa.

4.2.1 Bases teóricas desta metodologia

Neste momento utiliza-se a AD em sua vertente Pêcheux-Orlandi como um breve aporte para se entender como as reportagens da série em questão foram construídas. Neste contexto, faz-se indispensável conceituar a relação entre memória e discursos, pois ela afeta diretamente na interpretação dos sentidos implícitos e explícitos neles contidos. Sobre o conceito de discurso, Pêcheux (1990) relembra os marxistas e define o discurso como uma forma de materialização ideológica. Para ele, o sujeito detém ideologias, sem vontade própria, e a língua é vista como um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade.

Considerando os sentidos materializados pelo discurso jornalístico e o ambiente de ideologias, chega-se ao questionamento proposto pelo mesmo autor: “Em que condições um acontecimento histórico poderá vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio de uma memória?” (PÊCHEUX, 1990, p. 49).

Para compreender o papel do discurso na cristalização dos significados – registro na memória –, acredita-se ser apropriada a metodologia da AD, que visa compreender como o texto produz sentidos e não somente interpretá-lo.

[...] análise do discurso trabalha com forma materiais que reúnem forma e conteúdo. As marcas formais, em si, não interessam diretamente ao analista. O que interessa é o modo como elas “encarnam” no discurso. Daí o interesse do analista pela forma-material que lhe permite chegar às propriedades discursivas (ORLANDI, 2005, p. 90).

Essa busca pela compreensão, segundo Pêcheux (2002, p. 56), só se torna possível ao se entender que o discurso não é independente das redes de memória nem dos trajetos sociais em que ocorre.

A memória, na AD, refere-se ao saber discursivo – remete ao fato de que todo dizer se produz sobre um já dito –, pois, para que as palavras façam sentido, é necessário que já signifiquem, que já se produzam em uma memória discursiva. “A essa memória constitutiva, discursiva, chamamos interdiscurso. Face a ela, os sentidos se estabilizam, nela os sentidos se movimentam” (ORLANDI, 2012, p. 171). Lúcia Ferreira (2009) complementa o exposto por Orlandi, afirmando que o interdiscurso fornece os objetos do discurso à enunciação, sendo responsável, dessa forma, por organizar e sustentar o enunciado.

Quando Orlandi afirma que a memória discursiva remete a sentidos que podem ser estabilizados ou que podem se movimentar, ela remeta à instabilidade dos sentidos dentro do discurso. Este caráter oscilante dos sentidos pode ser explicado, dentre outros fatores, pelo esquecimento. Eni Orlandi (2012, p. 172) esclarece que o esquecimento permite a ressignificação da memória discursiva – o interdiscurso – e, assim, a instabilização de sentidos: “produz o que chamamos efeitos metafóricos, transferências, derivas, deslizamentos de sentidos”. Assim como Huysen, Orlandi afirma que o esquecimento é constitutivo da memória, parte estruturante do seu funcionamento.

Lúcia Ferreira ressalta a importância da rememoração e atualização dos sentidos pela memória na construção de uma imagem do futuro:

[...] a reatualização da memória pressupõe um movimento constante de (re)construção do passado, que envolve esquecimentos, ressignificações e disputas, mas também aponta para uma memória imaginária do futuro [grifo original] (FERREIRA, 2009, p. 223).

Além disso, a autora complementa que um acontecimento discursivo que confronta memórias construídas explicita o choque entre duas forças antagônicas:

Uma que visa manter a regularização e os implícitos pré-existentes e negociar a integração do acontecimento; a outra, ao contrário, visaria uma desregulação que vem perturbar a rede de implícitos (FERREIRA, 2009, p. 224).

A incorporação de novos sentidos ao interdiscurso desloca as fronteiras da FD, cujo exterior é dissimulado para o sujeito (COURTINE, 1981 apud GREGOLIN, 2005). A este mascaramento, Pêcheux relaciona dois tipos de esquecimento provocado: o primeiro, onde

utiliza-se o efeito do inconsciente e do ideológico do sujeito para ocultar a existência de um saber exterior, portanto, oculta-se o sujeito falante que está dominado por determinada formação discursiva, e o segundo esquecimento, que configura-se no processo de constituição do sentido, onde o pré-construído é acolhido e reconfigurado para inserir-se no intradiscorso (SILVA, 2009, p. 255).

Maria do Rosário Gregolin expõe a relação entre o interdiscurso e a FD, descrevendo que

Os sentidos, no interior das FDs, estão sob a dependência do interdiscurso. Em outras palavras, o interdiscurso é o lugar em que se constitui, para um sujeito que produz uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse enunciador se apropria para fazer deles objetos de seu discurso (GREGOLIN, 2005, p. 4).

Entende-se, então, que o sujeito constrói seu discurso a partir de suas memórias e ideologias, manifestando, quase sempre inconscientemente, seus desejos de estabilização de discursos vigentes ou de reelaboração de sentidos.

Dessa forma, a AD desconstrói o texto visando detectar as manifestações do sujeito naquele discurso. A busca pelas estabilizações ou quebras de sentidos já estabilizados guia o trabalho do analista, que entende que o discurso sempre será a união de três vertentes: histórica, política e ideológica.

A partir dos conceitos aqui apresentados e da relação explícita entre memória e discurso, realizou-se a análise da série de reportagens objeto desta pesquisa. Portanto, adiante serão descritas e expostas as observações acerca do resgate da memória na série “A tortura de Estela contada por Dilma” e suas características discursivas gerais.

4.2.2 Análise quantitativa da série

A série “A tortura de Estela contada por Dilma” (Anexo A, página 109) foi publicada durante nove dias, entre 17 e 25 de junho de 2012, pelo jornal “Estado de Minas”. O “furo” veio de um acesso que a jornalista Sandra Kiefer teve ao arquivo do CONEDH-MG, localizado em um prédio no centro de Belo Horizonte, o Edifício Maleta. Nesse arquivo, além do processo de Dilma Rousseff, onde havia o pedido de indenização por violação dos direitos humanos por parte do Estado de Minas Gerais entre 1964 e 1985, também encontravam-se

centenas de outros processos similares. Infelizmente, conforme relato da jornalista, todos estavam em péssimas condições de conservação devido ao baixo orçamento direcionado pelo Estado ao CONEDH-MG.

A publicação desta série gerou intensa repercussão no Brasil e no mundo. Jornais da Europa e da América Latina levaram aos seus leitores manchetes no estilo “Presidente do Brasil foi torturada no passado”. O próprio jornal “Estado de Minas” também sentiu os efeitos da publicação, uma vez que recebeu grande número de correspondências de leitores que parabenizaram e que discordaram do conteúdo publicado.

Para a seleção das publicações que compuseram o *corpus* da análise deste trabalho, foram seguidos três critérios fundamentais: 1) foram analisadas apenas reportagens, excluindo-se as publicações do gênero “notícia”; 2) apenas publicações da versão impressa do jornal foram analisadas, sendo excluído todo o conteúdo on-line; e 3) somente as reportagens que receberam o cabeçalho típico da série (Figura 2), ou que deixaram explícito de alguma outra maneira que faziam parte da série, entraram na análise. Dessa forma, cartas do leitor, charges, notícias da repercussão das matérias e colunas opinativas foram excluídas desta pesquisa.



Figura 2 – Cabeçalho apresentado em todas as reportagens da série “A tortura de Estela contada por Dilma”.
Fonte: Kiefer (2012).

Assim, chegou-se ao total de 31 páginas do “Estado de Minas” a serem analisadas para este trabalho por meio da metodologia da Análise do Discurso em sua vertente Pêcheux-Orlandi (doravante, ADP). Esta escolha deveu-se ao fato de a ADP garantir o aporte para entender-se como as reportagens desta série foram construídas e como seus enunciados trabalham o resgate da memória pelo jornal. Esta metodologia de análise visa garantir a compreensão dos efeitos de sentido do texto sem, necessariamente, intervir nos contextos e nos discursos. Busca a exposição daqueles sentidos ocultos que são explicitados pela linguagem sem propor uma intervenção ou alteração dos discursos.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, partiu-se da premissa de que o texto jornalístico produz efeitos de sentidos e reproduz ideologias, uma vez que a linguagem é atravessada pelo conteúdo histórico e ideológico da sociedade. Essa é a chave fundamental da ADP, que entende que a linguagem media a relação entre o homem e a realidade natural e

social. “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive”, explica a pesquisadora brasileira Eni Orlandi (1999, p. 15).

Quando fala de deslocamentos, Orlandi (1999) remete aos sentidos já estabilizados pelos discursos, que constituem sua memória discursiva. Um texto nunca significa sozinho, ele reproduz significados que já foram ditos anteriormente, podendo ratificar ou desestabilizar (deslocar) sentidos já estáveis na sociedade. Como Michel Foucault (1996) afirma, é necessário ter a consciência de que uma voz sempre nos precede e aquilo se que é dito já foi proferido anteriormente.

A pesquisadora Maria do Rosário Gregolin complementa a discussão quando afirma que os discursos são atravessados por dois espaços discursivos. No primeiro, encontra-se a manipulação das significações estabilizadas, normalizadas; já no segundo espaço discursivo, vêm-se as transformações do sentido. A fronteira entre esses dois espaços é muito difícil de determinar, uma vez que há uma “zona intermediária de processos discursivos (que deriva do jurídico, do administrativo e das convenções da vida cotidiana) que oscilam em torno dela” (GREGOLIN, 2005, p. 15). A autora ainda afirma que nessa região discursiva intermediária os sentidos têm um caráter oscilante.

As 31 páginas da série “A tortura de Estela contada por Dilma” foram estudadas justamente na busca dessas estabilizações ou oscilações de sentido. Primeiramente, foram analisadas as Famílias Parafrásticas (FP) das reportagens para, em seguida, delimitar-se as Formações Discursivas (FD) mais frequentes e; por fim, entender quais Formações Ideológicas (FI) predominam no jornal nos nove dias de publicação.

A busca por conjuntos de paráfrases que fazem o mesmo sentido partiu do princípio defendido por Pêcheux (2002) de que há sempre outras formas de dizer o mesmo. O inverso também é válido para ele, quando afirma que conteúdos diferentes podem ser transmitidos utilizando-se enunciados idênticos, pois, os efeitos de sentido do discurso não vêm das palavras em si, mas das condições de produção (contexto social e ideológico) às quais o discurso é submetido.

Orlandi explica o conceito de paráfrase aplicado à AD afirmando que:

[...] os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa, assim, o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização (ORLANDI, 2001, p. 36).

Já a polissemia, para Orlandi, representa o deslocamento, a ruptura de processos de significação. É válido citar que, na análise feita da série de reportagens, foram identificados 18 conjuntos de paráfrases frequentes, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Relação de frequências de Famílias Parafrásticas por data de publicação nas reportagens da série “A tortura de Estela contada por Dilma”, do jornal “Estado de Minas”.

Famílias Parafrásticas	Sentido	Frequência das publicações por data (junho de 2012)									TOTAL
		Dia 17	Dia 18	Dia 19	Dia 20	Dia 21	Dia 22	Dia 23	Dia 24	Dia 25	
FP1	Militância = apanhar	1				1					2
FP2	Governo ilegal.	5	2					2		1	10
FP3	Jornalismo salva a memória.	1		1		1					3
FP4	Passado de Dilma é diferente do presente	3	1								4
FP5	Traz valores do passado para o presente.	1		2		1	1			1	6
FP6	Características (positivas) do caráter de Dilma.	18	1	3				1	1		24
FP7	Veracidade do conteúdo e do depoimento.	8	1	3	1					1	14
FP8	Tolerância à dor e conhecimento da tortura.	5		1							6
FP9	Dilma inocente/sem envolvimento com crimes.	2	2				2				6
FP10	Guerrilha intelectualizada	1	2		1						4
FP11	O depoimento resgata a memória e faz o passado reviver.	4	1	2		3		2	5	1	18
FP12	As memórias são dolorosas e precisam ser reconstruídas.	1	2	2				1	2	1	9
FP13	Força ideológica e sentimental da guerrilha	1	1	2	2	1	3				10
FP14	Reconstrução da memória a partir de novas narrativas.			2	2	1	3	1			9
FP15	Leva valores do presente para o passado						1		1		2
FP16	Disputa pela memória	1		1			2	1	1	1	7
FP17	Personaliza e desqualifica o governo militar	1						5			6
FP18	Ser militante durante a ditadura pode ser entendido como uma característica positiva de caráter								2		2

A partir destas 18 famílias, evidenciaram-se os sentidos mais frequentes no texto, que podem estar em consonância ou não com a memória discursiva do leitor e, em seguida, foram identificadas as FD. O conceito de FD, antes de ser incorporado pela AD, foi primeiramente formulado por Michel Foucault (1996), que as define como certo número de enunciados que se torna identificável por sua regularidade, por seus tipos de enunciação e conceitos ou, até mesmo, pelas escolhas temáticas. O autor ainda defende que toda formulação possui, em seu “domínio associado”, outras formulações que ela repete, refuta, transforma, nega, enfim, em relação às quais produzem-se certos efeitos de memória específicos. “Trata-se, portanto, de inserir no coração da noção de FD a problemática da memória cujo trabalho produz a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados” (GREGOLIN, 2005, p. 6).

Quando a AD trabalha com a memória, aborda o conceito pelo ponto de vista da “memória do dizer”; o que foi registrado como significado daquela determinada formulação. Essa abordagem recebe o nome de interdiscurso – aquele discurso que atravessa a memória do dizer do leitor/ouvinte/espectador.

Quando trabalha-se com o interdiscurso, para Orlandi (2012, p. 172), observam-se duas possibilidades: a do mesmo e a do diferente. O mesmo consiste naquela memória do arquivo, a memória que foi institucionalizada e que ganhou uma estabilização de seus sentidos. “No arquivo, o dizer é documento, estabilização de sentidos, efeito da relação de forças. (...) o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que se pode e mais sobre o que deve ser dito”. Já o outro, seria a instabilização, a quebra de expectativas de acordo com a memória discursiva do leitor.

A partir desses conceitos, daqueles sentidos que são reforçados ou desestabilizados, chegou-se ao total de cinco FD nas reportagens, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 – FD detectadas a partir da análise das Famílias Parafrásticas das reportagens da série “A tortura de Estela contada por Dilma”, do jornal “Estado de Minas”.

Famílias Parafrásticas	Formação Discursiva resultante	Frequência
FP4: Passado de Dilma é Diferente do Presente FP6: Características (positivas) do caráter de Dilma FP8: Tolerância à dor e conhecimento da tortura. FP9: Dilma inocente/sem envolvimento com crimes FP15: Leva valores do presente para o passado	FD1: Positividade quanto às características psico-morais da presidente/guerrilheira.	43
FP1: Militância = apanhar FP2: Ilegalidade do governo FP17: Personaliza e desqualifica o governo militar	FD2: Governo militar foi totalmente ruim.	18
FP3: Jornalismo salva a memória FP5: Traz valores do passado para o presente FP7: Veracidade do conteúdo e do depoimento	FD3: Compromisso do trabalho jornalístico com a veracidade do conteúdo e com o resgate da memória do país.	23
FP11: O depoimento resgata a memória e faz o passado reviver FP12: As memórias são dolorosas e precisam ser reconstruídas FP14: Reconstrução da memória a partir de novas narrativas. FP16: Disputa pela memória	FD4: As memórias do período militar são dolorosas, mutantes e alvo de disputas.	43
FP10: Guerrilha intelectualizada FP13: Força ideológica e sentimental da guerrilha FP18: Ser militante durante a ditadura pode ser entendido como uma característica positiva de caráter	FD5: Admiração pelos militantes da ditadura.	16

A primeira FD, que daqui em diante será chamada de FD1, identifica a quebra de sentidos em relação ao caráter, características psicológicas e políticas de Dilma Rousseff.

Durante a campanha presidencial de 2010, quando os principais candidatos à Presidência da República foram Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), o nome de Dilma foi por diversas vezes associado a atividades criminosas durante o governo militar, como assalto a bancos e sequestros, por exemplo. Embora a então candidata tenha afirmado várias vezes que não participou da luta armada, e sim do movimento ideológico dos grupos de combate à ditadura, alguns veículos de comunicação como o jornal “Folha de São Paulo”⁸ e a revista “Veja”⁹ publicaram conteúdos que relacionavam o nome da mesma a crimes durante a

⁸ “Folha publicou ficha falsa de Dilma”. Disponível em: <<http://goo.gl/F215cf>>.

⁹ “Dilma, o documento que ela diz ser falso e o crime de organização”. Disponível em: <<http://goo.gl/KS5YZ7>>.

ditadura militar no Brasil. Passados dois anos das eleições de 2010, quando a série “A tortura de Estela contada por Dilma” foi publicada, observou-se um deslocamento de sentidos, uma vez que a presidente eleita naquele momento passou a ser vista como heroína do passado e articuladora ideológica de movimentos que impulsionaram a volta da democracia no país. Aspectos positivos do caráter da presidente eleita também foram ressaltados como, por exemplo, lealdade, resistência às torturas físicas e psicológicas e, principalmente, inteligência. Dessa forma, observa-se que a rememoração de momentos ocultos do passado garantiu uma significativa quebra de significados em relação a um determinado momento histórico. A alteração do discurso a respeito do passado da presidente também muda o que é dito do passado do país, afinal, trata-se de uma página significativa da história de embates político-ideológicos do Brasil. Além disso, a publicação da série de reportagens ocorreu em data próxima à instalação da CNV no Brasil, que impulsionou o debate, a rememoração e a exposição de novos discursos acerca do regime militar no país.

A segunda FD detectada nas reportagens, FD2, trata do olhar sobre o papel do governo militar no Brasil. Verificou-se que a série de reportagens foi parte integrante de um movimento que tomou forma em 2012 (novamente, com a instalação da CNV), que alterou o discurso até então corrente de que o governo militar teve tantos prodígios econômicos, que seus acertos superaram os exageros no uso da força e consequente violação de Direitos Humanos.

Observou-se na série que os membros do governo militar, sejam eles soldados das polícias militar e civil, membros das Forças Armadas ou até mesmo governantes de alto escalão, são retratados como pessoas sem qualquer comprometimento com o respeito aos Direitos Humanos, preocupadas em executar suas tarefas a qualquer custo e até com perfis psicológicos doentios. Assim, a série desconstrói a imagem de militares disciplinados que buscavam salvar o país da ameaça comunista e passa a expô-los como pessoas que utilizavam a força do Estado para satisfazer suas próprias necessidades por meio da violência física e psicológica, segundo a reportagem.

A FD3 concentra-se em reforçar o compromisso do jornalismo com o resgate da memória com base em documentos, fatos e depoimentos. É evidente a preocupação da jornalista em demonstrar que o conteúdo apresentado é verídico, que suas fontes são confiáveis e podem ser consultadas em caso de dúvidas. Esse posicionamento reforça/estabiliza o discurso jornalístico de que seu trabalho é sério e confiável, e também combate possíveis tentativas de refutação do conteúdo publicado. Além disso, notou-se que o

sujeito (jornalista) coloca-se na posição de salvador da memória, dando a entender que ele foi a chave para as portas do conhecimento do passado.

A quarta FD (FD4) encontrada trata da rememoração do governo militar por um veículo de comunicação. Ela evidencia características fundamentais do resgate da memória como, por exemplo, a dificuldade de se lembrar de um passado doloroso e da oscilação/mutação da memória, que muitas vezes pode causar insegurança em quem colhe o depoimento.

Outro ponto englobado pela FD4 é como a memória se torna constante alvo de disputas. Esse tema dialoga com as discussões desenvolvidas por Michael Pollak (1989, p. 2), que afirma que a opção dos pesquisadores pela busca de “conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade deve ser relacionada com as verdadeiras batalhas da memória a que assistimos”, afinal, conforme afirma o autor em seus textos, constantes batalhas entre a memória dominante, denominada por ele como “Memória Oficial”, e a memória dos dominados são travadas. Entende-se, portanto, que a discursividade dos textos expõe, por meio da língua, a disputa pela memória, onde novos modos de dizer disputam lugar com sentidos já estabilizados.

Por fim, a FD5 traz novos significados sobre os militantes da ditadura militar no país. Novamente há uma quebra de sentidos estabilizados, uma vez que o sujeito mostra a militância como uma característica exclusivamente positiva de caráter. Aqueles que constantemente são alvo de questionamentos a respeito dos meios que utilizavam para conquistar suas finalidades passam a ocupar, agora, posição exclusivamente positiva, opondo-se aos discursos constantes de bem *versus* mal.

Delimitadas as FD mais frequentes nas reportagens, seguiu-se para a identificação das FI que constituem os textos. Estas FI são a expressão do resultado da interação entre língua e ideologia que acontece sempre, ou quase sempre, de maneira inconsciente. Segundo Orlandi (2009, p. 35), essa manifestação inconsciente da ideologia no discurso representa um dos esquecimentos constitutivos da língua, aquele cujo sujeito não se lembra de que suas palavras são apenas uma repetição daquilo que já foi dito anteriormente por alguém: “(...) é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos, quando, na realidade retomamos sentidos pré-existentes”. O outro esquecimento proposto por Orlandi refere-se às formas de dizer; quando o sujeito fala algo, ele se esquece das inúmeras outras possibilidades do dizer, das outras formas que a língua fornece para se construir sentidos.

Dessa forma, ao buscar-se as FI das reportagens, parte-se da premissa de que todo discurso é atravessado pela ideologia, pois a sociedade é imersa nela. Assim como um prisma desdobra a luz branca em outras sete cores, quando os sentidos são atravessados pela ideologia, outros inúmeros efeitos de sentido podem ser desdobrados.

A Tabela 3 demonstra o agrupamento das FD em FI de acordo com as relações de poder e ideologia que carregam.

Tabela 3 – FI identificadas a partir da análise das FD presentes nas reportagens da série “A tortura de Estela contada por Dilma”, do jornal “Estado de Minas”.

Frequência de FD	FD	FI resultante	Frequência de FI
43	FD1: Positividade quanto às características psico-morais da presidente/guerrilheira.	FI 1: Posicionamento alterado: Dilma inocente. Confiança na atual governante porque ela foi militante.	43
18	FD2: Governo militar foi ruim.	FI 2: Repulsa ao governo militar.	34
16	FD5: Admiração pelos militantes da ditadura.		
23	FD3: Compromisso do trabalho jornalístico com a veracidade do conteúdo.	FI 3: O governo militar foi ilegal e é compromisso do jornalismo denunciar as memórias omitidas.	66
43	FD4: As memórias do período militar são dolorosas, mutantes e alvo de disputas.		

A primeira FI identificada, a FI1, retrata o posicionamento do sujeito quanto à governança do país. Por meio das paráfrases evidenciadas e, conseqüentemente, da FD presente, notou-se uma afinidade do sujeito com a personagem das reportagens. Há o estabelecimento de uma relação de causa e consequência com a trajetória da personagem: “Dilma militou pela democracia no país, sofreu torturas e não entregou seus amigos, portanto, ela tem os pré-requisitos para ser uma boa governante”. Assim sendo, a análise destes discursos revela a ideologia do sujeito que é totalmente oposto aos fatos revelados do regime militar e que associa o êxito na militância a um possível sucesso como governante do país na atualidade.

Na segunda FI (FI2) identificou-se uma ideologia completamente contrária aos militares e que esquivava seu olhar de qualquer aspecto positivo desse regime. Embora tenha publicado o direito de resposta¹⁰ de um general no dia 19 de junho de 2012, a reportagem é curta, superficial e apenas reproduz aquilo que foi dito pelo citado general para cumprir o que

¹⁰ Código de ética dos jornalistas brasileiros, Art. 15 - O jornalista deve permitir o direito de resposta às pessoas envolvidas ou mencionadas em sua matéria, quando ficar demonstrada a existência de equívocos ou incorreções.

é exigido pela ética jornalística. Quando o título “General nega tortura em Juiz de Fora” aparece na mesma página que o outro título “Surpresa até para o companheiro de luta”, com a foto do ex-ministro Nilmário Miranda, conhecido por seus trabalhos em defesa dos Direitos Humanos, é inevitável que o título com a resposta do general seja visto com desconfiança pelo leitor comum – aquele leitor que não possui uma pré-afinidade com o discurso militar.

A terceira e última formação ideológica, a FI3, trata do ideal de garantir o resgate e a divulgação de memórias de atos ilegais cometidos durante o governo militar. O sujeito jornalista se coloca na posição de salvador do passado e aponta as violações dos Direitos Humanos que aconteceram no período de exceção do país. Tomando emprestado o termo utilizado pelo jornalista Elio Gaspari (2002), há uma “demonização” do regime militar por parte do sujeito jornalista, que se mostra um exorcista capaz de expor os demônios do passado e encaminhá-los para longe da sociedade brasileira.

Buscou-se expor, neste subcapítulo os resultados dos estudos sobre a série de reportagens “A tortura de Estela contada por Dilma” sob a ótica da AD Francesa. Entretanto, para que se possa partir para a exposição das observações acerca do resgate da memória na série, faz-se necessário, primeiramente, apresentar a AD como um instrumento eficaz no estudo da Memória na imprensa.

4.3 Análise qualitativa da série

O jornal “Estado de Minas” de 17 de junho de 2012 deu início a uma série de reportagens veiculadas durante nove dias. Ao todo, 38 páginas foram publicadas com conteúdo relacionado a este assunto, sendo que esta pesquisa analisou 31 páginas, conforme critérios expostos anteriormente. A seguir, são analisadas as principais marcas discursivas das publicações, englobando texto, diagramação e ilustrações.

4.3.1 “Estado de Minas”, 17 de junho de 2012

A capa que inaugura a sequência de revelações sobre a ocorrência de torturas em Minas Gérias durante o regime militar, em especial, na cidade de Juiz de Fora, traz como

manchete uma frase retirada do depoimento prestado pela presidente Dilma Rousseff ao CONEDH-MG em 2001: “As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim”. Envolta dessa frase de impacto, a diagramação do jornal utilizou fontes e imagens que remetem ao período militar. Primeiramente, todos os textos foram impressos em fonte semelhante àquela utilizada em máquinas de datilografar (serifada), além disso, se simula uma “colagem” de trechos do depoimento citado. Por fim, atrás dos textos há uma foto de janela gradeada, que transmite a imagem de uma prisão escura onde a luz só pode entrar por meio de uma pequena abertura. Também recebe destaque uma foto em estilo 3 x 4 de Dilma Rousseff quando era jovem, a mesma foto que consta no processo de indenização por torturas sofridas em Minas Gerais.

O resumo da reportagem demonstra duas características importantes: 1) quando se fala sobre militância, o codinome Estela é utilizado, e; 2) quando se fala de superação, o nome Dilma é o escolhido pela jornalista. Isso pode ser evidenciado pela contraposição das frases “Militante de esquerda, Estela, que tinha 22 anos na época, apanhou muito nos porões da ditadura” e “Dilma relata ter sido pendurada por seus algozes mineiros no pau de arara (...)”.

O subtítulo “Dente arrancado com um soco” é acompanhado por um trecho do depoimento de Dilma impresso em fonte vermelha. Dada uma certa memória discursiva à que a cor vermelha pode remeter, de forma equívoca, a afetos de dor e de paixão, neste caso, a associação de elementos gráficos, como a fotografia de porão, marcas textuais que remetem à tortura, não é difícil perceber que uma leitura dominante seja justamente a da acentuação do sofrimento. Além disso, esse subtítulo complementa o sentido da última frase do resumo da capa “a marcaram pelo resto da vida”. Sabe-se que Dilma Rousseff passou por uma série de cirurgias plásticas às vésperas das eleições presidenciais de 2010. Dessa forma, o conteúdo da mensagem transmitida ao leitor, de certa forma, justifica a aparência que precisava ser corrigida cirurgicamente. Logo na capa percebe-se um efeito de sentido que é parte integrante da FD5 – aquela que manifesta simpatia e admiração pela juventude militante que atuou durante o governo militar. Também observa-se um enunciado que será frequentemente utilizado durante a série: “nos porões da ditadura”, que remete a todas as características ilegais e ultrajantes do governo militar que serão demonstradas pelos discursos do sujeito nas páginas posteriores.

A segunda página deste assunto foi veiculada na editoria de política, página três. Contrariando o *design* tradicional dos jornais, que dá prioridade a tons claros, todo o fundo desta reportagem é preto, com exceção, novamente, da imagem da mesma janela gradeada que permite a entrada da luz. A vogal capitular foi impressa na cor vermelha, que aparenta uma mancha de sangue, o que compõe o cenário de dor física. O título, impresso todo em

caixa alta, traz a frase que denominaria toda a sequência de reportagens: “A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA”. A linha fina¹¹, ou subtítulo, foi grafada em vermelho, com fonte que simula um borrado de máquina de datilografar. Ela resume toda a temática que será explicitada nas páginas a seguir “Em outubro de 2001, a mulher que usava codinome e que seria alçada nove anos mais tarde ao posto de presidente do Brasil revelou em depoimento, até agora inédito, o sofrimento vivido nos porões da ditadura em Minas”. Os intertítulos destacam dois fatos: BILHETES (o motivo das torturas) e HUMILDE (característica do caráter da torturada que foi destacada nos textos). Também recebe destaque a frase que chama o leitor à curiosidade “LEIA TRECHOS DO DEPOIMENTO E A HISTÓRIA DE DILMA NOS CÁRCERES DE MINAS NAS PÁGINAS 4 A 7”. Por fim, à direita da página, foram inseridas imagens do processo de onde a jornalista retirou as informações para execução das reportagens. A legenda confirma a veracidade das imagens “Fac-símile de trechos dos bilhetes e do croqui do presídio que foram interceptados pela repressão e acabaram levando à tortura de Dilma”.

Diferente do texto da capa do jornal, aqui Dilma Rousseff, a presidente, foi torturada. A história de onde vieram as informações é contada ao leitor e apresenta-se o perfil de Dilma quando jovem: “militante política de codinomes Estela, Stela, Vanda, Luíza, Mariza e também Ana (menos conhecido, mas que também ressurgiu neste processo mineiro)”. A frase “ela contava então com 22 anos e militava no setor estudantil do Comando de Libertação Nacional (Colina)” salienta a idade, apenas 22 anos, e o contexto da jovem naquele momento com o “setor estudantil”. Enfim, transmite-se a informação: uma jovem estudante atuava em um grupo que buscava a liberdade (de “Libertação”).

Os três primeiros parágrafos da reportagem justificam o ineditismo da série utilizando três argumentos básicos: esquecimento – “é o que revelam documentos obtidos com exclusividade pelo Estado de Minas, que até então mofavam na última sala do Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG)”; descaso – “[sobre o prédio onde fica a sala do Conedh-MG] Um tanto decadente, sujeito a incêndios e infiltrações, o velho Maletta foi reduto da militância estudantil nas décadas de 1960 e 70”, e; anonimato – “perdido entre caixas-arquivo de papelão, empilhadas até o teto, repousa o depoimento pessoal de Dilma”.

É nesse momento que evidencia-se a FD3, a qual enfatiza a importância do trabalho jornalístico no resgate da memória e na publicação daquilo que se julga como verdade oculta do passado do país.

¹¹ A linha fina, ou subtítulo, aparece acima ou abaixo do título e tem por objetivo atrair o leitor para o texto, uma vez que ela completa o conteúdo do título e auxilia o leitor apressado no entendimento do assunto.

Já para tratar da revelação de que houve torturas em Juiz de Fora, explica-se que já é de conhecimento da população a ocorrência de torturas no eixo São Paulo-Rio de Janeiro protagonizadas, principalmente, pela Operação Bandeirante¹² (OBAN); mas, no caso de Dilma, a prisão e, em consequência, maus tratos, vieram de uma outra operação que corria no anonimato:

(...) Dilma pensou que, como havia ocorrido em outras vezes, estava vindo de São Paulo a Minas para a nova fase do julgamento do processo mineiro. Chegando a Juiz de Fora, porém, ela afirma ter sido novamente torturada e submetida a péssimas condições carcerárias, possivelmente, por dois meses. [...] Nesse período, foi mantida na clandestinidade e jogada em uma cela, onde permaneceu a maior parte do tempo sozinha e em outra na companhia de uma única presa, Terezinha, de identidade desconhecida (KIEFER, 2012, p. 3).

Após explicar ao leitor porque as informações dessa série são inéditas e dar detalhes do depoimento que comprovam a veracidade do conteúdo do jornal, o quarto parágrafo retoma a dicotomia Dilma *versus* Estela: “Dilma voltou a apanhar dos agentes da repressão em Minas porque havia a suspeita de que Estela teria organizado, no fim de 1969, um plano para fuga de Ângelo Pezzuti, ex-companheiro da organização Colina (...)”. É importante se observar, além do conflito da identidade de Dilma e Estela, a função do prefixo “ex” em “ex-companheiro” pois, não é possível identificar se Ângelo não era mais companheiro de Dilma, quando ela foi presa, em 1972, ou se ela hoje não o considera seu companheiro de militância.

Na página quatro, também da editoria de política, o cabeçalho que será estampado em todas as reportagens desta série é apresentado ao leitor: à esquerda, uma espécie de colagem com sobreposições de imagens do processo do CONEDH-MG com foto 3 x 4 de Dilma ainda jovem, à direita, o título branco sobre o fundo preto “A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA”. O título, mais uma vez utiliza uma frase do depoimento “Me deram um soco e o dente se deslocou e apodreceu”. A linha fina traz novas informações sobre as agressões “Agressões sofridas por Dilma eram acompanhadas de ameaças de dano físico deformador”. A página apresenta três colunas, sendo que duas delas são reservadas a seis intertítulos que trazem partes do depoimento da então Ministra de Minas e Energia do Rio Grande do Sul. São eles: “FUGA PELA RUA GOIÁS”, “LIGAÇÕES COM ÂNGELO”, “DENTE PODRE”, “PAU DE ARARA”, “PALMATÓRIA” e “LOCAL DA TORTURA”. Essa página foi impressa em preto; seus títulos e a vogal capitular foram diagramados em fonte semelhante às

¹² Centro de informações e investigações montado pelo Exército do Brasil em 1969, que a coordenava e integrava as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda durante o regime autoritário.

utilizadas por máquinas de datilografar. O texto escrito pela própria jornalista se restringe a uma coluna de meia página, onde ela apenas introduz o assunto que será demonstrado pelos trechos do depoimento. Também foram inseridas nessa página três imagens: uma foto do Quartel General de Juiz de Fora onde teriam acontecido as torturas, no canto esquerdo da página; uma janela sem vidros em meio a uma parede suja no canto direito superior e um desenho de um corpo em posição de tortura chamada “pau de arara” no canto esquerdo inferior da página.

A primeira frase da página introduz uma formação parafrástica que será frequente na série de reportagens, aquela que remete ao bom caráter de Dilma Rousseff. “Dilma chorou (...) com fama de durona, a então moradora do Bairro da Tristeza, em Porto Alegre, tirou a máscara e voltou a ter 22 anos”. Com esse enunciado, além de desmistificar a crença atual de que Dilma possa ser insensível, demonstra-se como a rememoração por meio de depoimentos leva o depoente de volta ao passado. O sujeito desse discurso também joga com determinados sentidos, quando ressalta o endereço de Dilma quando prestou o depoimento em 2001: Bairro da Tristeza. Dá-se a entender que ela não superou os fatos do passado, tanto que na época morava em um bairro chamado Tristeza, Porto Alegre.

No segundo parágrafo da introdução aos trechos do depoimento, o sujeito demonstra sua necessidade de provar a veracidade dos fatos e, mais uma vez, leva características positivas da personagem principal das reportagens ao leitor: “Segundo fez constar no depoimento pessoal, Dilma revelou, pela primeira vez, ter levado socos no maxilar (...) dentes levemente projetados para fora”. A aparência de Dilma foi retratada pela mídia inúmeras vezes, inclusive por charges que salientaram seus dentes, inclusive comparando-a à personagem Mônica, das histórias em quadrinhos do cartunista brasileiro Maurício de Sousa. Isso, quando resgatado pela memória discursiva do leitor, garante ao sujeito a possível confirmação dos fatos que são por ele apresentados. Já em relação às qualidades de Dilma, evidencia-se a sua força e a sua resistência durante a juventude.

O mesmo tipo de enunciado aparece em seguida, também nessa página: “Mais tarde, durante a campanha presidencial de 2010, Dilma faria pelo menos três correções de ordem estética (...) e a chance de, finalmente, realinhar a arcada dentária”. Aqui, acrescenta-se a informação, explicitada pelo “finalmente”, de que foi muito difícil reparar os danos físicos causados pela tortura à Dilma.

A seguir, seis trechos do depoimento foram transcritos, onde observa-se a construção dos seguintes efeitos de sentido: “Fuga pela rua Goiás” – a esperteza e camaradagem de Dilma foram decisivos na fuga do cerco militar; “Ligações com Ângelo” – Dilma não sabia de

nada e sofreu por ser inocente. Vitimização da personagem; “Dente podre” – capacidade da personagem de suportar sofrimento físico e maldade dos militares; “Pau de arara” – execução de atividades ilegais por parte dos militares e capacidade da personagem de suportar a tortura psicológica. Resistência à dor intensa e familiaridade com as técnicas de tortura, o que corrobora a tese de que o conteúdo do depoimento é verdadeiro; “Palmatória” – conhecimento das técnicas de tortura confirma a veracidade do depoimento; “Local da tortura” – compreende o funcionamento dos interrogatórios e como os militares pensavam, o que confirma a veracidade dos fatos narrados.

A página cinco dessa edição foi impressa em cores e utiliza o cabeçalho padrão da série de reportagens. Seu título é estampado em vermelho e repete a opção de se utilizar trechos do depoimento: “Me deram uma injeção e disseram para não bater naquele dia”. Nesta página não há nenhum texto escrito pela própria jornalista, apenas dez intertítulos que trazem trechos do depoimento prestado por Dilma Rousseff. Imagens foram distribuídas nas laterais da página, sendo elas: à esquerda, uma foto do “Presídio Tiradentes um dos cenários do horror vivido por Dilma” e um desenho de uma mulher nua ao lado de um aparelho de eletrochoque. À direita, uma foto do jornal “Estado de Minas”, que foi publicado quando Dilma foi julgada em Juiz de Fora; uma foto do “General Silvio Frota, que pôs Dilma na lista de infiltrados no poder público” e, por último, uma foto do “Hospital das Clínicas, em Belo Horizonte, onde ela [Dilma] passou por tratamento para conter hemorragia”. Esta página também traz, em seu topo, a imagem da parede suja que possui uma janela sem vidros mas, agora, colorida.

Na página seis, também da editoria de política, o título, diferente dos demais, não é um trecho do depoimento: “Processo correu à revelia”. O título chama atenção para o fato do processo de indenização por maus tratos em prisões de Minas Gerais, cuja interessada era Dilma Rousseff, não ter recebido destaque entre os demais. A linha fina destaca a falta de vontade da então secretária em retomar o assunto: “Num primeiro momento, Dilma se recusou a entrar com pedido de reparação. Só depois, com a insistência do grupo Tortura Nunca Mais, ela decidiu falar”. Essa página também recebe o cabeçalho característico à série de reportagens e a imagem de uma parede suja com uma janela sem vidros. O olho da página¹³ destaca uma frase de Robson Sávio, ex-presidente da CEIVT, responsável por colher o depoimento de Rousseff: “Eu me sentia numa missão quixotesca”. Uma foto de Robson Sávio e que possui, em sua composição, o processo de Dilma Rousseff e uma foto dela, toma

¹³ Olho da página: frase ou um trecho do texto que se coloca em posição destacada na página, em corpo maior e eventualmente em cor diferente. Tem o objetivo de chamar a atenção do leitor para o ponto, ou os pontos, de mais relevo daquela matéria.

cerca de 2/3 da página, área equivalente a duas colunas de texto. À esquerda, há uma coluna de texto da jornalista responsável pela série.

A linha fina da página seis faz parte de uma das famílias parafrásticas mais presentes na série, a FP6, que ressalta as qualidades de caráter e moral da guerrilheira/presidente. Parafraseando, observa-se o efeito de sentido:

Dilma não queria receber dinheiro como forma de reparação pelos danos que sofreu na ditadura. Não há dinheiro que pague. Só depois de muita insistência do grupo Tortura Nunca Mais, é que ela se sensibilizou e decidiu dar o depoimento (KIEFER, 2012, p. 6).

No *lead* da reportagem¹⁴ observa-se um enunciado que se desdobra em três efeitos de sentido diferentes: “O nome de Dilma foi o 12º da primeira leva de 53 militantes políticos de Minas a receber R\$ 30 mil a título de reparação por torturas impostas por agentes do Estado que, em vez de cumprir sua função de proteger, constrangeram pessoas em território mineiro”. No primeiro trecho, o sujeito ressalta a colocação do nome de Dilma entre os demais: o 12º lugar. Sendo assim, se o CONEDH-MG entendeu que o nome dela deveria estar entre os primeiros, entende-se que o processo de Dilma possuía certo destaque dentre os demais e, conseqüentemente, constituía verdade inquestionável, o que compõe a FD3: aquela que ressalta o compromisso do trabalho jornalístico com a veracidade do conteúdo e com o resgate da memória do país.

O segundo trecho do enunciado citado, “a receber R\$ 30 mil a título de reparação por torturas impostas por agentes do Estado”, expõe o efeito de sentido que remete à contraposição presente *versus* passado de Dilma. A memória recente do leitor tende a associar Dilma à representação máxima do Estado na sociedade, enquanto no enunciado destacado, se lê que esse mesmo Estado impôs torturas a ela por meio de seus agentes.

Já o terceiro trecho do enunciado citado manifesta a FD2 – aquela que qualifica o governo militar como totalmente ruim e ilegal: “em vez de cumprir sua função de proteger, constrangeram pessoas em território mineiro”. O “em vez de”, manifesta toda a contrariedade do sujeito em relação ao que foi feito naqueles anos.

No segundo parágrafo da página seis, evidenciam-se novamente sentidos que conduzem à admiração do caráter, da resistência e da capacidade de regeneração da personagem principal das reportagens. “Ninguém imaginava que a arredia Dilma Rousseff se

¹⁴ *Lead*: primeiros parágrafos de um texto jornalístico. Deve conter as respostas básicas sobre o assunto abordado: O Quê, Por Quê, Quando, Como, Onde e Quem. Atenta ao princípio de que as primeiras linhas de um texto jornalístico devem prender a atenção do leitor.

disporia a conceder um depoimento pessoal relatando as torturas sofridas em Minas” corrobora a paráfrase: “Dilma parece ser dura e arredia, mas é sensível”. Já o segundo trecho desse enunciado ressalta a origem relativamente simples de Dilma e possui uma mensagem otimista sobre a possibilidade de ascensão social: “E mais: ninguém cogitaria que a ex-estudante do Colégio Estadual de Belo Horizonte viria a se tornar um dia presidente da república”.

A última frase do segundo parágrafo dessa página novamente retoma as características positivas da atual governante do país e reforça o sentido de que não há reparação para o que aconteceu nos anos governados pelos militares: “A presidente divulgou que vai doar a importância de R\$ 20 mil ao Tortura Nunca Mais”.

O último parágrafo da página seis evidencia como a memória é objeto de disputas, pois pode ser decisiva nas relações de poder, uma vez que aquilo que se lembra ou que se é esquecido influencia diretamente na ideologia que será dominante. “Há pouco interesse pelos nossos processos. Na época da última eleição à presidência (2010), porém, tentaram ter acesso aos arquivos da Dilma. Mas tiveram azar, porque um dos nossos conselheiros levou o processo dela para casa e permaneceu com ele até o fim da campanha”, comenta o professor, fiel aos princípios éticos e guardião de uma causa maior”.

Novamente o cabeçalho característico da série de reportagens e a imagem de uma parede suja com uma janela sem vidros são estampados no topo da página sete. O título “Nem os amigos sabiam” dialoga com uma grande fotografia de Gilberto Vasconcelos, amigo de Dilma Rousseff desde o regime militar. O subtítulo da matéria explica a relação de amizade que existia entre os dois: “Gilberto Vasconcelos foi transferido junto com Dilma para Juiz de Fora em janeiro de 1972. Não soube da tortura, mas enfatiza a grandeza da presidente mesmo nos momentos mais sofridos”. O olho da página dá destaque a trechos da entrevista feita com Gilberto pela jornalista: “Dilma é uma das pessoas mais generosas que conheço... Basta dizer que ela havia sido presa em 16 de janeiro de 1970 e tinha ponto (encontro) marcado comigo no dia 21 e não me entregou. Precisa dizer mais?”. Nessa página, a jornalista introduz o assunto com pequenas quatro colunas e, em seguida, transcreve parte da entrevista feita com Gilberto. O *layout* de todos os títulos é feito em fonte serifada, como a das máquinas de datilografia.

No segundo parágrafo, dá-se destaque ao fato de, mesmo muito jovens, os militantes terem se preocupado com a democracia no país e investido recursos intelectuais para isso: “Gilberto é conterrâneo de Dilma. Na época, ela tinha 22 anos e ele, 23; e ambos militavam no setor estudantil da organização de luta armada Colina, batizada assim em homenagem às

montanhas de Minas”. Também aqui, é ressaltado que Dilma atuava no setor estudantil; no setor ideológico da organização, e não na luta armada, sendo ela, portanto, inocente das acusações de prática criminosa durante o governo militar. No fim desse parágrafo, uma frase da entrevista com Gilberto Vasconcelos reforça o olhar positivo do sujeito sobre a personagem alvo da série de reportagens: “Ela gosta de cantar e isso nos unia além das convicções ideológicas” conta. Também nesse enunciado há uma quebra do imaginário de que os militantes viviam exclusivamente para combater o regime militar.

4.3.2 “Estado de Minas”, 18 de junho de 2012

A manchete do dia 18 de junho foi novamente da série de reportagens. A frase “Porque Dilma foi torturada de novo” é estampada em fonte serifada branca enquanto $\frac{1}{4}$ horizontal da página estampa um fundo preto e a mesma imagem do cabeçalho da série. Um breve resumo da história convida o leitor a verificar o conteúdo completo entre as páginas três e cinco do jornal.

“A volta de Estela, um dos codinomes de Dilma Rousseff na época da guerrilha contra o regime militar, às sessões de tortura, desta vez em Juiz de Fora, foi provocada (...)” enuncia a dicotomia passado de guerrilheira *versus* presente de política de Dilma no resumo do conteúdo que será apresentado ao leitor nas próximas páginas no jornal. Também nesse trecho pode-se observar o enunciado que remete ao efeito de sentido “Dilma inocente”: “A presidente Dilma, que nunca recebeu os bilhetes de Pezzutti (...)”.

A página três, da editoria de política, traz o cabeçalho formulado para a série e o título “Bilhetes foram a causa do horror”, que responde à questão levantada pela manchete do jornal desse dia. O subtítulo “Vinte e duas mensagens endereçadas a militantes políticos levaram Dilma de volta às sessões no pau de arara, desta vez, em Minas” completa seu sentido com uma pequena foto em preto e branco da “mensagem de Ângelo Pezzuti. Sob codinome Gabriel, que, interceptado por agentes militares, nunca chegaria à mão de Dilma e de Orosllinda”. Essa reportagem ocupa metade da página e é dividida em cinco colunas.

No *lead* da reportagem, o sujeito evidencia como os militantes da ditadura eram intelectualizados/inteligentes, o que constitui um dos efeitos de sentido que compõe a FP10: “(...) Ângelo Pezzutti, principal dirigente do Comando de Libertação Nacional (Colina) em Belo Horizonte, consegue preservar a correção gramatical e demonstrar a urgência do

movimento”. Já no fim desse parágrafo, é notável a construção do enunciado visando salientar a inocência de Dilma perante as acusações do Estado naquele momento. “Nunca chegaria à mão de nenhuma das duas militantes políticas (...). Por causa desse e de outros 21 bilhetes (...) Dilma voltaria a ser torturada, agora, nos porões da ditadura de Juiz de Fora, em Minas”. Aqui, “nos porões da ditadura”, além de ressaltar as más condições carcerárias às quais a prisioneira foi submetida, também é notório o destaque dado à ilegalidade do ato cometido por servidores do governo militar.

No terceiro parágrafo da página três nota-se o efeito causado pela rememoração de momentos dolorosos no depoente: “Pensativa, Estela disse mais: ‘Talvez uma das coisas mais difíceis de você ser no interrogatório é inocente. Você não sabe nem do que se trata’”. Ao inserir a palavra “pensativa” no discurso, o sujeito convida a memória discursiva do leitor a imaginar uma pessoa fragilizada pelas suas próprias memórias e introspectiva. Tem-se aqui, portanto, uma das composições da FD4, uma construção que expõe o quanto as memórias do período militar são dolorosas, mutantes e alvo de disputas. O mesmo acontece no quarto parágrafo da reportagem, quando a rememoração dos momentos dolorosos é tão difícil que muda até o modo como a pessoa gosta de ser chamada: “Lamenta Oroslinda, que deixou para trás o apelido Orós e hoje é conhecida como Linda.”

Na página quatro, encontra-se o cabeçalho que identifica as reportagens da série e o título “Mantinha contato apenas com meus torturadores”. O subtítulo explica a afirmação em destaque “Durante quase um mês Dilma ficou sozinha na cela em Juiz de Fora, submetida a sessões de interrogatórios e a todo tipo de tortura.” Este trecho acrescenta que “Nem sob forte tortura entregou colegas”. O *layout* dessa página combina dois tipos de imagens: nas laterais esquerda e direita, imagens de outros jornais que repercutiram as revelações feitas pela série de reportagens do “Estado de Minas”; no centro da página, duas colunas de texto são acompanhadas por fotografias de documentos do processo de Dilma. A legenda das imagens explica “No alto, croqui das instalações do presídio onde estava Ângelo Pezzuti. Ao lado, um dos bilhetes escritos por ele para tentar planejar a fuga”.

No primeiro parágrafo da reportagem, o sujeito salienta a irregularidade da prisão e das condições carcerárias de Dilma:

Conforme depoimento pessoal, durante quase um mês Dilma ficou sozinha na cela, na condição de clandestina, sendo torturada em Juiz de Fora. “Fiquei em absoluto isolamento, mantendo contatos apenas com os meus torturadores, entregue por um carcereiro, que também me conduzia ao banheiro, quando conseguia andar” (KIEFER, 2012, p. 4).

O enunciado “na condição clandestina” explicita que essa prisão de Dilma não foi documentada, julgada ou ordenada por qualquer órgão competente. “Quando conseguia andar”, demonstra o quanto a prisão foi violenta e violou os Direitos Humanos. Já a conclusão do *lead* reforça a necessidade do sujeito de reafirmar a veracidade do conteúdo publicado: “revelou a presidente, por escrito, em documentação anexa ao depoimento pessoal, que consta do processo mineiro do Conselho Estadual de Direitos Humanos (Conedh-MG)”. Aqui, verifica-se a utilização de um nome de órgão oficial, o Conedh-MG, para confirmar a confiança no conteúdo apresentado.

O enunciado que abre o segundo parágrafo da reportagem apresenta ao leitor a paixão, a força ideológica e sentimental envolvida nos movimentos guerrilheiros: “‘Ainda vai ser necessário mais tempo para que essa história bonita de luta seja entendida sem paixão’, compara José Francisco da Silva (...)”.

No sexto parágrafo, retoma-se a dor provocada pela rememoração de fatos passados: “‘Eu me lembro da Dilma quando ia visitar a minha mãe na prisão. Eu tinha apenas 15 anos. Gostaria de me esquecer dessas memórias’, afirma Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini, hoje com 58 anos, advogada e escritora em São Paulo”. Nisso, verifica-se como certas memórias simplesmente não são superadas nem esquecidas, mesmo quando o depoente/entrevistado refaz sua vida, aquela cicatriz permanece na memória e volta a doer quando as memórias são trazidas à tona.

A página cinco da mesma editoria recebe o cabeçalho da série e combina o título “Presidente opta pelo silêncio” com uma foto atual da representante do país desembarcando no México. Esse título combinado com o subtítulo explicita a expectativa por um *feedback* da personagem principal da série: “Antes de deixar o Brasil ontem, rumo ao México, Dilma lê reportagem do *EM* sobre a violência sofrida por ela em Juiz de Fora. Matéria repercute entre setores do governo e da sociedade civil”. Uma grande imagem publicitária toma o espaço equivalente a cerca de quatro colunas do jornal e o texto dessa reportagem chega ao leitor em apenas uma coluna corrida.

Nessa página é notável a preocupação do sujeito em manifestar a opinião de sua personagem sobre o que foi escrito sobre o passado. Como não houve nenhuma entrevista na atualidade que tratasse diretamente do conteúdo, o texto da página cinco se concentrou em reforçar a importância da CNV e também traz à tona os questionamentos feitos por autoridades à Lei da Anistia.

4.3.3 “Estado de Minas”, 19 de junho de 2012

Repetindo o *layout* do dia anterior, cerca de ¼ horizontal da página é dedicado à série de reportagens: fundo preto, imagens do processo e foto 3 x 4 de Dilma ainda jovem, letras brancas em fonte serifada e a manchete “ENFIM, A BUSCA DA VERDADE” são o destaque do dia. Essa manchete retoma o assunto publicado no dia anterior, sobre a importância da CNV no regate de memórias silenciadas. O resumo da chamada explica que a CNV investigará o assunto e conduz o leitor às páginas três a cinco.

Na página três, da editoria de política, observa-se uma notável mudança de posicionamento da série. Deixa-se a preocupação pela revelação de fatos pretéritos e se anuncia a repercussão das notícias na vida atual. Preserva-se o cabeçalho típico da série de reportagens, mas se volta a utilizar um *layout* mais convencional do jornal impresso: cores claras, letras em fontes mais “limpas” e fotos factuais. O título “COMISSÃO DA VERDADE Na trilha de Dilma em Minas” compõe seu significado com foto de integrantes da CNV caminhando. O subtítulo explica que “Historiadores são convocados para analisar depoimentos da presidente sobre o período em que foi torturada nas prisões do estado, publicados pelo *Estado de Minas* com exclusividade”. Também há uma foto de Heloisa Starling, assessora da CNV, com a legenda “Recebi a determinação de mobilizar os pesquisadores para levantar quais são os depoimentos colhidos pelo Conedh-MG e qual o conteúdo do acervo”. Em duas colunas à direita da página, o jornalista Daniel Camargos discorre sobre a repercussão das revelações no âmbito governamental. No rodapé da página, há duas imagens das reportagens já publicadas pelo *EM* e um breve resumo.

Encerrando o primeiro parágrafo da reportagem, o sujeito relaciona a iniciativa de se buscar outros depoimentos feitos no passado pelo CONEDH-MG às publicações feitas pelo “Estado de Minas”. Ele demonstra a importância da publicação da série de reportagens para o estímulo à promoção de políticas de promoção da memória no país:

O depoimento de Dilma e os detalhes da tortura sofrida pela presidente em Juiz de Fora, na Zona da Mata, foram revelados com exclusividade pelo Estado de Minas. Até então sabia-se apenas das prisões e abusos dos militares quando Dilma esteve presa em São Paulo e no Rio de Janeiro (KIEFER, 2012, p. 3).

Observa-se, dessa forma, uma nítida manifestação de enunciado que compõe a FD3, que trata do compromisso do trabalho jornalístico com a veracidade do conteúdo e com o resgate da memória do país.

No sexto e penúltimo parágrafo, há um resgate do discurso acerca das qualidades da guerrilheira/presidente Dilma: “A correção da arcada dentária foi uma das cirurgias a que Dilma se submeteu às vésperas da campanha presidencial de 2010”. Com esse enunciado, o sujeito justifica a necessidade de se fazer plásticas às vésperas das eleições como uma necessidade física e de saúde, e não por vaidade. Portanto, nota-se a manifestação da FD1 – aquela que manifesta positividade quanto às características psico-morais da presidente/guerrilheira.

Um *box*, à esquerda da fotografia da historiadora, contém um trecho de entrevista com o então ministro da Defesa, Celso Amorim. Nesse trecho, manifesta-se a preocupação política com os embates de memória. “Ele evitou se estender sobre o tema. ‘São fatos da história. Eles vão aparecendo. Cada cidadão forme a sua ideia sobre isso. A Comissão da Verdade é para que as pessoas conheçam os fatos sobre todos os ângulos’”. Conforme já foi discutido neste trabalho, a memória de períodos conturbados da história de um país são constante objeto de disputas, pois são capazes de alterar o imaginário coletivo sobre determinado momento.

“A série de reportagens iniciada domingo teve repercussão na imprensa internacional. A presidente leu seu conteúdo antes de embarcar para o México, mas preferiu ficar em silêncio”. Este enunciado encontra-se no fim da página, em um *box* onde há um breve resumo do que já foi publicado sobre o tema. Quando o sujeito constrói o enunciado “A presidente leu (...), mas preferiu ficar em silêncio”, ele resgata na memória do leitor o dito popular “quem cala, consente”; ou seja, utilizou a ausência de manifestação da personagem naquele momento para ratificar a veracidade do conteúdo publicado anteriormente.

A página quatro da editoria de política dessa data retoma o caráter revelador da série de reportagens. A composição do cabeçalho próprio somado ao “Fac-símile de trechos do depoimento de Dilma, comparando a repressão nos estados” tem seu significado explicitado com o título “Os sotaques da tortura”. O subtítulo deixa claro ao leitor que aquela página trata de tipos de tortura: “Dilma Rousseff explica no depoimento ao Conselho de Direitos Humanos em 2001 como variavam as formas de castigo nos porões de Minas, São Paulo e Rio, onde ela ficou presa”. Essa matéria corre em cinco colunas e ocupa cerca de 2/4 da página. Em seguida, há uma grande fotografia de Emely Salazar, psicóloga e militante estudantil no período militar. Nessa senhora, as marcas da idade são salientes e o “olho” da reportagem acentua seu caráter dramático:

Anos mais tarde, cheguei a encontrar com o tenente Marcelo (Paixão Araújo – que a torturou) em uma festa de casamento. Comecei a chorar e não acreditei que estava respirando o mesmo ar que ele. Cheguei perto dele e perguntei: “Lembra de mim, tenente Marcelo?” Ele fez que não sabia e emendei: “Quem bate esquece. Quem apanha, não esquece jamais” (KIEFER, 2012, p. 4).

Logo abaixo dessa foto, outro subtítulo completa a temática da reportagem: “Quando Dilma era só mais uma vítima” traz para o leitor detalhes da análise do trâmite do processo aberto pelo CONEDH-MG e salienta o relativo anonimato de Dilma Rousseff antes de chegar à presidência da república.

Na primeira reportagem dessa página, intitulada “Os sotaques da tortura”, há novamente uma confirmação da veracidade do conteúdo do depoimento de Dilma por meio de entrevista com outra militante:

Contemporânea de militância estudantil de Dilma (codinome Estela) em Belo Horizonte, mas de vertente oposta, ligada aos movimentos sociais da Igreja Católica, como a Pastoral de Direitos Humanos, a psicóloga Emely Salazar, de 74, confirma o uso da palmatória em Minas (KIEFER, 2012, p. 4).

Uma parte do relato de Dilma, que consta na terceira coluna da reportagem, resgata o caráter irônico dos militares durante o período de exceção da democracia no país: “(...) A amiga citada nominalmente pela presidente faria companhia a Dilma na chamada Torre das Donzelas, onde eram abrigadas as presas políticas no Presídio Tiradentes”. A rememoração retoma a ironia do período porque mulheres presas e que resistiam (ou não) à tortura eram denominadas “donzelas”, palavra que remete à fragilidade e pureza.

No sétimo parágrafo da reportagem, o sujeito insere um trecho do depoimento que confirma o conhecimento que Dilma possuía da articulação existente dentro das Forças Armadas. “Ela completa a distinção entre as forças da repressão dos três estados: ‘O processo de subordinação da Polícia Civil pelo Exército não tinha se completado. Já no RJ estava completamente alijada a PC: era a Marinha, Exército e Aeronáutica’”, o que atesta a veracidade de seu passado como guerrilheira.

No início do intertítulo “Números” é notável como o sujeito percebe que a rememoração resgata o passado e faz a personagem reviver os momentos difíceis vividos, inclusive aguçando, de forma considerável, sua indignação sobre o período em questão: “Como velha e boa militante, em determinado trecho de seu depoimento pessoal, Dilma passa

a questionar os termos de sua própria condenação. Com calo de ativista, Dilma subverte os números, questionando a lógica dos militares.”

Em seguida, a reportagem intitulada “Quando Dilma era só mais uma vítima” questiona a popularidade de Dilma quando era ativista. Trechos da entrevista com Emely Salazar criam o efeito de sentido de que a participação da atual presidente na guerrilha não foi tão efetiva e que ela era conhecida apenas pelo seu marido.

Da turma de esquerda presa naquela época, quase ninguém conhecia Dilma. Ela era a namorada do Galeno (jornalista Cláudio Galeno Lobato), que saíra do país no sequestro do avião para Cuba e mora hoje na Nicarágua. Ele foi preso ao mudar para o Rio (KIEFER, 2012, p. 4).

Também é notável como a lembrança do passado instiga a dor e indignação: “Quem sofreu tortura não acredita mais na possibilidade de reparação do Estado”, desabafa Emely.

A página cinco de 19 de junho de 2012 do “Estado de Minas” retoma o *layout* contemporâneo do jornal e trata da repercussão da série no mundo e na política brasileira. O cabeçalho da série diferencia a página das demais. O título “Surpresa até para companheiro de luta” traz foto de entrevista com o ex-ministro Nilmário Miranda e o subtítulo complementa “Apesar de incentivar Dilma a dar seu testemunho sobre os anos na prisão, Nilmário Miranda afirma que desconhecia o depoimento dela”. O “olho” da reportagem retoma a expectativa de se ouvir algum comentário da presidente sobre a série “Acredito que Dilma não deve falar sobre a divulgação do depoimento. Na condição de presidente, ela é também comandante-chefe das Forças Armadas e precisa tomar um certo cuidado”, afirmou Nilmário. Em duas colunas Sandra Kiefer leva ao leitor informações sobre o que levou a presidente a prestar seu depoimento em 2001. Ao fim da página, o leitor visualiza o subtítulo “General nega tortura em Juiz de Fora”, onde o jornal disponibiliza espaço para o contraditório e dá destaque à frase “Nunca vi ninguém tomar nem um tapa na cara. Não houve essa história de tortura lá. Eu garanto”, falada pelo general Marco Antônio Felício da Silva. À esquerda da página, uma coluna toda é dedicada às imagens e suas respectivas legendas da repercussão da série no mundo.

Na primeira reportagem da página, intitulada “Surpresa até para companheiro de luta”, observa-se, novamente uma evidência interessante pela disputa política sobre a memória: “Depois que ela se empenhou pessoalmente pela criação da Comissão Nacional da Verdade (em maio), surgiu um movimento contrário vindo dos porões dos clubes militares. Ela não

pode dar margem para começarem a falar em revanchismo’, alerta”. Nesse caso, o sujeito demonstra a existência de dois interesses contrários pelos enunciados “se empenhou pessoalmente” e “movimento contrário vindo dos porões”. Mais uma vez, o substantivo “porão” ganha caráter de adjetivo negativo e expressa o efeito de sentido de ilicitude de atos ligados às Forças Armadas.

O último parágrafo dessa reportagem deixa muito claro como a lembrança é dolorosa e como algumas memórias nunca são superadas.

Como a companheira Dilma, foi encapuzado e levado para local por ele desconhecido, onde foi submetido a sessões de tortura. Neste momento da conversa, Nilmário baixa os olhos e muda de assunto. Parece ter dificuldade em lembrar o próprio tormento (KIEFER, 2012, p. 5).

Embora os momentos de dor tenham se passado há anos e o personagem tenha refeito sua vida política e recebido indenizações por parte do Estado, as marcas do passado ainda permanecem vivas.

Na segunda reportagem da página há um embate explícito pela memória. Nesse caso, o jornal abriu espaço para a defesa feita por parte de um representante militar, mas restringe-se ao que foi falado pelo general, sem demonstrar a busca pela apuração do que ele disse. “‘Houve tortura do outro lado. Não estou dizendo que houve tortura do nosso lado, mas do outro lado eu sei que houve’, diz o general, que afirma não se lembrar de quem comandava a seção do Exército em Juiz de Fora durante o tempo em que serviu na cidade”. No primeiro trecho, o general afirma ter existido a prática de tortura por parte dos militantes. O sujeito apenas transcreve a fala e não dá mais informações ao leitor. Já quanto o sujeito discursa “diz o general, que afirma não se lembrar”, ele tira toda a credibilidade do interlocutor, que passa a ser visto como uma pessoa cuja memória é falha.

4.3.4 “Estado de Minas”, 20 de junho de 2012

No dia 20 de junho a série de reportagens “A Tortura de Estela Contada por Dilma” perdeu o destaque da manchete e passou a ocupar um título secundário. O *layout* do dia anterior é repetido e cerca de ¼ horizontal da página é dedicado à série: fundo preto, imagens do processo e foto 3 x 4 de Dilma ainda jovem, título em letras brancas e vermelhas em fonte

serifada: “MEDEIROS UM NOME, UM MISTÉRIO”, dramatizando sobre a identidade do torturador de Dilma. O resumo da chamada introduz o assunto: o torturador de Dilma em Juiz de Fora atendia por doutor Medeiros. O resumo também convida o leitor a conferir o texto completo nas páginas três e quatro.

Na página três, da editoria de política, o jornal traz o cabeçalho típico da série de reportagens e um desenho onde um homem de óculos aplica eletrochoques em uma mulher sentada em uma cadeira. Ao fundo dessa mesma imagem, pode-se observar uma janela gradeada por onde entra a luz. Abaixo do desenho há um trecho do depoimento de Dilma ao CONEDH-MG (onde ela cita o nome de seu torturador) que funciona como uma espécie de legenda da figura. O título da reportagem figura o ocultamento da identidade do torturador: “Um rosto (em letras pretas) sem nome (em letras cinzas quase transparentes)”. A linha fina explica a inexatidão dos dados sobre esta pessoa: “Identidade do torturador mineiro que levou a ex-militante Dilma a vivenciar cenas de verdadeiro terror nos porões do estado ainda é mistério”. A reportagem, escrita por Sandra Kiefer e Daniel Camargos, ocupa quatro colunas. Há um *box* à direita com informações sobre os locais onde ocorriam torturas escrito por Maria Clara Prates. No rodapé da página, três fotos e três resumos explicam ao leitor o que já foi publicado sobre o tema mas edições anteriores do “Estado de Minas”.

Essa reportagem toda gira em torno da identidade do torturador de Dilma e não acrescenta novas informações ao caso. “Se é certo que a ex-militante política conhecida como Estela, codinome de Dilma Rousseff, foi torturada em Juiz de Fora, (...) pairam dúvidas sobre a real identidade do torturador”. Agora, ao afirmar “se é certo que”, o sujeito demonstra-se seguro da veracidade de seu conteúdo revelado e já não necessita mais provar a veracidade de suas publicações. Além disso, ele contesta a última reportagem publicada no dia anterior, onde um militar refuta a existência de torturas em Juiz de Fora. A reportagem reforça o discurso sobre a existência de tortura na cidade e insiste na reconstrução de sentidos sobre o papel da cidade no governo militar.

O título da página quatro reafirma a veracidade das revelações: “Advogados confirmam torturas em Juiz de Fora”. “Fahid Tahan e Carlos Augusto Cateb, membros da Comissão da Verdade da OAB-MG, relatam que militantes de esquerda, como Dilma, sofreram castigos nos porões da cidade durante a ditadura” é a frase estampada na linha fina que dá os nomes de pessoas contemporâneas de Dilma e que refletem a segurança da veracidade dos fatos divulgados. Essa página conta com o cabeçalho típico da série de reportagens e duas fotos: a primeira e maior, do advogado Carlos Augusto Cateb, vem acompanhada do olho “Houve tortura em Juiz de Fora. Eu mesmo portei vários bilhetes que

narravam atrocidades cometidas”; a segunda, configura uma vista aérea do “Presídio de Linhares, em Juiz de Fora. Presos políticos de Belo Horizonte eram levados para o local”. Na coluna direita da página, foram inseridas imagens de jornais que repercutiram as informações reveladas pelo “Estado de Minas”.

No segundo parágrafo dessa reportagem, há um embate à declaração do general de que não existiram torturas em Juiz de Fora: “Fahid destaca uma questão: ‘Se os rapazes e as moças que pegaram em armas não têm vergonha de dizer que fizeram isso e têm até orgulho, por que os militares tentam esconder que houve tortura?’”. A transcrição de trechos da entrevista com Fahid ainda ilustra um enunciado típico da FD2: “O próprio advogado responde: ‘Os militares têm um verdadeiro horror de que a família deles descubra o passado. Que ele pegou uma pessoa subjugada para impor humilhações e torturas. Apenas deles é a própria consciência’”. Dessa forma, o governo militar é exposto exclusivamente como um verdadeiro mal no passado da sociedade.

O quarto parágrafo dessa reportagem explicita a crença do sujeito na inteligência dos membros ligados à guerrilha antitadura: “A maneira como os bilhetes entravam e saíam do Presídio de Linhares, em Juiz de Fora, é *sui generis* e revela que apesar do poder e das armas, os militares podiam ser enganados com um pouco de esperteza”. Esse enunciado exemplifica o conteúdo da FP10, onde os efeitos de sentido tendem a mostrar a guerrilha como intelectualizada/inteligente.

4.3.5 “Estado de Minas”, 21 de junho de 2012

A capa do jornal do dia 21 de junho dá destaque às atividades do Rio +20 e a chamada da série de reportagens “A tortura de Estela contada por Dilma” é restringida à 2/3 horizontais do rodapé da página; 1/6 da página. É seguido o mesmo padrão das datas anteriores: fundo preto, imagens do processo e foto 3 x 4 de Dilma ainda jovem, título em letras brancas e vermelhas em fonte serifada. “TEMPO DE HORRORES” é o título que convida o leitor a consultar as páginas três e quatro da editoria de política.

A página três dá destaque a uma foto do processo cujas informações foram utilizadas para a realização das reportagens. A legenda chama atenção para o descaso para com o processo “Na sala do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, no Edifício Maleta, o processo da hoje presidente Dilma em meio a tantos outros de militantes políticos”. O título

em caixa alta e letras vermelhas se destaca para o leitor: RELATOS DE HORROR (vermelho) ESCONDIDOS NO ANONIMATO (preto). A reportagem de três colunas conta com a fotografia de uma mulher: “Gilse Cosenza, primeira a ser indenizada: ‘ameaçaram pegar minha filha de 4 meses’”. Abaixo da reportagem, um *box* informa o leitor sobre a estrutura das indenizações pagas a vítimas de torturas em Minas Gerais. No alto da página, à direita, uma fotografia de Tim Garrocha é conciliada ao “olho” “Você pode até não saber disso, mas ajudei vocês a estarem hoje reunidos aqui na praça”, em referência a um grupo de manifestantes reunidos em Teófilo Otoni. Abaixo, novamente uma fotografia do próprio “Estado de Minas” e um resumo do que já foi publicado sobre o assunto pelo jornal.

O papel do jornalismo no resgate da memória é enunciado logo na primeira frase da reportagem: “O depoimento pessoal de Dilma Rousseff, (...), é apenas uma parte num conjunto de 916 peças de horror que estavam até agora esquecidas na última sala do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais”. Ao escrever “estavam até agora esquecidas” o sujeito ressalta seu feito e coloca o jornalismo como salvador da memória e caçador de verdades, o que reforça os sentidos ligados à profissão.

Já no final da reportagem, o sujeito dá o lugar da fala para um ex-militante que evoca os sentimentos provocados pela lembrança:

Com a terceira matéria sobre a tortura de Dilma nas mãos, Tim Garrocho, que acompanha desde a primeira, dá sua opinião. “Se a presidente tem memória de elefante, a minha é de 100 elefantes. Meu torturador era Klinger Sobreira de Almeida, que na época era tenente em Valadares. Antes de bater, ele tirava o relógio, para não se machucar. Não me esqueço disso” (KIEFER, 2012, p. 3).

Ao denominar o autor das torturas, o sujeito abre espaço para a reconstrução de memórias locais, afinal, a pessoa citada pode ser conhecida por outras identidades que não a ligam a atos de crueldade. É aberto o espaço para a ressignificação do passado que envolve certos personagens.

A página quatro possui sua metade superior composta por conteúdo jornalístico e sua metade inferior de publicidade. O cabeçalho típico das reportagens introduz o título “Câmara entra na investigação”. A linha fina explica como o cenário político atual recebeu a notícia de que a presidente foi torturada em Juiz de Fora: “Comissões de Direitos Humanos e da Verdade vão analisar depoimento da presidente publicado pelo *EM*. Especialistas esperam que divulgação estimule outras pessoas a darem testemunho”. Na direita superior da página, o olho “Documentos como os que o Estado de Minas publicou servem também como reflexão

para que a população tenha ódio de ditaduras. E eles só se tornam públicos graças à democracia, onde a imprensa é livre” serve como legenda para a fotografia de Domingos Dutra, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. A notícia é composta por duas colunas assinadas por Edson Luiz e Larissa Leite.

Ao retomar o tema “tortura”, o sujeito deixa claro que Dilma só expôs a existência desta prática em Juiz de Fora devido à vontade própria, não havendo outros interesses envolvidos: “Ela explica que os militantes deveriam apenas provar que haviam sido presos ou tinham sido perseguidos políticos. ‘O fato de ter sido torturado ou não aumentava a legitimidade, não interferia na reparação que a pessoa pudesse conquistar’”. Dessa forma, entende-se que a militância é desvinculada da vitimização do torturado. Era possível militar sem chegar ao ponto de ser torturado. Quebra-se o imaginário de vitimização dos militantes associando-os ao sofrimento físico intenso. Além disso, verifica-se como a memória costuma focar-se naquilo que é mais doloroso pois, ao lembrar a militância em Minas Gerais, Dilma concentrou seu depoimento nos detalhes da tortura mesmo sendo desnecessário falar disso.

No quarto parágrafo da reportagem, a fala inserida no discurso pelo sujeito reforça o reavivamento provocado pela memória: “a comissão deve oferecer esse espaço formal, com atendimento psicológico, pois falar sobre o tema não deixa de ser uma revitimização”. Os danos causados no presente pela rememoração do passado, dessa forma, passam a ser reconhecidos oficialmente como dignos de respaldo profissional.

4.3.6 “Estado de Minas”, 22 de junho de 2012

Embora a manchete se refira a outro assunto, nessa data, a série voltou a receber destaque na capa do jornal “Estado de Minas”. O formato padrão das datas anteriores é repetido (fundo preto, imagens do processo e foto 3 x 4 de Dilma ainda jovem, título em letras brancas e em fonte serifada), no entanto, a foto de Dilma utilizada é outra. O título e resumo desmentem discursos feitos pela oposição durante as eleições de 2000 sobre a participação de Dilma em assaltos a bancos: “IDEOLOGIA DESARMADA”. Em letras vermelhas, o jornal indica que as informações completas estão na página três. Aqui, o sujeito reforça a quebra de sentidos quando utiliza o seu próprio trabalho como forma de atestar a veracidade do discurso da presidente: “A revelação reforça o que ela sempre declarou: ‘Não tive nenhuma ação armada, se tivesse não receberia condenação de dois anos’”.

A página três possui a metade superior composta por conteúdo jornalístico e sua metade inferior de publicidade. O cabeçalho típico das reportagens introduz o título “Inquérito detalha ação em Minas”. A linha fina retoma a argumentação da capa do jornal: “Para órgão da repressão, Dilma coordenava doutrina ideológica em escolas, mas não integrava o grupo que assaltava bancos”. A reportagem de cinco colunas é assinada por Josie Jeronimo e Edson Luiz. A única imagem presente é a mesma da capa, onde um “Fac-símile da ficha de Departamento de Vigilância Social da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas” com foto de Dilma ainda jovem é apresentado ao leitor.

O subtítulo utiliza conteúdo oficial para justificar o posicionamento do sujeito em relação ao passado militante de Dilma: “Para órgão da repressão, Dilma coordenava doutrina ideológica em escolas, mas não integrava o grupo que assaltava bancos”. Ao citar “órgão da repressão” o sujeito exclui qualquer possibilidade de se questionar seu posicionamento, afinal, o próprio governo militar atestou que Dilma não se envolveu na luta armada. Com esse enunciado o sujeito pretende promover definitivamente o silenciamento do discurso que acusa sua personagem principal de se envolver com práticas criminosas.

No *lead* da reportagem também pode-se observar a utilização de termos do passado para dramatizar o discurso: “‘enquadra’ a então revolucionária Dilma Rousseff como integrante da organização por ter cedido a casa para encontros do grupo e coordenar ações de doutrina ideológica nas escolas”. O enunciado “enquadra a revolucionária” poderia ser substituído por “classifica” ou “qualifica”. A opção por utilizar termos policiais/militares leva o leitor de volta ao passado e dramatiza o conteúdo.

A página quatro do “Estado de Minas” de 22 de junho de 2012 apresenta quatro imagens e um título que associa passado e presente: “O dia em que a turma da Dilma caiu”. Ele se refere ao momento, durante o regime militar, em que militantes do mesmo grupo que Dilma foram presos. No entanto, a expressão “A turma da Dilma” ou “A turma do Lula” foi e ainda é muito utilizada pela imprensa para se referir a escândalos que envolvem políticos filiados ao PT. Assim, o sujeito utiliza uma expressão atual para atingir a memória discursiva do leitor e, posteriormente, traz um assunto do passado. A linha fina, bem como o cabeçalho típico da série de reportagens, contextualiza o leitor “Companheiros de militância da presidente foram surpreendidos pelos militares quando o aparelho no Bairro São Geraldo, em BH, foi estourado, marcando o início do fim do Colina”. A reportagem, de cinco colunas e assinada por Daniel Camargos e Sandra Kiefer possui um “olho” que destaca os sete nomes dos integrantes do grupo de Dilma. Além disso, a imagem de um cartaz distribuído por todo país mostra como era feita a busca por militantes anti-regime militar: “Terroristas procurados

(fotos de dois homens), ajude a proteger sua vida e de seus familiares (fotos de dois outros homens), avise à polícia”. Abaixo dessa imagem, o jornal exhibe fotografias de dois personagens antagonistas da ditadura, um militante e um torturador.

Ao narrar a cena em que o Colina começou a ser desmantelado pelo regime militar, o sujeito reforça o novo discurso sobre o perfil de Dilma como militante:

Do lado de fora da casa outro policial morreu. A então militante Dilma Rousseff fazia parte do grupo, mas não participou. “Ela articulava o movimento estudantil do Colina e atuava nos bastidores. Não entrou na linha de frente nem participava das ações armadas”, detalha Jorge Nahas (KIEFER, 2012, p. 4).

Nota-se que a fala de uma testemunha é utilizada para atestar o enunciado como verdadeiro.

O quinto parágrafo da reportagem demonstra as divergências entre as lembranças do passado:

Quem comandava a Delegacia de Furtos e Roubos e também participou da operação foi o delegado Antônio Nogueira Lara Resende, 83 anos, apontado pelas vítimas da ditadura como um dos principais torturadores do país. “Eles eram muito perigosos”, afirma Lara Resende sobre o Colina. O ex-delegado destaca que o subinspetor Cecildes Moreira da Silva deixou a viúva com oito filhos (KIEFER, 2012, p. 4).

Verifica-se, nesse enunciado, duas vozes que reivindicam o passado: a primeira, dos militantes, classificados pelo sujeito como vítimas torturadas, que expressavam medo do ex-delegado; e a segunda, do próprio delegado, que aponta os guerrilheiros como “muito perigosos”.

Na segunda coluna dessa página nota-se como a figura do militante pró-democracia é mitificada: “Ângela Pezzuti fala com orgulho dos sobrinhos. ‘Havia um movimento mundial de jovens, não acontecia somente no Brasil. Eram idealistas e queriam mudar o mundo, começando pelo Brasil’, afirma”. É possível identificar nesse enunciado uma das formações pertencentes às FP18, que possui o efeito de sentido de que ser militante durante a ditadura pode ser entendido como uma característica positiva de caráter.

A mística que envolve a figura do militante também é evidente no intertítulo “Enxoval e Armas”, no qual é narrada a história de um casal de guerrilheiros que iriam se casar e que utilizaram o dinheiro do enxoval para comprar armas para o grupo Colina. Nesse trecho da reportagem é enfatizado aos olhos do leitor a paixão que envolvia os militantes.

No último intertítulo da reportagem, “Verdade e orgulho”, a disputa pela memória é explicitada para o leitor. De um lado, a verdade (de quem? Qual verdade?), do outro, o orgulho (pelo quê?). Por meio do enunciado “A onda de revisão do passado, motivada pela criação da Comissão da Verdade pela presidente Dilma, não assusta o delegado Lara Resende. ‘É uma besteira muito grande’, afirma. Já Jorge Nahas tem muito orgulho do que viveu”, o sujeito marca seu posicionamento, distinguindo que o orgulho é um sentimento comum aos militantes, já a verdade é vista como besteira pelo delegado.

4.3.7 “Estado de Minas”, 23 de junho de 2012

A manchete do “Estado de Minas” de 23 de junho volta a ser da série de reportagens de Sandra Kiefer. Metade da primeira página segue o mesmo padrão das chamadas dessa série: fundo preto, imagens do processo e foto 3 x 4 de Dilma ainda jovem à esquerda, manchete em letras brancas e vermelhas em fonte serifada e, dessa vez, uma foto atual de Dilma Rousseff estampada à esquerda da página. A manchete é uma frase dita pela própria presidenta na atualidade: “NÃO TENHO QUALQUER SENTIMENTO. NEM ÓDIO, NEM VINGANÇA. TAMPOUCO, PERDÃO”. Finalmente o jornal pode imprimir o tão esperado comentário da presidente. Isso fica evidente no resumo da reportagem, que é veiculada nas páginas três e quatro dessa data.

Observa-se que a fala da presidente em destaque na primeira página do jornal promove a quebra de um discurso corrente de que a instalação da CNV seria uma forma de vingança de Dilma. Quando deixa de manifestar sentimentos pelo que passou e nega aqueles que foram apontados externamente como motivadores da instalação da CNV, a presidente quebra a constante do discurso revanchista por meio da ausência de classificações.

A página três é composta pelo cabeçalho da série, título, linha fina, foto atual de Dilma, reportagem de cinco colunas, “olho” e dois boxes. O título “Dilma pede fim dos ‘depoimentos difíceis’” justifica para o leitor o motivo de não se ter publicado nenhum comentário da presidente até essa data: ela não quer mais tocar nesse assunto. Rememorar é difícil, doloroso. A linha fina resume o conteúdo para o leitor apressado “Presidente comenta reportagens do EM sobre a tortura a que foi submetida durante a ditadura militar e afirma que todos têm o compromisso de ‘não deixar jamais isso acontecer’”. O “olho” da reportagem, que também funciona como legenda da foto de Dilma, traz trecho dos comentários feitos por

ela: “Vingar, ou se magoar, ou odiar é ficar dependente de quem você quer vingar, magoar ou odiar. Isso não é um bom sentimento para ninguém”. O primeiro *box*, situado à direita da página, traz um breve resumo da série de reportagens para contextualizar o leitor. O segundo *box*, situado no rodapé esquerdo, explica o que foi o “Tribunal de Nuremberg”, uma vez que a presidente citou este fato em seus comentários e se tornou indispensável contextualizar o leitor.

No quarto parágrafo da reportagem há uma quebra de sentidos relativos ao desconhecimento da prática de tortura no país (ou em algumas cidades) expressos anteriormente: “Ninguém aqui desconhece o que aconteceu neste país num determinado período de sua história” e, ainda, confirma-se o caráter exclusivamente negativo do governo militar.

Na terceira coluna a reportagem dramatiza o conteúdo das revelações feitas pela série:

Foi o momento mais pessoal da entrevista, em que o estereótipo da Dilma durona se esvai. “E eu te digo: com o passar dos anos, uma das melhores coisas que me aconteceram foi não me fixar nas pessoas (nos torturadores), nem ter por elas qualquer sentimento. Como eu disse no meu discurso, nem ódio, nem vingança, nem tampouco perdão” (KIEFER, 2012, p. 3).

O sujeito quebra os sentidos que envolvem a personalidade da sua personagem e demonstra para o leitor que ela também pode ser sentimental. É verificado, portanto, o efeito de sentido “Dilma parece ser durona, mas quando fala das dores do passado, se torna (ou volta a ser) sensível”.

A página quatro dessa data apresenta o cabeçalho da série de reportagens e dois títulos. A linha fina informa “Entre os nomes listados pelas Nações Unidas em 1974 como vítimas da ditadura constava o de Dilma Rousseff. O então general Otávio Medeiros era citado como um dos torturadores”. Com essa frase, o jornal novamente retoma a temática “quem torturou Dilma?” e instiga a curiosidade no leitor. Uma foto de Otávio Medeiros foi inserida no centro superior da página e possui em seu fundo um cartaz com a frase “Metralhadora – diálogo da ditadura”. Não é possível identificar se a frase foi inserida pela diagramação do jornal ou se é um cartaz afixado no ambiente onde a fotografia foi feita. Independente disso, é inquestionável o conteúdo antimilitarismo que ela transmite para o leitor. “ONU denunciou repressão” é o primeiro título dessa página e encabeça um texto assinado por Josie Jeronimo com seis colunas. Também consta nesse espaço duas imagens do relatório emitido pela ONU em 1974 cuja legenda é “Trecho do relatório em que a militante Dilma é citada entre 335 nomes”.

Depois de introduzir o assunto da reportagem e explicar de qual correspondência se trata, o sujeito relembra as sentenças às quais Dilma foi condenada e expõe as circunstâncias que envolveram a denúncia da ONU:

Apesar de a primeira denúncia, que chegou em setembro de 1972, relatar atrocidades cometidas pelos militares, o governo só analisou formalmente o aviso em maio de 1975 e decidiu ignorar o alerta da ONU, alegando que o documento atacava a imagem de importantes quadros do regime (KIEFER, 2012, p. 4).

Quando o sujeito enuncia “só analisou formalmente” ele cria o efeito de sentido de que informalmente o documento já havia sido verificado anteriormente e de que nada foi feito nesses quase três anos por omissão do Estado. Em seguida, o sujeito oferece ao leitor a justificativa apresentada pelos militares por não terem analisado o documento em tempo hábil: “Outro argumento, além de a denúncia ferir a honra de militares renomados, foi a falta de um “tradutor exclusivo” para redigir em português o texto da denúncia, trabalho que demandaria seis meses”. Nesse trecho é possível verificar a personalização do Estado, por meio do enunciado “ferir a honra de militares renomados” além de colocar em descrédito a capacidade intelectual dos governantes da época, uma vez que eles não poderiam compreender conteúdo de um documento oficial em inglês sem a presença de um “tradutor exclusivo”.

O intertítulo “Imagem” enuncia “Os documentos revelam que a ordem era ignorar as denúncias internacionais, mas os militares estavam preocupados com o estrago que a repercussão das agressões poderia causar na imagem do Brasil no exterior”. Uma vez associado o conteúdo de “estrago” à “imagem”, evidencia-se a voz do sujeito que diz que o governo vigente somente se preocupava com os danos causados à imagem do país e não à sua população, já que a ordem vigente era ignorar denúncias de violação aos Direitos Humanos. Em seguida, reforça-se o sentido com o enunciado:

Em vez de apurar as denúncias, os documentos mostram que os militares se apressaram em escalar consultores jurídicos para elaborar “defesa” do Brasil junto à ONU, se o organismo internacional decidisse questionar o país de forma mais incisiva (KIEFER, 2012, p. 4).

Aqui, acrescenta-se o efeito de sentido que criminaliza os militares, pois eles precisaram “elaborar ‘defesa’”.

O segundo título da página quatro do dia 23 de junho retoma a curiosidade sobre quem era o torturador de Dilma: “Medeiros, um nome ligado à tortura”. A reportagem de seis colunas assinada por Maria Clara Prates aponta para um possível torturador, mas não dá certeza ao leitor. Esse texto também apresenta duas imagens: a primeira, de Genival Tourinho, um ex-deputado cassado pelos militares e, à sua direita, uma fotografia antiga do general Golbery de Couto e Silva. A foto de Tourinho vem acompanhada pelo olho “Nunca falei com ele. Mas posso atestar que ele participou de vários espancamentos na Rua Juiz de Fora”, se referindo ao general Octávio Aguiar Medeiros, uma possível identidade para o torturador de Dilma. Em contraposição, a imagem de Golbery vem acompanhada de um texto em *box* que informa ao leitor a participação deste general em uma tentativa de golpe quando ao governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Nessa reportagem é retomada a especulação acerca da identidade do torturador de Dilma. Muito se fala sobre um tenente-coronel que poderia ser quem maltratou a então guerrilheira quando ela esteve presa em Juiz de Fora. Utiliza-se um relato que classifica o possível torturador como um “trapalhão”: “O advogado lembra que Golbery, depois de deixar o governo, classificou o colega de farda como ‘trapalhão’, durante um encontro dos dois na sede do extinto Banco Cidade de São Paulo, em Brasília, às 16h”. O enunciado desqualifica o personagem apontado como torturador e personaliza a maldade durante a ditadura, uma vez que o tenente-coronel “trapalhão” poderia executar atos ilegais sem conhecimento do governo.

4.3.8 “Estado de Minas”, 24 de junho de 2012

Nessa data, a manchete do jornal não foi relacionada à série sobre a tortura de Dilma, no entanto, a mudança no *layout* da chamada para o assunto chama a atenção do leitor: um *box* preto vertical à esquerda ocupa cerca de ¼ da página. O título “Quando Dilma chorou” vem acompanhado de um resumo do assunto e de duas falas em vermelho, uma de Dilma Rousseff e outra de Robson Sávio, responsável por colher o depoimento de Dilma em 2001. Embora esse *box* chame a atenção por ter fundo preto e fonte diferente das demais da capa do jornal, o resumo foi impresso em letras pequenas para uma capa de jornal e dificulta a leitura por aquele leitor que passa pela banca de jornais. A imagem do processo de indenização por tortura e uma foto 3 x 4 de Dilma também aparecem nesse *box*.

O rodapé retoma o que já foi publicado e expõe a repercussão internacional da série. “DOR DA LEMBRANÇA. Relato de integrantes da comissão mineira que ouviram o depoimento da ex-militante em 2001 ilustra a emoção que tomou conta da presidente ao relembrar o sofrimento vivido no cárcere”. Mais uma vez, é evidenciada a dor provocada pela lembrança.

A página três, da editoria de política, apresenta uma matéria de quatro colunas que toma metade da página e um infográfico sobre a repercussão da série de reportagens sobre Dilma no mundo na outra metade da página. A apresentação do conteúdo é feita pelo cabeçalho típico da série. O título “DOR DA LEMBRANÇA” completa o sentido da chamada da primeira página, que se refere ao choro de Dilma durante o depoimento em 2001. A linha fina leva ao leitor as impressões de testemunhas do choro “Relato de integrantes da comissão mineira que ouviram o depoimento da ex-militante em 2001 ilustra a emoção que tomou conta da presidente ao relembrar o sofrimento vivido no cárcere”. Essa reportagem não apresenta qualquer imagem ou olho.

“Caroline não sabia que estava sendo testemunha ocular de um momento histórico, quando a então secretária das Minas e Energia do Rio Grande do Sul e futura presidente, conhecida por sua postura firme e decidida, deixou a emoção aflorar e chorou” é o enunciado que retoma a quebra de sentidos sobre a personalidade da ex-militante. Também é dramatizada a circunstância que envolve a cena, sendo considerado um “momento histórico” aquele em que Dilma chorou.

O terceiro parágrafo da matéria exalta os trabalhos desenvolvidos pela CEIVIT-MG. Essa Comissão é apresentada como tão implacável, que Dilma “não teve saída” e foi quase obrigada a prestar seu depoimento sobre as torturas praticadas em Minas Gerais: “Diante do rigor nos trabalhos da comissão mineira, a arredia Dilma Rousseff não teve saída”. Verificando o efeito de sentido desse enunciado, resta a pergunta: “Não teve saída por quê?”. Também pode-se verificar aqui a retomada à dicotomia Dilma com personalidade forte *versus* Dilma sensível devido às marcas do passado.

No quinto parágrafo é possível verificar a consciência do sujeito sobre as constantes disputas pela memória: “O testemunho durou em torno de 40 minutos e não foi gravado em áudio nem em vídeo, para não intimidar a vítima e impedir que o material tivesse um uso inadequado no futuro”. Nesse caso, entende-se que “uso inadequado” seria a manipulação do conteúdo do depoimento para fins políticos e, conseqüentemente, uma disputa pela memória do período militar.

A dificuldade em se resgatar o passado é retomada pelo intertítulo “Revelações”. Nele foi inserida a fala de uma das pessoas responsáveis por colher o depoimento que se tornou objeto da série de reportagens. ““Praticamente obrigávamos a pessoa a revelar, no intervalo de meia hora, uma hora, momentos da vida que ela tinha levado 30, 40 anos tentando esquecer. Não era fácil””.

Embora pertença à editoria de política, a página quatro apresenta um caráter memorialístico e sentimental: duas fotos do passado de Dilma, uma recente e outra mais antiga; letra de uma música e um título que faz alusão à letra da música “Nada será como antes” do Clube da Esquina. “Nada foi como antes” é o título da reportagem de cinco colunas sobre o passado de Dilma e sobre a vida social da juventude belo-horizontina na década de 1960. Uma fotografia de um casal de amigos de Dilma do final dos anos 1960 retrata o sorriso no rosto daqueles jovens. No topo da página, outra fotografia mostra o reencontro de Dilma Rousseff com o amigo Márcio Borges durante a campanha presidencial de 2010. O cabeçalho criado para essa série de reportagens contextualiza o leitor no drama representado pela dicotomia juventude *versus* tortura.

“Passei a frequentar reuniões dos militantes políticos e comecei a sacar que havia algo além dos anos dourados e das festas todos os dias. Havia a turma mais politizada da Dilma e uma outra, de músicos, que me foi apresentada pelo Bituca (Milton Nascimento). Enquanto uma turma estava na clandestinidade, a outra sonhava com os holofotes. Fiquei dividido”, admite (KIEFER, 2012, p. 4).

Observa-se que o sujeito utiliza a fala de uma testemunha para atestar que Dilma fazia parte da turma politizada, embora pudesse se aliar aos grupos mais amenos. Além disso, quando o sujeito fala em seu discurso que o jovem “admite” que ficou dividido entre a luta política e a possibilidade de ficar famoso por meio da música, o “admite” aparece como a aceitação do erro, como se a opção pela busca da fama fosse algo errado, um certo “descompromisso” com o país. O termo poderia ser substituído por “afirma” ou “assegura”. Assim, verifica-se a admiração pelos grupos de guerrilha e o entendimento que participar de uma militância era equivalente a ter um bom caráter, ser uma boa pessoa. O mesmo acontece na segunda coluna, quando o personagem se coloca como “individualista”, incapaz de abandonar seus objetivos pessoais por um bem maior: ““Conservava intacta minha capacidade de indignação e mantinha afiado o senso de justiça, mas era um individualista”, reconhece o autor. ‘Tenho hoje o maior orgulho de ver uma pessoa da nossa turma na Presidência’”.

4.3.9 “Estado de Minas”, 25 de junho de 2012

A última capa dedicada ao assunto traz a tortura de Estela como destaque do jornal. A manchete “MINISTRA TAMBÉM FOI VÍTIMA DE TORTURA” mostra ao leitor o desdobramento de uma revelação significativa; no caso, o encorajamento de outras pessoas a falarem sobre torturas sofridas durante o regime militar. No resumo, o leitor pode conferir o nome de Eleonora Minicucci, ex-titular da pasta de Políticas Públicas para as Mulheres, segunda personagem levantada pelas investigações do jornal nos arquivos do CONEDH-MG e também da publicitária Maria de Oliveira Soares, outra ex-militante que aceitou prestar seu depoimento para a Comissão de Direitos Humanos mineira. Como nas edições anteriores, o assunto aparece em um *box* na cor preta, em fonte branca semelhante àquela utilizada em máquinas de datilografar (serifada) e com uma imagem do processo que correu no CONEDH-MG com foto de Dilma ainda jovem afixada no mesmo.

A página três, da editoria de política, possui metade de seu conteúdo dedicada ao encerramento da série de notícias e a outra metade vendida para publicidade. O título é direto e sua linha fina retoma tudo o que já foi publicado sobre torturas em Juiz de Fora, confirmando as informações já apresentadas pelo jornal: “MINISTRA RELATA TORTURA”. “Eleonora Minicucci contou ao Conselho de Direitos Humanos de Minas que sofreu em 1971, num quartel em Juiz de Fora, castigos semelhantes aos aplicados à amiga Dilma Rousseff”, o que retoma o novo discurso acerca da cidade e confirma sua veracidade; afinal, na visão do sujeito do discurso, diversas pessoas atestaram esse fato durante a publicação das reportagens, o que confirma que é verdade. Uma fotografia, à esquerda do texto, mostra Dilma abraçando Eleonora na solenidade de posse da ministra. Essa imagem fala pelo texto: ambas se olham demonstrando sentimentos de cumplicidade e gratidão. O texto, assinado por Sandra Kiefer, possui três colunas e um único intertítulo: “SEM PERDÃO”.

O *lead* da reportagem se inicia confirmando a veracidade dos fatos publicados anteriormente:

A presidente Dilma Rousseff não é a única integrante do atual governo que prestou depoimento ao Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG) relatando as torturas que sofreu no período da ditadura. [...] Eleonora conta que sofreu choques elétricos e socos, além de ameaças psicológicas envolvendo a filha de pouco mais de um ano e o marido [grifo nosso] (KIEFER, 2012, p. 3)

Na terceira coluna é possível compreender como a memória coletiva compõe a memória individual, uma vez que ela completa os trechos vazios e não explicados de um determinado período: “ao começar a filmar os depoimentos dos sobreviventes começamos a ver que nós, filhos de militantes políticos, contávamos uma história parecida de dor, que havia sido sufocada pela censura’, explica”. Assim, confirma-se que a memória coletiva é difundida pelo grupo e, as memórias individuais, mesmo que esparsas devido à pequena idade dos depoentes, são tão dolorosas quanto às dos torturados.

Assim Dilma fez quando precisou se declarar sobre o assunto, a ministra empossada na cerimônia que a reportagem retrata discursou de forma a quebrar discursos sobre revanchismo: “Não tenho ódio nem magoa, é um sentimento de não perdão, de superação. Sou uma pessoa que superei’, disse”. O silenciamento escolhido pela ministra, o “não dizer” quebra o discurso já construído de revanchismo.

5 CONCLUSÃO

As práticas comunicacionais no Brasil passaram por enorme evolução desde a redemocratização do país. O término oficial da censura, formalizado pela Constituição de 1988, e o desenvolvimento de tecnologias de comunicação e informação favoreceram indiscutivelmente o progresso nos meios e formas de se comunicar no país. Diante de tamanho fluxo diário de informações é necessário compreender os sentidos que estas informações carregam. Como e por que os discursos são como eles são?

A partir deste questionamento, desenvolveu-se esta pesquisa que buscou entender um nicho das pautas do jornalismo: o uso da memória como atrativo para o leitor. Verificou-se que o resgate de fatos do passado possui significativo valor-notícia, uma vez que atende a três quesitos fundamentais para a apuração de uma pauta: consonância, inesperado e datas comemorativas. Consonância, porque pode confirmar o que já foi dito ou refutar o que era de conhecimento da população, promovendo a ratificação ou ressignificação do passado para a memória coletiva ou individual. Inesperado, pois provoca a instabilização de sentidos já sedimentados e pode promover a ressignificação do passado, o que gera do choque à curiosidade nos leitores. Já no caso de datas comemorativas, o resgate de memórias como pauta se torna frequente na imprensa por meio de especiais sobre o assunto em voga.

Evidenciou-se, portanto, o papel primordial da memória no jornalismo contemporâneo, marcado pela velocidade, pela instantaneidade e pelo compartilhamento de informações, via redes sociais. No jornalismo pós-moderno não basta informar, é preciso analisar, criar conexões, demonstrar a importância do assunto em todos os aspectos possíveis. Se o leitor deseja se informar sobre um determinado acontecimento, ele pode acessar a internet por meio de seu *smartphone* ou *tablet* e ler depoimentos, assistir vídeos e ouvir áudios em tempo real. Quando o leitor busca o jornal, seja em sua versão impressa ou *on-line*, procura a credibilidade que o mesmo pode oferecer associada à sua capacidade de analisar os fatos, de criar um elo que associe suas memórias ao acontecimento. A rememoração, dessa forma, adentra o universo do leitor quase que instantaneamente, pois oferece os atrativos necessários à complementação de informações ou até mesmo à reescrita da memória individual (do leitor) ou coletiva (da sociedade). A novidade, o inesperado e a quebra de expectativas são os fatores primordiais da memória como atrativo jornalístico.

O gênero jornalístico reportagem foi exposto como indispensável ao resgate da memória pela imprensa, uma vez que oferece espaço para publicação, tempo para apuração e ferramentas de edição que favorecem a leitura reflexiva.

Nesse contexto, é válido lembrar que este estudo objetivou entender como a série “A tortura de Estela contada por Dilma” rememorou o passado recente do país, promovendo a solidificação ou instabilização de sentidos por meio de seus discursos. Os objetivos específicos foram a) reunir todas as reportagens publicadas pelo jornal “Estado de Minas” que fazem parte da série “A tortura de Estela contada por Dilma”; b) expor a relação existente entre jornalismo, discurso e memória; c) utilizar a Análise do Discurso Francesa para compreender como os discursos foram construídos, expondo suas formações discursivas e ideológicas mais frequentes.

Pôde-se, dessa forma, compreender como a memória discursiva, denominada interdiscurso, cristaliza significados e cria conexões entre o que é falado na atualidade e no passado. Um texto nunca significa sozinho, pois cria conexões com outros textos que se entrelaçam em redes de memória, e possibilitam a mudança de sentido de acordo com as condições sociais, políticas e históricas em que são produzidos. Dessa forma, a memória da ditadura no Brasil, quando retomada pelo discurso jornalístico contemporâneo, dialoga com memórias cristalizadas em um momento sociopolítico diferente da atualidade e é conduzida à sua permanência ou à sua mutação, dependendo do conteúdo das formações discursivas presentes na reportagem.

Na rememoração do governo militar promovida pela série “A tortura de Estela contada por Dilma”, o discurso jornalístico retomou o passado por meio da língua e da história. Da língua, quando o sujeito utilizou sentidos já cristalizados na memória do leitor para trabalhar sua significação e, conseqüentemente, promover o reforço ou quebra de sentidos. Focou-se na prática da tortura por parte do Estado e utilizou-se enunciados dramáticos para narrar a existência da tortura em Juiz de Fora, MG. Ao mesmo tempo, instigou-se a memória discursiva do leitor utilizando-se enunciados comuns à época, mas que já caíram em desuso atualmente, como foi o caso de “enquadrou”, no sentido de dar voz de prisão. O sujeito jornalista também fez uso do confronto entre história e memória para conduzir o leitor a uma reflexão acerca dos sentidos já estabilizados sobre a ditadura militar no Brasil. A comparação entre depoimentos recentes e histórias antes contadas é feita a todo o momento, conduzindo assim, à quebra de sentidos e resignificação de papéis de civis e militares no passado recente do país.

A análise do discurso das reportagens identificou três formações ideológicas significativas e que manifestam o olhar do sujeito. Na primeira há uma alteração de posicionamento da personagem das reportagens; Dilma deixou de ser uma criminosa do passado e passou a ser tratada como uma militante honrada, capaz de governar o país. Na

segunda formação ideológica, identificou-se que o sujeito repudia o governo militar e generaliza como má qualquer prática advinda de militares. A terceira, e mais frequente, formação ideológica retoma o compromisso do jornalismo de revelar verdades ocultadas da história do país, seja pela investigação, seja pela publicação de depoimentos que não receberam a devida atenção; observa-se a visão de que a ilegalidade do governo militar deve ser combatida com o trabalho do jornalista.

Observou-se neste trabalho que quando o resgate da memória é promovido pelo jornalismo, ele maximiza a capacidade de alcance das quebras de significados antes estabilizados. A repercussão da série “A tortura de Estela contada por Dilma” foi notada em todo o mundo e o passado recente do país passou a ser repensado e estudado. O trabalho com a memória, como é feito pelo Museu da Pessoa, por exemplo, é indispensável para a conservação de vestígios do presente para o futuro, entretanto, quando a imprensa atenta para a importância dos depoimentos, de seus detalhes, das reconstruções que eles promovem, o potencial de resgate do passado é substancialmente aumentado. Dessa forma, entende-se que essa série de reportagens é um notável exemplo de como memória e jornalismo podem, e devem, andar juntos, uma vez que esta associação permite a construção de textos informativos, reflexivos e que contribuem para a construção da memória coletiva do país.

REFERÊNCIAS

500 – Os Bebês Roubados pela Ditadura Argentina. Autoria de Alexandre Valenti, direção de Angela Zoe. Filme produzido por Intuition Films & Docs, 2014.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. **Manual de História Oral.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004a.

_____. **Ouvir Contar** - Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004b.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS – ANJ. **Home.** abr. 2013. Disponível em : <<http://www.anj.org.br>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

AUGÉ, Marc. **As Formas do Esquecimento.** São Paulo: Íman, 2001.

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920).** 1996. 413 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Curso de Pós-Graduação em História, Niterói, 1996.

BAUDRILLARD, Jean. **Tela Total: mito-ironias da era do virtual e da imagem.** Porto Alegre: Sulina, 1997.

BERGER, Christa. Proliferação da memória – a questão do reavivamento do passado na imprensa. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sonia Virgínia (Orgs.). **Comunicação, Acontecimento e Memória.** São Paulo: Intercom, 2005.

BOPPRÉ, Fernando C. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva: um contraponto ao boom da memória nos estudos históricos. **Revista Esboços,** Florianópolis, v. 15, n. 20, p. 307-312, jan. 2008.

BOSI, Éclea. **O Tempo Vivo da Memória:** ensaios de Psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. **O que é História Oral.** s./d. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>>. Acesso em 15 jul. 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun. 2010.

ENNE, Ana Lúcia; TAVARES, Cristiane. **Memória, identidade e discurso midiático**: uma revisão bibliográfica. Revista Eletrônica Novo Enfoque, Universidade Castelo Branco, 2010. Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/sistema/novo enfoque/edicao/artigos/1/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

FERREIRA, Lucia M.A. Interdiscurso e Memória: nas tramas dos discursos sobre a mulher. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMAN, Solange. (Orgs.). **O Discurso na Contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e Vida Social** – a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Formação Discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades**. In: II Seminário de Análise do Discurso (SEAD) da UFRGS, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02/pdf/Maria%20do%20Rosario%20Gregolin.pdf>>. Acesso em 21 jul. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **The narrative construction of reality**: an interview with Stuart Hall. **Southern Review**, Baton Rouge, v. 33, n. 1, p. 3-17, Mar. 1984.

HUYSSSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sonia Virgínia (Orgs.). **Comunicação, Acontecimento e Memória**. São Paulo: Intercom, 2005.

_____. **Seduzidos pela Memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM. **Museus em Números.** Volumes 1 e 2. Brasília: IBRAM, 2011.

KIEFER, Sandra. A tortura de Estela contada por Dilma. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 17 a 25 de jun. 2012.

MAGNO, Ana Beatriz. **A agonia da reportagem das grandes aventuras da imprensa Brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo.** 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Brasília, 2006.

MARANHÃO, Bernardo Costa Couto. Luto, rememoração e justiça em Paul Ricoeur. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena; ARAUJO Valdei (Orgs.). **Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia:** tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MOTTA, Gonzaga. Teoria da notícia e imaginário – realidade e ficção. **Revista Comunicação e Espaço Público**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 1-7, 2001.

MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, Cultura e Imaginário Urbano:** exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora. São Paulo: Nankin; Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, 1981. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Sujeito, sentido e ideologia.** 2ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

_____. **O Discurso** – estrutura ou acontecimento. 2. ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre. et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jul. 1989.

REZK, Antônio. Moniz Bandeira e o governo João Goulart. **Novos Rumos**, Marília, v. 17, n. 38, abr. 2002.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

ROSAS, Juliana de Amorim. Mídia Ninja, mídia tradicional e accountability. **Extraprensa**, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 121-131, jun. 2014.

SANTOS, Lílian Braga; LEITE, Nina Virgínia de Araújo. Sobre a memória em Freud: uma introdução. **Língua, Literatura e Ensino**, Campinas, v. 3, p. 492-497, maio 2008.

SARAMAGO, José. **O Homem Duplicado**. Lisboa: Caminho, 2002.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SERELLE, Márcio. Jornalismo e guinada subjetiva. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 33-44, jul./dez. 2009.

SILVA, Carla Letuza Moreira. Memória, atualidade e possibilidade: a polêmica do discurso do Referendo das Armas na mídia impressa. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMAN, Solange. (Orgs.). **O Discurso na Contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.

SILVA, Heloisa da; ROLKOUSKI, Emerson. **A(s) voz(es) do passado** – história oral: Paul Thompson X Philippe Joutard. In: II Seminário Internacional de Pesquisa Qualitativa, Bauru, 2004. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIsepeq/anais/pdf/gt5/09.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Volume I. Porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Teorias do Jornalismo**. Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 3. ed. Rev. Florianópolis: Insular, 2013.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em História e Antropologia. **Revista História Oral**, Toledo, v. 15, n. 2, p. 125-139, jul./dez. 2012.

APÊNDICES

Apêndice A – Tabela apresentando o número de museus registrados no Brasil, segundo período/ano e meio de divulgação dos dados.

ANO	Nº DE MUSEUS	MEIO DE DIVULGAÇÃO DE DADOS/INFORMAÇÕES SOBRE O ANO
1901-1945	12	Número de museus catalogados. O IBRAM não forneceu o ano exato.
1946		Foi fundado o <i>Internacional Council of Museums</i> – ICOM (Conselho Internacional de Museus), uma organização não-governamental, que mantém relações formais com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO).
1947	71	–
1948	85	–
1950	91	–
1951	99	–
1952	104	UNESCO e ICOM publicam “ <i>Basic Facts and Figures: illiteracy, education, libraries, museums, books, newspapers, newsprint, film and radio</i> ”.
1953		Heloísa Alberto Torres publica “ <i>Museums of Brazil</i> ”, resultado da compilação de dados provenientes do arquivo do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), da Divisão de Estatísticas do Ministério da Educação e Saúde, e do Museu Nacional.
1958	145	Uma comissão de conservadores e técnicos de museus, chefiada por Guy de Hollanda, e composta por Elza Ramos Peixoto, Lygia Martins Costa, Octávia Corrêa dos Santos Oliveira, Regina Monteiro Real, A. T. Rusins e F. dos Santos Trigueiros publicou o livro “Recursos Educativos dos Museus Brasileiros”.
1972	399	Publicação da primeira edição do “Guia dos Museus do Brasil” por uma equipe de pesquisadoras coordenada por Fernanda de Camargo e Almeida.
1973		Neusa Fernandes e Sonia Gomes Pereira publicam o primeiro guia de abrangência local de museus: “Museus do Rio”.
1978	401	Maria Elisa Carrazoni organizou a segunda edição do “Guia dos Museus do Brasil”.
1983	926	Os museólogos Fausto Henrique dos Santos, Fernando Menezes de Moura e Neusa Fernandes realizaram a pesquisa publicada no “Catálogo dos Museus do Brasil”.
1986	1158	Segunda edição do “Catálogo dos Museus do Brasil”.
1993		Criação do Banco de Dados sobre Patrimônio Cultural da USP (<i>website</i> inoperante enquanto realizamos esta pesquisa) e da Base de Dados de Museus Brasileiros – CAMUS
1996		“Guia de Museus Brasileiros”.
1997	755	Segunda edição do “Guia de Museus Brasileiros”.
2000	529	Terceira edição do “Guia de Museus Brasileiros”.
2008	2618	–
2009	2374	–
2010	3025	–
2011	3118	Quarta edição do “Guia de Museus Brasileiros”; Lançamento do relatório “Museus em Números” (volumes I e II), fruto da coleta de dados realizada pelo Cadastro Nacional de Museus, promovida pelo IBRAM.

Fonte: Confeccionada pela autora com base nas informações do IBRAM (2011).

Apêndice B – Roteiro de entrevista estruturada realizada com Robson Sávio, antigo integrante do CEIVT e coordenador do CONEDH-MG

Entrevista com Robson Sávio, realizada em 27 de agosto de 2014

Pergunta 1: Como foi a preparação antes da entrevista?

A Caroline, Funcionária do CONEDH, hoje é advogada e secretariava a Comissão. Ela trabalhava com a coleta de informações. Existia uma lista de pessoas mapeadas pelo movimento tortura nunca mais, pessoas que lutaram pela redemocratização. Uma lista de quase 200 nomes. O CONEDH-MG recebeu mais de 1000 pedidos. As indenizações foram pagas para poucas pessoas. O nome da Dilma estava entre as 200 pessoas, que foram torturadas em 3 estados. Dilma não se manifestou. A comissão julgou ela como importante. A mãe de Dilma fez o pedido de indenização. Solicitaram o depoimento via carta. Além dos documentos que poderiam comprovar a existência de tortura, os depoimentos também teriam valor para receber a indenização.

Pergunta 2: Quando vocês partiram para a coleta de depoimentos, houve a opção por uma metodologia de entrevista?

Não usaram oficialmente a história oral, mas utilizaram algo próximo, por retratar a história a partir das memórias do próprio ator político. Revivimento da memória é difícil. Cuidado para deixar o depoente a vontade. Em alguns casos não seria necessário o depoimento. Resgate de história e da memória. A fala, o testemunho, o ponto de vista do ator político é importante para a reconstrução do período. Não era uma comissão de pesquisa e sim política. Não foi declarado oficialmente, mas a comissão deliberou internamente que poderia ser utilizada a metodologia de história oral. Havia um roteiro aberto que atendia às necessidades do depoente.

Pergunta 3: Como foi o trabalho de colher o depoimento de Dilma?

Haviam 7 ou 8 nove pedidos de pessoas do Rio Grande do Sul. A comissão marcou uma viagem para ouvir estas pessoas. Insistiram para que Dilma participasse. Mesmo sem

confirmar ela foi. Naquela época não havia tecnologia como hoje, então Caroline Bastos (secretária executiva da Conselho) digitou em um *desktop* e anotaram no papel. Preocupação por escrever algo bem próximo do que foi dito pelo depoente (Dilma). Não gravaram porque as pessoas ficavam constrangidas. Todo registro foi feito por escrita e pelo computador. Medo da monitoração feita mesmo após a redemocratização. Perda de dados devido a esta opção. Existia apenas uma versão digitada e impressa que era levada ao plenário do Conselho.

Pergunta 4: O que você faz agora, Robson?

Professor da PUC Minas – Membro do Núcleo de Estudos Sócio-Políticos – Trabalha em formação para cidadania – Graduado em Filosofia e Doutor em Ciências Sociais – atua na área de Direitos Humanos. Conselheiros no Conselho de Direitos Humanos – Fórum Mineiro de DH – Associado Pleno do Fórum Brasileiros de Segurança Pública.

Apêndice C – Roteiro de entrevista semiestruturada realizada com Sandra Kiefer, jornalista do “Estado de Minas”.

Entrevista com a jornalista Sandra Kiefer, realizada em 10 de junho de 2013.

Pergunta 1: Por favor, fale um pouco da sua formação e carreira.

Eu me formei pela UFMG, formei em 1994 e durante um tempo eu tinha um jornal de bairro. Então o meu jornal foi o laboratório da federal, durante sete anos eu tive um jornal de bairro. Fui monitora do jornal da UFMG, fiz um jornal no dentro do IGC o Instituto de Geociências, fiz um jornal do grupo de jovens da igreja que eu participava do meu bairro, fiz um jornal no grêmio estudantil do Colégio Municipal Marcone, onde eu estudava antes. Todo lugar por onde eu entrava eu fundava um jornal. E a única coisa que eu tinha que ser era jornalista, mas falar que eu trabalhei em outro local não. Em 1994 eu formei naquele ano eu já estava fazendo um estágio aqui no Estado de Minas, eu sempre quis trabalhar com imprensa escrita. E ele era e é o maior jornal de imprensa escrita, eu estava fazendo um estágio aqui e em seis meses eu fui contratada e estou aqui até hoje, faz dezessete anos.

Pergunta 2: E quando você foi contratada, você começou na editoria de esportes não é?

Eu comecei na editoria de esportes porque era a única vaga que tinha. Eu comprei um livro sobre futebol e com dez dias o editor me mandou pra pré-temporada do América com 22 jogadores, o fotógrafo e o motorista do jornal. Lá durante dez dias eu levei este livro porque eu não sabia muito bem as regras do futebol, fiz matérias diárias do América, virei americana e eu não torcia pra time nenhum. Eu mostrei serviço como se diz. Eu cobri um crime hediondo que aconteceu nas imediações enquanto estava lá e o Grande Hotel de Araxá que estava fechado em ruínas naquela época e eu denunciei isso também.

Pergunta 3: Então você já começou dentro das suas possibilidades ali na editoria de esportes, com esse jornalismo de denúncia?

É interessante, é verdade. E aí eles já perceberam que o meu negócio não era bem esportes e me convidaram pra editoria na época, que era cidade. Depois o jornal passou por uma grande ampliação pro caderno de Gerais, que foi um projeto grande com a universidade de Navarra

na Espanha e eles escolheram os jornalistas que eles queriam uma equipe para fundar a equipe do caderno que seria o carro chefe na época, e eu fui também. Depois veio a matéria da Barbara no lixão. A gente ganhou o prêmio Esso de Jornalismo, foi indicado pro prêmio de reportagem, mensagem dos direitos humanos, infância e adolescência, eu comecei a fazer o caderno infantil Gurilândia, me tornei editora entre aspas, não de fato, mas era eu que editava o Gurilândia. Do Guri depois de um tempo eu pedi pra voltar pro Gerais que era o que eu gostava mesmo. Depois veio um convite pra seguir pra a editoria de Economia, eu recusei, me ofereceram mais espaço eu recusei, me ofereceram para fazer só matérias especiais, eu recusei, porque eu gosto mesmo de Gerais, aí me ofereceram um aumento de salário aí eu aceitei. Era uma editora que tinha vindo de Brasília, do Correio Braziliense, e eu tinha conhecido a editora lá nas matérias de filantropia da PUC. Fiquei nove anos lá, foi bom porque eu tive os meus dois filhos, foi bom porque o horário lá é mais tranquilo. Mas eu não estava gostando, eu nunca achei lá essas matérias com idosos, com aposentados, consegui fazer um lado humano na economia, não sei como, mas eu sofria muito lá. Aí pedi pra voltar de novo e agora voltei pro Gerais.... Se os jornais não acabarem com essa crise. Mas é o que eu mais gosto de fazer essas matérias de direitos humanos, não no Gerais especificamente mas o que estiver envolvendo gente, boas histórias.

Pergunta 5: E você gosta de trabalhar com memória? Como esse trabalho que você fez na matéria da Dilma...de ver como era antes e como é hoje?

Olha eu nunca tinha pensado dessa maneira, em termos de memória, mas eu procuro fazer nas minhas matérias em geral é contextualizar. Eu acho que para o jornalismo é esse a matéria interpretativa, não a matéria noticiosa por si só, não da pra ficar reproduzindo o que o rádio, a tv e a internet já deram. Eu acho que você vai buscar entrevistar o máximo de pessoas possíveis, enriquecer o leitor com dados e tudo que ele puder saber da época que você está trabalhando. E eu dou muito valor ao texto, com o texto melhor possível você conseguir retratar pra ele a época, que aquilo que você está narrando aconteceu, conseguir passar pra ele essa emoção, você consegue um diferencial no seu trabalho e no jornal impresso. Porque na rádio, na tv e na internet não há tempo pra você fazer isso.

Pergunta 5: Agora vamos passar para a parte da sua história de reportagem. Eu vi que você já recebeu vários prêmios, entre eles o prêmio Esso que é tão almejado pelos jornalistas. Ano

passado você também foi finalista deste prêmio. Como foi a produção, quanto tempo durou essa produção toda?

Esse trabalho foi bem diferente dos outros porque envolveu mais ou menos uma semana de checagem. Porque eu tinha um material que eu sabia que era exclusivo nas mãos, mas eu tinha que ter certeza absoluta que ele era exclusivo. Eu tive que pegar tudo que já tinha sido escrito sobre a presidente e ler, a única biografia escrita autorizada já lançada, tinha acabado de sair. Na verdade eu tive muito pouco tempo pra fazer essa matéria, no máximo 15 dias para fazer tudo, porque havia o risco de alguém descobrir. Eu tive quatro dias que eu fiquei lendo loucamente sem dormir, eu li todo o processo que era 300 páginas, porque eu tinha que devolver, era um documento oficial, e a fonte de confiança de 15 anos atrás. E que vinha se mantendo há mais tempo, me passou e eu assinei um documento me comprometendo a devolver, não podia xerocar. Mas eu fiz um xerox, porque se não como eu ia fazer, eu não dei conta, estava exausta. Depois eu fui lá e devolvi o xerox, ele não quis receber, porque eu furei o trato de não xerocar, mas eu pus em um pacote e fui lá e deixei no escritório dele.

Pergunta 6: Por isso que você fala em uma das reportagens que o conteúdo da Dilma foi xerocado?

Eu tive que xerocar, eu não tive condição, não podia. Era coisa demais, como eu ia fazer, eu estava ficando louca, não dava para eu copiar a mão. Então, como aconteceu, o mais difícil disso tudo foi convencer o andar de cima que aquilo era verídico, ninguém acreditava em mim foi incrível.

Pergunta 7: Os editores? Essa era uma das minhas perguntas, como eles receberam isso?

É. Então, o processo de edição. Primeira parte, checar tudo, o livro do Tortura Nunca Mais tá disponível na internet, e não tem uma frase da Dilma, “A vida precisa coragem”, eu grifei o livro todinho, tá na biblioteca do jornal, não tem nada, inclusive eu conversei com o autor, o Batata –apelido- ele esteve aqui no lançamento do livro, me pediu para incluir este material no livro dele, que não contava este trecho, nem uma menção a esse material. Eu conversei com as pessoas que haviam creditado a Dilma quando jovem, a outra moça que não quis aparecer, eu conversei com a minha fonte e a outra pessoa que oficialmente me passou o material. E olhei tudo na internet, e mais uns três livros que haviam sido lançados

recentemente envolvendo ditadura. O livro do Marighela, muito grande, eu dei uma folheada, não tinha nada. O do Beto, era o companheiro dela, que ela gostava muito dele, eu não encontrei nada. Essa foi a primeira parte, a mais difícil e angustiante.

Pergunta 7: Antes disso, como foi? Você tinha uma fonte no conselho, como você chegou neste depoimento?

Ela é uma pessoa que tem muita dificuldade pelo que eu percebi. Eu li uns 30 depoimentos, não foram muitos, eu tinha 1500, eu tive que selecionar. Algumas pessoas outros lembram de tudo, outros de algumas coisas, apagam da memória, outros se confundem. Ela além de eu achar que ela se lembra de pouca coisa, ela não gosta de falar, porque tem gente que tem orgulho de falar e de contar detalhes de pegar, ela tem pavor disso. Por isso que este depoimento foi interessante, porque foi antes dela ser alguém, porque ela não era nada, por isso que ela falou com tanta abertura. Eu passei a admirar essa postura dela mais ainda, porque ela não usou essa prerrogativa para se eleger, nem para o bem nem para o mal.

Pergunta 8: Isso foi muito discutido no SBPJOR 2012. Porque ela não usou isso para se eleger?

Ela poderia ter sido muito combatida, porque nas matérias que eu fiz, eu não sei se você observou os comentários totalmente, eu fiquei muito chocada, de pessoas contraEla eu não sei se ela mediu isso, eu dei uma pincelada disso na matéria, foi uma postura pessoal mesmo, ela não quis falar sobre isso, a milícia era um cara que ela falou que ela tinha que pular para continuar, uma única vez ela falou. “Depoimentos de mulheres torturadas na época da ditadura” (livro), não tem o depoimento dela, na época do livro, ela não prestou depoimento para ele. A Folha na época que ela foi eleita, impossível você pegar o depoimento de tudo quanto é mulher e não pegar o dela, porque não tinha importância nenhuma. O que ele fez, ele correu atrás dela, presidente me dá uma entrevista, a senhora eleita, eu fiz com todas as mulheres, quase todas, 200 mulheres, e ela deu umas três ou quatro perguntas para ele. E falou sobre esse aspecto, da postura, porque ela nunca tinha falado disso, o maxilar dela. Na época da eleição ela se operou, todo mundo disse que era pra ficar mais bonita. Mas depois ela revelou que tinha problema de mastigação, dores. Ela fez uma recauchutagem total, faz parte do cargo também, mas se você pegar umas fotos dela antes, e pegar umas fotos atuais ela continua com os dentes para fora. Eu tenho muita vontade de me encontrar com ela, para

perguntar se ela tem isso por causa disso....[nas fotos dela jovem ela já tinha os dentes para fora, Dani?] Será? Tem que perguntar pra ela.

Pergunta 9: Você conseguiu essa notícia e ficou evidente que existe o depoimento da Dilma aqui em BH. Como você conseguiu este documento?

Eu tenho uma pessoa, só não vou falar o nome dele. Foi a pessoa que participou da fundação do Conselho dos Direitos Humanos em BH. Na época era outro conselho, outra estrutura e eu fiz a primeira matéria de um conselho e passei a acompanhar o trabalho dele e dos direitos humanos. Foi a partir daí que eu passei a acompanhar o trabalho dele e passei a gostar do tema. Eles criaram o programa de proteção a testemunha, uma série de coisas e foi a partir deste trabalho que criou a indenização para vítimas da ditadura. Eu até coloquei em um texto, acho que foi o segundo estado a indenizar vítimas, Minas Gerais foi o terceiro estado. O que aconteceu, voltando pro caderno Gerais, eu tive que resgatar as minhas fontes antigas. Liguei para ele e perguntei, como é que anda a nossa área de Direitos Humanos? A tem muita coisa boa, inclusive estamos mexendo com processos de presos políticos. Que processos como assim? Ah, tem até uma tal de Dilma, não sei se você conhece, que tá lá no meio. Eu falei sério? Verdade, mas isso já tá indo pra outro lugar. Tá indo com assim? Então nós vamos encontrar amanhã. Marcou com o atual presidente do Conselho. Quando eu pego, naquela pasta, com a foto dela, tem ela lá. Tem aqui um depoimento, o cara começa a ler o depoimento. Eu perguntei, não tem condição, alguém já viu isso? Não ninguém nunca viu, isso nunca saiu daqui. Como nunca saiu? Parecia uma cena de filme, uma sala toda empoeirada, uma saleta, um edifício antigo, velho, importante claro, histórico. Mas eu não deixaria um conselho num lugar daquele, totalmente abandonado, ninguém dava importância para aquilo. Aquelas pessoas ali eram feito Dom Quixote lutando contra o moinho de vento, tentando fazer alguma coisa. Então falei: Inacreditável, você tem cópia disso? Deste aqui eu tenho, dos outros não, eu tenho na minha casa, porque na época da eleição eles quiseram fazer uso político disso e eu não deixei. Eu percebi então que ele sabia da importância e só não tinha a guarida, para importância que aquele material tinha. Ele teve muito peito, para não deixar aquele material escapar no momento errado, porque se aquilo vira um uso político. Aquilo ali foi protegido tanto pelo descaso, pelo coração de outros, pelo cuidado de alguém, eu não sei, acho que foi Deus que deixou aquilo adormecido, até chegar alguém com alguma responsabilidade. Eu sabia, porque eu não ia fazer uma bobagem com aquilo. Eu virei e falei, olha aqui, ninguém me entendia, parecia que eu estava falando grego. Eu cheguei aqui e falei.

Olha aqui. Eu não acredito que ninguém nunca pensou naquilo. O meu chefe direto foi comigo em uma salinha e ele viu, leu tudo. E falou nossa, se for verdade é manchete, mas nós temos que ver. Tenho que falar com o outro diretor, porque tem que checar que isso, ninguém fez reportagem disso até hoje, é impossível. Porque eu fiquei horrorizada, eu não sabia, não estou acreditando. Eu fui, estudei o fim de semana inteiro. Porque hoje eu já tenho 17 anos de jornal, e eu estou ali como repórter mais ou menos especial. Quando chegou na segunda-feira, eu falei quer saber, eu vou mostrar ao diretor, o chefe do jornal, já que ninguém está entendendo isso, com a cara e a coragem. Eu fiquei dois dias sem dormir, trouxe essa pasta, porque eu não podia ficar levando, eu andava com ela no braço. Vai que eu perdia. Porque não podia deixar ninguém ver, porque era documento oficial, importantíssimo. Enfim, cheguei lá para o Pereira, quando este homem atravessa o corredor, eu peguei o braço dele e perguntei, escuta aqui você conhece essa moça, e na folha de rosto estava a foto da Dilma. Ele falou, ué ... aí ele pegou o material e falou assim, nossa senhora, essa é a minha manchete do domingo que vem, você tem uma semana para fazer este material. Eu falei eu chequei tudo, está tudo certo, é isso mesmo, nós temos que dar esta matéria. Essa vai ser a manchete do Correio também, eu quero uma boa matéria, e vai ser muita coisa, e pode colocar quem você quiser para trabalhar com você. Aí eu comecei a trabalhar mais ainda.

Pergunta 10: Você recebeu ajuda de um outro jornalista, não é?

O Daniel me ajudou e entrou o pessoal de Brasília fazendo a apuração com ela lá. O Daniel me ajudou para fazer a repercussão na Comissão da Verdade, no processo em si. Eu tive que ouvir os colegas dela (Dilma), eu não tinha ouvido ninguém, eu não tinha apurado nada, eu só tinha apurado a veracidade da reportagem. Aí que eu fui começando, entender o que estava acontecendo, fazer mesmo a matéria. O Daniel só ia entrar para checar, para saber quem era o torturador, o Medeiros.

Pergunta 11: Ele, o torturador, faleceu? Eu não consegui apurar isso. Eu vi uma alguma notícia falando que o torturador da Dilma tinha falecido, não sei é o torturador de JF ou de SP. Eu não consegui descobrir quem torturou a Dilma em Minas. Eu tenho as pistas que são os depoimentos dela. É preciso um documento de dentro da prisão, do presídio.

Voltando à execução dos trabalhos, eu enfiei muito a cara naquele material, eu investiguei até exaurir, enquanto eu não tiver a prova concreta da coisa, nas matérias que eu faço investigativa, eu procuro ter sempre o documento, se não vai contra mim. Tanto é que rolou

uma certa aflição se ela ia falar e ela falou sobre as matérias, e ela nunca falava. Ficou na expectativa. Porque ela podia ter desmentido. Ainda mais ela que é durona, dita como grossa. Se ela fala, eu não falei nada disso, eu não fui torturada em JF, Minas. Ela não só não desmentiu, como ela corroborou a matéria e deu uma alfinetada... E de repente a gente já vive isso, né?

Eu li alguma coisa dela falando que ela tinha voltado ao local, e que não viu o mesmo lugar lá, estava modificado. Ela não conseguiu reconhecer, ela entrou com um capuz na cabeça e que aí ela não conseguiu reconhecer. Eu sei que no outro dia foi todo mundo numa expectativa, o pessoal lá de Brasília, tentando falar com ela, a editora do Correio me ligou, perguntando o que eu queria, e falou que estava tentando falar com a assessora direta dela, e que ela falou que a única coisa que ela poderia falar com essa repórter e que essa repórter merecia um prêmio, que ela não tinha mais nada que falar, e que ela só chorava lendo a matéria.

Pergunta 11: Como você separou os assuntos para soltar um por dia?

Não estava exato, foi muito intuitivo. Contei com uma boa organização do editor de política, que é uma pessoa muito organizada graças a Deus. O Renato ele pedia o tempo inteiro, põe o que você tem no papel Sandra, faz um esquema do que você quer. Quantas páginas você quer? Quantos dias você quer? Era tanta coisa na minha cabeça que eu não conseguia saber o quanto de material que eu poderia escrever. Ele falava senta aqui Sandra, vamos fazer isso agora, vamos começar pelo obvio. Uma página para você apresentar, os depoimentos, duas páginas para o depoimento. E o fulano que falou que o depoimento existe, e o fulano? Seis páginas no domingo? Então tá. E vamos embora redigir. Eu não sei, foi uma espécie de transe, porque a coisa fluiu, porque eu conhecia tanto daquele material, então eu fui redigindo. As primeiras seis páginas do domingo foi o grosso da matéria, foi fácil. O difícil foi o fluir, quando entrou o resto do material. Porque eu não tinha entrevista, não tinha complementação. A gente só pensou “vamos publicar o depoimento” e depois? As coisas foram surgindo de uma maneira e crescendo, ganhando uma proporção, jornais de vários países publicando, agencias locais, todas publicando, todo mundo entrando na história. E aquilo meu estômago embrulhando, eu nunca imaginava que aquilo ganhasse essa repercussão. De acordar e pensar e agora? Isso vai dar certo ou vai dar? E falar isso já foi publicado, e se chegar alguém, um jornalista lá do Rio Grande do Sul e falar: Vocês estão ficando loucos? Eu já publiquei isso há 12 anos atrás. Porque aconteceu. E se chegar uma jornalista lá de JF, uma tal de Daniella,

virar e falar eu já publiquei isso, lá no jornal da faculdade? Porque isso podia acontecer. Então, primeiro foi aquele sufoco, depois foi e agora? Foi super legal. E Facebook e telefone? Foi o que eu falei, foi uma epifania, eu não esperava nada parecido.

Pergunta 12: Como você começou a fazer aquelas entrevistas secundárias?

Tudo foi eu que procurei. O que aconteceu de secundário que ele vieram me procurar para fazer foi Comissão da Verdade, coisas desse tipo, que apareceram e um general que veio me procurar para dizer que não tinha havido tortura. Sempre aparece. Agora um torturado nunca, nenhum veio me procurar para dizer que foi torturado. Na semana seguinte, foi muito difícil falar com a ministra, só depois que saiu a matéria da Dilma que ela veio contar para mim que ela era um dos casos. A Emily tinha falado comigo. Eu estou me confundindo a respeito das frases, mas acho que foi o seguinte, eu fiquei quatro dias lendo, e uma semana escrevendo e apurando e fazendo as entrevistas com a Emily, o Gilberto Vasconcelos, um amigo da Dilma que dançou com ela em algum lugar, o Gilberto gosta muito dela; com o Márcio Borges, cantor e compositor, com o Chico Francisco, com o Robson que me deu a entrevista que me contou como eles coletaram o depoimento, como a menina correu para o quarto, que na época só tinha aquele computador com aquele disquete grandão, que ela pegava e batia tudo que ela havia dito, porque não podia gravar, que tomava o cuidado de não gravar para não virar uma coisa contra a pessoa depois; e ela foi depois para o quarto dela, digitou tudo no disquete do hotel, porque eles não tinham computador próprio, e bateu tudo o que ela tinha feito com ele, o que ela havia dito, para não haver coisas que ela não tinha falado, para as palavras serem as mesmas que eles copiaram a mão. Para bater tudo que havia na memória dele naquele dia, era assim que eles faziam com todos, era o procedimento com todos os entrevistados.

Pergunta 13: Como você pegou essas fontes secundárias para entrevistar? Como foi isso, foi emocionante, como que foi para você lidar, para o entrevistado esclarecer sem fantasiar?

Eu não vou mentir, eu conversei com só com duas pessoas pessoalmente, eu não tive tempo. Outra coisa, o Gilberto Vasconcelos é de Uberaba e ele estava lá, e eu conversei com ele por telefone diversas vezes, porque eu tinha muitas dúvidas sobre o que ele me falava e sobre das datas. Eu ligava para ele nos horários mais estapafúrdios e ele me atendia, coitado. Eu batia as datas com ele, e as ocasiões, e onde foi como é que foi, tem certeza. Porque ele era uma peça chave, ele me ajudou a clarear algumas datas. Ele esteve preso com o ex-marido da Dilma. A

Emily já era de outros, dos outros torturados. Conversei com ela pessoalmente, ela não queria falar comigo, eu liguei várias vezes, quando de repente ela falou assim, eu só vou ter um tempo no horário de almoço da sexta-feira entre meio dia e duas. Eu falei meu Deus. Mas assim, fui para lá na faculdade de medicina, fiquei esperando, era uma mulher velhinha, baixinha você não dava nada por ela, super bem humorada e muito difícil, não discutia muito. Mas teve um momento que eu estava quase terminando a entrevista e eu perguntei, mas como foi? Parece que a pessoa envelhece 100 anos, eles têm muita dificuldade em entrar no assunto, mas depois que começa a falar sai tudo, parece que abre uma torneira e fala. Ela falou do torturador dela, que ela já tinha encontrado com ele e falou com ele em uma festa de casamento: Você lembra de mim? Você me torturou. Pois é eu lembro de você, eu não vou esquecer nunca mais. A sua família sabe que você me torturou? Ele estava com a família dele. Foi muito emocionante o depoimento dela, e ela não chorou. Ela não chora, é impressionante parece que eles já choraram demais. Ela só me ditou um parágrafo e me pediu muito para não colocar um trecho do depoimento dela, sobre a filha dela e eu não coloquei, um trecho muito triste.

Pergunta 14: Como você recebeu essa contra partida do General? Ele espontaneamente ligou para você?

Não foi comigo. Chegou nas minhas mãos uma colega fez a matéria. Chegou muito irritado, com a cara...Eu não preciso saber que ele acreditava naquilo.

Pergunta 15: Juiz de Fora foi uma cidade pioneira no golpe militar e depois, durante o governo militar, ela era coadjuvante. Com a publicação das suas reportagens, a cidade se torna o palco de horror da ditadura. Como você enxerga isso?

JF e eu diria até Minas né? Porque antes a tortura só acontecia em São Paulo. E Minas, tendo JF como palco, e não era falado. E muitos questionaram porque nós colocamos a Dilma como personagem principal, os outros torturados, não eles, mas quem sabe. Os outros movimentos as outras dissidências vieram falar, quem não foi entrevistado. Mas enfim, não houve tempo. Ah você entrevistou mais de uma ala do que a outra, é fato, não deu tempo, não deu para aprofundar. Porque depois dessa reportagem eles pegaram todos os processos e levaram para arquivo público, e me impediram durante um tempo de pesquisar. Eles reclamaram, a gente deu uma página só com os outros. As outras torturas foram muito piores. Teve gente que os

filhos foram torturados na frente dele, para eles falarem. Teve outros que foram colocados em cima de latas de pernas para cima, gente que ficou estéril, homens, de tanto levar choque. Isso tudo está nos processos do Conselho aqui de MG. Mas o que aconteceu, quando saiu a página com os outros torturados não teve tanta repercussão. E é natural e hoje eu entendo, porque a presidente está lá, ela superou de certa maneira, conseguiu se fortalecer e se tornou presidente. Então é natural que o processo dela tenha dito maior visibilidade. Então o fato dela ter sido torturada em MG, contribuiu para MG e JF principalmente.

Pergunta 16: Então, a seu ver, houve uma mudança de perspectiva sobre o estado? Como você acha o papel do jornalista, nesta mudança de visão do papel sobre o local? De retomar o passado. Como o jornalista traz esta contrapartida para a sociedade?

Porque é outro diferencial do jornal impresso, ele ser documento histórico. Eu conversei com outro colega, ele falou comigo se pesquisarem a história da Dilma daqui há 100 anos eles vão ter que remeter as suas matérias. Eu falei como assim né? Porque ele é historiador o revisor do jornal. Ele falou porque este aspecto da história dela, só tem nessas matérias. Eu não tinha pensado nisso, tem o viés da vaidade é bacana, mas é vaidade no sentido de contribuir para certos aspectos da história, para não ficar na escuridão, no passado. Porque ainda que ela não queira falar é muito grave, não dá para fingir que não aconteceu. E você veja como tudo isso traz à tona, um processo que se ela desencadeia, puxa 753 processos de pessoas que sofreram tanto ou mais até do que ela. Se conseguiram ou não indenização, não se sabe. Se essa indenização paga alguma coisa, claro que não. Mas é para que esse erro não se repita, não é verdade. Ditadura com violência não pode ficar esquecido. A Comissão da verdade é para mudar a escrita da história do país, mas não punir. É porque na época eles fizeram esta jogada, com a lei da anistia. Eles denunciaram tantos os presos quanto os militares. Existe um movimento muito forte para reabrir isso ai. Eu não sei se eles vão conseguir esconder. Você vê que o Brasil é o único que não assumiu os seus torturadores ainda, todos os países já foram não só os torturados mas principalmente os torturadores. Eu acho que abriu essa represa, a qualquer hora isso vai levantar.

ANEXOS

Anexo A – Série “A tortura de Estela contada por Dilma”

17 de junho de 2012.

ESTADO DE MINAS

www.em.com.br

BELO HORIZONTE, DOMINGO, 17 DE JUNHO DE 2012

R\$ 3,30 • NÚMERO 25.699 • 130 PÁGINAS • FECHAMENTO DA EDIÇÃO: 22h



"AS MARCAS DA TORTURA SOU EU. FAZEM PARTE DE MIM"

DILMA ROUSSEFF - 25 DE OUTUBRO DE 2001

Militante de esquerda, Estela, que tinha 22 anos na época, apanhou muito nos porões da ditadura. E foi torturada em Minas, mais especificamente em Juiz de Fora, e não só no Rio de Janeiro e em São Paulo como se sabia até agora. Estela é um dos codinomes usados na época por Dilma Vana Rousseff, hoje a presidente do Brasil. É o que revela a repórter Sandra Kiefer, que obteve documentos inéditos em que Dilma relata ter sido pendurada por seus algozes mineiros no pau de arara, apanhado de palmatória e levado choques e socos que a marcaram para o resto da vida.



DENTE ARRANCADO COM UM SOCO

"Uma das coisas que me aconteceu naquela época é que meu dente começou a cair e só foi derrubado posteriormente pela OBAN. Minha arcada girou para outro lado, me causando problemas até hoje, problemas no osso do suporte do dente. Me deram um soco e o dente deslocou-se e apodreceu. Tomava de vez em quando Novalgina em gotas para passar a dor. Só mais tarde, quando voltei para SP, o Albernaz completou o serviço com um soco, arrancando o dente."

PAU DE ARARA E PALMATÓRIA

"Se o interrogatório é de longa duração, com interrogador 'experiente' ele te bota no pau de arara alguns momentos e depois leva para o choque, uma dor que não deixa rastro, só te mina. Muitas vezes também usava palmatória, usava em mim muita palmatória..."

PÁGINAS 3 A 7

CAIXAS ELETRÔNICAS Amadores confundem investigações

A polícia tem dificuldades de identificar os peixes graúdos que assaltam os terminais de banco, porque a facilidade de encontrar explosivos em um estado minerador permite a ação de inexperientes. Das 18 pessoas consideradas perigosas, apenas oito estão presas.

PÁGINAS 25 E 26

Esportes

Cruzeiro vence e é vice-líder

Depois de passar sufoco no 1º tempo, em que o destaque foi o goleiro Fábio, o Cruzeiro se recuperou na 2ª etapa e assumiu a vice-liderança do Brasileiro ao vencer o Figueirense com um gol de Wellington Paulista (foto).

CAPA



ALANAGAS GLOBO/IMAGEM PRESS

BC E A CRISE

EFETOS DE COMBATE VÃO DEMORAR A APARECER

Em entrevista ao Estado de Minas, presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, adota uma postura realista.

PÁGINAS 17 E 18

EUROPA TEME RADICAIS NA ELEIÇÃO GREGA

PÁGINA 19

FEMININO

Mineiro se destaca na SP Fashion Week

CAPA E PÁGINAS 6 E 7

degusta

Toque espanhol ao receber convidados

CAPA

EM CULTURA

Roberto Drummond: 10 anos de saudade

CAPA E PÁGINAS 4 E 5

BEM-VIVER

Estilos de vida que chegam a incomodar

CAPA E PÁGINAS 4 E 5



Assinaturas e serviço de atendimento: Belo Horizonte: (31) 3263-5800 - Outras localidades: 0800 031 5005 Assinatura Uai: 0800 031 5000

DIVERSOS ASSOCIADOS S.A.

POLÍTICA

EDITOR: Baptista Chagas de Almeida
 EDITOR-ASSISTENTE: Renato Scopelotempore
 E-MAIL: politico.em@uai.com.br
 TELEFONE: (31) 3263-5293

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Em outubro de 2001, a mulher que usava codinome e que seria alçada nove anos mais tarde ao posto de presidente do Brasil revelou em depoimento, até agora inédito, o sofrimento vivido nos porões da ditadura em Minas

SANDRA KIEFER

A presidente Dilma Vana Rousseff foi torturada nos porões da ditadura em Juiz de Fora, Zona da Mata mineira, e não apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro, como se pensava até agora. Em Minas, ela foi colocada no pau de arara, apanhou de palmatória, levou choques e socos que causaram problemas graves na sua arcada dentária. É o que revelam documentos obtidos com exclusividade pelo Estado de Minas, que até então mofavam na última sala do Conselho dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG). As instalações do conselho ocupam o quinto andar do Edifício Maletta, no Centro de Belo Horizonte. Um tanto decadente, sujeito a incêndios e infiltrações, o velho Maletta foi reduto da militância estudantil nas décadas de 1960 e 70.

Perdido entre caixas-arquivo de papelão, empilhadas até o teto, repousa o depoimento pessoal de Dilma, o único que mereceu uma cópia xerox entre os mais de 700 processos de presos políticos mineiros analisados pelo Conedh-MG. Pela primeira vez na história, vem à tona o testemunho de Dilma relatando todo o sofrimento vivido em Minas na pele da militante política de codinomes Estela, Stela, Vanda, Luíza, Mariza e também Ana (menos conhecido, que ressurgiu neste processo mineiro). Ela contava então com 22 anos e militava no setor estudantil do Comando de Libertação Nacional (Colina), que mais tarde se fundiria com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), dando origem à VAR-Palmares.

As terríveis sessões de tortura enfrentadas pela então jovem estudante subversiva já foram ditas e repisadas ao longo dos últimos anos, mas os relatos sempre se referiram ao eixo Rio-São Paulo, envolvendo a Operação Bandeirantes, a temida Oban de São Paulo, e a carceragem na capital fluminense. Já o episódio da tortura sofrida por Dilma em Minas, onde, segundo ela própria, exerceu 90% de sua militância durante a ditadura, tinha ficado no esquecimento. Até agora.

Com a palavra, a presidente: "Algumas características da tortura. No início, não tinha rotina. Não se distinguia se era dia ou noite. Geralmente, o básico era o choque". Ela continua: "(...) se o interrogatório é de longa duração, com interrogador experiente, ele te bota no pau de arara alguns momentos e depois leva para o choque, uma dor que não deixa rastro, só te mina. Muitas vezes usava palmatória; usaram em mim muita palmatória. Em São Paulo, usaram pouco este 'método'".

BILHETES Dilma foi transferida em janeiro de 1972 para Juiz de Fora, ficando presa possivelmente no quartel da Polícia do Exército, a 4ª Companhia da PE. Nesse ponto do depoimento, falham as memórias do cárcere de Dilma e ela crava apenas não ter sido levada ao Departamento de Ordem e Política Social (Dops) de BH. Como já era presa antiga, a militante deveria ter ido a Juiz de Fora somente para ser ouvida pela auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM). Dilma pensou que, como havia ocorrido das outras vezes, estava vindo de São Paulo a Minas para a nova fase do julgamento no processo mineiro. Chegando a Juiz de Fora, porém, ela afirma ter sido novamente torturada e submetida a péssimas condições carcerárias, possivelmente por dois meses.

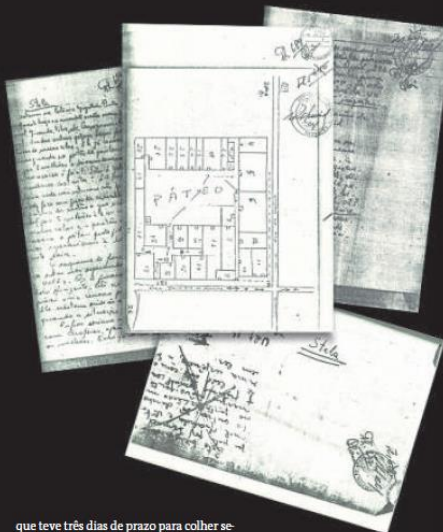
Nesse período, foi mantida na clandestinidade e jogada em uma cela, onde permaneceu na maior parte do tempo sozinha e em outra na companhia de uma única presa, Terezinha, de identidade

desconhecida. Dilma voltou a apanhar dos agentes da repressão em Minas porque havia a suspeita de que Estela teria organizado, no fim de 1969, um plano para dar fuga a Ângelo Pezzuti, ex-companheiro da organização Colina, que havia sido preso na ex-Colônia Magalhães Pinto, hoje Penitenciária de Neves. Os militares haviam conseguido interceptar bilhetinhos trocados entre Estela (Stela nos bilhetes, codinome de Dilma) e Cabral (Ângelo), contendo inclusive o croqui do mapa do presídio, desenhado à mão (veja reproduções ao lado).

Seja por discrição ou por precaução, Dilma sempre evitou falar sobre a tortura. Não consta o depoimento dela nos arquivos do grupo Tortura Nunca Mais, nem no livro *Mulheres que foram à luta armada*, de Luiz Maklouf, de 1998. Só mais tarde, em 2003, ele conseguiria que Dilma contasse detalhes sobre a tortura que sofrera nas prisões do Rio e de São Paulo. Em 2005, trechos da entrevista foram publicados. Naquela época, a então ministra acabava de ser indicada para ocupar a Casa Civil.

O relato pessoal de Dilma, que agora se torna público, é anterior a isso. Data de 25 de outubro de 2001, quando ela ainda era secretária das Minas e Energia no Rio Grande do Sul, filiada ao PDT e nem sonhava em ocupar a cadeira da Presidência da República. Diante do jovem filósofo Robson Sávio, que atuava na coordenação da Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura (Ceivt) do Conedh-MG, sem remuneração, Dilma revelou pormenores das sessões de humilhação sofridas em Minas: "O estresse é feroz, inimaginável. Descobri, pela primeira vez, que estava sozinha. Encarei a morte e a solidão. Lembrou-me do medo quando minha pele tremeu. Tem um lado que marca a gente pelo resto da vida", disse.

HUMILDE Apesar de ser ainda apenas a secretária das Minas e Energia, a postura de Dilma impressionou Robson: "A secretária tinha fama de durona. Ela já chegou ao corredor com um jeito impositivo, firme, muito decidida. À medida que foi contando os fatos no seu depoimento, ela foi se emocionando. Nós interrompemos o depoimento e ela deixou a sala com uma postura diferente em relação ao momento em que entrou. Saiu cabisbaixa", conta ele,



que teve três dias de prazo para colher sete depoimentos na capital gaúcha. Na avaliação de Robson, Dilma teve uma postura humilde para a época ao concordar em prestar depoimento perante a comissão. "Com ou sem o depoimento dela, a comissão iria aprovar a indenização de qualquer jeito, porque já tinha provas suficientes. Mas a gente insistia em colher os testemunhos, pois tinha a noção de estar fazendo algo histórico", afirma o filósofo.

Fac-símile de trechos dos bilhetes e do croqui do presídio que foram interceptados pela repressão e acabaram levando à tortura de Dilma

LEIA TRECHOS DO DEPOIMENTO E A HISTÓRIA DE DILMA NOS CÁRCERES DE MINAS NAS PÁGINAS 4 A 7



A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

"Me deram um soco e o dente se deslocou e apodreceu"

Agressões sofridas por Dilma eram acompanhadas de ameaças de dano físico deformador

SANDRA KIEFER

Dilma chorou. Essa é uma das lembranças mais vivas na memória do filósofo Robson Sávio, que, ao lado de outra voluntária do Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG), foi ao Rio Grande do Sul coletar o testemunho da então secretária das Minas e Energia daquele estado sobre a tortura que sofreu nos anos de chumbo. Com fama de durona, a então moralizadora do Bairro da Tristeza, em Porto Alegre, tirou a máscara e voltou a ter 22 anos. Revelou, em primeira mão, que as torturas físicas em Juiz de Fora foram acrescidas de ameaças de dano físico deformador. "Geralmente, me ameaçavam de ferimentos na face".

Não eram somente ameaças. Segundo faz constar no depoimento pessoal, Dilma revelou, pela primeira vez, ter levado socos no maxilar, que podem explicar o motivo de a presidente ter os dentes levemente projetados para fora. "Minha arcada girou para o lado, me causando problemas até hoje, problemas no osso do suporte do dente. Me deram um soco e o dente se deslocou e apodreceu", disse. Para passar a dor de dente, ela tomava Novalgina em gotas, de vez em quando, na prisão. "Só mais tarde, quando voltei para São Paulo, o Albermaz (o implacável capitão Alberto Albermaz, do DCF-Codi de São Paulo) completou o serviço com um soco arrancando o dente", completou.

Mais tarde, durante a campanha presidencial, em 2010 Dilma faria pelo menos três correções de ordem estética, que incluíam uma plástica facial, a troca dos óculos por lentes de contato e a chance de, finalmente, realinhar a arcada dentária. Na mesma época, Dilma combater e venceu um câncer no sistema linfático. Guerreira, a presidente suavizou as marcas deixadas pelo passado na pele. Não tocou, porém, nas marcas impressas na alma. "As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim", definiu Dilma em 2011, no depoimento emocionado à comissão mineira, 11 anos antes de ser criada a Comissão Nacional da Verdade, no mês passado. Leia a seguir trechos do depoimento de Dilma.



Sede do Quartel General de Juiz de Fora, onde teriam ocorrido as sessões de tortura

FUGA PELA RUA GOIÁS

"Eu comeci a ser procurada em Minas nos dias seguintes à prisão de Angelo Pezzuti. Eu morava no Edifício Solar, com meu marido, Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, e numa noite, no fim de dezembro de 1968, o apartamento foi cercado e conseguimos fugir, na madrugada. O porteiro disse aos policiais do Dops de Minas que não estávamos em casa. Fugimos pela garagem que dá para a rua do fundo, a Rua Goiás."

LIGAÇÕES COM ÂNGELO

"Fui interrogada dentro da Operação Bandeirantes (Oban) por policiais mineiros que interrogavam sobre processo na auditoria de Juiz de Fora e estavam muito interessados em saber meus contatos com Angelo Pezzuti, que, segundo eles, já preso, mantinha comigo um conjunto de contatos para que eu viabilizasse sua fuga. Eu não tinha a menor ideia do que se tratava, pois tinha saído de BH no início de 69 e isso era no início de 70. Desconhecia as tentativas de fuga de Pezzuti, mas eles supuseram que se tratava de uma mentira. Talvez uma das coisas mais difíceis de você ser no interrogatório é inocente. Você não sabe nem do que se trata."

DENTE PODRE

"Uma das coisas que me aconteceu naquela época é que meu dente começou a cair e só foi derrubado posteriormente pela Oban. Minha arcada girou para o lado, me causando problemas até hoje, problemas no osso do suporte do dente. Me deram um soco e o dente se deslocou e apodreceu. Tomava de vez em quando Novalgina em gotas para passar a dor. Só mais tarde, quando voltei para São Paulo, o Albermaz completou o serviço com um soco, arrancando o dente."

PAU DE ARARA

"...algumas características da tortura. No início, não tinha rotina. Não se distinguia se era dia ou noite. O interrogatório começava. Geralmente, o básico era choque. Começava assim: 'Em 1968 o que você estava fazendo?' e acabava no Angelo Pezzuti e sua fuga, ganhando intensidade, com sessões de pau de arara, o que a gente não aguenta muito tempo."

PALMATÓRIA

"Se o interrogatório é de longa duração, com interrogador 'experiente', ele te bota no pau de arara alguns momentos e depois leva para o choque, uma dor que não deixa rastro, só te mina. Muitas vezes também usava palmatória, usava em mim muita palmatória. Em São Paulo usaram pouco esse 'método'. No fim, quando estava para ir embora, começou uma rotina. No início, não tinha hora. Era de dia e de noite. Emagreci muito, pois não me alimentava direito."

LOCAL DA TORTURA

"Acredito hoje ter sido por isso que fui levada no dia 18 de maio de 1970 para Minas Gerais, especificamente para Juiz de Fora, sob a alegação de que ia prestar esclarecimentos no processo que ocorria na 4ª CJM. Mas, depois do depoimento, eu fui levada (ou melhor, teria de ser levada para São Paulo), mas fui colocada num local (encapuzada) que sobre ele tinha várias suposições: ou era uma instalação do Exército ou Delegacia de Polícia. Mas acho que não era do Exército, pois depois estive no QG do Exército e não era lá."

"Nesse lugar fiquei sendo interrogada sistematicamente. Não era sobretudo sobre minha militância em Minas. Supuseram que, tendo apreendido documentos do Angelo (Pezzutti) que integram o processo, achavam que nossa organização tinha contatos com as polícias Militar ou Civil mineiras que possibilitassem fugas de presos. Acredito ter sido por isso que a tortura foi muito intensa, pois não era presa recente; não tinha 'pontos' e 'aparelhos' para entregar."



A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

"Me deram uma injeção e disseram para não bater naquele dia"

TORTURA PSICOLÓGICA

"Tinha muito esquema de tortura psicológica, ameaças. Eles interrogavam assim: 'Me dá o contato da organização com a polícia?' Eles queriam o concreto. 'Você fica aqui pensando, daqui a pouco eu voltou e vamos começar uma sessão de tortura.' A pior coisa é esperar por tortura."

AMEAÇAS

"Depois (vinham) as ameaças: 'Eu vou esquecer a mão em você. Você vai ficar deformada e ninguém vai te querer. Ninguém vai saber que você está aqui. Você vai virar um 'presunto' e ninguém vai saber'. Em São Paulo me ameaçaram de fuzilamento e fizeram a encenação. Em Minas não lembro, pois os lugares se confundem um pouco."



Presídio Tiradentes, em São Paulo, um dos cenários do horror vivido por Dilma

SEQUELAS

"Acho que nenhum de nós consegue explicar a seqüela: a gente sempre vai ser diferente. No caso específico da época, acho que ajudou o fato de sermos mais novos; agora, ser mais novo tem uma desvantagem: o impacto é muito grande. Mesmo que a gente consiga suportar a vida melhor quando se é jovem, fisicamente, a médio prazo, o efeito na gente é maior por sermos mais jovens. Quando se tem 20 anos o efeito é mais profundo, no entanto, é mais fácil aguentar no imediato."

SOZINHA NA CELA

"Dentro da Barão de Mesquita (RJ), ninguém via ninguém. Havia um buraquinho na porta, por onde se acendia cigarro. Na Oban (Operação Bandeirantes), as mulheres ficavam junto às celas de tortura. Em Minas sempre ficava sozinha, exceto quando fui a julgamento, quando fiquei com a Terezinha. Na ida e na vinda todas as mulheres presas no Tiradentes sabiam que eu estava presa: por exemplo, Maria Celeste Martins e Idoína de Souza Rangel, de São Paulo."

VISITA DA MÃE

"Em Minas, estava sozinha. Não via gente. (A solidão) era parte integrante da tortura. Mas a minha mãe me visitava às vezes, porém, não nos piores momentos. Minha mãe sabia que estava presa, mas eles não a deixavam me ver. Mas a doutora Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada, me viu em São Paulo, logo após a minha chegada de Minas. Hoje ela mora no Rio e posso contatá-la."



ARTE: JANEY COSTA

CENA DA BOMBA

"Em Minas, fiquei só com a Terezinha. Uma bomba foi jogada na nossa cela. Voltei em janeiro de 72 para Juiz de Fora (nunca me levaram para BH). Quando voltei para o julgamento, me colocaram numa cela, na 4ª Cia. de Polícia do Exército, 4ª Região Militar, lá apareceu outra vez o Dops que me interrogava. Mas foi um interrogatório bem mais leve. Fiquei esperando o julgamento lá dentro."



Reportagem do EM que noticiou o julgamento em Juiz de Fora (Dilma aparece no banco dos réus, no alto à direita)

FRIO DE CÃO

"Um dia, a gente estava nessa cela, sem vidro. Um frio de cão. Eis que entra uma bomba de gás lacrimogênio, pois estavam treinando lá fora. Eu e Terezinha ficamos queimadas nas mucosas e fomos para o hospital. Tive o 'prazer' de conhecer o comandante general Sílvio Frota, que posteriormente me colocaria na lista dos infiltrados no poder público, me levando a perder o emprego."

MOTIVOS

"Quando eu tinha hemorragia, na primeira vez foi na Oban (...) foi uma hemorragia de útero. Me deram uma injeção e disseram para não bater naquele dia. Em Minas, quando comecei a ter hemorragia, chamaram alguém que me deu comprimido e depois injeção. Mas me davam choque elétrico e depois paravam. Acho que tem registros disso no final da minha prisão, pois fiz um tratamento no Hospital das Clínicas."

MORTE E SOLIDÃO

"Fiquei presa três anos. O estresse é feroz, inimaginável. Descobri, pela primeira vez, que estava sozinha. Encarei a morte e a solidão. Lembro-me do medo quando minha pele tremeu. Tem um lado que marca a gente o resto da vida."

MARCAS DA TORTURA

"As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim."



General Sílvio Frota, que pós Dilma na lista de infiltrados no poder público



Hospital das Clínicas, em Belo Horizonte, onde ela passou por tratamento para conter hemorragia

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Processo correu à revelia

Num primeiro momento, Dilma se recusou a entrar com pedido de reparação. Só depois, com a insistência do grupo Tortura Nunca Mais, ela decidiu falar

SANDRA KIEFER

O depoimento de Dilma Rousseff é parte do processo aberto em março de 2001 no Conselho dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG), criado por determinação do então governador Itamar Franco para indenizar presos políticos mineiros. O nome de Dilma foi o 12º da primeira leva de 53 militantes políticos de Minas a receber R\$ 90 mil a título de reparação por torturas impostas por agentes do Estado, que, em vez de cumprir a função de proteger, constrangeram pessoas em território mineiro. Na documentação, consta que o valor, ainda que simbólico, foi depositado na conta de Dilma em 2002.

Era outro contexto na época. Ninguém imaginava que a arredida Dilma Rousseff se disporia a conceder um depoimento pessoal relatando as torturas sofridas em Minas. E mais: ninguém cogitaria que a ex-estudante do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte viria a se tornar um dia presidente da República. A indenização mineira foi paga em março de 2002, 10 anos e dois meses antes da instalação da Comissão Nacional da Verdade, em Brasília. Só agora saiu a indenização a Dilma pelo Conedh do Rio de Janeiro, reivindicada em 2004. A presidente divulgou que vai doar a importância de R\$ 20 mil ao Tortura Nunca Mais.

O promotor de justiça de Juiz de Fora Antônio Aurélio Silva foi o relator do processo de Dilma por Minas, na ocasião. Avesso a entrevistas, diz apenas que o processo correu à revelia de Dilma, que inicialmente resistiu a entrar com pedido de reparação por ter sofrido tortura. Sua inscrição foi feita sob pressão de representantes mineiros do Tortura Nunca Mais. Eles conseguiram colher a assinatura da mãe dela, Dilma Faife, que mora a então no Bairro São Luiz, na Região da Panoplia, em BH.

“No primeiro momento Dilma foi contra, mas depois entendeu a importância histórica do ato e acabou colaborando no processo”, afirma Antônio Aurélio. Ele se lembra que os membros do conselho foram ao Rio Grande do Sul coletar depoimentos de ex-presos políticos mineiros “exilados” naquele estado, mas não tinham esperanças de conseguir ouvir a então secretária das Minas e Energia. Na última hora, Dilma teria mudado de ideia. Segundo o promotor, “o fato de Dilma ter sido torturada mais barbaramente em outras unidades da federação não elide a ela desse merecimento, porque Dilma também foi vítima de constrangimentos aqui”, defende.

Com o aval de Itamar, preocupado com a questão dos direitos humanos, foram criados programas que tiveram continuidade como o Programa de Proteção a Testemunhas e o Disque Direitos Humanos. No entanto, na opinião do antigo integrante da Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura (Ceivt) Robson Sávio, que ouviu Dilma em 2001, o então governador só se esqueceu de fornecer infraestrutura ao Conselho Estadual de Direitos Humanos. “Eu me sentia numa missão quixotesca”, diz Robson.

“Ainda hoje a comissão sofre com a precariedade das instalações no Maletta. Só conta com o apoio de voluntários e a boa vontade de jovens estagiários. Meu maior sonho é digitalizar o passado de nossos militantes históricos, que está jogado nestas caixas de papelão”, desabafo o presidente do Conedh-MG, o advogado e professor da PUC Minas, Emílio José Lacerda.

“Há pouco interesse pelos nossos processos. Na época da última eleição à presidência, porém, tentaram ter acesso aos arquivos da Dilma. Mas tiveram azar. Porque um dos nossos conselheiros levou o processo dela para casa e permaneceu com ele até o fim da campanha”, comenta o professor, fiel aos princípios éticos e guardião de uma causa maior.



Eu me sentia numa missão quixotesca"

■ Robson Sávio, ex-presidente da Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura, que ouviu Dilma em 2001.

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Gilberto Vasconcelos foi transferido junto com Dilma para Juiz de Fora em janeiro de 1972. Não soube da tortura, mas enfatiza a grandeza da presidente mesmo nos momentos mais sofridos

Nem os amigos sabiam

SANDRA KIEFER

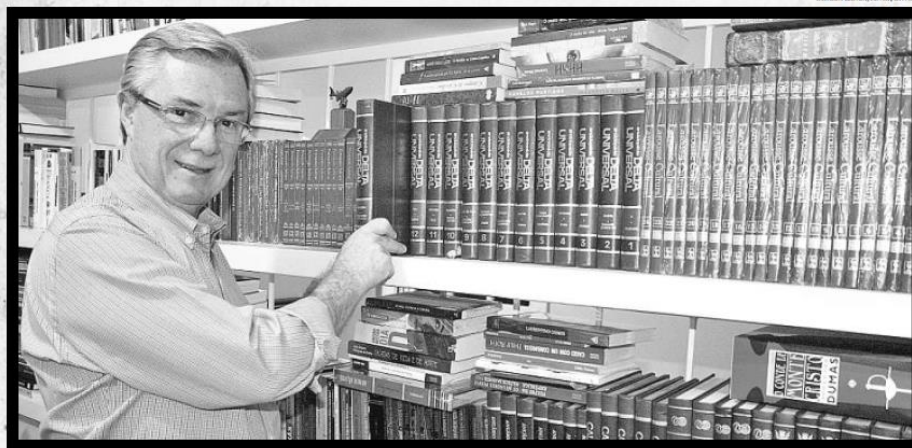
O episódio da tortura de Dilma em Minas permaneceu desconhecido até entre os próprios militantes estudantis de esquerda de Belo Horizonte, acusados de subversão na época da ditadura pós 1964. Não sabia que ela tinha sido torturada em Juiz de Fora, surpreende-se Gilberto Vasconcelos, o lvo, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Uberaba e principal contato da organização Colina na cidade do Triângulo Mineiro. Em janeiro de 1972, Gilberto foi transferido de

São Paulo para Juiz de Fora com Dilma, no mesmo camburão. Não posso testemunhar sobre a tortura de Dilma em Juiz de Fora, porque chegando lá fomos separados e não tive mais contato com ela. Só voltaria a vê-la no dia do julgamento, completa. Gilberto é contemporâneo de Dilma. Na época, ela tinha 22 anos e ele, 23, e ambos militavam no setor estudantil da organização de luta armada Colina, batizada assim em homenagem às montanhas de Minas. Mais tarde, na ciandes-

tinidade, os dois se tornariam "amiciíssimos" de Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto, de codinome Breno que chegaria a ser dirigente nacional da VAR-Palmares. "Não há melhor lugar para se esconder do que na praia. Ficávamos eu, ela e o Beto sentados na praia, cantando as músicas da revolução. Um dia chegou o Beto cantando *Aquela abraço do* (Gilberto) Gil, que eu nunca tinha ouvido. Dilma cantou junto. Ela gosta de cantar e isso nos unia além das convicções ideológicas", conta.

Em fevereiro de 1971, Beto seria assassinado com três tiros na Casa da Morte de Petropolis, no Rio, segundo consta no livro *A vida quer é coragem*, lançado em janeiro por Ricardo Amaral, conhecido como Bata-ta, ex-assessor de imprensa de Dilma e que trabalhou em BH como repórter do antigo *Diário do Comércio*. Em homenagem ao amigo de lutas, Gilberto batizou seus filhos de Beto e Breno, nome e codinome do militante morto em combate.

DENISON CLAYTON/ESP/IM/D.A. PRESS



ENTREVISTA

Como foi sua passagem por São Paulo?

Eu já estava no Presídio Tiradentes. Uns seis meses depois, chegou o Max, codinome do Carlos Franklin Paixão Araújo, pai da filha de Dilma. Nós ficamos presos na mesma cela, no mesmo beliche, durante um ano e meio. O Max se comunicava com ela através de bilhetinhos escritos com caneta Bic de ponta fina e enrolados no durex, escondidos na obturação do dente. O dentista era um preso político e fazia a troca dos papéizinhos entre a alfeminina e a masculina. Ele era defagto apaixonado pela Dilma e os dois se gostavam mesmo.

E quanto à jovem militante Dilma?

Não estou cometendo nenhuma incorreção, pois os dois são grandes amigos até hoje, isto é notório. Max sempre foi um cara extraordinário, de raciocínio rápido.

Engraçado como as pessoas mudam pouco com o tempo. Estive com Max no casamento da Paula, em Porto Alegre e ele continua do mesmo jeito. Dilma também. Ela estava cercada de amigos e me tirou para dançar na festa. Apesar de ter uma imagem que não reflete isso, é uma pessoa sensível, carinhosa, afável e uma das pessoas mais generosas que conheço. Muito antes de ela se tornar ministra, de ser presidente, sempre disse isso.

Por que o senhor diz isso com tanta convicção? Algum fato do passado marcou?

Basta dizer que ela havia sido presa em 16 de janeiro de 1970 e tinha ponto (encontro) marcado comigo no dia 20 e não me entregou. Precisa dizer mais? Ela estava sob tortura e não falou o meu nome para a polícia. Ainda que ela tivesse con-

fessado, eu não teria como retribuir, porque a tortura degrada o ser humano, torra você um trapo, você passa a preferir estar morto.

Por que os militantes históricos de Minas resistem a reconhecer a importância de Dilma em BH?

É uma questão de contextualizar as coisas. No movimento estudantil em BH, Dilma era uma militante estudantil como outra qualquer, que nem chegou a ser presidente de diretórios. Quem era mais importante do que nós era o Galeno (Cláudio Galeno), o primeiro marido dela. Mas depois ela foi para o Rio e passou a ganhar relevância até chegar a coordenadora da VAR-Palmares em São Paulo, com toda a organização sob o comando dela. Naquela época, Dilma já era uma pessoa diferenciada, como aliás continua sendo até hoje.

Dilma é uma das pessoas mais generosas que conheço...

...Basta dizer que ela havia sido presa em 16 de janeiro de 1970 e tinha ponto (encontro) marcado comigo no dia 21 e não me entregou. Precisa dizer mais?"

LEIA AMANHÃ
O QUE DIZIAM OS BILHETES QUE LEVARAM DILMA A SER TORTURADA

18 de junho de 2012.

ESTADO DE MINAS

www.em.com.br

BELO HORIZONTE, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2012

MG: R\$ 2 • NÚMERO 25.700 • 62 PÁGINAS • FECHAMENTO DA EDIÇÃO: 22H30



POR QUE DILMA FOI TORTURADA DE NOVO

A volta de Estela, um dos codinomes de Dilma Rousseff na época da guerrilha contra o regime militar, às sessões de tortura, desta vez em Juiz de Fora, foi provocada pela interceptação de bilhetes enviados da prisão por Gabriel, que, na verdade, era Ângelo Pezzuti, o principal dirigente do Comando de Libertação Nacional (Colina). Ele tentava planejar a sua fuga e de outros presos da penitenciária. A presidente Dilma, que nunca recebeu os bilhetes de Pezzuti, leu as reportagens do *Estado de Minas* antes de embarcar ontem pela manhã para o México, mas avisou que nada iria comentar. A matéria teve grande repercussão em jornais estrangeiros.

PÁGINAS 3 A 5

ESPAÇO PÚBLICO EM BH VIRA TERRA DE NINGUÉM

Embora as punições tenham mais que dobrado, os abusos continuam na ocupação do espaço público em Belo Horizonte. De lixo a geladeiras, de mesas e cadeiras à carros em cima de calçadas, sem contar as placas e as caçambas para recolher entulhos, a falta de respeito está por toda parte e empurra o pedestre para andar no meio da rua e correr riscos. E olha que os multos podem ultrapassar R\$ 3,3 mil.

PÁGINAS 17 E 18



Desrespeito em dobro no Buritys: passeio fechado e caçamba para dificultar ainda mais o desvio

CARTA DO ICLEI QUER INFLUIR NA RIO+20

PÁGINAS 7 E 21

OS PERIGOS DA CAIXA DE AREIA NAS ESCOLAS

PÁGINA 19



EM CULTURA

Rei com agenda lotada

Falar em fóris é falar em Genival Lacerda (foto). O cantor e compositor das letras de duplo sentido, mesmo aos 81 anos, faz maratona de shows nesta temporada de festas juninas pelo país. **CAPA**



AGROPECUÁRIO

Desafio dos alimentos

O Brasil começa a se preparar para o grande projeto mundial: produzir o suficiente para alimentar 9 bilhões de pessoas. **CAPA E PÁGINAS 6 A 9**



Galo perde a primeira

O Atlético até que tentou, desperdiçou algumas chances claras, principalmente com Bernard, mas foi Luis Fabiano quem marcou o único gol da partida e deu a vitória ao São Paulo. Ronaldinho Gaúcho não conseguiu sair da forte marcação e foi figura apagada. Mesmo com a derrota, o Galo continua na G4, em terceiro lugar.

CAPA E PÁGINA 3

Já é puxado pela camisa dentro da área. Mas o juiz marcou falta de Rafael Marques antes

ENTREVISTA / GILBERTO

Armador garante que América vai voltar à elite

PÁGINA 8



Dia de derrotas para o vôlei brasileiro

A equipe de Bernardinho (E) jogou mal e perdeu para a Polónia por 3 a 1 e pode ficar fora da fase final da Liga Mundial. Terá que torcer contra os rivais dos outros grupos para se classificar como melhor 2º lugar. Já as meninas de José Roberto Guimarães (D) perderam a invencibilidade no Grand Prix ao serem derrotadas pelos Estados Unidos por 3 a 1.

PÁGINA 7

GRÉCIA

Direita ganha e quer ficar na Zona do Euro

Vencedor das eleições legislativas na Grécia, o líder do partido de direita Nova Democracia (ND), Antonio Samaras, propôs um "governo de união nacional" para enfrentar a grave crise.

PÁGINA 11

FRANÇA

Hollande vence e já cobra ação da Alemanha

Com a maioria assegurada por seu Partido Socialista no Poder Legislativo, o presidente francês ganha força para discutir com os parceiros europeus medidas para tentar conter a crise do euro.

PÁGINA 14

CONSUMIDOR PROCURE SE INFORMAR SOBRE REGRAS DOS VOOS

PÁGINAS 12 E 13

CIÊNCIA FUNED DESENVOLVE GEL CONTRA OS MALES DA BOCA

PÁGINA 10



Assinaturas e serviço de atendimento: Belo Horizonte: (31) 3263-5800 - Outras localidades: 0800 031 5005 Assinatura Uai: 0800 031 5000

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

POLÍTICA

EDITOR: Baptista Chagas de Almeida
EDITOR-ASSISTENTE: Renato Scopelotempore
E-MAIL: politico.em@ui.com.br
TELEFONE: (31) 3263-5293

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA



Vinte e duas mensagens endereçadas a militantes políticos levaram Dilma de volta às sessões no pau de arara, desta vez, em Minas

Bilhetes foram a causa do horror

SANDRA KIEFER

"Orós, Peço-lhe procurar com urgência a Stela e mandá-la procurar por João à rua Cruz, 246, no bairro S. Paulo, para discutir um troço. Se não conseguir encontrá-la, vá você mesma. É importanteíssimo. Saudações de Gabriel"

Apesar de ter sido escrito na surdina, o bilhete enviado por Gabriel, um dos codinomes de Ângelo Pezutti, principal dirigente do Comando de Libertação Nacional (Colina) em Belo Horizonte, consegue preservar a correção gramatical e demonstrar a urgência do momento. Preso na Colônia Magalhães Pinto, a Penitenciária de Neves, na Grande BH, Gabriel tentava escapar da prisão, como outros companheiros, envolvendo no ousado plano de fuga a jovem militante política Estela, codinome de Dilma Rousseff, que mais tarde seria eleita democraticamente a Presidência do Brasil. Ele pensou que poderia

contar também com a ajuda de Orosilinda Maria Taranto Goulart, a Orós, que era do setor operário da Organização Política Militar (OPM). Mas a verdade é que a mensagem (veja reprodução ao lado) nunca chegou à mão de nenhuma das duas militantes políticas, sendo interceptada pelos agentes da repressão.

Por causa desse e de outros 21 bilhetes endereçados a Dilma (Estela), a Orosilinda (de codinome Mônica) e a outros companheiros de militância, Dilma voltaria a ser torturada, agora nos porões da ditadura de Juiz de Fora, em Minas. Ao descrever os sistemas de troca de guarda, as cinco galerias de celas e inclusive desenhar o mapa da penitenciária (veja reprodução na página 4), Pezutti involuntariamente desperdiçou a suspeita de que havia militantes infiltrados em órgãos de segurança de Minas.

"Eu não tinha a menor ideia do que se tratava, pois tinha saído de BH no início de 1969 e isso era no início de 1970. Desconhecia as tentativas de fuga do Ângelo Pezutti, mas eles supuseram que se tratava de

uma mentira", revelou Dilma em depoimento até então inédito, prestado em 2001 à equipe do Conselho Estadual de Direitos Humanos (Conedh-MG), segundo publicou ontem com exclusividade o Estado de Minas, revelando em primeira mão os relatos e dor da própria presidente na prisão em Minas. Pensativa, Estela disse mais: "Talvez uma das coisas mais difíceis de você ser no interrogatório é inocente. Você não sabe nem do que se trata".

O resultado dos bilhetinhos foi um só: Dilma voltou a apanhar em Minas, e de forma ainda mais brutal. Os agentes da repressão queriam que Estela contasse o que sabia sobre o plano de fuga dos presos, a qual, aliás, acabou não ocorrendo. "Até tentei ajudar, mas logo depois a polícia foi atrás de mim. Não deu tempo", lamenta Orosilinda, que deixou para trás o apelido de Orós e hoje é conhecida como Linda. De codinome Mônica, a ex-militante entrou para a clandestinidade e nunca chegou a ser presa pelos órgãos de segurança. Atualmente, trabalha como



A mensagem de Ângelo Pezutti, sob o codinome Gabriel, que, interceptada por agentes militares, nunca chegou à mão de Dilma e de Orosilinda

chefe de gabinete de outra militante da época, a ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para Mulheres, que também entrou com pedido de indenização na comissão mineira.

Ao ser trazida num camburão de São Paulo para Juiz de Fora, Estela imaginava que seria apenas interrogada, como das outras vezes, pois já estava na fase final do julgamento na auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) em Juiz de Fora. Mas as sessões de sofrimento, que já haviam acontecido em São Paulo e no Rio de Janeiro, recomeçaram em Minas. "A convicção de que haveria traidores no meio policial militar explicava a violência dos interrogatórios e a intensidade das torturas, que, sem cessar, intercavam,

ao longo do dia: pau de arara, afogamento, choques elétricos, palmatória, pau de arara, num rodízio infernal e em alguns momentos, o horror da simultaneidade de todas essas sevícias", declarou Dilma, quando era secretária das Minas e Energia do Rio Grande do Sul, ainda filiada ao PDT. O documento serviu de base para requerer a indenização de R\$ 30 mil concedida às vítimas de tortura pelo Conedh-MG, a primeira comissão do país a reconhecer esse direito, ainda na época do governador Itamar Franco.

LEIA MAIS SOBRE OS DEPOIMENTOS DE DILMA E A REPERCUSSÃO NO BRASIL E NO MUNDO
PÁGINAS 4 E 5

www.vw.com.br/smarekautomatica

Você ainda tem dúvida de qual é a melhor pick-up?
Amarok. Eleita por especialistas a melhor pick-up da categoria.

Taxa de 0,89% a.m. 50% de entrada e saldo em 36 parcelas.

4x4 permanente
Motor biturbo de 180 cv
Freios ABS off-road
HSA - Assistente para partida em subida

Câmbio automático de 8 marchas
Sensor traseiro de estacionamento
HDC - Controle automático de descida

Amarok, agora com câmbio automático de 8 marchas. A força da inteligência.

Das Auto.

Cinto de segurança salva vidas Oferte válida até 30/6/2012. Amarok Highline Automática (cód. 2H8C3A), ano/modelo 2012/2012. Consulte condições de financiamento numa Concessionária Volkswagen Autorizada. O CET será calculado e informado ao cliente previamente à contratação. Crédito sujeito a aprovação. Ouvidoria: (0800) 701 2834. SAC: (0800) 770 1926. Respeite as pessoas com deficiência: ouvidoria ou de fax: (0800) 770 1933. Fotos meramente ilustrativas. Alguns itens mostrados são opcionais e não estão incluídos em todas as versões específicas. Fonte: Car and Driver março/2012, Quatro Rodas abril/2012, CIEP maio/2012, AutoEsporte junho/2012.

4 POLÍTICA

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Durante quase um mês Dilma ficou sozinha na cela em Juiz de Fora, submetida a sessões de interrogatórios e a todo tipo de tortura. Nem sob forte violência entregou colegas

REPERCUSSÃO



EL MUNDO (ESPAÑHA)
Dilma foi torturada com choques elétricos durante a ditadura

Além de eletrochoques, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, sofreu pancadas que lhe arrancaram um dente, também enfrentando torturas psicológicas como a simulação de fuzilamento, segundo divulgaram os jornais *Carreio Brasileiro* e *Estado de Minas*.



ABC (ESPAÑHA)
Dilma Rousseff foi torturada com eletrochoques na ditadura

A presidente foi golpeada até que lhe arrancaram um dente e foi vítima de técnicas de tortura psicológica como a simulação de um fuzilamento, segundo divulgaram os diários *Carreio Brasileiro* e *Estado de Minas*.



EL FINANCIERO (MÉXICO)
Dilma Rousseff, vítima de tortura

A presidente do Brasil foi torturada com longas sessões de eletrochoques e simulações de fuzilamento entre 1970 e 1973, quando aos 20 anos militava no Comando de Libertação Nacional (Colina), segundo revelaram os jornais *Carreio Brasileiro* e *Estado de Minas*.



EL MERCURIO (CHILE)
A imprensa brasileira revela as torturas sofridas por Dilma Rousseff

A presidente recebeu choques elétricos durante a ditadura, segundo divulgaram os diários *Carreio Brasileiro* e *Estado de Minas*.



COOPERATIVA (CHILE)
Presidente relatou eletrochoques e pancadas sofridas na ditadura

Entrevista da presidente do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos de Minas, foi divulgada pelos diários *Carreio Brasileiro* e *Estado de Minas*.

“Mantinha contato apenas com meus torturadores”

SANDRA KIEFER

A passagem de Dilma pelo cárcere de Juiz de Fora foi mais mineira, no sentido de reservada, mas nem por isso menos dura. Conforme depoimento pessoal, durante quase um mês Dilma ficou sozinha na cela, na condição de clandestina, sendo torturada em Juiz de Fora. Fiquei em absoluto isolamento, mantendo contatos apenas com os meus torturadores, entregue por um carcereiro, que também me conduzia ao banheiro, quando conseguia andar. Nesse período, fui submetida, por quase um mês, a interrogatórios e a toda sorte de torturas”, revelou a presidente, por escrito, em documentação anexa ao depoimento pessoal, que consta do processo mineiro Conselho Estadual de Direitos Humanos (Conedh-MG).

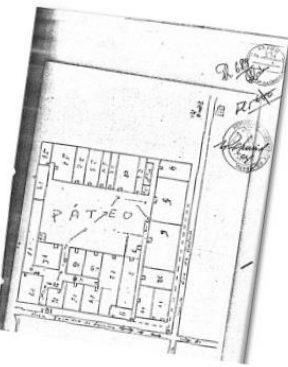
Nem sob tortura intensa, então jovem militante política de esquerda, de codinome Estela, confirmou a suspeita de infiltração de colegas da própria organização no meio policial e militar. Tampouco revelou a identidade desses tais militantes infiltrados nem sequer o nome da organização a que pertencia. Somente em 2001, diante da dupla de estagiários do Conedh-MG, Dilma revelou o nome de todos os grupos a que pertencera. Em voz alta, revelou com todas as letras: “Eu pertenci às seguintes organizações: Colina, Polop, O... (lé-se O Pontinho) e VAR. A Polop deu Colina, VPR e POC”.

Na realidade, no período em que Gabriel (Angelo Pezzuti) estava preso e tentava estabelecer contato com Mônica (Orsolinha) e com Estela, no início de 1970, Dilma já havia deixado a Colina. Sabe-se que, no fim de 1969, a Colina seria praticamente dizimada, com a prisão, tortura e perseguição de seus militantes em Belo Horizonte, obrigados a viver na clandestinidade no Rio, São Paulo e em cidades do interior do país. No carnaval de 1969, a Colina já havia sido fundida com a VPR e Estela passaria a adotar o codinome de Vanda. Antes disso, em uma fase de transição para a criação do novo grupo, Colina e VPR foram provisoriamente batizados de O Pontinho.

“Ainda vai ser necessário mais tempo para que essa história bonita de luta seja entendida sem paixão”, compara José Francisco da Silva, que era secretário-adjunto de Direitos Humanos na época e foi responsável por enviar a jovem em equipe à capital gaúcha. Embora tivesse direito à indenização, por ter militado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, a antiga Faich da Rua Carangola, Chico nunca reivindicou o valor, evitando qualquer risco de manchar a imagem da comissão mineira, a primeira do país a começar a pagar as indenizações às vítimas de tortura.

Perante os “meninos do Chico”, Dilma continua contando a história do Brasil depois de 31 de março de 1964, data do golpe militar. “Em Minas, fiquei só com a Terezinha. Um dia, a gente estava nessa cela, sem vidro. Um frio de cão. Eis que entra uma bomba de gás lacrimogênio, pois estão am treinando lá fora. Eu e Terezinha ficamos queimadas nas mucosas e fomos para o hospital”, continua a presidente. Não se sabe quem teria sido essa Terezinha.

No movimento de esquerda de BH, onde Dilma



militava, não há registros conhecidos da participação de uma Terezinha, nem com esse nome verdadeiro nem falso. “Eu me lembro da Dilma quando ia visitar a minha mãe na prisão. Eu tinha apenas 15 anos. Gostaria de me esquecer dessas memórias”, afirma Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini, hoje com 58 anos, advogada e escritora em São Paulo. Ela é filha da única Terezinha já citada nos escritos conhecidos sobre a época da ditadura. “Se a passagem deu-se em Minas, em 1972, asseguro que essa Terezinha não é minha mãe”, diz.

“Mãe ficou detida de março a dezembro de 1970 na Oban (Operação Bandeirantes) de São Paulo. Em 1972, ela não poderia estar em Juiz de Fora com a Dilma, pois já tinha ganhado a liberdade e me pegava diariamente na faculdade com seu Dodge Dart”, explica, por telefone, da capital paulista. Hoje com 84 anos, Therezinha Zerbini era casada com o general Euryale de Jesus Zerbini, desertor da ditadura, e fundou o Movimento Feminista pela Anistia, denunciando que havia perseguidos políticos presos e torturados no Brasil.

E quanto ao estudante da Faculdade de Medicina da UFMG Angelo Pezzuti, dirigente do Colina? Segundo o grupo Tortura Nunca Mais, Angelo foi batido de pais em 1970, trocado com outros 39 companheiros, inclusive o irmão Murilo Pezzuti, pelo embaixador alemão (esse foi um dos sequestros de embaixadores praticados pelas organizações de luta armada com o objetivo de libertar seus militantes torturados no país). Em 1971, Angelo encontrou-se no Chile com sua mãe, Carmela Pezzuti, também batida do Brasil por suas atuações políticas. Com o golpe chileno, Angelo foi para o Panamá e depois para a França, onde morrera em Paris, em 1974, em um acidente de motocicleta.



No alto, o croqui das instalações do presídio onde estava Angelo Pezzuti. Ao lado, um dos bilhetes escritos por ele para tentar planejar a fuga



CBN (BRASIL)
Dilma foi torturada também em Juiz de Fora, afirma jornal

Segundo o *Estado de Minas*, documentos mostram depoimento pessoal da presidente quando ela tinha 22 anos.



CRÔNICA VIVA (ARGENTINA)
Brasil: meios revelam detalhes de torturas a Dilma Rousseff

A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, foi torturada com eletrochoques enquanto permanecia presa durante o último ditadura brasileira, informa neste domingo o *Imprensa* deste país.



24 HORAS (PERU)
Dilma recebeu choques elétricos e pancadas durante a ditadura

A presidente do Brasil foi torturada com longas sessões de eletrochoques e simulações de fuzilamento entre 1970 e 1973, quando aos 20 anos militava no Comando de Libertação Nacional (Colina), segundo revelaram os jornais *Carreio Brasileiro* e *Estado de Minas*.



EL FINANCIERO (MÉXICO)
Dilma Rousseff, vítima de tortura

A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, relatou em 2001 a uma comissão de direitos humanos as torturas que sofreu entre 1970 e 1973, quando aos 20 anos militava no Comando de Libertação Nacional (Colina), segundo revelaram os jornais *Carreio Brasileiro* e *Estado de Minas*.



O GLOBO (BRASIL)
Documentos detalham tortura sofrida por Dilma na ditadura

Depoimento da presidente divulgado pelo jornal *Estado de Minas* expõe um capítulo ainda pouco conhecido da militância política do petista.



A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Antes de deixar o Brasil ontem, rumo ao México, Dilma lê reportagem do *EM* sobre a violência sofrida por ela em Juiz de Fora. Matéria repercute entre setores do governo e da sociedade civil

Presidente opta pelo silêncio



Presidente Dilma desembarcou ontem no México para participar da reunião do G20

BERTHA MAARAKOON,
DENISE ROTHENBURG E RENATA MARIZ

Logo de manhã, antes de deixar o Brasil rumo ao México, onde participa de reunião do G20, a presidente Dilma Rousseff leu a reportagem do Estado de Minas sobre a tortura por ela sofrida em Juiz de Fora (MG), em 1972, mas preferiu o silêncio. Entre setores do governo e da sociedade civil, entretanto, os relatos contundentes da mandataria do país foram motivo de muita repercussão. Secretário nacional de Justiça e presidente da Comissão de Anistia do Ministério de Justiça, Paulo Abrão destacou a importância de testemunhos como o de Dilma ao Conselho Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura para desconstruir as verdades produzidas pela ditadura.

"A riqueza do testemunho de Dilma Rousseff na comissão estadual é recorrente nesses quase 11 anos de julgamentos. Esse caso ajuda a divulgarmos para a sociedade a importância do arquivo das vítimas", afirma Abrão. A divulgação do relato da presidente repercutiu na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - seção Minas Gerais, o debate encerrado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou a anistia ampla, para os dois lados - agentes do Estado e atores da resistência. "Nós, da OAB, continuamos a entender que a Lei da Anistia não prospera diante da situação fática do crime da tortura. Temos de continuar a exigir punição", disse Luis Cláudio Chaves, presidente da OAB-MG.

No mesmo coro, o presidente da OAB no Rio de Janeiro, Wadlih Damous, lembrou a importância da Comissão da Verdade, que pretende esclarecer violações de direitos humanos ocorridas no período da ditadura. "O fato de a presidente ter sido torturada em Juiz de Fora era desconhecido de todos, o que mostra a amplitude e a responsabilidade dos trabalhos que a Comissão da Verdade terá que desenvolver", afirmou Wadlih. Ele se disse impressionado com a contundência do depoimento de Dilma reproduzido pela reportagem. "É muito difícil conter a indignação diante do relato da presidente Dilma. São sofrimentos extraordinários que não encontram paralelo no cotidiano das nossas vidas."

Para o deputado Cláudio Vaccarezza (PT-SP), conhecer mais um relato de tortura sofrida pela presidente da República colabora para a conscientização da sociedade, especialmente no momento em que a Comissão da Verdade começou a funcionar. "Todas essas histórias servem para as pessoas saberem a verdade, os fatos ocorridos, para que eles nunca mais se repitam", destacou o petista.

"São depoimentos que servirão para a história. Essas pessoas que superaram a dor e contam o que viveram contribuem para a história de todos e a história do Brasil naqueles anos tão difíceis", afirmou Márcio Santiago, coordenador executivo da Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura de Minas Gerais.

Em 20 mil dos 60 mil processos julgados, entre os 70 mil recebidos pela Comissão da Anistia desde 28 de agosto de 2001, quando foi instalada, cidadãos tiveram reconhecido o direito a indenizações no valor máximo de R\$ 100 mil, que, juntas, somam R\$ 2,4 bilhões.

LEIA AMANHÃ
A DESCONHECIDA ESTELA
PARA OS MILITANTES DE BH

Minas vai bem quando os mineiros vão bem.

Apesar da crise do ano passado - que o mundo inteiro sentiu e o Brasil também -, Minas está abrindo novas oficinas do FICA VIVO, integrando as ações das polícias, renovando a frota, modernizando os equipamentos e criando mais vagas no sistema prisional. Sabia que Minas se preocupa com a recuperação dos presos, porque isso também ajuda a combater a violência?

- 27 NÚCLEOS DO FICA VIVO NA CAPITAL E NO INTERIOR.
- 1.000 NOVAS VIATURAS PARA AS POLÍCIAS EM 2011.
- 1.090 NOVAS VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL EM 2011.
- 12 MIL PRESOS TRABALHANDO E MAIS DE 6 MIL ESTUDANDO.

GOVERNO DE MINAS

OPINIÃO

EDITOR: Pedro Lobato
E-MAIL: opiniao.em@uai.com.br
TELEFONE: (31) 3263-5373

ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

DIRETOR-PRESIDENTE: ÁVARO TEIXEIRA DA COSTA
DIRETOR-GERAL: EDISON ZENÓBIO
DIRETOR-EXECUTIVO: GERALDO TEIXEIRA DA COSTA NETO
DIRETOR DE REDAÇÃO: JOSEMAR GIMÉNEZ DE RESENDE
DIRETOR DE FINANÇAS: HÉLIO AMON
DIRETOR DE PUBLICIDADE: MÁRIO NEVES
DIRETOR JURÍDICO: JOAQUIM DE FREITAS
EDITOR-GERAL: JOSÉ BOSCO MARTINS SALES
EDITOR-CHEFE: CARLOS MARCELO CARVALHO
SUPERVISOR DE CIRCULAÇÃO: CAIO BRAGA NETO
CONSELHO EDITORIAL: CYRO SQUELERA E FÁBIO PRODIGNO DIONE



EDITORIAL

Economia pode ser verde

Como era de se esperar, o estabelecimento de metas para o alcance da sustentabilidade, tema central da Rio+20 não seria tarefa fácil. Todos concordam com a necessidade de o mundo começar logo a transição para a economia verde — um dos temas-chave da conferência —, menos consumidora de energia, menos geradora de gases de efeito estufa, não desmatadora, não escavadora, mais inclusiva e menos concentradora de capital e rendas. Mas a concordância termina quando se trata de definir em detalhes o que vem a ser a economia verde e o que o mundo concorda em fazer, e em que prazo, para alcançá-la.

Parece haver consenso quanto à inviabilidade de manter o atual ritmo de apropriação dos recursos naturais, renováveis ou não. Afinal, qualquer um de mediano bom senso percebe que o esgotamento desses recursos e as consequências da deterioração das condições ambientais não vão afetar apenas seus autores, mas a todos que habitam o planeta. O problema é comprometer todo mundo com ações simultâneas e distribuídas na razão direta da responsabilidade de cada país pelos estragos já feitos e na proporção do potencial de cada um para gerar mais problemas.

Para começar, que papel cabe aos países ricos? E aos emergentes e mais pobres? Quanto cada economia deverá mudar, abrindo mão de processos consolidados de produção em troca de outros mais adequados à sustentabilidade do planeta? Um bom exemplo dessa dificuldade pode ser retirado da indústria automobilística. Nem é preciso tomar toda a sua vasta cadeia produtiva, basta pegar um de seus itens mais pesados, o aço. Não se faz aço sem mineração e sem a fundição em altas temperaturas. Isso demanda energia, a maior parte vinda dos

carvões mineral e vegetal, da eletricidade e do gás. E ainda nem chegamos ao carro funcionando e consumindo combustível fóssil ou, no futuro, eletricidade. Quem vai investir na troca de toda a siderurgia para produzir um aço mais verde, se não houver a certeza de que os concorrentes não vão manter o processo antigo enquanto ele for menos oneroso?

É verdade que a discussão do problema já é um grande avanço em relação ao passado recente, quando nem se tocava no assunto. Mas, como sempre, o discurso é muito mais fácil do que a ação. O que resta, então, é compreender que, com ou sem um acordo detalhado na Rio+20, o Brasil e os países que forem capazes podem e devem continuar avançando. Há políticas públicas a serem implantadas, decisões corporativas que podem ser tomadas e atitudes individuais que cabem ao cidadão.

O governo tem aberto mão de tributos para estimular a produção de automóveis. É hora de condicionar isso a passos no rumo da economia verde, mediante o compromisso de produzir carros menos poluentes. Para ficar no automóvel, o governo ainda deve ação mais consistente no estímulo ao etanol, para evitar que vá para o lixo a tecnologia brasileira dos motores flex, em vez de continuar subsidiando o preço do combustível fóssil. E ao motorista e passageiros é inadivél ensinar que atrair embalagens e gumbas de cigarro pela janela não é apenas incivilizado, mas também ecologicamente criminoso.

FRASES DO DIA

66

Não é uma anistia ou imunidade. É só a coisa certa a fazer

■ Barack Obama, presidente dos Estados Unidos, ao justificar o decido de não mais deportar e passar o conceder permissão de trabalho aos jovens imigrantes (menos de 30 anos) que chegaram ao país quando crianças e não tiveram problemas com o lei

O lugar mais perigoso do mundo para uma menina nascer

■ Organização das Nações Unidas (ONU), em relatório sobre o aumento da prática de aborto no Índia para evitar o nascimento de filhas e revelando que naquele país, para cada 1 mil meninas com menos de 6 anos, há apenas 914 meninas

99



Fotos: Juarez Rodrigues/EMD A Press

ESPAÇO DO LEITOR

PELA INTERNET
twitter facebook e-mail site comunidades
@em.com www.facebook.com/estadodeminas opiniao.em@uai.com.br www.em.com.br/opiniao www.dzi.com.br

POR CARTA OU FAX
AS CARTAS DEVEM CONTER NOME, ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO DO TELEFONE E CÓPIA DA CARTeira DE IDENTIDADE, PODENDO SER PUBLICADAS NA ÍNTEGRA OU PARCIALMENTE.
AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 291 - 2º ANDAR - FUNDAÇÃO - BELO HORIZONTE - MG - CEP 30112-020 - FAX: (31) 3263-5070

OUVIDORIA

Assinante se queixa de descaso

Paulo Roberto Nunes Rodrigues
Belo Horizonte

"O EM publicou artigo intitulado 'O cidadão e a Ouvidoria do município assinado por Saulo Amaral, ouvidor-geral do município de BH (Opinião, 25/4/2012). O autor elogia a reestruturação e aprimoramento do órgão. Mas não é bem isso que está acontecendo. Sou morador do Bairro Carlos Prates e faço tratamento no posto de saúde de mesmo nome e também no vizinho posto de saúde do Padre Eustáquio. Por já ser paciente do urologista Leonardo Lacertada de Almeida há quase quatro anos, a rotina médica é a seguinte: atendimento de seis em seis meses. Nesse período, depois da consulta, o médico solicita um exame de sangue e entrega ao paciente uma solicitação de retorno com data prevista. O paciente, depois de fazer o exame solicita que o posto de saúde Carlos Prates marque esse retorno, pois o atendimento é feito no PAM Padre Eustáquio. O pedido foi solicitado no posto em 26/3 e até hoje não obtive resposta. Fiz dois pedidos via Ouvidoria (número 110912; senha: CG534C; protocolo 511369 Ouvidor Sus, e número 12323; senha: agn8989; protocolo 511369 Ouvidor Sus) e também nada fizeram. É uma situação de abandono. As reclamações não surtem efeito. Você que se dane com o seu problema. Quem poderá me ajudar a voltar ao médico para levar os exames de sangue feitos no mês de março? Eu não estou marcando consulta nova, estou tentando retornar ao médico por meio de um pedido feito por ele. Quanta dificuldade!"

IPSEMG

Aposentada reclama de cobrança indevida

Mário do Penha Horst Mendes
Timóteo - MG

"Por que o Ipemg não precisa cumprir a lei? Sou professora aposentada do estado e, como sempre, o contracheque era enviado pelo correio para nossas residências. De janeiro para cá não recebo mais, o que gera dificuldades para quem não tem acesso à internet. Em maio, quando fui pela primeira vez conferir o meu contracheque on-line, tive uma surpresa: está descontando um valor bem significativo em razão do plano de saúde do meu marido, que antes nunca havia sido cobrado. Como não autorizei, pedi que cancelassem. Quero saber se vão repor esse dinheiro que tiraram do meu pagamento sem minha autorização. Aliás, na nossa região nem compensa pagar o Ipemg, porque não temos nenhum benefício.

TORTURA DE DILMA

"Como beneficiária da ditadura, filha de um dos poderosos, digo: Que vergonha eu sinto ao ver difundido o que eles pais foram capazes de criar! Pois a ditadura sobrevoa do golpe civil que eles perpetraram. Perdão, Dilma e todos os outros, peço pelos meus."

■ Reinaldo Faria Tavares

"Acho muito interessante e honroso a luta desses que lutaram pela democracia, mas, ao observar o Brasil de hoje, será que não estamos vivendo ainda em plena ditadura, onde as desigualdades sociais estão ainda enraizadas no seio da população brasileira? Fome, violência, analfabetismo etc. ainda estão aí."

■ Antônio Rego

"Bravo gente brasileira! Levaremos muitas décadas para superar as atrocidades praticadas contra nossa sociedade. Mas é preciso contar nossa história de forma transparente, para que as feridas parem de sangrar. Sobrevivemos e agora vamos viver com dignidade."

■ José Andrade

FLANELINHAS RECONHECIDOS

"Era só o que me faltava. Quero ver quais as atribuições que um flanelinha profissional vai ter: extorquir, arrancar carro, ameaçar, vender Faixa Azul a R\$ 8, e isso tudo regulamentado! Parabéns vereadores, por dar direitos legais aos marginais. Quem tem carro que se exploda!"

■ Pedro Brito

"Em resumo: não regulamentar a extorsão. De fato, o Brasil não é um país sério!"

■ Márcio Reis

"Que vergonha de ser brasileiro! Que vergonha de ser mineiro! Estou formalizando e institucionalizando uma profissão cujo foco é a extorsão do cidadão para utilizar um bem público. Formalizaram o loteamento de vias públicas em favor de flanelinhas! Absurdo! Vergonha!"

■ Marco Machado

O MEDO RONDA AS UNIVERSIDADES

"Cada um com o seu."

■ @karrollentinho

MENINA MORTA POR DUAS AMIGAS

"História mal contada!"

■ @lmmwreck

"? que ponto chegamos?"

■ @JoniRocho

"Meu Deus, que absurdo! Já pode, mesmo, acabar o mundo! Estou chocada!"

■ @tiuliveira

"Minha nossa! Chocada! Isso porque são a infância, imagine quando crescerem, que monstros!"

■ @mariajulianch

"Tipo de coisa que deixa qualquer ser humano chocada!"

■ @RobstanPervas

Nem dá a ele atendimento. Pagamos e não usufruímos. A lei cobra de outros planos que cumpram o contrato, mas não exige do Ipemg. Gostaria de entender o porquê."

ENERGIA ELÉTRICA

Cemig esclarece desconto na fatura

Lutz Henrique Michalick
Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação da Cemig
Belo Horizonte

"Em atenção à carta intitulada 'Paciente de mal crônico se queixa da Cemig' (Opinião, 5/6/2012), a Companhia informa que o senhor Nei Silveira de Almeida é cadastrado na Cemig como cliente preferencial o que, no entanto,

não dá a ele direito a nenhum desconto na fatura de energia elétrica. A empresa esclarece que esse cadastro garante a ele outros benefícios, como a prioridade no restabelecimento em casos de falta de energia. Segundo a legislação atual, para que seja possível cadastrá-lo na tarifa de baixa renda da empresa — o que irá de fato proporcionar um desconto na tarifa de energia — primeiramente ele terá que se cadastrar no Cadastro Único (CadÚnico) ou Número de Inscrição Social (NIS), por meio da Secretaria de Saúde do município, para depois procurar a Cemig e pleitear o desconto da tarifa social. A Cemig esclarece ainda que já entrou em contato com o cliente e passou todas essas orientações pessoalmente."

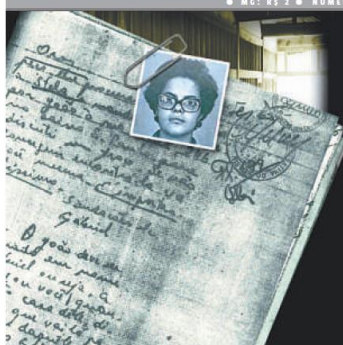
19 de junho de 2012.

ESTADO DE MINAS

www.em.com.br

BELO HORIZONTE, TERÇA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2012

• MG: R\$ 2 • NÚMERO 25.703 • 1ª EDIÇÃO • 34 PÁGINAS • FECHAMENTO DA EDIÇÃO: 23h



ENFIM, A BUSCA DA VERDADE

As torturas sofridas por Dilma Rousseff na ditadura militar em Juiz de Fora, Zona da Mata mineira, serão investigadas pela Comissão da Verdade. Pesquisadores vão analisar os documentos que contêm depoimentos da presidente arquivados no Conselho dos Direitos Humanos de Minas Gerais e publicados com exclusividade pelo Estado de Minas. A revelação repercutiu em todo o país e no exterior. Até então, só se conheciam as prisões e abusos sofridos por ela em prisões do Rio e São Paulo. Hoje, o EM reproduz as diferentes formas de maus-tratos sofridos nos três estados.

PÁGINAS 3 A 5

MOBILIZAÇÃO PELOS ROYALTIES DO MINÉRIO

CAMPANHA DO GOVERNO MINEIRO QUER A SOCIEDADE CIVIL NA LUTA POR MAIS RECURSOS PROVENIENTES DA EXTRAÇÃO PARA O ESTADO. NOVA TRIBUTAÇÃO PODE TRIPLICAR VALOR ARRECADADO.

PÁGINA 6

PROVAS LEGAIS

Notícias ruins para Cachoeira e Demóstenes

O TRF considerou legais as gravações e os documentos colhidos pela Polícia Federal e Ministério Público na Operação Monte Carlo que incriminam o contraventor e o senador. Segunda-feira, o Conselho de Ética do Senado começa a decidir o destino de Demóstenes Torres.

PÁGINA 10

Feijão salga o almoço dos mineiros

Preço médio do grão subiu 43% no comércio de Belo Horizonte nos últimos seis meses. O quilo passou de R\$ 3,75 em 21 de dezembro para R\$ 5,58 na semana passada.

PÁGINA 15

RITMO LENTO

Mercado à espera de PIB ainda menor

Analistas ouvidos pelo Banco Central revisaram para baixo, pela sexta semana seguida, o crescimento da economia este ano, passando de 2,53% para 2,3% a estimativa. Aposta do governo está em alta de 3,5%.

PÁGINA 12

TÁXI EM BH
PREFEITURA VAI LICITAR
430 PERMISSÕES EM 2013
PÁGINAS 20 E 21

BEBIDA NAS DBs
PRF FLAGRA QUASE TRÊS
EMBRAGADOS POR DIA
PÁGINA 21

GUERRA DA ÁGUA
CONSUMO DIÁRIO DE 2 LITROS
DIVIDE OPINIÃO DE ESPECIALISTAS
PÁGINA 26



Recoleta mineira

ALEXANDRE GUZANH/CORBIS PRESS

ASSIM COMO NA ARGENTINA COM SEU FAMOSO CEMITÉRIO, NO QUAL REPOUSA EVITA PERÓN, BH TEM HISTÓRIA SOB A ARTE DOS JAZIGOS E ABRE O CEMITÉRIO DO BONFIM PARA VISITAS GUIADAS, QUE COMEÇAM DOMINGO. ENTRE AS ATRAÇÕES, O TÚMULO DO EX-GOVERNADOR DE MINAS RAUL SOARES (ACIMA). PÁGINA 25



GADYSEEN RODRIGUES/CORBIS PRESS

Ex-marido e amante vão indenizar ex-mulher

Técnica de enfermagem de Gallieira, no Vale do Rio Doce, vai receber R\$ 61 mil por danos morais e materiais por ficar sabendo do caso do marido no dia do casamento.

PÁGINA 23

E-M CULTURA

Diálogos de outro mundo

Prometheus, de Ridley Scott, traz no enredo relação com outros filmes de ficção científica e com a série Alien, iniciada pelo mesmo diretor.

CAPA

DOR QUE SE MULTIPLICA

Número de desaparecimentos registrados pela Polícia Civil em Minas nos últimos seis anos saltou de 727 casos para 3.186. Só este ano, a média já chega a nove ocorrências por dia. São histórias como a de Alice e Pedro Carvalho (acima), que todos os dias renovam a esperança de encontrar o filho caçula, Vinícius, de 28 anos, que sumiu em janeiro.

PÁGINA 19

UFC

ONZE LUTAS AGITAM O MINEIRINHO
Belo Horizonte recebe sábado à noite combates da 147ª edição do torneio de MMA.

PÁGINA 8

TURISMO

Pelas trilhas de Guimarães Rosa

CAPA E PÁGINAS 4 E 5



9 771809 987038

Assinaturas e serviço de atendimento: Belo Horizonte: (31) 3263-5800 - Outras localidades: 0800 031 5005 Assinatura Uol: 0800 031 5000

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

POLÍTICA

EDITOR: Baptista Chagas de Almeida
 EDITOR-ASSISTENTE: Renato Scopelotempore
 E-MAIL: politica.em@uii.com.br
 TELEFONE: (31) 3263-5293

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Historiadores são convocados para analisar depoimentos da presidente sobre o período em que foi torturada nas prisões do estado, publicados pelo *Estado de Minas* com exclusividade

COMISSÃO DA VERDADE

Na trilha de Dilma em Minas



Gilson Dipp e José Carlos Dias, integrantes da comissão criada no mês passado: "Violações dos direitos humanos devem ser investigadas"

FATOS DA HISTÓRIA

O ministro da Defesa, Celso Amorim, afirmou ontem que relatos como o da presidente Dilma Rousseff sobre as torturas sofridas durante o regime militar "são fatos da história". Ele evitou se estender sobre o tema. "São fatos da história. Eles vão aparecendo. Cada cidadão forme a sua ideia sobre isso. A Comissão da Verdade é para que as pessoas conheçam os fatos sobre todos os ângulos", disse ele, em visita à exposição Humanidade, no Forte de Copacabana



“Recebi a determinação de mobilizar os pesquisadores para levantar quais são os depoimentos colhidos pelo Conedh-MG e qual o conteúdo do acervo”

■ Heloise Starling, assessora da Comissão da Verdade e historiadora da UFMG

DANIEL CAMARGOS

A Comissão da Verdade vai investigar o conteúdo do acervo do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG) para tentar jogar luz na história das torturas sofridas pela presidente Dilma Rousseff (PT) e por outros militantes a época da ditadura militar (1964-1985). "Recebi a determinação de mobilizar os pesquisadores para levantar quais são os depoimentos colhidos pelo Conedh-MG e qual o conteúdo do acervo", afirma a assessora da Comissão da Verdade e historiadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Heloise Starling. O depoimento de Dilma e os detalhes da tortura sofrida pela presidente em Juiz de Fora, na Zona da Mata, foram revelados com exclusividade pelo Estado de Minas. Até então sabia-se apenas das prisões e abusos dos militares quando Dilma esteve presa em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A Comissão da Verdade foi nomeada pela própria Dilma no mês passado e tem a missão de apurar principalmente os fatos ocorridos durante o período da ditadura militar no Brasil. Heloise é a única assessora historiadora da comissão e pode, se for necessário, mobilizar até 19 pesquisadores para fazer um levantamento no acervo da Conedh-MG, sendo que a maior parte são historiadores da UFMG. O acervo do Conedh-MG tem mais de 700 processos, que foram abertos com o objetivo de indenizar os presos políticos do estado.

A comissão tem sete integrantes: o coordenador, Gilson Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); José Carlos Dias, advogado e ex-ministro da Justiça; Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada; Claudio Fonteles, ex-procurador-geral da República; Paulo Sérgio Pinheiro, sociólogo; Maria Rita Kehl, psicanalista; e José Paulo Cavalcanti Filho, advogado.

Dois dos sete membros da

Comissão da Verdade, José Carlos Dias e Maria Rita Kehl, se reuniram ontem em São Paulo e tomaram a decisão, comunicando o fato a Heloise.

"Os depoimento, inéditos, revelam graves violações aos direitos humanos. Devemos investigar", comentou José Carlos Dias. Gilson Dipp acredita que, até o momento, não há necessidade de convocar a presidente, mas não descarta a possibilidade de ouvi-la sobre as torturas sofridas no período. "Os detalhes do depoimento são pesados e doloridos", afirmou Dipp.

A Comissão da Verdade terá dois anos para elaborar um amplo relatório do que for apurado sobre casos graves de violações de direitos humanos, como torturas, mortes e desaparecimentos, mas a intenção é que o levantamento sobre as torturas e prisões de Dilma seja feito o mais rápido possível. O testemunho da presidente Dilma, revelado pelo EM, foi prestado em 2001, quando ela era secretária das Minas e Energia do governo do Rio Grande do Sul e nem imaginava que se tornaria presidente do país.

Dilma narrou, de forma detalhada e emocionada, as sessões de humilhações provocadas por torturas no pau de arara, eletrochoques, socos e chutes, que causaram deformação na arcada dentária dela. A correção da arcada dentária foi uma das cirurgias a que Dilma se submeteu as vésperas da campanha presidencial de 2010. "A pior coisa é esperar por tortura", diz ela no relato de 2001. "As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim".

A presidente já havia sido torturada em São Paulo e no Rio de Janeiro e voltou a passar pelas humilhações devido aos militares acreditarem que ela recebeu bilhetes de Ângelo Pazzani, principal dirigente do Comando de Libertação Nacional (Colina), do qual Dilma fez parte.

LEIA MAIS SOBRE A TORTURA NO PERÍODO DA DITADURA
 PÁGINAS 4 E 5

O QUE JÁ FOI MOSTRADO

» O Estado de Minas iniciou domingo uma série de reportagens em que revela com exclusividade documentos, até então inéditos, que comprovam que a presidente Dilma Rousseff foi torturada nos porões da ditadura em Juiz de Fora, Zona da Mata mineira, e não apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro, como se pensava. Os documentos reproduzem o depoimento pessoal de Dilma ao Conselho dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG), em outubro de 2001, no qual ela relata com detalhes todo o sofrimento vivido em Minas como o militante política de codinome Estela, aos 22 anos. "Se o interrogatório é de longa duração, com interrogador 'experiente' ele te bota no pau de arara alguns momentos e depois leva para o choque, uma dor que não deixa rastro, só te mina", contou Dilma na época.

» Na edição de ontem, o EM mostrou que bilhetes endereçados a Dilma e interceptados por agentes militares foram os responsáveis por novas sessões de tortura em Minas. Os militares acreditavam que ela teria organizado, no fim de 1965, um plano para dar fuga ao militante Ângelo Pazzani, que usava o codinome Gabriel. Por causa de 22 bilhetes encaminhados para o militante Estela, um dos codinomes usados por Dilma, ela teria voltado a ser torturada. A série de reportagens iniciada domingo teve repercussão na imprensa internacional. A presidente leu seu conteúdo antes de embarcar para o México, mas preferiu ficar em silêncio.

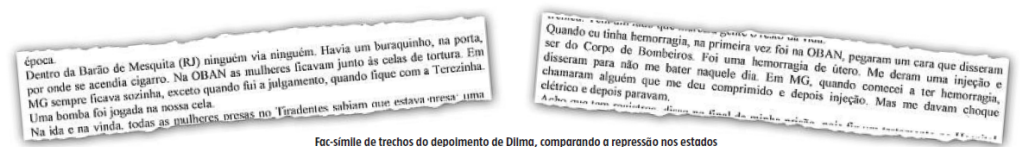


FOTOS: REPRODUÇÃO/EM

4 POLÍTICA

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Dilma Rousseff explica no depoimento ao Conselho de Direitos Humanos em 2001 como variavam as formas de castigo nos porões de Minas, São Paulo e Rio, onde ela ficou presa



SANDRA KIEFER

Os sotaques da tortura

No depoimento pessoal prestado à jovem equipe do Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG), há uma década, Dilma Rousseff teve paciência de comparar os tipos de tortura e as condições a que foi submetida nos cárceres onde ficou em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, por dois anos e 10 meses, entre 1970 e 1972, durante a ditadura verde-oliva no Brasil. Segundo pineçou Dilma, dentro da Penitenciária Barão de Mesquita, no Rio, ninguém via ninguém. "Havia um buraquinho, na porta, por onde se acendia cigarro", contou. O procedimento carcerário era semelhante ao mineiro: ela ficava sempre sozinha, sendo colocada em uma solitária em Juiz de Fora. "Muitas vezes usavam em mim palmatória. Usaram em mim muita palmatória. Em São Paulo, usaram pouco esse método", explicou.

Contemporânea de militância estudantil de Dilma (codinome Estela) em Belo Horizonte, mas de vertente oposta, ligada aos movimentos sociais da Igreja Católica, como a Pastoral de Direitos Humanos, a psicóloga Emely Salazar, de 74, confirma o uso da palmatória em Minas. "Um dia levei tanta, tanta palmatória, que meus pés e mãos viraram uma bola. Eu não con-

seguiu ficar em pé no chão. Tive de ser carregada no colo pelo meu torturador, o tenente Marcelo (Araújo Paixão), com a cabeça apoiada no ombro dele. Tive ódio de mim nesse dia", desabafa Emely, que chega a ter pesadelos até hoje com este episódio. É o mais marcante pincado de sua longa temporada de quase dois anos na prisão, só que no Dops, em BH.

Em São Paulo, a vida nas masmorras também não era fácil. Pelo menos, a então subversiva Dilma tinha a companhia das outras presas políticas, que dividiam a ala. "Na Oban (Operação Bandeirantes, que mais tarde passaria a se chamar Doi-Codi), as mulheres ficavam junto às celas de tortura", explica Dilma em outro trecho do depoimento, publicado com exclusividade pelo Estado de Minas, desde domingo. O mesmo ocorria, segundo a presidente, em outro presidio paulista. "To-

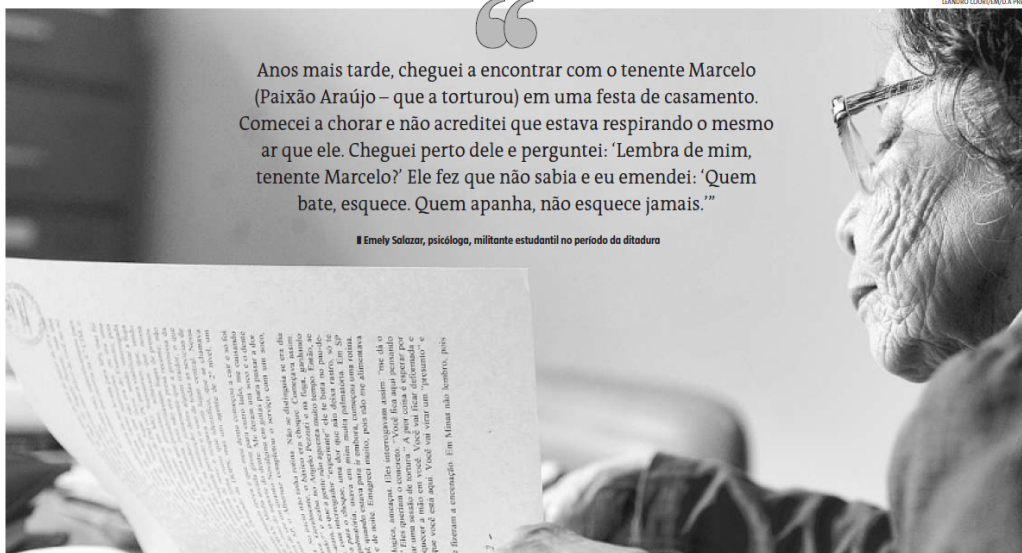
das as mulheres presas no Tiradentes sabiam que (eu) estava presa: uma, por exemplo, Maria Celeste Martins...", relata. A amiga citada nominalmente pela presidente faria companhia a Dilma na chamada Torre das Donzelas, onde eram abrigadas as presas políticas no Presídio Tiradentes, mais tarde demolido em São Paulo.

Outra característica "marcante", segundo o adjetivo empregado na época por Dilma, dos interrogatórios de Minas é que não eram feitos por militares. Os militares apenas acompanhavam. A presidente prossegue: "Em SP, era diferente, os militares interrogavam e o Dops acompanhava. Em SP, chegou a ponto da Oban invadir o Dops. Durante um certo tempo, quem controlou a repressão foi a Polícia Civil, através dos Dops. Na minha época, o Dops era muito forte e os órgãos militares se encaixavam subordinada-

mente. O delegado Fleury tinha grande poder, que perdeu, depois, para os militares", disse Em Minas, segundo a presidente, eles trabalhavam em conjunto. Ela completa a distinção entre as forças da repressão dos três estados: "O processo de subordinação da Polícia Civil pelo Exército não tinha se completado, [a no RJ] estava completamente aliada a PC: era a Marinha, Exército e Aeronáutica".

NÚMEROS Como velha e boa militante, em determinado trecho de seu depoimento pessoal, Dilma passa a questionar os termos de sua própria condenação. Com calo de ativista, Dilma subverte os números, questionando a lógica dos militares. "Tive participação política em três estados: comecei em Minas Gerais 90% da minha militância. Só no último ano ficaria a metade (do tempo) no Rio e SP. Foi condenada nos três estados. No Rio de Janeiro, levei um ano e um mês (de prisão), por ter militado oito meses. Em Minas, levei um ano, por cinco anos de militância. Por que isso?", pergunta Dilma, perante a jovem equipe do Conedh-MG, enviada ao Rio Grande do Sul em 2001, na intenção de tentar com êxito a então secretária das Minas e Energia, entre seis outros militantes políticos, a prestar depoimento no processo mineiro.

Dilma foi condenada a um ano de prisão no Inquérito Policial Militar (IPM) em Minas, pelo artigo 36 (pertencer a organização de luta armada), e a um ano e um mês no do Rio. Segundo o livro *A vida quer e coragem*, lançado em janeiro, contando a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidente do Brasil, o jornalista mineiro Ricardo Batista Amaral revela que, "em São Paulo, o juiz auditor carregou a mão na denúncia - chamou Dilma de "pápsa da subversão", "uma das molas mestras e um dos cérebros dos esquemas revolucionários postos em prática pelas esquerdas radicais" - e obteve a pena máxima: quatro anos. Em novembro de 1972, o Superior Tribunal Militar (STM) reavaliou os processos, fixou a pena total em dois anos e um mês e determinou a soltura da ré. Quando desceu a Torre das Donzelas, Dilma tinha completado dois anos e 10 meses no cárcere. No saldo, nove meses além da pena imposta pelo tribunal militar.



“Anos mais tarde, cheguei a encontrar com o tenente Marcelo (Paixão Araújo – que a torturou) em uma festa de casamento. Comecei a chorar e não acreditei que estava respirando o mesmo ar que ele. Cheguei perto dele e perguntei: ‘Lembra de mim, tenente Marcelo?’ Ele fez que não sabia e eu emendei: ‘Quem bate, esquece. Quem apanha, não esquece jamais.’”

Quando Dilma era só mais uma vítima

Aos 74 anos, Emely Salazar permanece até hoje na ativa na Faculdade de Medicina da UFMG, onde era mais forte a militância política mineira. Ela chegou a ficar quase dois anos presa na carceragem do Dops de BH. Décadas mais tarde, convidada a presidir a Comissão Especial das Vítimas de Minas Gerais (Ceiv-MG), em 2001, Emely deu pouca atenção ao processo de Dilma. Para se ter uma ideia, Emely esqueceu-se de assinar o pro-

cesso de Dilma, entre dezenas de casos analisados por ela.

"Da turma de esquerda presa naquela época, quase ninguém conhecia Dilma. Ela era a namorada do Galeno [jornalista Cláudio Galeno Lobato], que saíra do país no sequestro do avião para Cuba e mora hoje na Nicarágua). Ele foi preso ao mudar para o Rio", justifica Emely. Além disso, na época Dilma era apenas secretária das Minas e Energia no Rio Grande do Sul, filiada ao PDT, nem

sonhava ser eleita presidente do Brasil.

"Tinha de esquecer de assinar logo o processo da presidente? Só podia ser a Emely", brinca o filósofo Robson Sávio, hoje professor da PUC Minas e responsável na época por colher o depoimento de Dilma Rousseff. "Na verdade, todos os ex-militantes tinham a mesma importância histórica. Nosso trabalho não era identificar celebridades, mas sim as verdadeiras vítimas da ditadura", pontua Robson, lembrando que a falta da

assinatura não inviabilizou a indenização de R\$ 30 mil a Dilma, que receberia a quantia em março de 2002.

"Quem entrou com o pedido de indenização dentro do prazo teve direito a abrir processo. No meio da trabalhadeira, ainda tivemos de convencer os colegas a fazer o pedido. Muitos estavam desiludidos ou ficavam com medo de falar e de aquilo virar contra eles. Quer saber? Quem sofreu tortura não acredita mais na possibilidade de reparação do Estado", desabafa Emely. Ela e o então namorado de 22 anos, o médico Hercúleo Mourão Salazar, que mais tarde se tornaria seu marido, sofreram nas mãos de torturadores.

"Anos mais tarde, cheguei a encontrar com o tenente Marcelo (Paixão Araújo) em uma festa de casamento. Comecei a chorar e não acreditei que estava respirando o mesmo ar que ele. Meu marido (que morreu há 10 anos, de um câncer) me mandou ficar quieta. Mas não aguentei. Cheguei perto dele e perguntei: 'Lembra de mim, tenente Marcelo?' Ele fez que não sabia e eu emendei: 'Quem bate, esquece. Quem apanha, não esquece jamais.' O senhor já contou para sua família que foi torturado na ditadura?", revela emocionada Emely, que parece uma gigante do alto de pouco mais de um metro e meio de altura. (SK)

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

REPERCUSSÃO



EL CLARÍN (ARGENTINA)

Revelados novos detalhes sobre como Rousseff foi torturada na ditadura

É sabido que a atual presidente foi presa pelos militares durante a ditadura, como uma jovem guerrilheira. Mas documentos divulgados pelo jornal Estado de Minas, de Belo Horizonte, adicionam um fato até então desconhecido: a estadia da presidente na prisão onde foi torturada em Juiz de Fora, Minas Gerais. Até agora sabia-se que ela foi torturada em São Paulo e Rio de Janeiro.



DIÁRIO DE NOTÍCIAS (PORTUGAL)

Dilma sofreu torturas em três cidades diferentes

De acordo com o Correlato Brasileiro e o Estado de Minas, ao ser questionado sobre a fuga de um ex-líder do grupo de esquerda Colina, no qual Rousseff militava, a atual presidente recebeu choques elétricos, socos no rosto e outras agressões.



QUOTIDIANO (ITÁLIA)

Brasil: imprensa revela tortura a Rousseff

Os detalhes foram divulgados pelos jornais Estado de Minas e Correlato Brasileiro com a Dilma em 2001: "O estresse é cruel, impensável. Eu descobri pelo primeiro vez que estava sozinha. Já enfrentei a morte e a solidão", revela.



AGP (FRANÇA)

Relato inédito mostra horror sofrido por Dilma

Quando tinha 22 anos, a ex-guerrilheira Dilma Rousseff foi submetida pela ditadura militar a sessões de tortura que incluíam choques elétricos e socos que deturparam seu rosto, segundo um relato da presidente divulgado pela imprensa.



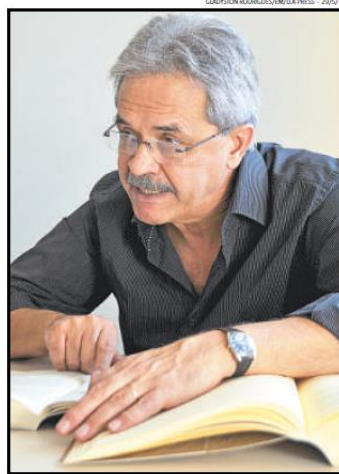
ANSA (ITÁLIA)

Brasil: imprensa revela tortura a Rousseff

Espancamentos, choques elétricos e golpes no rosto que causaram graves danos na arcada dentária: são as torturas sofridas pelo presidente do Brasil, Dilma Rousseff, durante a ditadura militar (1964-1985). Os detalhes foram divulgados pelos jornais Estado de Minas e Correlato Brasileiro.

Apesar de incentivar Dilma a dar seu testemunho sobre os anos na prisão, Nilmário Miranda afirma que desconhecia o depoimento dela

Surpresa até para o companheiro de luta



CLAUDYTON RODRIGUES/EM (DA FOLHA) - 20/6/12

“Acredito que Dilma não deve falar sobre a divulgação do depoimento. Na condição de presidente, ela é também comandante-chefe das Forças Armadas e precisa tomar um certo cuidado”

■ Nilmário Miranda, ex-ministro

Faça o que você quiser com este valor da indenização, doe para uma instituição ou jogue fora, sei lá, mas é de seu depoimento. É importante”, disse Nilmário Miranda, codinome Gustavo, à ex-companheira de militância em Belo Horizonte, a amiga Estela (Dilma). Ainda secretária das Minas e Energia do Rio Grande do Sul em 2001, Dilma estava reticente a entrar com pedido de reparação às vítimas de tortura da comissão mineira, que copiava o exemplo da comissão gaúcha, a primeira no país a reconhecer o direito à indenização. Meses depois, Minas saiu na frente com os pagamentos, por ordem expressa do então governador Itamar Franco. Dilma seria incluída no 12º lugar da primeira leva de 53 indenizados.

“Depois disso, não voltei a conversar com Dilma sobre o assunto. Nem fiquei sabendo que ela havia falado com a comissão mineira”, surpreendeu-se Nilmário, profundo conhecedor do passado da militância de esquerda no país e autor do livro *Dos Filhos deste solo*, na segunda edição, que revela um a um os nomes dos 312 mortos e 163 desaparecidos na ditadura militar no Brasil. Ao todo, perto de 500 militantes políticos perderam a vida nos anos de chumbo, sendo 53 em Minas, do que é sabido até agora.

Analisar os termos do depoimento pessoal, no original, Nilmário não esconde o entusiasmo: “Está vindo como eu tinha razão”. O material é histórico. Nunca soube dessa passagem dos dentes (em que Dilma relata ter levado um soco na boca, que provocou deslocamento da arcada dentária e o apodrecimento de um dente), comentou o pevista, que recebeu a reportagem do EM no sábado passado, rodeado de netos em seu apartamento no Bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte.

Agora que vem a público o depoimento de Estela, hoje presidente da República, Nilmário não acredita que Dilma faça um pronunciamento a respeito. “Na condição de presidente, Dilma é também comandante-chefe das Forças Armadas e precisa tomar um certo cuidado. Depois que ela se empenhou pessoalmente pela criação da Comissão Nacional da Verdade (em maio), surgiu um movimento contrário vindo dos porões dos clubes militares. Ela não pode dar margem para comecem a falar em revanchismo”, alerta.

SANDRA KIEFER

Conselheiro da Comissão da Anistia e presidente da Fundação Perseu Abramo, Nilmário está envolvido atualmente com o caso do cabo Anselmo, agente duplo da repressão que admitiu ter entregado de 100 a 200 ex-colegas de farda e perseguidos políticos ao regime da ditadura, entre eles a mulher dele, grávida de 7 meses, Soledad Barret Viedma, que acabaria sendo morta. Cabo Anselmo entrou com pedido de indenização, como ex-militante. Em maio, a requisição foi negada por unanimidade, em processo relatado por Nilmário.

MEMÓRIAS Ex-ministro dos Direitos Humanos, o petista Nilmário Miranda militou com Dilma na época de estudante na capital mineira. “Conheci Dilma em 1965. Formos colegas primeiro no Colégio Estadual Central e depois na Faculdade de Ciências Econômicas (Face) da UFMG. Éramos parte da Popol (Organização Revolucionária Marxista Política Operária) e daí nossos caminhos se separaram. Ela foi para Colina e eu fui para o POC (Partido Operário Comunista)”

Nilmário chegou a ficar preso com o segundo marido de Dilma Carlos Araújo Paixão Lanhães, o Max, no Presídio Tiradentes (SP). “Por causa dele Dilma se mudou para o Rio Grande do Sul. Ela foi solta em fins de 1972 em São Paulo, mas ele ainda ficou preso mais um tempo. Ela foi para lá para poder ficar visitando o Max na prisão”, relata. Nilmário lembra que Dilma, portanto, teria direito a receber a indenização em Minas, São Paulo e no Rio, onde no mês passado anunciou que iria doar a quantia de R\$ 20 mil ao grupo Tortura Nunca Mais. “Já no Rio Grande do Sul ela não foi torturada”, comenta.

Nilmário foi preso em 1970 e teve uma passagem pelo Presídio de Linhares, em Juiz de Fora. Como a companheira Dilma, foi encapuzado e levado para local por ele desconhecido, onde foi submetido a sessões de tortura. Neste momento da conversa, Nilmário baixa os olhos e muda de assunto. Parece ter dificuldade em lembrar o próprio tormento: “Era pou de arara, cadeira do dragão... (interrompe novamente a descrição). Mas não soufrí tanto quanto a Dilma, porque ela era da luta armada e eu não. A tortura dela foi pior”.

General nega tortura em Juiz de Fora

ALESSANDRA MELLO

Responsável pela redação do manifesto “Alerta à nação – eles que venham, por aqui não passará”, assinado por quase 300 militares da reserva com críticas à Comissão da Verdade e ao ministro da Defesa, Celso Amorim, o general de quatro estrelas (patente máxima) Marco Antônio Felício da Silva, 74 anos, nega que tenha havido qualquer tipo de tortura nas dependências da 4ª Região do Exército em Juiz de Fora, Zona da Mata. Contrariando os relatos de diversos presos políticos, entre eles o da presidente Dilma Rousseff, ele assegura que todos que passaram pela divisão do Exército na cidade foram muito bem tratados.

“Esse povo mente muito. Eu servi em Juiz de Fora até meados de 1971 como oficial de informação (espécie de chefe do serviço de inteligência do Exército). Lá, inclusive, havia muitos presos políticos e ninguém foi torturado. Pelo contrário. Todos os presos que passaram por lá foram muito bem tratados”, afirma o general, na época primeiro-tenente, que até hoje mora na cidade da Zona da Mata. A negativa do general contrasta

“Nunca vi ninguém tomar nem um tapa na cara. Não houve essa história de tortura lá. Eu garanto”

■ Marco Antônio Felício da Silva, general

com o depoimento da presidente que, em 2001, ainda secretária das Minas e Energia do governo gaúcho, relatou para o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais ter sido torturada não só no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde passou o maior tempo preso, mas também em Juiz de Fora. Segundo o relato de Dilma, a tortura em Juiz de Fora “foi muito intensa”. “Pois não era presa recente. Não tinha pontos e aparelhos para entregar.”

O general não se recorda da então militante conhecida por Estela, codinome de Dilma Rousseff, mas se lembra bem de um dos companheiros de atuação da presidente durante o regime militar, Ângelo Pezzutti. Por causa de um bilhete escrito para Dilma por ele, na época o principal líder

do Comando de Libertação Nacional (Colina) de Belo Horizonte, a presidente foi levada para Juiz de Fora para prestar depoimento. “O Ângelo Pezzutti esteve diretamente comigo e foi muitíssimo bem tratado lá (em Juiz de Fora). Nunca ninguém fez qualquer coisa contra ele nem fisicamente nem psicologicamente. Nunca vi ninguém tomar nem um tapa na cara. Não houve essa história de tortura lá. Eu garanto.”

O general alega que chegou inclusive a ajudar muitos dos presos – “uns pobres coitados que não sabiam o que era marxismo”. “Eu mesmo arrumei advogado para alguns presos políticos porque achei que muitos deles eram uns pobres coitados, enganados por um tal de Flávio

Tavares, um camarada inteligente, que conduziu esses pobres coitados ao inferno, muitos levados por ele a praticar assaltos sem saber o que estavam fazendo”, afirma o general se referindo ao jornalista Flávio Tavares, um dos presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, sequestrado por organizações de esquerda em 1969, auge do regime militar.

Para o general, toda essa história, revelada com exclusividade pelo Estado de Minas, veio à tona neste momento para tentar dar fôlego para a Comissão da Verdade. “Por causa dessa comissão, agora todo mundo foi torturado, mas eles não contam o que fizeram. Houve tortura do outro lado. Não estou dizendo que houve tortura do nosso lado, mas do outro lado eu sei que houve”, diz o general, que afirma não se lembrar de quem comandava a seção do Exército em Juiz de Fora durante o tempo em que serviu na cidade.

LEIA AMANHÃ MAIS DETALHES SOBRE A TORTURA SOFRIDA POR DILMA EM MINAS

OPINIÃO

EDITOR: Pedro Lobato
E-MAIL: opiniao.em@uel.com.br
TELEFONE: (31) 3263-5373

ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

DIRETOR-PRESIDENTE: ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
DIRETOR-GERAL: EDISON ZENÓBIO
DIRETOR-EXECUTIVO: GERALDO TEIXEIRA DA COSTA NETO
DIRETOR DE FINANÇAS: JOSUÉ GONZALEZ DE RESENDE
DIRETOR DE ECONOMIA: HÉLIO ANJOS
DIRETOR DE PUBLICIDADE: MÁRIO NEVES
DIRETOR JURÍDICO: JOAQUIM DE FREITAS
EDITOR-GERAL: JOÃO BOSCO MARTINS SALES
EDITOR-CHEFE: CARLOS MARCELO CARVALHO
SUPERINTENDENTE DE CIRCULAÇÃO: CAIO BRAGA NETO
CONSELHO EDITORIAL: CYRO SIQUEIRA E FÁBIO PRÓDIXA DOLTE



EDITORIAL

Lacuna incômoda

O terceiro setor é uma realidade na vida brasileira, mas há uma lacuna legislativa no campo do direito nesse segmento da vida nacional. Integrada por entidades privadas sem fins lucrativos, que assumem a forma de associações ou de fundações, essa frente de campo proativo desempenha atividades de interesse coletivo e inaugura um campo de ações importantes, o que exige inovação do direito, que, a princípio, decorre da aproximação, no mundo real, do que chamamos de público e privado. Ou seja, quando os particulares passam a desempenhar atividades antes de responsabilidade do Estado, passa-se a atuar em um campo situado entre o direito privado e o público, por vezes mesclando o que antes eram campos inteiramente separados.

Entidades privadas, a priori, estão submetidas apenas ao regime de direito privado enquanto o Estado, por sua vez, deve obedecer àquele de direito público. As normas jurídicas típicas de cada um desses sistemas partem de premissas distintas e comportam diferentes formas de interpretação. No âmbito privado prevalece a liberdade, que permite que o particular faça tudo o que a lei não proíbe; no público é feito apenas o que a lei determina, não havendo liberdade. Muito se fala da necessidade de maior participação social em prol de uma administração justa e democrática, melhores serviços de interesse coletivo, mas a legislação não viabiliza ou legitima de forma satisfatória esses anseios sociais.

Urge uma legislação clara para o terceiro setor

Vale dizer então que o direito do terceiro setor carece de estruturação e entrosamento para que haja um objetivo definido, que integre as normas jurídicas que incidem sobre o segmento e oriente o jurista ao lidar com esse âmbito do direito, que rompe as antigas barreiras entre público e privado e que não mais encontrem o mesmo espaço no mundo concreto. Urge, pois, uma legislação efetiva e coerente, que possa colaborar com a superação da desconfiança e o combate aos desvios de conduta na administração pública e no terceiro setor, mazelas das quais nossa sociedade ainda padece.

Números do Tribunal de Contas da União (TCU) mostram que grande parte das entidades do terceiro setor não atende exigências legais por impossibilidade de compreensão da lei. São tantos textos espalhados, alguns conflitantes entre si, que as interpretações podem ser completamente contrárias, sem que haja segurança para se apontar qual é a correta. Em razão dessa lacuna normativa, há nove meses o governo federal editou o Decreto 7.568/2011, que prevê em seu artigo 5º a instituição de um grupo de trabalho para avaliar, rever e propor aperfeiçoamentos na legislação relativa à execução de programas, projetos e atividades de Interesse Público e às transferências de recursos da União, mediante convênios, contratos de repasse, termos de parceria ou instrumentos afins. É preciso saber a quantas anda essa determinação formal, que abriu um canal de diálogo a favor de um novo marco legislativo para o terceiro setor, que viabilize seu crescimento seguro e confiável, com ações relevantes e que atendam às necessidades coletivas e sociais sem desatender a lei, verdadeiramente democráticas.

FRASES DO DIA



Dilma não levará Rio+20 à reunião do G-20

Isabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente, ao anunciar que a presidente brasileira não vai realizar discussões sobre o Rio+20 no capítulo do G-20 no México, dizendo que o papel do grupo é discutir temas de prazo, como a crise financeira e questões estratégicas dos países do bloco

Grécia cumprirá seus compromissos

Angela Merkel, chanceler alemã, ao confiar no novo governo grego quanto ao pacote de resgate da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional (FMI), dizendo que a Grécia tem que estar-se ao acordado se deseja obter os fundos que necessita para evitar que sua economia entre em falência



SON SALVADOR

ESPAÇO DO LEITOR

PELA INTERNET

twitter facebook google+ orkut comunidades
@em.com www.facebook.com/estadodeminas opiniao.em@uel.com.br www.em.com.br/opiniao www.dzai.com.br

POR CARTA OU FAX

AS CARTAS DEVEM CONTER NOME, ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO DO TELEFONE E CÓPIA DA CARTeira DE IDENTIDADE, PODENDO SER PUBLICADAS NA ÍNTEGRA OU PARCIALMENTE. AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 291 - 2º ANDAR - FUNCIONÁRIOS - BELO HORIZONTE - MG - CEP 30112-020 - FAX: (31) 3263-5070

DILMA

Leitor comenta reportagem do EM

José Dias Sobrinho
Timóteo - MG

"Aplauso para a edição EM de domingo (17/6). A ex-militante Dilma, hoje nossa presidente, teve a coragem de abrir o coração e contar como as coisas ocorreram. E ela tem mostrado ser comedida em suas atitudes. É repugnante, dá revolta e nojo. É preciso ter estômago de avestruz. Quanta covardia fizeram a ela e a tantas outras famílias não tão menos importantes. Se alguém ainda está vivo e foi cúmplice daquele período, sugiro pedir desculpas à sociedade e à presidente. Se redima enquanto é tempo. Não é possível alguém conseguir dormir depois de tanto tempo disponível para refletir sobre aqueles momentos horríveis da história do Brasil. Tortura nunca mais. Paz para o Brasil."

TORTURA

Cidadão quer ver Brasil longe de nações tiranas

Hércules Randazzo
Belo Horizonte

"Sou leitor e assinante do EM há mais de 40 anos. Considerando a morte e tortura de milhares de inocentes na Síria, Ira, Cuba, entre outros, a presidente tem uma excelente oportunidade de fazer algo a respeito. Entretanto, ela, na visita que fez à ilha, não disse uma só palavra a respeito. Atualmente, milhares de crianças e mulheres estão sendo torturadas, violentadas e mortas por alguns tiranos e algoz vistos com bons olhos pelo governo de Dilma, que sempre se coloca na contramão da Organização das Nações Unidas (ONU). São crimes contra a humanidade que seu governo ignora por meio de comunicados e posições no mínimo cínicas. As autoridades preferem se lembrar de episódios também lamentáveis que ocorreram há 40 anos em razão da ditadura militar a fazer algo aqui e agora."

DOM JOAQUIM

Morador defende retirada de antenas

Domingos Xavier
Dom Joaquim - MG

"Desde de 21 de setembro de 2010, há um processo na Comarca de Conceição de Mato Dentro sobre a retirada de antenas das operadoras Claro e Oi Telemar das proximidades da histórica Capela do Padre Bento na cidade de Dom Joaquim, Vale do Rio Doce. Essa ação é defendida pelos cidadãos para proteger o patrimônio cultural e histórico da cidade e de Minas. Apesar de o movimento ter a



● BILHETES CAUSARAM NOVA TORTURA DE DILMA

"Bom, só e possível falar, ou criticar, do que se conhece. Eu não fiz parte de nenhum movimento contra ditadura, mas tenho amigos que participaram (movimentos estudantis) e sei o que sofreram. Era por uma causa? Todos temos o direito de lutar pelo que acreditamos. É preciso respeitar as pessoas que foram torturadas e massacradas porque acreditavam em alguma coisa. Por isso, vamos deixar de demagogia e vamos entender o que se passou, em vez de criticar e desmerecer as pessoas que acreditavam em alguma coisa."

■ Geraldo Schaefer

"Os militares devolveram o governo para a população civil antes da hora. E, pelo visto, não demoram a voltar, pelo que torço. Nenhum país se desenvolveu no educado sem antes ter passado por algum conflito armado. O Chile é o mais recente. Nessa época, pelo menos, tinhamos segurança."

■ Nélio Fernandes

Se temos um país livre hoje é porque teve alguém que teve coragem de lutar contra os militares. Se tem brasileiro com saudade da tirania, deveria ir viver na Síria ou Ira.

■ Nilson Martins Vasconcelos

Muito triste ver que o povo brasileiro não tem nenhuma consciência da melhora que tivemos no Brasil desde 1985, ano que a maldita ditadura acabou. Gostaria de perguntar aos senhores se a vida naqueles tempos era realmente melhor? Se tinhamos mais acesso ao que temos hoje em dia?

■ Paulo Lucas Querido

● PRESIDENTE LÊ REPORTAGEM SOBRE TORTURA E OPTA PELO SILENCIO

"Por que não se apuram os fatos históricos de que havia ali a luta entre dois extremos? Uma ditadura contra a tentativa de instalar uma outra (muito mais sanguinária). Medo? Dependência de verbos públicos? Dogmatismo ideológico?"

■ Robes Mendes



● TORTURA DE DILMA

"Uma heroína pela democratização."

■ @carloodobahia

"Reportagem histórica do EM."

■ @bcapu

"Digam o que quiser, mas Dilma é uma mulher como poucas."

■ @euleraguasto

Emocionante trechos do depoimento e a história de Estela (codinome da presidente Dilma), nos tempos da repressão

■ Gabriel Guimarães

participação da Assembleia Legislativa, da prefeitura e do governo do estado, as constantes mudanças de promotores na comarca vêm ocasionando prejuízo e atraso ao andamento do processo. Até quando vamos conviver com esse desprestígio à história de nossa cidade?"

EDUCAÇÃO

Pedagogo faz críticas a propagandas da PBH

Wanderson Rocha
Belo Horizonte

"São tantas as propagandas veiculadas pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) sobre as melhorias

da educação que acabamos absorvendo uma sensação de estarmos com um excelente nível de ensino público no município. Uma certeza nós já temos: é evidente que jamais um governo tornaria públicas suas fragilidades. A outra certeza é a de que um governo, quando tem mais de 80% de sua base de apoio no Poder Legislativo, acaba exercendo um poder paralelo. Isso pode até chegar a ponto de anular uma das principais funções de um vereador: fiscalizar o mandato de um prefeito. Fica uma pergunta: vale a pena não termos uma oposição qualificada no Legislativo, para que a nossa cidade possa ter uma administração realmente voltada para o bem-estar da população belo-horizontina?"

20 de junho de 2012.

ESTADO DE MINAS

www.em.com.br

BELO HORIZONTE, QUARTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2012

• R\$ 2 • NÚMERO 25.702 • 1ª EDIÇÃO • 48 PÁGINAS • FECHAMENTO DA EDIÇÃO: 21h



DE NOVO A MORTE CRUZA A BR-381

Tombamento de carreta carregada com carvão sobre outras duas (6) matou uma mulher e deixou duas pessoas gravemente feridas no km 351 da Rodovia da Morte, em João Monlevade. Acidente interditou as pistas nos dois sentidos por cinco horas.

PÁGINA 23

A VITÓRIA DA IMPUNIDADE

Lentidão da Justiça deixa prescrever crimes de trânsito, como o do francês que há três anos bateu seu carro em outro na Savassi e deixou uma jovem em coma

Olivier Rebellato, segundo a investigação, dirigia uma Captiva em alta velocidade. Com sinais de embriaguez, bateu em uma Mercedes com cinco pessoas, no cruzamento da Avenida Cristóvão Colombo com Rua Alagoas, Região Sul de BH. Entre os feridos, Josiane Ilda Campos, hoje com 29 anos, que se encontra em estado vegetativo. Olivier foi preso, teve o passaporte retido, mas pagou fiança, pegou o documento de volta e fugiu.



O acusado chegou a ser denunciado pelo Ministério Público, mas a demora no julgamento o deixou livre, porque o prazo se esgotou. Wenner da Silva e André Magalhães (foto) estavam no carro atingido pelo francês e lamentam o desfecho do caso. Mas não são os únicos. Este ano, 11 processos relativos a crimes de trânsito prescreveram em Minas. No ano passado foram 30, 33 em 2010 e 16 em 2009. PÁGINAS 21 E 22

MEDEIROS UM NOME, UM MISTÉRIO

Das horas de horror vividas nos cárceres mineiros, Dilma Rousseff traz na lembrança o rosto de seu principal torturador e um sobrenome. "Dr. Medeiros", conforme ela se referiu a ele em trecho de depoimento ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de Minas, em 2001, revelado com exclusividade pelo Estado de Minas em série de reportagens, nunca teve a identidade descoberta. Documentos obtidos pelo EM mostram que vários coincidências, como a presença de oficial do Exército de nome semelhante em Juiz de Fora, na época da tortura, ajudam a manter o mistério sobre o sofrimento da presidente nas prisões mineiras na década de 1970.

● FAHID TAHAN SAB, INTEGRANTE DA COMISSÃO DA VERDADE DA SEÇÃO MINEIRA DA OAB: "NÃO HÁ COMO NEGAR QUE HOUVE TORTURA"

PÁGINAS 3 E 4

RIO+20

Texto final passa com pendências

Documento com propostas aos chefes de Estado e de governo empurra decisões como definição de metas socioambientais e financiamento sustentável para o futuro.

PÁGINAS 9 E 12

TRATAMENTOS DE TROMBOSE ENTRAM EM NOVA ETAPA

PÁGINA 28

SEM CONTROLE / A onda de explosões de caixas eletrônicas tornou-se uma pedra no sapato da polícia. Só de janeiro a abril foram 102 ataques. Impopulares, postos de combustíveis, a exemplo de supermercados e drogarias do Grande BH, vão pedir a retirada das máquinas de suas instalações. Ontem de madrugada, bandidos explodiram outro caixa, em um quiosque de um posto às margens da Via Expressa (acima), PÁGINA 24

TRAFEGO BARATO
UNIFICACAO DO DDD PODE CORTAR TARIFAS INTERURBANAS EM ATÉ 63%
PÁGINA 13

COMERCIO
SAVASSI VAI TER LOJAS ABERTAS ATÉ AS 21H A PARTIR DE AGOSTO
PÁGINA 18

EM CULTURA

● Sétima edição do Cine OP inicia amanhã em Ouro Preto exposições e debates sobre o patrimônio cinematográfico nacional.

CAPA

Segredo da GM revelado
Descobrimos como será o Onix (acima), novo hatch que a General Motors lançará no Brasil.
CAPA

Esportes

ROGER CHORA E AGRADECE NO ADEUS

Sem perspectiva de continuar no ano que vem, armador resinde contrato com o Cruzeiro. "Vivi intensamente esse sonho. Sou grato ao povo mineiro."

CAPA

TROCAS NO ATLÉTICO DEIXAM A EQUIPE MAIS COESA NO BRASILEIRO
PÁGINA 3

POLÍTICA

EDITOR: Baptista Chagas de Almeida
 EDITOR ASSISTENTE: Renato Scopeltempore
 E-MAIL: politica.em@uol.com.br
 TELEFONE: (31) 3263-5293

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Um rosto sem nome

Identidade do torturador mineiro que levou a ex-militante Dilma a vivenciar cenas de verdadeiro terror nos porões do estado ainda é mistério

SANDRA KIEFER E DANIEL CAMARGOS

Se é certo que a ex-militante política conhecida como Estela, codinome de Dilma Rousseff, foi torturada em Juiz de Fora, sofrendo sessões de choque elétrico, pau de arara e até um soco nos dentes em 1970 – conforme mostrou o Estado de Minas em série de reportagens iniciada no domingo – pairam dúvidas sobre a real identidade do torturador. Em trecho do depoimento pessoal concedido ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG), em 2001, Dilma revela três possíveis nomes de torturadores, atribuídos a dois homens presentes nas cenas de horror vividas nos cárceres mineiros. Por duas vezes durante o depoimento, Dilma cita dr. Medeiros, que ela acredita, porém, se tratar de um nome falso. Esse mesmo torturador usaria também o falso nome de Lara. "Esse dr. Medeiros aparecia de novo e ocupava um lugar central", afirma. O terceiro nome é Joaquim, identificado por ela como sendo um agente de segundo nível, que poderia ser um inspetor ou algo assim.

Segundo a presidente, os torturadores eram possivelmente agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Minas Gerais. "Acho que em Minas Gerais fui interrogada por civis, sobretudo os dois principais identificaram-se como policiais do Dops de Minas: dr. Medeiros, que era um nome falso", informou Dilma, em depoimento à jovem equipe da Conedh-MG, que viajou até Porto Alegre para ouvir seis depoimentos, inclusive o da então secretária das Minas e Energia do Rio Grande do Sul.

Durante os últimos 10 dias, desde que teve acesso exclusivo ao processo de Dilma, a reportagem do Estado de Minas conversou com pelo menos 23 pessoas de diferentes organizações políticas da época pós-64, de diversas ideologias, incluindo fontes de alta cúpula do Exército. Até agora, porém, não houve como cravar a identidade do torturador mineiro. Coincidência é que quem assinou o Inquérito Policial Militar (IPM) de Dilma em Juiz de Fora, concedido sob tortura, é Octávio Aguiar de Medeiros, um dos nomes mais proeminentes entre os militares da época. No início da década de 1970, ele foi comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), em Belo Horizonte, e teria sido responsável por acabar com o Comando de Libertação Nacional (Colina) na capital mineira, organização a que Dilma pertencia.

Segundo os entrevistados, porém, não era de praxe que um oficial da patente desse Medeiros comandasse pessoalmente



explica a intensidade com que foi torturada naquele período e o uso de todas as sevcias de que fui objeto. Esse Dr. Medeiros aparecia de novo e tinha outro que identífico, que se chamava Joaquim, que me pareceu não um Delegado da DOPS, mas um agente de 2º nível, um inspetor, coisa assim.

Trecho do depoimento em que Dilma cita dr. Medeiros e outros dois nomes como seus torturadores

uma sessão de tortura. Ainda que o comandante do CPOR tivesse participado da tortura de Dilma, é pouco provável que a presidente não soubesse da identidade completa de Octávio Aguiar de Medeiros, dizendo em outro trecho do depoimento que dr. Medeiros se tratava de um "nome falso". "Dilma tem memória de elefante e não iria confundir o nome de seu torturador, ainda que tenham se passado 30 anos do fato", afirma uma fonte, que conhece bem a presidente, desde a época de sua militância política em Belo Horizonte. "Embora ainda fosse um 'zé ninguém' em BH, perto do que se tornaria mais tarde, todo mundo sabia quem era o Medeiros naquela época do movimento estudantil", garante outra, que prefere manter o anonimato. Segundo outra pessoa, "é comum a vítima de tortura referir-se aos participantes do cenário da tortura como sendo torturadores, ainda que não tenham torturado com a própria mão. Ele

não deixa de ser um torturador", acredita. Octávio Medeiros morreu em 2005, aos 82 anos. Ele gaíçou importantes patentes na carreira militar. Em 1978, chegou a assumir a chefia do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), em substituição a João Baptista Figueiredo, que assumiu o posto de último presidente da ditadura militar no país. Foi durante o período que comandou o SNI, que ocorreu o atentado fracassado no Rio Centro, quando duas bombas explodiram em poder dos militares no centro de convenções do Rio, em abril de 1981.

Outra possibilidade para encontrar o torturador da Dilma em Minas Gerais é buscar com lupa na Carta de Linhares, como foi chamado o documento de 28 páginas que detalha a tortura sofrida por presos em quatro locais: a Delegacia de

Vigilância Social, onde funcionava o Dops; a Delegacia de Furtos e Roubos; o 12º Regimento de Infantaria, todos em Belo Horizonte, e a Polícia do Exército do Estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro.

A principal hipótese é de que a carta foi redigida por Angelo Pezzuti (principal dirigente do Colina) e que levou Dilma a ser torturada em Juiz de Fora ao endereçar a ela bilhetinhos com um plano de fuga da prisão sob o codinome Gabriel. O documento teria sido entregue aos familiares dele, no início de 1970. Na carta, constam os nomes de cinco torturadores: Luis Soares da Rocha, Mário Cândido da Rocha, José Pereira e José Reis. O quinto nome revela mais uma coincidência, pois é Lara Rezende, o mesmo nome do codinome adotado pelo torturador de Dilma.

O ENDEREÇO DO HORROR

Durante a ditadura militar, o Brasil teve pelo menos 234 centros de detenção e tortura em unidades do Exército, especialmente a partir da criação em todos os estados, do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), além de delegacias da Polícia Civil. Os métodos de tortura poderiam variar de centro para centro, mas, de forma geral, os castigos físicos e psicológicos aconteciam em celas especiais, equipadas com mesas, uma barra de ferro para as sessões de pau de arara, uma pequena engenhoca para choque elétricos, além da cadeira drágo, que tinha a mesma finalidade, e palmatórias. Algumas mais sofisticadas tinham proteção acústica. Outras podiam simular situações extremas como intensa escuridão, calor ou frio excessivos. As sessões eram comandadas sempre por mais de um agente, que se revezavam numa encenação macabra do bem e do mal. Para confundir as vítimas, um torturador se apresentava excessivamente agressivo, para em seguida, entrar um outro que se apresentava contrário às agressões e solicitava a colaboração espontânea. Eles se tratavam por codinomes, mas não se preocupavam em cobrir seus rostos. Alguns dos homens que ganharam fama de violentos durante o período de exceção demonstravam até certa satisfação em serem reconhecidos, como o delegado Sérgio Paranhos Fleury, que tinha prazer em informar aos presos políticos ter sido autor da morte de militantes como Carlos Marighello. (Marta Clara Prates)

LEIA MAIS SOBRE A TORTURA NOS PORÕES DE MINAS

PÁGINA 4



» O Estado de Minas iniciou domingo uma série de reportagens em que revela com exclusividade documentos, até então inéditos, que comprovam que a presidente Dilma Rousseff foi torturada nos porões da ditadura em Juiz de Fora, Zona da Mata mineira, e não apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro, como se pensava. Os documentos reproduzem o depoimento pessoal de Dilma dado em outubro de 2001, no qual ela relata com detalhes todo o sofrimento vivido em Minas como militante política de codinome Estela.

O QUE JÁ FOI MOSTRADO



» Na edição de segunda-feira, o EM mostrou que bilhetes endereçados a Dilma e interceptados por agentes militares foram os responsáveis por novas sessões de tortura em Minas. Os militares acreditavam que ela teria organizado, no fim de 1969, um plano para dar fuga ao militante Angelo Pezzuti, que usava o codinome Gabriel. Por causa de 22 bilhetes encaminhados para a militante Estela, um dos codinomes usados por Dilma, ela teria voltado a ser torturada. A série de reportagens teve repercussão na imprensa internacional. A presidente leu seu conteúdo antes de embarcar para o México, mas preferiu ficar em silêncio.



» Ontem, o EM publicou a reação da Comissão da Verdade ao depoimento da presidente Dilma. Um grupo de historiadores de Minas foi mobilizado para analisar o testemunho. Além disso, mostrou as variadas formas de castigos sofridos por Dilma nos porões da ditadura e depoimentos de ex-companheiros de militância, como o ex-ministro Nilmarino Miranda e Emely Salza, que, mais tarde, seria presidente da Comissão Especial das Vítimas de Minas Gerais (Celv-MG). Intensificam-se as repercussões na imprensa nacional e internacional.

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Fahid Tahan e Carlos Augusto Cateb, membros da Comissão da Verdade da OAB-MG, relatam que militantes de esquerda, como Dilma, sofreram castigos nos porões da cidade durante a ditadura

Advogados confirmam tortura em Juiz de Fora

DANIEL CÂMBRIGS

Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira, foi um dos principais palcos do horror vivido pelos militantes que tentavam derrubar o governo militar. E o que garantem dois renomados advogados mineiros que defenderam presos políticos durante a ditadura. "Não há como negar que houve tortura. Foi um instrumento institucionalizado. Basta olhar todos os processos de presos políticos. O preso político passou por tortura física ou psicológica", afirma o advogado Fahid Tahan Sab, membro da Comissão da Verdade da Seção Mineira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG). Fahid foi advogado de vários presos políticos que estiveram em Juiz de Fora, incluindo alguns nomes de expressão da política nacional, como o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda (PSB), e o ex-deputado federal e presidente da Fundação Perseu Abramo, Nilmarino Miranda (PT). Na segunda-feira, o general de quatro estrelas Marco Antônio Felício da Silva disse em entrevista ao Estado de Minas que não houve tortura em Juiz de Fora.

Na análise de Fahid é uma vergonha para o país ter concedido anistia aos torturadores. "É um crime contra a humanidade". Fahid destaca uma questão: "Se os rapazes e as moças que pegaram em armas não têm vergonha de dizer que fizeram isso e têm até orgulho, por que os militares tentam esconder que houve tortura?". O próprio advogado responde: "Os militares têm um verdadeiro horror de que a família deles descubra o passado. Que ele pegou uma pessoa subjugada para impor humilhações e torturas. A pena deles é a própria consciência".

Quem também confirma as torturas praticadas em Juiz de Fora é outro advogado membro da Comissão da Verdade da OAB-MG, Carlos Augusto Cateb, que fez a defesa de diversos integrantes do Comando de Libertação Nacional (Colina), grupo da presidente Dilma Rousseff. "Houve tortura em Juiz de Fora. Eu mesmo portei vários bilhetes que narravam as atrocidades cometidas", lembra.

Cateb foi advogado de Angelo Pezzuti, um dos líderes do Colina. Foi por uma suposta troca de bilhetes entre Pezzuti e Dilma que a presidente foi torturada em Juiz de Fora, conforme revelou com exclusividade o Estado de Minas, em série de reportagens iniciada no domingo. A maneira como os bilhetes entravam e saíam do Presídio de Linhares, em Juiz de Fora, e sua geração e revêla que apesar do poder e das armas, os militares podiam ser enganados com um pouco de esperteza.

"O pessoal dos movimentos confeccionava os bilhetes em papéis bem pequenos. Pegavam um maço de cigarro, tiravam o fumo dos cigarros, colocavam o bilhete enroladinho e colocavam o fumo novamente. Quando chegava para falar com o Angelo vários militares armados ficavam observando a conversa. Mostrava o maço de cigarro, colocava em cima da mesa e começava a fumar. O Angelo, ou outro preso, fazia a mesma coisa. No fim da conversa eu pegava a carteira de cigarro dele e ele pegava a minha. Enquanto estava preso, ele também fazia os bilhetes e levava para o pessoal do movimento", relata Cateb.

O que atesta as péssimas condições em Linhares são as greves de fome feitas pelos presos políticos. A primeira foi em março de 1971, quando 42 homens e mulheres ficaram 13 dias sem comer. Cinco meses depois, 50 presos voltaram a fazer outra greve de fome.

GUERRILHA Cateb lembra que o acesso para Linhares era uma rua estreita, na beira de um rio, em que passava apenas um carro. A historiadora Isabel Cristina Leite fez um trabalho de conclusão de curso, em 2006, na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), focando no Colina. No trabalho, Leite escreveu sobre a Penitenciária de Linhares: "A Penitenciária Regional José Edison Cavaliari foi inaugurada em 1966 com presos vindos de Belo Horizonte. Ficou conhecida por Penitenciária de Linhares por causa da sua localização — o Bairro de Linhares, em Juiz de Fora. A recepção de presos políticos começou em 1967, com militantes presos na Guerrilha do Caparaó, contudo, somente em 1969 é que chegaram os primeiros integrantes da guerrilha urbana — integrantes da Colina e Corrente".

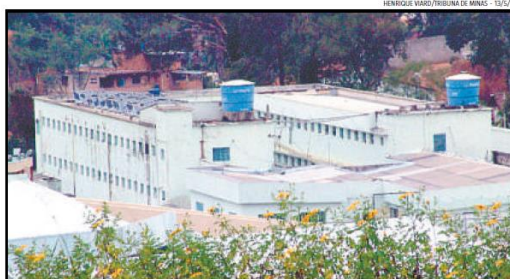
De acordo com a pesquisa da historiadora, os presos se referiam a Linhares como um purgatório. A frase usada pelos detentos era: "Sair do inferno e cair no purgatório". Isso é sair do local onde aconteciam as torturas e ir para a prisão. Porém, as torturas mais cruéis aconteciam fora da prisão. Como aconteceu com a presidente Dilma, que foi levada para outro local na cidade para ser torturada. "Os militares estavam empenhados em uma espécie de guerra sagrada para impedir um iminente perigo de revolução socialista", diz Fahid, sobre a convicção dos militares.

LEIA AMANHÃ
MAIS DETALHES SOBRE A TORTURA SOFRIDA POR DILMA EM MINAS NO PERÍODO DA DITADURA



Houve tortura em Juiz de Fora. Eu mesmo portei vários bilhetes que narravam as atrocidades cometidas

■ Carlos Augusto Cateb,
advogado



Presídio de Linhares, em Juiz de Fora. Presos políticos de Belo Horizonte eram levados para o local

REPERCUSSÃO



PRAVDA (RÚSSIA)

Documentos revelam detalhes da tortura sofrida por Dilma em Minas

A presidente Dilma Vana Rousseff foi torturada nos porões da ditadura em Juiz de Fora, Zona da Mata mineira, e não apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro, como se pensava até agora. E o que revelam documentos obtidos com exclusividade pelo Estado de Minas, que está sendo divulgado no site do Conselho dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG), no Edifício Moletta, no Centro de Belo Horizonte.



FOCUS AGENCE (BULGÁRIA)

Dilma Rousseff fala de sua tortura por militares

De acordo com um relato autobiográfico inédito feito pela primeira vez por uma líder da nação sul-americana, publicado no segundo - febre em meios de comunicação, ela foi submetida a tortura regular. Rousseff, 64, contou suas experiências sob o regime militar no Brasil mais de uma década atrás.



AUFAIT (MARRÓCOS)

A presidente do Brasil faz relato inédito da tortura que sofreu

Aos 22 anos, quando lutou contra a ditadura militar, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, foi torturada, incluindo sessões de choques elétricos e espancamentos que deslocaram sua mandíbula, de acordo com depoimento inédito dela publicado na mídia.



TM NEWS (ITÁLIA)

Brasil: Presidente Dilma reconta tortura sofrida sob a ditadura

Era 1970, a atual chefe de Estado tinha 22 anos quando foi presa e encarcerada durante três anos no Rio, São Paulo e Minas Gerais, onde aos 16 anos ela se juntou aos guerrilheiros. Segundo estimativas oficiais, cerca de 400 brasileiros foram assassinados ou desapareceram durante a ditadura.



GIONARLETTISMO (ITÁLIA)

Eu, guerrilheira, fui torturada

O documento com o depoimento de Dilma Rousseff chegou ao jornal Estado de Minas, que publicou trechos. A presidente fala sobre uma série de ataques em Minas, incluindo sessões de eletrochoque e de pau de anara.

ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

DIRETOR-PRESIDENTE: ÁVARO TEIXEIRA DA COSTA

DIRETOR-GERAL: EDISON ZENÓBIO

DIRETOR-EXECUTIVO: GERALDO TEIXEIRA DA COSTA NETO

DIRETOR DE REDAÇÃO: JOSEMAR GOMES DE RESENDE

DIRETOR DE FINANÇAS: HÉLIO AMONI

DIRETOR DE PUBLICIDADE: MÁRIO NEVES

DIRETOR JURÍDICO: JOAQUIM DE FREITAS

EDITOR-GERAL: JOÃO BOSCO MARTINS SALLES

EDITOR-CHEFE: CARLOS MARCELO CARVALHO

SUPERINTENDENTE DE CIRCULAÇÃO: CAIO BRAGA NETO

CONSELHO EDITORIAL: CYRO SOUZA E FÁBIO PRONÇA DINIZ



EDITORIAL

Chance para o otimismo

A palavra crise é mais falada hoje em todo o mundo, em todas as línguas, bem mais do que no ano passado. Países da União Europeia (UE) vivem num rebanho de incertezas e de dificuldades financeiras. Desemprego crescente, inadimplência grassando e recessão assumida por muitos deles, com graves consequências para suas populações. Os Estados Unidos, em ano de eleições presidenciais, tentam injetar estímulos na produção industrial e diminuir o desemprego. Por sua vez, o Brasil deve ter um crescimento discreto este ano – talvez abaixo dos 2,7% registrados em 2011 –, ao mesmo tempo em que precisa investir em infraestrutura, se quiser atingir um Produto Interno Bruto (PIB) mais encorpado adiante.

O clamor nesse sentido é geral. O coro é por menos gastos públicos de custeio em troca de investimentos. No passado, a China fez isso: apostou pesadas somas em infraestrutura e hoje colhe frutos graúdos, podendo incentivar o consumo da população para minimizar os efeitos da crise econômica internacional. Ninguém desconhece que rodovias, aeroportos, ferrovias e portos não se materializam com um piscar de olhos, mas em nosso país os processos envolvendo obras desse tipo são excessivamente pacherentos. Haja órgãos públicos para julgar, dar pareceres, autorizar, fiscalizar, liberar, auditar! Nesse trajeto, muitas vezes, entram mãos corrompidas que avançam as concorrências e surrupiam o dinheiro do contribuinte.

O negócio é torcer por um segundo semestre menos aflitivo

O governo nunca arrecadou tanto, o que lhe permite investir em infraestrutura, reduzindo em crescimento do país. No entanto, recursos são desperdiçados com uma máquina inchada e com baixa produtividade. Com a taxa de juros em queda e menos inflação este ano, haverá mais dinheiro, porque o Tesouro pagará menos juros do que os R\$ 216 bilhões desembolsados no ano passado. O Brasil poderia ter avançado nas concessões e parcerias público-privadas (PPPs), mas não o fez talvez por mero preconceito ideológico.

Dessa forma, vê-se que a crise internacional afeta o país, pelo menos quanto ao comércio externo. A Europa tem que resolver até agosto seus problemas e encontrar um norte, em decisão conjunta no fórum da UE. Hoje, a dívida por lá é injetar mais recursos na economia e recuperar a capacidade de compra da população ou aumentar o rigor fiscal, como quer a França. A China tem o Velho Continente como um grande consumidor de seus produtos e, portanto, o gigante amarelo vai também parar. Norte-americanos e chineses consomem menos. Para o país asiático, o Brasil vende essencialmente minérios e alimentos.

Portanto, é preciso caminhar mais rápido com o andar e fazer investimentos em obras e também na formação profissional, pois há segmentos produtivos no país que já importam mão de obra estrangeira, onerando seus custos, os quais acabam desaguando na carteira do consumidor. Com um primeiro semestre tido por muitos como perdido, o negócio é torcer por um segundo semestre agitado. Não custa nada cultuarmos o otimismo.

FRASES DO DIA

66

Ajuste nos combustíveis está sempre em análise

■ Edison Lobão, ministro de Minas e Energia, sobre a declaração do presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, de que o plano de negócios da empresa só será viável com reajustes nos valores cobrados do consumidor, admitindo que os preços dos combustíveis não sobem no bombe há mais de nove anos.

A crise não é do Brasil

■ Alexandre Tombini, presidente do Banco Central, ao afirmar que a crise concentra foco nos países da Europa, dizendo que o país tem reservas robustas e contas públicas equilibradas.

99



QUINHO

ESPAÇO DO LEITOR

PELA INTERNET
@em_com www.facebook.com/estadodeminas opiniao.em@uai.com.br www.em.com.br/opiniao www.dzai.com.br

AS CARTAS DEVEM CONTER NOME, ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO DE TELEFONE E CÓPIA DA CARTA EM ORIGINAL, POSSIBO SER PUBLICADAS NA ÍNTEGRA OU PARCIALMENTE. AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 291 - 2º ANDAR - FUNCIONÁRIOS - BELO HORIZONTE - MG - CEP 30120-20 - FAX: (31) 3263-5070

UNA Aluna reclama de atendimento

Livia Allen
Belo Horizonte

"Sou aluna da pós-graduação do Centro Universitário UNA, do grupo Anima, e estou muito insatisfeita com a desorganização da escola e com o atendimento na secretaria para qualquer questão (como entrega de documentação ou solicitação de disciplinas) demora muito. Na última vez que precisei dos serviços, fiquei 45 minutos na fila. Quando procurei a chefia, alegaram falta de pessoal. Entretanto, os alunos não podem pagar por isso. Os avisos de qualquer natureza, como mudança de aula ou data/horário de disciplina complementar são dados em cima da hora. O horário de uma aula que aconteceria no sábado foi avisado na quarta-feira. Uma reposição foi comunicada na mesma semana em que ocorreria. Os boletins bancários chegam com atraso ou até mesmo não aparecem. Relatei o fato ao setor financeiro e pediram para que eu atualizasse meu endereço, que sempre esteve correto. Quando entramos em contato com a coordenação, os responsáveis apenas agradecem a manifestação. Espero que a UNA se organize e trate o aluno de forma decente."

HOSPITAL DAS CLÍNICAS Diretoria esclarece investimentos no local

Prof. Antônio Luiz Pinho Ribeiro
Diretor-geral do HC/UFMG
Belo Horizonte

"Em relação à matéria 'Hospital federal no vermelho' (Política, 12/6), a diretoria do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC/UFMG) comunica que não reconhece como sua a citação na qual admitiria a falta de recursos para reformas e modernização do hospital, nem a afirmativa de que não há concursos em andamento. O HC/UFMG passa por processos de reestruturação, como a inauguração, com financiamento do Ministério da Saúde, do novo laboratório de reprodução humana e a segunda etapa da reestruturação do pronto-socorro. As reformas da última etapa do pronto-socorro e do laboratório de patologia clínica estão em andamento. Recursos para reforma das alas de transplantes e de quatro alas do hospital já estão programados. Em março, o HC inaugurou o setor de ressonância magnética, passando a ser o primeiro hospital público integrado à rede do Sistema Único de Saúde (SUS) em BH a realizar esse tipo de exame. O hospital recebeu novos equipamentos: tomógrafo de 128

em COMISSÃO DA VERDADE ESTÁ NA TRILHA DE DILMA EM MINAS

"É preciso criar uma comissão paralela que conte a história toda. Como está colocada, no futuro a história do Brasil vai ficar distorcida e, em determinado momento, favorecendo setores que hoje só pensam em permanecer no poder. Nós, que vivemos aquela época, vamos morrer, e conosco vai embora a visão dos fatos reais."

■ Marcos Pimenta

As pessoas têm o direito de saber. Daa a quem doer!

■ Márcio Correia Filho

Não somente apurar, mas fazer como fizeram na Argentina, Chile, Uruguai e outros países. Cadeia para esses monstros. Centenas de brasileiros foram torturados. Eu inclusive presenciei mais de 300 brasileiros serem torturados. Cadeia para os torturadores. Ousar lutar. Ousar vencer.

■ Marco Antônio Azevedo Meyer

RECOLETA MINEIRA

"Excelente a iniciativa. Esse cemitério é o mais bonito de BH!"

■ Renata Guimarães

"Parabéns pela iniciativa. Esse cemitério é bonito e merece preservação. Uma aula da história de Belo Horizonte e de arte!"

■ Glauber Coutinho de Oliveira

"Parabéns pela iniciativa! Acho positivo que os profissionais e estudantes da área de turismo se interessem por essa modalidade pouco praticada de turismo no Brasil."

■ Carlos Queiroz

f BH E OUTRAS A CIDADES-SEDE CORREM O RISCO DE NÃO TER TURISTA SUFICIENTE PARA HOTÉIS DEPOIS DA COPA

"Não creio. Eventos que deixavam de vir para cá por causa da escassez de hospedagem vão poder vir."

■ Ika Afonso Reis

"Com esse trânsito, ruas e monumentos malcuidados e tanta insegurança, é bem provável. BH já está invível."

■ Geraldo de Freitas

t VEREADORES SINDICATOS E PREFEITURA DISCUTEM POSSIBILIDADE DE RODÍZIO DE CARROS EM BH

"É o rodízio sendo implantado em um dia, e eu mudando de cidade no outro."

■ @amapuloceelho

canais, aparelhos de raios X telecommandados e de marmografia, bloco cirúrgico, entre outros. Está previsto o investimento de R\$ 5 milhões em novos equipamentos. Diferentemente do que foi afirmado, a UFMG está com dois concursos públicos em andamento para reposição de vagas surgidas a partir de julho de 2010, com destinação preferencial para o HC/UFMG."

SAÚDE Prefeitura esclarece vacinação em centro

Alicione Lara
Assessora de Comunicação do PBH
Belo Horizonte

"Em resposta à carta do leitor Fábio dos Santos Carvalho (Opinião, 3/6), a

Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMSA) esclarece que o local citado pelo leitor não se trata de um posto de saúde, e sim do Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais (Crie). A unidade é destinada ao atendimento de pacientes portadores de quadros clínicos especiais, entre eles HIV, hemodialisados ou transplantados. O Crie vacina contra a gripe, todos os anos, os pacientes com esses quadros clínicos. Essa, porém, não era a condição do casal de idosos. Por esse motivo, eles foram orientados a procurar atendimento em uma unidade básica de saúde mais próxima. Segundo informações prestadas pelo Crie, essa orientação foi feita com extremo zelo, respeito e ética. Essa, aliás, é a orientação da Secretaria Municipal de Saúde aos seus colaboradores e funcionários."

21 de junho de 2012.

ESTADO DE MINAS

www.em.com.br

BELO HORIZONTE, QUINTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2012

MG: R\$ 2 • NÚMERO 26.703 • 1ª EDIÇÃO • 64 PÁGINAS • TIRAGEM DA EDIÇÃO: 218





Cara a cara com as feras

Cerca de 4 mil fãs acompanharam na Praça da Estação (D), Centro de BH, o treino dos lutadores da 147ª edição do UFC, que será disputada sábado à noite na Mineirinho. Demonstração de golpes do brasileiro Wanderlei Silva empolgou a plateia. Fora dos ringues, guerreiros do octógono levam vida comum, como policiais e professores.

PÁGINA 8




Gaúcho espera carinho na estreia

Ronaldinho já jogou duas partidas em BH, quando defendeu o Grêmio. A terceira será sábado com a camisa do Galo, no Independência, contra o Náutico. Quer apoio e promete fazer o melhor possível para não decepcionar a torcida.

CAPA

CRUZEIRO MUDA ESQUEMA E MEIO-CAMPO PARA ENCARAR O VASCO SÁBADO NO RIO, NA BRIGA PELA LIDERANÇA DO BRASILEIRO.

PÁGINA 3



CALOTE

BRASILEIROS EXAGERAM NOS CHEQUES SEM FUNDOS EM MAIO

Média de 2,20% folhas devolvidas foi o pior para o mês desde 2009, segundo a Serasa. Risco de prejuízo elevou número de lojistas que recusam essa forma de pagamento.

PÁGINA 18

MERCADO EXTERNO

Minas tem 26 estrepentes nas exportações

Das cidades mineiras que estavam fora do comércio exterior e retomaram as vendas em 2011, apenas quatro despacharam commodities como minério e produtos agrícolas, que tradicionalmente correspondem a mais de dois terços da balança comercial do estado.

PÁGINA 16

GASTO DO SUS COM VÍTIMAS DE MOTOS NO PAÍS SOBE 113%

PÁGINA 10

Barco naufraga

Dois morreram e dois estão desaparecidos em acidente no Vale do Jequitinhonha.

PÁGINA 28

S.O.S. Divinópolis

MP pede à Justiça multa de R\$ 5 mil por dia ao prefeito se faltar médico em pronto-socorro.

PÁGINA 29

NO LIMITE DA IRRESPONSABILIDADE

TCE notifica 148 prefeitos que se excederam no gasto com funcionalismo

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que prefeituras não podem usar mais que 54% de suas arrecadações com servidores, sob pena de ficarem impedidas de fazer investimento em pessoal. Dos municípios mineiros que abusaram nas contas, segundo dados do último quadrimestre do ano passado divulgados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), 100 gastaram entre 90% e 95% do que entrou em seus cofres e se fecharam a torneira não sofreram sanção. Os demais passaram de 95% e não podem mais criar despesas com funcionários.

PÁGINA 5



COBRANÇA BRASILEIRA

A presidente Dilma Rousseff abriu a cúpula dos chefes de Estado da ONU na Rio+20 com críticas aos líderes mundiais e elogios ao texto final apresentado pelo Brasil na conferência. O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon (D), ao lado do secretário-geral da Rio+20, Shu Zekang, reconheceu que o documento deixou a desejar. Acabou reforçando os comentários negativos, principalmente os dos franceses. Hoje a Prefeitura de BH fecha convênio com multinacionais para melhorias na condição de vida em vilas e favelas da capital. PÁGINAS 11 A 13



TEMPO DE HORRORES

O depoimento de Dilma Rousseff relatando as torturas sofridas por ela em Juiz de Fora, na ditadura, abre caminho para a exposição da barbárie contra centenas de militantes políticos no estado. "Era bestial", diz uma das vítimas.

PÁGINAS 3 E 4

E.M. CULTURA

Instrumentais vão do jazz ao sertanejo

CAPA

INFORMÁTICA

Tablets com preço que cabe no bolso

CAPA E PÁGINAS 3 E 4

SAIBA COMO TRATAR AS ESPINHAS, PROBLEMA COMUM NA VIDA DOS JOVENS.

CAPA E PÁGINAS 4 E 5



9 771803 987052

Assinaturas e serviço de atendimento: Belo Horizonte: (31) 3263-5800 - Outras localidades: 0800 031 5005 Assinatura Uai: 0800 031 5000

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

POLÍTICA

EDITOR: Baptista Chagas de Almeida
 EDITOR-ASSISTENTE: Renato Scopelotampore
 E-MAIL: politico.em@uai.com.br
 TELEFONE: (31) 3263-9293

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Ao lado do depoimento da ex-militante Dilma estão guardados quase mil processos em que companheiros de luta contam com detalhes técnicas de tortura adotadas pelos seus algozes

RELATOS DE HORROR
ESCONDIDOS NO ANONIMATO

Na sala do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, no Edifício Maletta, o processo da hoje presidente Dilma em meio a tantos outros de militantes anônimos



“
 Você pode até não saber disso, mas ajudei vocês a estarem hoje reunidos aqui na praça

■ Tim Garrocho, ex-militante, para um grupo de manifestantes reunidos em praça de Teófilo Otoni

SANDRA KIEFER

O depoimento pessoal de Dilma Rousseff, que 30 anos depois de sofrer tortura em Juiz de Fora seria eleita presidente do Brasil, é apenas uma parte num conjunto de 916 peças de horror que estavam até agora esquecidas na última sala do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG), no Edifício Maletta, no Centro de Belo Horizonte. Nesse teatro de barbárie e agonia, não há protagonistas. São histórias de centenas de militantes políticos de Minas torturados na frente de seus bebês, homens casados que se tornaram estêreis por levar choque nos órgãos genitais e mulheres que seriam violadas no anonimato das celas pelos seus algozes.

Uma das técnicas mais salidas de tortura era a da “latinha”. “A primeira coisa que eles faziam era arrancar a roupa da gente e deixar completamente nua. Depois, colocavam descalça em cima de duas latinhas abertas, como a de salchicha, com as bordas afundando no pé. A gente tinha de aguentar até não poder mais. Se caísse ou descesse, era esparançada por eles. Era um tipo de crueldade abaixo do nível humano. Era bestial”, revela o trecho de uma das vítimas, que permanece aqui no anonimato.

Outro “método” relatado nas prisões mineiras não envolvia o emprego da violência física. Na verdade, nem precisava. Seu teor era psicológico. Era usada principalmente com mães ou grávidas. Tratava-se de colocar uma criança engatinhando em cima de uma mesa para forçar a “confissão” da torturada. Caso ela não falasse, o torturador avisava que a criança poderia cair. “Manusearam meu corpo, torceram o bico dos meus seios e enfiaram a mão em mim. Um dia, eu estava arrebatada depois de ter sido torturada das 19h até as 5h da manhã quando fui estuprada pelo sargento Leo, da PM”, conta Gilse Westin Cosenza, hoje aos 68 anos, a primeira da lista de 53 pessoas indenizadas pela comissão mineira, em 2002.

Quando foi presa, aos 25 anos, Gilse era vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da PUC Minas. Ela foi levada para a cadeia com o marido, o vice-presidente do DCE da UFMG, o estudante de economia Abel Rodrigues Avelar. Os dois pertenciam à organização Ação Popular (AP). De todas as sessões de humilhação sofridas pela então estudante do curso de serviço social, para Gilse a pior envolveu a filha Juliana, aos 4 meses. “A passagem mais barra pesada, de tudo o que relatei a comissão de Minas, envolveu minha filha, que hoje está bem, tem 43 anos, é analista de sistemas e trabalha no TRT, no Rio de Janeiro. Na época, eles quase me enlouqueceram dizendo que iam pegar-la, que eles iam encontrar-la onde ela estivesse e que eu deveria falar o que eles queriam ouvir. Com todas as minhas forças, eu desejei ficar buca aberta”, desabafa a militante, que 15 dias antes



Gilse Cosenza, primeira a ser indenizada: “Amecaram pegar minha filha de 4 meses”

de ser presa havia entregado o bebê à irmã Gilda, casada com Henrique Sousa Filho, o cartunista Henfil, que ela chama de Henriquinho.

Ao reencontrar a filha, Juliana estava perto de completar 2 anos. Só então aprendeu a falar mamãe e papai, conhecendo os próprios pais. No longo período em que permaneceu presa, Gilse não apenas não enlouqueceu, como também nunca desistiu de lutar pela volta da democracia no Brasil. “Sou privilegiada. Muitos ficaram afetados psicologicamente pela tortura e nunca conseguiram se reerguer. Em cada uma das famílias brasileiras que viveram na nossa época, é rara aquela que não tem uma pessoa morta, torturada, banida do país ou que tenha perdido o emprego durante o regime militar”, compara. Ela promete: “Os torturadores ainda estão impunes. Jurei que enquanto estiver viva não vou parar de lutar por um país justo para nossos filhos”.

SAIBA MAIS INDENIZAÇÕES

Desde a publicação do Decreto 41.239/2000 que regulamentou a indenização às vítimas da ditadura militar, Minas Gerais pagou, até um ano depois, 514 indenizações, de um total de 916 solicitações. O valor de cada indenização era de R\$ 30 mil, o que significou um total de R\$ 15,4 milhões. Com o edito da Lei 19.458 de 2011, que concedeu novo prazo para a solicitação das vítimas, o estado recebeu 139 casos para serem

EXEMPLO DE VIDA Quando flagra uma manifestação na praça principal de Teófilo Otoni o ex-militante da causa operária Tim Garrocho, com a autoridade que lhe concedem seus 82 anos, não consegue se segurar. Aproxima-se dos manifestantes, puxa um deles no canto, pelo braço, e diz ao pé do ouvido: “Você pode até não saber disso, mas ajudei vocês a estarem hoje reunidos aqui na praça”. Celebridade no Vale do Mucuri, Tim é exemplo de vida para os três filhos legítimos (ganhados antes de ficar preso em 12 locais diferentes), três filhos adotivos, cerca de 20 netos e cinco bisnetos. Segundo Tim, o operário que mais apunhou em Minas foi o Porfírio Francisco de Souza. “Fui o vi entrando na prisão, ainda forte, e no final, irreconhecível”, afirma.

Porfírio, militante do extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB), morreu em 2004 em Montes Claros, aos 84 anos. “Além de choques elétricos e ter levado no pau de arara, ele sofreu com agulhadas nos dedos, entre as unhas. Chegaram até a arrancar as unhas dele na sede do antigo Dops, em BH, em 1969, logo depois do AI-5”, conta o aposentado e ex-soldado da Polícia Militar Aran Francisco de Matos, de 65, sobrinho do ex-militante.

Aquela cambada não respeitava ninguém. Em Governador Valadares, quebraram meu braço esquerdo e me chutaram até eu vomitar sangue”, revela, sem esconder a raiva, Tim Garrocho, ex-líder sindical, que antes de ser preso chegou a ter três mandatos de vereador. “Depois do golpe, não pude crescer politicamente. Eles me liquidaram, minha esposa ficou adoentada e eu tive de vender muita coisa para me sustentar. Hoje não tenho nem aposentadoria, pois não consegui comprovar meus direitos políticos”, afirma. Com a terceira matéria sobre a tortura de Dilma nas mãos, Tim Garrocho, que acompanha desde a primeira, dá sua opinião. “Se a presidente tem memória de elefante, a minha é de 100 elefantes. Meu torturador era Klingor Sobreira de Almeida, que na época era tenente em Valadares. Antes de bater, ele tirava o relógio, para não se machucar. Não me esqueço disso.” (Colaborou Luiz Ribeiro)



O QUE JÁ FOI MOSTRADO

O Estado de Minas iniciou domingo uma série de reportagens em que revela com exclusividade documentos, até então inéditos, que comprovam que a presidente Dilma Rousseff foi torturada nos porões da ditadura em Juiz de Fora, Zona da Mata mineira, e não apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro, como se pensava. Os documentos reproduzem o depoimento pessoal de Dilma dado em outubro de 2001, no qual ela relata com detalhes todo o sofrimento vivido em Minas como militante política de codinome Estela. A série de reportagens teve repercussão na imprensa internacional e motivou a Comissão Nacional da Verdade a mobilizar um grupo de historiadores para analisar o testemunho da presidente. O jornal com a reportagem chegou às mãos de Dilma no domingo, antes de ela embarcar para o México. A presidente leu seu conteúdo, mas preferiu ficar em silêncio.

LEIA MAIS SOBRE O DEPOIMENTO DA PRESIDENTE DILMA
 PÁGINA 4

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Comissões de Direitos Humanos e da Verdade vão analisar depoimento da presidente publicado pelo EM. Especialistas esperam que divulgação estimule outras pessoas a darem testemunho

Câmara entra na investigação

EDSON LUIZ E LARISSA LEITE

Brasília - As comissões de Direitos Humanos e da Verdade da Câmara se reunirão para discutir quais procedimentos o Legislativo vai tomar em relação aos depoimentos da presidente Dilma Rousseff sobre a tortura que sofreu durante a ditadura. Os documentos divulgados com exclusividade pelo Estado de Minas desde domingo, se referem a declarações da presidente dadas em 2001 ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh MG). O caso já é analisado pela Comissão da Verdade do governo federal, que enviou uma pesquisadora a Belo Horizonte para buscar os papéis.

Para especialistas, a divulgação do depoimento prestado pela presidente Dilma Rousseff deve estimular que novas declarações venham a tona, ou mesmo que outras pessoas tenham interesse em tornar pública a sua experiência relacionada à tortura no regime militar.

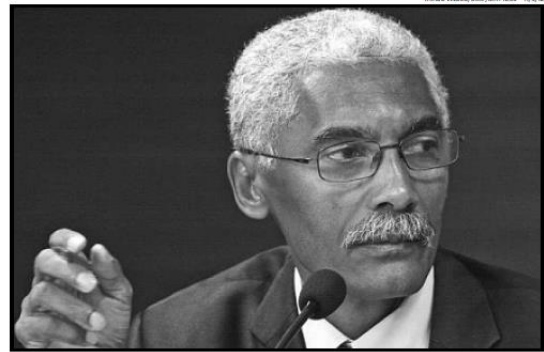
De acordo com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Domingos Dutra (PT-MA), as revelações são assustadoras. "Os fatos mostrados são chocantes", observou o deputado, ressaltando que vai fazer uma reunião com sua colega Luiza Erundina (PSB-SP), que coordena a Comissão da Verdade da Casa, para verificar as providências que deverão ser tomadas. "Documentos como os que o Estado de Minas publicou servem também como reflexão para que a população tenha ódio de ditaduras. E eles só se tornaram públicos graças a democracia, onde a imprensa é livre", acrescenta.

Na avaliação da diretora para o Brasil do Centro para a Justiça e Direito Internacional (Cejiil), Beatriz Affonso, a recém-criada Comissão da Verdade deve oferecer esse espaço aos cidadãos. "O estado deve isso à sociedade, a possibilidade de que se conheça a história dessas pessoas. Apesar do depoimento de Dilma, o foco das comissões estaduais não era colher depoimentos semelhantes", afirma Beatriz.

Ela explica que os militantes deveriam apenas provar que haviam sido presos ou tinham sido perseguidos políticos. "O fato de ter sido torturado ou não aumentava a legitimidade, não interferia na reparação que a pessoa pudesse conquistar. Assim, o depoimento não era estimulado", diz. Segundo Beatriz, os depoimentos devem ser colhidos pela comissão com uma infraestrutura adequada. "Muitas vítimas têm vontade de que os outros saibam o que aconteceu, mas têm dificuldade em compartilhar. Nunca se sentiram encorajados para isso, em nenhum espaço. Por isso, a comissão deve oferecer esse espaço formal com atendimento psicológico, pois falar sobre o tema não deixa de ser uma revitimização", defende.

Em seu depoimento, a presidente relata todas as formas de tortura sofrida quando foi presa, principalmente em Juiz de Fora, onde havia um local usado pela repressão, até então desconhecido dos historiadores.

LEIA AMANHÃ
MAIS DETALHES SOBRE A TORTURA SOFRIDA POR DILMA EM MINAS NO PERÍODO DA DITADURA



THALDO VILZUCCI/COMPILA PRESS - TESTA

“ Documentos como os que o Estado de Minas publicou servem também como reflexão para que a população tenha ódio de ditaduras. E eles só se tornaram públicos graças à democracia, onde a imprensa é livre”

■ Domingos Dutra (PT-MA), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara

Estado de Minas para iPad™ . A versão mais avançada entre todos os jornais do Brasil. Assine agora e garanta o 1º mês grátis.



FAVORITOS - Armazene as matérias de maior interesse para leitura posterior.

LEIA TAMBÉM - Outras notícias de alto nível sobre os assuntos mais importantes do dia complementam a matéria.

ÁREAS TEMÁTICAS - Conteúdo direcionado relacionado ao desenvolvimento da matéria ao longo do dia.

GALERIAS - Veja mais fotos das matérias e assista vídeos exclusivos.

COMPARTILHE AS NOTÍCIAS NAS REDES SOCIAIS E POR E-MAIL.

NOVOS JORNALS - Guarde suas exemplares pelo tempo que quiser.

NOTÍCIAS E SUPLEMENTOS REGIONAIS - Além do conteúdo do jornal Estado de Minas, você também terá acesso às notícias locais de Minas Gerais, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Região do Vale do Açu e outros suplementos.

Assinatura Digital

Estado de Minas no iPad™ Estado de Minas Digital



Para assinantes do jornal

= R\$ 14,90 a mais na mensalidade da modalidade digital



Saiba mais sobre o Estado de Minas para iPad™. Baixe um leitor de QR Code em seu celular, aproxime o telefone do código no lado e deslize o slide. Nele, você vai encontrar mais informações sobre o aplicativo e poderá assistir ao vídeo tutorial.

Para assinar
Acesse em.com.br/ipad ou ligue
(31) 3263-5800 - Belo Horizonte, Contagem e outros estados
0800 031 5005 - Outras localidades de Minas Gerais

ESTADO DE MINAS
O Grande Jornal dos Mineiros

Assinatura digital do Estado de Minas no iPad™, iPhone™ ou iPad™, disponível para download no aplicativo. Alguns conteúdos podem não estar disponíveis em todas as versões do aplicativo.

ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

DIRETOR-PRESIDENTE: ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
DIRETOR-GERAL: EDISON ZENÓBIO
DIRETOR-EXECUTIVO: GERALDO TEIXEIRA DA COSTA NETO
DIRETOR DE RECURSOS: JOSIMAR GOMES DE RESENDE
DIRETOR DE FINANÇAS: HELIO ANCHI
DIRETOR DE PUBLICIDADE: MÁRIO NEVES
DIRETOR JURÍDICO: JOAQUIM DE FREITAS
EDITOR-GERAL: JOÃO BOSCO MARTINS SALLES
EDITOR-CHEFE: CARLOS MARCELO CARVALHO
SUPERINTENDENTE DE CIRCULAÇÃO: CAIO BRAGA NETO
CONSELHO EDITORIAL: CYRO SIQUEIRA E FÁBIO PROENÇA DIONY



EDITORIAL

A falta de engenheiros

Fala-se em escassez de engenheiros no Brasil. A instabilidade financeira vivida pelo país nos anos 1980 e 1990 inibiu o emprego de excelentes profissionais formados nas escolas de engenharia, o que desestimulou muitos jovens a fazerem o curso, com receio de o esforço virar fogueiro molhado. Com a retomada econômica, a partir da metade da primeira década deste século, diversos setores se viram refém da falta de engenheiros para que pudessem atender uma demanda cada vez maior, de mercado aquecido. Sabe-se que o número de egressos dos cursos de engenharia mantém-se há mais de duas décadas, e o que cresceu foi o número de instituições de ensino superior, principalmente particulares. Hoje, assim como há 20 anos, no começo do curso, as salas estão cheias de alunos, mas, no final, nem sequer a metade se forma, o que acaba provocando defasagem entre a procura e a oferta de profissionais.

Vale dizer que os currículos se mantiveram praticamente inalterados ao longo desses 20 anos, desatualizados com a demanda de mercado, no qual conceitos como alta tecnologia e performance viraram palavras imperativas. Também não estão adequados às gerações cognitivas da atualidade, além de os cursos não se disporem a cobrir minimamente as deficiências do ensino médio que os alunos chegam carregando e que vão se manifestar nos cálculos diferenciais que se seguem. Outro motivo é o fato de as empresas não valorizarem os profissionais como deveriam, contratando engenheiros para atuar como técnico, pagando-lhe salário de nível médio. É sabido que o setor de engenharia não tem como competir com o mercado financeiro. Se para iniciantes, nos dois setores, o salário é equiparável, a perspectiva de ganhos a curto prazo é muito maior no mercado financeiro, afastando, cada vez mais, o engenheiro de seu campo de atuação original. Contudo, a falta de atualização dos currículos é a causa maior dessa escassez. Os cursos de engenharia têm que passar por uma revisão curricular em caráter de urgência. A evasão no terceiro e quarto períodos é enorme. Num recente fórum no Conselho Nacional de Educação (CNE), um participante confessou que trocou o curso de engenharia pelo de administração, pois ficou frustrado com o que viu e ouviu na escola, quando era obrigado a resolver métodos matemáticos sem nenhuma lógica com o curso.

Meta do governo é ver formados 100 mil profissionais em 2014

Em 2010, quando o Brasil tinha 600 mil profissionais registrados, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) definiu como meta para 2014 formar 100 mil engenheiros no país, o que significa mais do que dobrar o número de formados de 2008 (47.098). Urge, portanto, que as quatro instâncias que decidem sobre os rumos do curso de engenharia no país — conselhos Federal e Regionais, o mercado, as instituições de ensino superior e o Ministério da Educação (MEC) — discutam sobre a melhor maneira de preparar nossos engenheiros. Não dá para esperar mais. As obras para a Copa do Mundo de 2014 e para a Olimpíada de 2016 que o digam.

FRASES DO DIA

66

Economia dos EUA vai crescer de forma lenta

■ Jeffreyacker, diretor do Fed (banco central norte-americano), sobre o grau de recuperação da economia dos EUA, dizendo que o instituto está disposto a tomar medidas adicionais, se for necessário, para promover uma reativação econômica mais forte do país

Ilhas Maldivas serão a maior reserva marinha do mundo

■ Mohamed Waheed, presidente do país situado no Oceano Índico, em discurso no Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), dizendo que o país alcançará esse condição em cinco anos

99



SON SAVADOR

ESPAÇO DO LEITOR

PELA INTERNET
 @em.com www.facebook.com/estadodeminas opiniao.em@uel.com.br www.em.com.br/opinio www.dzail.com.br

AS CARTAS DEVEM CONTER NOME, ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO DO TELEFONE E CÓPIA DA CARTeira DE IDENTIDADE, POSSINDO SER PUBLICADAS NA ÍNTEGRA OU PARCIALMENTE. AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 291 - 2º ANDAR - FUNCIONÁRIOS - BLOCO HORIZONTE - MG - CEP 30120-202 - FAX: (31) 3263-5070

CORREIOS
Leitor reclama de extravio de encomenda

Stephan Segantini
Belo Horizonte

"Os Correios podem se orgulhar agora de ter uma modalidade única de entrega: o turismo postal. Resolveram inaugurar justamente com a encomenda CP 801 813 572 US, oriunda dos Estados Unidos e endereçada a mim. Essa caixa seguiu os trâmites normais, passou pelo Rio de Janeiro e chegou a Belo Horizonte, mas algum 'especialista' em geografia do centro de triagem dos Correios decidiu, sem mais nem menos, enviá-la daqui para Recife (PE), apesar de o CEP e o endereço confirmarem que o destino era BH. Foi protocolada uma reclamação em 6 de junho, mas nada foi resolvido, uma vez que o objeto continuou o seu percurso nordestino, até ser encaminhado para Jaboatão dos Guararapes. Daí para frente não se pode prever mais nada, pois os funcionários dos Correios de Recife, mesmo sabendo que o destino correto era BH, nada fizeram para que o erro fosse reparado. Talvez, resolvam enviar minha encomenda para conhecer os encantos da floresta amazônica. Quando algo dessa natureza ocorre com um objeto registrado e com os dados do destinatário em ordem, é hora de essa empresa investir em uma urgente reestruturação técnico-operacional."

BONFIM
Assinante condena situação de cemitério

Maria Ângela Silveira
Belo Horizonte

"Sou visitante assídua do Cemitério do Bonfim, no bairro homônimo, Região Nordeste de Belo Horizonte, e fico indignada com a falta de interesse e descaso dos órgãos públicos com o local. Em relação à matéria 'Turismo no Bonfim' (Gerais, 19/6), lembro que os túmulos estão depredados e há sujeira e lixo nas quadras. Além disso, as lâmpadas estão em estado crítico, nos velórios ocorrem furtos constantes de imagens e flores e os banheiros estão horríveis. Além disso, a administração ainda usa o sistema de fichas (não informatizado), como na Argentina."

SAÚDE

Ipssem esclarece sobre contribuição

Tiago Machado
Assessoria de Comunicação do Ipssem
Belo Horizonte

"Em função da carta 'Aposentada reclama de cobrança indevida' (Opinião, 18/6), o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado

TORTURA DE DILMA

Alguém aí sabe o que é ter um parente ou um amigo preso e desaparecer sem deixar rastro? Foram os militares que quase acabaram com o Brasil.

■ Walter Silva

A VITÓRIA DA IMPUNIDADE

"Realmente o caso é uma vergonha. Vergonha também pela inoperância da OAB, AMB e outras entidades que não se movem há anos para tornar nossos leis mais justas. Pior é que lhe devolveram o passaporte. Não sei se cabe ação contra o Estado. Mas as vítimas deveriam propô-la assim mesmo."

■ Ceredio Magela

"Um absurdo tão grande quanto a lentidão da Justiça é o culpado estar alcoolizado, passar o sinal vermelho, estar em alta velocidade e, mesmo assim, ser indiciado por crime culposo em vez de doloso. Quem bebe dirige e fura um sinal em alta velocidade sabe que pode matar."

■ Wilson Baptista Júnior

"Absurdo! Isso é Brasil, infelizmente. Nossa legislação é uma porcaria. Como pode um acidente ocorrido em 2009 já estar prescrito? Não deveria existir prescrição para certos tipos de crimes no Brasil. Fico indignada quando vejo uma reportagem dessas. E esse francês ainda debochou."

■ Karina Saturnino

"R\$ 5.935,57 de fiança? Isso demonstra o quanto o Estado se liga para a nossa segurança. Os parais e bajofmetros, sob a bandeira da segurança no trânsito, esfolam todo mundo preventivamente, mas quando o crime ocorre o criminoso sai ileso. Arrancar nosso dinheiro é única coisa que interessa."

■ Paulo Verner Andrade

LOJAS DA SAVASSI FICARÃO ABERTAS ATÉ AS 21H

"E os salários dos funcionários? Também terão mudanças? Duvido. Os funcionários têm que se mobilizar. Com o aumento das vendas, merecem também ter seus rendimentos ajustados."

■ Marco Pereira



LISTA SUJA COLOCA QUASE 7 MIL AGENTES PÚBLICOS INELEGÍVEIS

"Me pergunto: só?"

■ milatolcontar

A VITÓRIA DA IMPUNIDADE

"Isso é um absurdo! Simplesmente um absurdo!"

■ SandrinhaP2

de Minas Gerais (Ipssem) esclarece que, em cumprimento à Lei Complementar 121/2011, que alterou o sistema de financiamento da assistência facultativa à saúde prestada pelo Ipssem, a partir de 1º de janeiro deste ano, o servidor da ativa, o aposentado e o pensionista passaram a contribuir com 3,2% do valor da remuneração do provento de aposentadoria ou do benefício de pensão por morte para a sua assistência e o mesmo valor para a assistência do cônjuge, com R\$ 30 para a assistência de cada filho com idade entre 21 e 35 anos. Os filhos menores de 21 anos não pagam contribuição. A mesma lei estabeleceu que, para o servidor ou

pensionista com mais de um vínculo junto ao estado, a contribuição incide apenas no vínculo de maior valor. O novo sistema de financiamento à saúde prestada pelo Ipssem foi amplamente discutido com representantes dos servidores e divulgado pelo instituto, imprensa e pelos sindicatos. Para pedir a exclusão da assistência à saúde do Ipssem, basta protocolar um requerimento juntamente com cópia de documento de identidade do segurado nas unidades de recursos humanos do órgão de lotação do servidor, se da ativa, e nas unidades do Ipssem e postos de atendimento UAI, da capital e interior, se aposentado."

22 de junho de 2012.

ESTADO DE MINAS

www.em.com.br

BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2012

MC: R\$ 2 • NÚMERO 25.704 • 2ª EDIÇÃO • 74 PÁGINAS • FECHAMENTO DA EDIÇÃO: 1h



IDEOLOGIA DESARMADA

Investigações dos próprios órgãos de repressão da ditadura militar não incriminam Dilma Rousseff em assaltos e bancos. O nome da presidente não está na relação de 16 integrantes da Colina acusados de ataques e agências bancárias em inquérito do antigo Conselho Nacional de Segurança (CSN). O perfil revolucionário de Dilma traçado em fichas que constam dos autos (1) é de uma agente de suporte intelectual da organização, coordenadora de movimentos de doutrina ideológica. A revelação reforça o que ela sempre declarou: "Não tive nenhum olho armado, se tivesse não receberia condenação de dois anos".

PÁGINA 5

FRAUDE DE R\$ 100 MILHÕES

PF prende 16 pessoas acusadas de desviar recursos de 37 prefeituras no Norte de Minas



A quadrilha, segundo os federais, agia desde 1994 e era chefiada pelo casal Evandro Leite Garcia (7) e Maria das Graças Gonçalves Garcia, dono de três construtoras sediadas em Montes Claros. As empresas assinaram pelo menos uma centena de contratos para obras diversas, mas, em alguns casos, os serviços eram pagos pelas prefeituras e o bando rateava o dinheiro destinado aos projetos contratados. Havia ainda superfaturamento e compra de material de má qualidade. Deputados e cerca de 10 prefeitos estão sendo investigados na operação denominada Mascara da Sanidade, apoiada pelo Ministério Público Estadual.

PÁGINA 6

ENEM

MEC QUER CRIAR ESTATAL DIRIGIDA A CONCURSOS

Ministério vai enviar ao Congresso proposta de abertura de empresa especializada em confeccionar provas de seleção como as do Exame Nacional do Ensino Médio.

PÁGINA 9

PARAGUAI

Parlamento vota hoje se derruba Lugo

Congresso acatou pedido de impeachment do presidente Fernando Lugo e marcou julgamento para esta tarde. Missão de chamaleiros sul-americanos tenta evitar queda.

PÁGINA 21



CARÊNCIA E DECEPÇÃO

Usuários do transporte público de Belo Horizonte não tiveram o que comemorar nas primeiras horas de funcionamento do metrô depois da greve que afetou o sistema por 38 dias. Falha técnica em composição deixou estações como a de Santa Efigênia (acima) lotadas no início da noite. Passageiros tiveram de esperar por mais de duas horas pelo embarque.

PÁGINA 2

PROVOCAÇÃO

Bando invade cabine da PM em ataque

Ladrões explodiram caixas bancárias na Região Norte de BH e prenderam frentistas e clientes em sala usada por militares para registro de ocorrências.

• Vítimas de saque de banco vão à Justiça contra agências que não instalaram biombos entre os caixas.

PÁGINAS 23 E 24

GASOLINA MAIS CARA A CAMINHO

Para a Petrobras, alta no preço é questão de tempo e percentual para compensar perda de capital está em estudo. Decisão ganhou força com sinais de que inflação deve fechar o ano dentro do meta do governo.

PÁGINA 14

DIVERTI-SE

Tom e Mallu em dueto

Encontro do músico baiano Tom Zé com a cantora paulista Mallu Magalhães anima o domingo dos mineiros. Show inusitado faz parte da programação de festival em três bairros de BH.

E mais

- Tim Burton entra no onda dos vampiros, mas não agrada.
- Marcelo Jeneci se apresenta hoje à noite na capital.

LIBERTADORES

Decisão entre Boca e Timão

MIAMI É CAMPEÃO

Em noite inspirada e sob o comando do ala LeBron James (6), o Heat fechou a série de partidas da final da NBA em 4 a 1 ao vencer o Oklahoma City Thunder por 121 a 106, na Flórida. Título foi uma redenção das falhas que custaram o troféu no ano passado para o Dallas Mavericks.

COPA DO BRASIL

Palmeiras e Coritiba na final

MESMO SEM PODER DISPUTAR O UFC 147 EM BELO HORIZONTE, POR CAUSA DE FRATURA NA MÃO, VITOR BELFORT SEGUE ROTINA DE ASTRO NOS BASTIDORES, COM SESSÕES DE FOTOS E AUTÓGRAFOS.

PÁGINA 4

PÁGINA 7

PÁGINA 6

GERAÇÃO DE EMPREGO TEM MELHOR MAIO DESDE 2002

SAÚDE

GENE DO VÍCIO EM NICOTINA PODE COMBATER TABAGISMO

PÁGINA 30



Assinaturas e serviço de atendimento: Belo Horizonte: (31) 3263-5800 - Outras localidades: 0800 031 5005 Assinatura Uai: 0800 031 5000

DIÁRIOS ASSOCIADOS

POLÍTICA

EDITOR: Baptista Chagas de Almeida
 EDITOR-ASSISTENTE: Renato Scopeltempore
 E-MAIL: politica.em@uol.com.br
 TELEFONE: (31) 3263-5203



A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Para órgão da repressão, Dilma coordenava doutrina ideológica em escolas, mas não integrava o grupo que assaltava bancos

Inquérito detalha ação em Minas



Fac-símile da ficha do Departamento de Vigilância Social da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas

JOSIE JERONIMO E EDSON LUIZ

Brasília — Um inquérito policial militar do Conselho de Segurança Nacional (CSN) de 1969 relata as ações de roubo a bancos do Comando de Libertação Nacional (Colina) em Minas Gerais e "enquadra" a então revolucionária Dilma Rousseff como integrante da organização por ter cedido a casa para encontros do grupo e coordenar ações de doutrina ideológica nas escolas. O documento que se tornou público esta semana está sob a guarda do Arquivo Nacional. O inquérito lista o nome dos 16 integrantes do Colina que tinham participação direta nos assaltos e foram presos a época da ditadura, relação da qual Dilma não faz parte. No perfil revolucionário de Dilma traçado pelo CSN ela é descrita como agente de suporte intelectual da organização.

O documento do CSN de monitoramento das ações de roubo a bancos em Minas Gerais confirma as declarações da

presidente Dilma Rousseff, que sempre negou ter participado de ações efetivas de grupo armado. "Não tive nenhuma ação armada, se tivesse não receberia condenação de dois anos. Cumpri três anos de cadeia, mas fui condenada a dois", disse em abril de 2010, logo após deixar a Casa Civil para disputar a Presidência, negando em uma entrevista em Porto Alegre que tenha pegado em armas.

Os "delitos" de Dilma listados pelo inquérito policial militar são: pertencer a "organização clandestina e revolucionária de cunho marxista-leninista", fazer parte da célula política da organização na faculdade de medicina, integrar o setor estudantil da organização, "encarregada de coordenar as ações nas escolas", realizar reuniões de "caráter subversivo em seu apartamento", participar de congresso da organização em Contagem, convidar dois integrantes (Ageu Henriger Lisboa e Marcos Antonio de Azevedo Meyer) para entrar na organização, rece-

ber contribuições mensais para a organização e utilizar "sua residência" para realizar reuniões da organização.

O inquérito lista assaltos cometidos pelo comando em Belo Horizonte, Sabará, Ibirite e Uberaba. Além do trabalho de acompanhamento que os militares fizeram, identificando automóveis usados pela organização e o modus operandi dos assaltos, depoimento de Afonso Celso Lana Leite, o Giro, tomado em 21 de fevereiro de 1969, descreve as ações do Colina.

Os carros usados nos assaltos eram roubados e trocados com frequência, para não chamar a atenção da polícia. A época, os integrantes da organização diretamente mobilizados para os roubos monitoravam as cidades, optando por instituições que tivessem grande circulação de dinheiro e esquema de segurança de menor porte. O município de Sabará era um dos alvos favoritos. Nos relatos, os militares identificaram que a má conservação das estradas desmotivou o grupo, que

passou a mirar em alvo maior: bancos em Uberaba. Os 16 presos da Colina por assalto a bancos em Minas tinham entre 21 e 24 anos. As armas usadas eram revólver calibre 38 e bombas coquetel molotov.

Em um dos maiores roubos relatados, a organização levou 100 mil cruzeiros de um banco, o equivalente a R\$ 147 mil. Com o dinheiro dos roubos, o Colina comprava armas e aumentava o número de "aparelhos", alugando casas escuras, para não manter o endereço, despidando os militares.

GRÁFICA A abertura dos documentos do período militar também trouxe a publicação de relatórios das superintendências da Polícia Federal em Minas Gerais e no Paraná, que abrigam informações sobre a atuação de Dilma no Colina. Em ficha do Departamento de Vigilância Social da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, foto original de Dilma está anexada a despacho do juiz. Mauro

Seixas Telles em que informa que ela está presa "para ser interrogada no processo que responde" em Juiz de Fora. O documento é de 3 de julho de 1972.

Dez anos depois, Dilma ainda era monitorada pelos militares. A polícia do Paraná elaborou relatório sobre a atuação política da militante e Carlos Franklin Paixão de Araújo, com quem foi casada. Os militares descobriram que Dilma registrou em seu nome a gráfica do marido, a Impremato, usada para imprimir panfletos políticos. Carlos Franklin é sócio da referida gráfica, embora no registro da mesma não conste o seu nome, sim o de sua concubina, Dilma Vana Rousseff Linhares, ex-militante da Var-Palmares e ex-mulher de Galeano, traz o documento de agosto de 1982.

LEIA MAIS SOBRE O GRUPO DE DILMA EM MINAS
 PÁGINA 4

vivo

Aqui seu novo Samsung Galaxy SIII é mais. Mais qualidade. Mais cobertura. Mais velocidade 3G Plus.

Samsung Galaxy SIII
 por apenas **12x R\$ 119,90**
 No plano V3I 3G Plus com 200 min locais + SMS + DDD
 Preço à vista: R\$ 1.199,00

- Escolha a melhor foto para você
- Compartilhe arquivos de forma fácil e rápida
- Permanece ativo enquanto você olha para a tela
- Permite assistir a vídeos enquanto você utiliza outras funções na mesma tela.

smartvivo
 Aqui seu smartphone é mais smart.

Mais pessoas para falar ilimitado.

Mais cobertura do Brasil.

Internet até 3x mais rápida.

Mais economia e facilidade nos planos.

Acesse vivo.com.br ou vá até uma loja Vivo e saiba mais. Consulte condições especiais para empresas em vivo.com.br/empresas

Aparelho parcelado em 12x, com juros de 2,92% a.m. Preço do aparelho Samsung Galaxy SIII à vista, habilitado no plano Smartphone Ilimitado 3G Plus 200 (ligações locais + torpedos + DDD/roaming ilimitados): R\$ 1.199,00. Sobre a oferta: parcelamento em 12x válido para pagamento com cartão de crédito. Valor da franquia no Estado de São Paulo (Smartphone Ilimitado 3G Plus 200 Completo): R\$ 229,00/mês. Consulte o valor em seu Estado. Oferta válida em todo o território nacional até 30/6/2012, limitada ao estoque. Mais cobertura 3G Plus em milhares de municípios, conforme consulta no site www.telcel.com.br de 22/6/2012. Imagens meramente ilustrativas.

SAMSUNG

vivo Conectados vivemos melhor

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Companheiros de militância da presidente foram surpreendidos pelos militares quando o aparelho no Bairro São Geraldo, em BH, foi estourado, marcando o início do fim do Colina

O dia em que a turma da Dilma caiu

DANIEL CAMARGOS E SANDRA KIEFER

Antes de o Sol nascer, em 14 de janeiro de 1969, Jorge, Maria, Afonso, Murilo, Júlio, Nilo e Maurício estavam reunidos em uma casa numa tranquila rua do Bairro São Geraldo, Região Leste de Belo Horizonte. Policiais do Dops e da Delegacia de Furtos e Roubo estouraram o portão e, segundo relatos, entraram atirando. A resposta foi no mesmo tom, e o policial que estava à frente morreu baleado por projéteis de uma metralhadora 30. Do lado de fora da casa outro policial morreu. A então militante Dilma Rousseff fazia parte do grupo, mas não participou. "Ela articulava o movimento estudantil do Colina e atuava nos bastidores. Não entrou na linha de frente nem participava das ações armadas", destaca Jorge Nahas, atual secretário de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte. A troca de tiros foi o início do fim do Comando de Libertação Nacional (Colina) o grupo de esquerda que chegou a praticar assaltos e pegar em armas para tentar derrubar a ditadura.

Antes da troca de tiros, que acabou em mortes e provocou a prisão do núcleo duro do Colina, os integrantes do grupo assaltaram uma agência do Banco da Lavoura, em Sabará, na região metropolitana. O cerco apertou e o líder do grupo, Angelo Pezzuti, foi preso. Outro integrante, Pedro Paulo Bretas, também foi capturado pelos militares. "O Bretas era o único que sabia onde ficavam os três aparelhos da Colina", lembra Jorge. Com a prisão e as recorrentes torturas praticadas nos porões do Exército e da polícia, era uma questão de tempo até os policiais descobrirem o esconderijo da Colina. Os sete decidiram esperar amanhecer para abandonar o aparelho do Bairro São Geraldo. Não deu tempo.

A troca de tiros, que levou à morte de dois policiais, deixando outro militar ferido e também ferindo o militante Maurício Paiva, foi uma espécie de gota d'água para os militares. "O impacto foi muito grande. Os militares ficaram desorientados porque não imaginavam que aquilo poderia acontecer e a repressão aumentou muito", lembra Jorge Nahas.

O cerco apertou na casa do Bairro São Geraldo e os sete membros da Colina foram reunidos. Eles foram colocados no paredão e os policiais, furiosos com a morte dos colegas, queriam fuzilá-los ali mesmo. "O comandante da diligência suspendeu o massacre, pois seria uma barbárie de prisioneiros rendidos", lembra Jorge. Ele se recorda de ter, por mais de uma vez, a sensação de que ali seria seu fim. O comandante da operação era o delegado Luiz Soares da Rocha, chefe do Termino Departamento de Ordem Política e Social (Dops), que se notabilizou pelas torturas praticadas nas dependências do local.

Quem comandava a Delegacia de Furtos e Roubo e também era chefe da operação foi o delegado Antônio Nogueira Lara Resende, 83 anos, apontado

pelos vítimas da ditadura como um dos principais torturadores do país. "Eles eram muito perigosos", afirma Lara Resende sobre o Colina. O ex-delegado destaca que o subinspetor Cecilides Moreira da Silva deixou a viúva com oito filhos. A outra vítima foi o guarda civil José Antunes Ferreira e o ferido o investigador José Reis de Oliveira. "Meu problema era roubo. Quando era assaltado a banco eu me envolvia. Mas no geral mandava tudo para o Dops, comandado pelo Luiz Soares da Rocha", destaca Lara Resende.

Quem portava a metralhadora Thompson calibre 30 era Murilo Pinto da Silva, irmão do líder, Angelo Pezzuti. Tia deles, Angela Pezzuti fala com orgulho dos sobrinhos. "Havia um movimento mundial de jovens, não acontecia somente no Brasil. Eram idealistas e queriam o mudar o mundo, começando pelo Brasil", afirma. Ela também sustenta que o sobrinho agiu em legítima defesa. "A polícia chegou atirando. O detetive Cecilides chegou atirando e morreu caído em cima das próprias balas", afirma Angela Pezzuti.

ENXOVAL E ARMAS Jorge Nahas, como a maioria do Colina, começou a militância na Faculdade de Medicina da UFMG. Ingressou na Organização Revolucionária Marxista de Política Operária (Polop) e depois, como grande parte da Polop, migrou para o Colina.

Depois da prisão na queda do aparelho do Bairro São Geraldo, Jorge foi solto um ano e meio depois em troca do embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben, sequestrado por militantes. Foi para a Argélia com sua mulher, Maria José Nahas, também do Colina e presa na queda do aparelho em BH. Maria José ficou conhecida, por ser loira e portar uma metralhadora. Na imprensa, entre os militantes e os policiais passou a ser chamada de "Loira da Metralhadora". Uma história curiosa do período é que o dinheiro do enxoval de casamento do casal foi revertido para compra de armas.

CLANDESTINIDADE Com a perseguição a seus militantes, o Colina chegaria ao fim, logo depois do Ato Institucional 5 (AI-5). "Fizesse a ser procurado como terrorista no país inteiro, em cartazes pregados em todos os aeroportos e rodoviárias. Meus irmãos passaram a sofrer bullying na escola e meu pai e minha mãe, que eram evangélicos presbiterianos, foram alvo de deboche até na igreja", desabafa Apolo Heringer Lisboa, que dividia a liderança do Colina com Angelo Pezzuti. Médico, passou a sofrer de ansiedade nervosa ao fugir para o Rio de Janeiro e ser impedido de exercer a profissão, por ser clandestino. "Enfrentei privações morando cinco anos em uma favela no Rio. Cheguei a pesar 41 quilos, pois não tinha fome. Eu me sentia vítima de uma mentira que a ditadura inventou contra o meu grupo e não podia nem me defender. Nunca fui um terrorista", desabafa Heringer, atual coordenador do Projeto

TERRORISTAS PROCURADOS



APOLO FERNANDO LISBOA
MILITANTE



GILBERTO FÁRIA LIMA
MILITANTE

AJUDE A PROTEGER SUA VIDA E A DE SEUS FAMILIARES



CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS
MILITANTE



ROBERTO EUSTÁQUIO DE CARVALHO
MILITANTE

AVISE À POLÍCIA

MARKOZ VEIRA/IM/DA PRESS - 12/12/09



CAÇADOS PELA DITADURA

O regime militar adotava métodos nazistas para procurar militantes políticos, como neste cartaz distribuído por todo o país. Nela, aparecem o mineiro Apolo Heringer Lisboa, codinome Ricardo (no alto à esquerda e ao lado), hoje coordenador do Projeto Manuzêlzo; Gilberto Faria Lima, o Zorro, morto pelo regime militar em 1974 (foto à direita); Carlos Alberto Soares de Freitas, o Breno ou Gustavo, também mineiro, desaparecido em 1971 (embaixo à esquerda); e o belo-horizontino Herbert Eustáquio de Carvalho, o Daniel Tampinha, último exilado a voltar ao país, em 1981. Herbert morreu em 1992.

ALBERTO RODRIGUES/EMDA PRESS - 15/10/07



Jorge Nahas e Lara Resende, estavam em lados opostos: um como militante e o outro, apontados como um dos principais torturadores



PEDRO GRAEFF/EM - 16/10/05

Manuzêlzo, que vai concluir no fim deste ano o doutorado, aos 69 anos, postergado pelo período vivido na clandestinidade.

FUGA NA MADRUGADA No dia seguinte em que o aparelho do Bairro São Geraldo foi descoberto, Dilma e o marido, Cláudio Galeno, fugiram do apartamento 1001 no Edifício Solar, na Avenida João Pinheiro, na Região Central da cidade. A residência do casal, que já havia deixado de ter a destinação original e estava sendo usada como ponto de encontro pelos militantes do Colina, estava "queimada". De fato, no momento em que os dois se encontravam dentro do apartamento destruindo documentos da organiza-

ção, tocou a campanha. O casal foi salvo pelo porteiro, segundo relato que consta do depoimento pessoal de Estela, arquivado no Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Coned-MG): "Numa noite, no fim de dezembro, o apartamento foi cercado e conseguimos fugir, na madrugada. O porteiro disse aos policiais do Dops de BH que não estávamos em casa. Fugimos pela garagem que dá para a rua do fundo, Rua Goiás", relata a presidente.

VERDADE E ORGULHO A onda de revisão do passado, motivada pela criação da Comissão da Verdade pela presidente Dilma, não assustou o delegado Lara Resende. "É uma besteira muito grande", afirma. Já Jorge Nahas

tem muito orgulho do que viveu. "Nos atendemos a um chamado histórico. O ditadura não deixava espaço e nós não mediamos as consequências para combater a mesma as chances de vitórias sendo muito pequenas", acredita. Ele completa: "Estávamos imbuídos de um imperativo moral e claro que sabíamos que o preço a pagar não seria baixo". Por fim, Nahas acredita que valeu a pena: "A história diz que fomos vencedores. A prova maior é a Dilma, eleita democraticamente presidente do Brasil".

LEIA AMANHÃ
NOVOS RELATOS SOBRE DILMA E O PERÍODO DA DITADURA



ARNALDO VIANA

>> arnaldoviana.mg@diariososocidos.com.br

● SEGUNDA-FEIRA, Alcione Araújo ● TERÇA-FEIRA, Mario Esther Maciel ● QUARTA-FEIRA, Fernando Brant ● QUINTA-FEIRA, Marina Colasanti ● SEXTA-FEIRA, Arnaldo Viana ● SÁBADO, Cyro Siqueira ● DOMINGO, Afonso Romano de Sant'Anna

Na época, a galera meio abastada de BH se reunia na Praça Raul Soares, para exibir suas lambretas

A revolução do blusão

Os depoimentos de Dilma Rousseff, publicados com exclusividade pelo EM, nos quais ela detalha as torturas sofridas em Juiz de Fora nos tempos da ditadura militar, trazem à tona um nome, o do primeiro marido da presidente, o guerrilheiro Cláudio Galeno. No rastro dele, um caso que não deve ficar esquecido, testemunhado por um então jovem com menos de 20 anos. Fim dos anos 1960, por aí, o *Jornal da Cidade*, semanário ainda em circulação em BH, precisava de um repórter. O editor-chefe, o saudoso Coelitus Aulicrus, apelidado de General, jornalista alinhado à esquerda, apresentou a Jofre Alves Pereira, diretor do jornal, um rapaz de olhos vivos, boa fala. "Chefe, este é o seu novo repórter, Galeno."

Cláudio Galeno, que deu um drible nos homens da repressão do governo militar ao fugir com Dilma de um apartamento no Edifício Solar (Aveni-

da João Pinheiro), pelos fundos da garagem, foi contratado. Produzia e redigia reportagens corriqueiras. Um bom disfarce para quem estava encarando um regime ferrenho. Na redação, o novo repórter conheceu Jairo Campos, o contato de publicidade do jornal (profissional que capta anúncios). Não raramente, ao fim do expediente, uma cervejinha gelada na vizinhança. General era especialista em achar boteco bom de tira-gosto.

Jairo Campos vivia o auge de sua juventude. Na época, a galera meio abastada de BH se reunia na Praça Raul Soares, para exibir suas lambretas (semelhantes às scotter de hoje) e os blusões de couro. Blusão de couro e calça Lee. Namorador, Jairo comprou um blusão marrom. Custou-lhe o olho da cara. Para pagar, pendurou-se em um vale que ficou muito tempo mofoando na gaveta do dono do



jornal. Jairo queria impressionar as estudantes de um colégio próximo. Até se casou com uma delas. Galeno gostou do blusão.

—Jairo, tenho um encontro importante amanhã. Você se importa de me

emprestar o blusão de couro? Devo-lo no outro dia.

Sem problemas. No dia seguinte, Galeno saiu da redação com o blusão do Jairo. Passaram-se dias, semanas, nada do Galeno aparecer. Nenhuma notícia

do cara. Nem o Jofre, dono do jornal, sabia de seu paradeiro. Todos os dias, o boy do jornal descia à banca e pegava os jornais diários. Uma manhã, estampados sobre a mesa, se surpreendeu:

— Olhem, olhem...

Na primeira página de um dos jornais, uma foto bem aberta mostrava um grupo de guerrilheiros levando um avião sequestrado para Cuba. Um deles, de rosto conhecido no jornal, envergava um blusão de couro marrom. Era o Cláudio Galeno. Restou ao Jairo uma única expressão, além do vale a pagar na gaveta do Jofre:

—Canalha..!

O blusão de couro passou por Cuba e seguiu para a Nicarágua. Em vez de ajudar o Jairo a conquistar garotas, foi cobrir as costas de Cláudio Galeno, que se engajou na Frente Sandinista de Libertação Nacional, na luta para derrubar, no fim dos anos 1970, Anastasio Somoza, sucessor do pai, também Anastasio, em longo período de ditadura e barbárie no chão nicaraguense.

CINEMA

A vez de Roma

Depois de fazer o público se apaixonar por Nova York, Londres, Barcelona e pela Cidade Luz, Woody Allen dedica seu novo filme à mítica capital da Itália. *Para Roma, com amor* tem estreia amanhã nas salas de BH e deve seguir a trilha do bem-sucedido *Meia-noite em Paris*, suces-

so de público e crítica. Bairros romanos serviram de cenário para várias tramas que se entrelaçam: um casal americano (Woody Allen e Judy Davis) viaja para Roma para conhecer a família do noivo da filha; Leopoldo (Roberto Benigni), um homem comum, e confundido com astro

de cinema, o arquiteto californiano (Alec Baldwin) visita a Itália; e recém-casados (Jesse Eisenberg e Ellen Page) se perdem pelas confusas ruas de Roma.

Um dos destaques do elenco é Penélope Cruz — que, aliás, levou o Oscar de atriz coadjuvante por *Vicky, Cristina Barcelona*, dirigido

por Woody Allen. Semana passada, ao apresentar o novo trabalho em festival realizado em Los Angeles, o cineasta brincou com a plateia: "Se vocês odiarem e acharem que ter vindo foi perda de tempo, não me deixem saber, porque me deprimo facilmente". O cinema italiano teve grande influência sobre a obra de Woody Allen. Segundo ele, mestres daquele país lhe provaram que filmes com temática madura e temas profundos poderiam ter sucesso. O diretor americano se revelou fã dos colegas Vittorio De Sica, Michelangelo Antonioni e Federico Fellini.



Judy Davis e Woody Allen em cena da longa *Para Roma, com amor*

Governo de Minas • natura bem estar bem apresentam

festival natura musical

3 PALCOS, 11 HORAS DE MÚSICA BRASILEIRA E A VIDA TODA PRA LEMBRAR.

PRAÇA DUQUE DE CAXIAS

10h Catibiribão

11h30 Jazz Mineiro Orquestra convidada Naná Vasconcelos

14h Graveola e O Lixo Polifônico

15h15 Otto

16h45 Tom Zé convidada Malu Magalhães

PRAÇA JK

11h Flautistas da Proarte

14h Thiago Delegado convidada Yamandu Costa e Hamilton de Holanda

15h30 Marcia Castro

17h Vander Lee

18h30 Roberta Sá

ESTACIONAMENTO DA EXPOMINAS

14h Nenê convidada Teresa Cristina

15h30 Flavio Renegado convidada Emicida

17h Seu Jorge convidada Criolo

19h Gilberto Gil e convidados

Belo Horizonte, 24 de junho de 2012. Entrada franca. Saiba mais em naturamusical.com.br

ATENÇÃO 18 anos de idade

Realização: bangal, CRIA, XYZ, etc.

Parceiros: etc.

Apoio: etc.

Incentivo: GOVERNO DE MINAS

natura musical nos encontramos na música

OPINIÃO

EDITOR: Pedro Lobato
E-MAIL: opiniao.em@uel.com.br
TELEFONE: (31) 3263-5373

ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

DIRETOR-PRESIDENTE: ALVARO TEIXEIRA DA COSTA
DIRETOR-GERAL: EDISON ZENJIBO
DIRETOR-EXECUTIVO: GERALDO TEIXEIRA DA COSTA NETO
DIRETOR DE FINANÇAS: JOSIMAR GOMES DE RESENDE
DIRETOR DE FINANÇAS: HELIO ANCHI
DIRETOR DE PUBLICIDADE: MARCO NUNES
DIRETOR JURÍDICO: JOAQUIM DE FREITAS
EDITOR-GERAL: JOÃO BOSCO MARTINS SALLES
EDITOR-CHEFE: CARLOS MARCELO CARVALHO
SUPERINTENDENTE DE CIRCULAÇÃO: CAIO BRAGA NETO
CONSELHO EDITORIAL: CYRO SOUZA E FABIO PROENÇA DONLE



EDITORIAL

Ausência do Estado

A reportagem publicada ontem pelo Estado de Minas – “Vizinhos da polícia, reféns dos ladrões” (Gerais) – revela o lado obscuro da relação poder público/população. O tradicional Bairro Santa Tereza – um dos mais antigos e tradicionais de Belo Horizonte – obriga moradores e comerciantes reféns de criminosos, que vêm praticando assaltos a bares e restaurantes, prejudicando proprietários, que são obrigados a fechar as portas mais cedo, e freqüentes, especialmente os noctívagos, tolhidos do direito de usufruir do lazer noturno bem característico daquela região da cidade. Os ladrões não respeitam a proximidade do 16º Batalhão da Polícia Militar, e em apenas uma semana seis estabelecimentos foram atacados.

Qual a explicação para essa onda de ataques a bares e restaurantes desse peculiar bairro de BH, o que vem afugentando drasticamente a clientela? A responsabilidade do policiamento é da 20ª Companhia da PM, mas a corporação alega que só dispõe de 155 homens e oito viaturas para fazer a segurança de 133 mil habitantes do bairro e de outros 144 da Região Leste da capital. Deduzindo desse número PMs gozando férias, licenciados por motivo de saúde, folgas de rotina, claro que a presença do contingente é ainda mais debilitada no dia a dia do policiamento.

Os assaltantes não vêm poupando nem mesmo padres das igrejas do bairro, com alguns templos tendo as portas lacradas durante o dia. Nas madrugadas, a tensão é cada dia maior, e chamar a polícia, às vezes pouco resolve. Há dias, um bar estava com 100 clientes quando dois homens armados levaram R\$ 700. A proprietária não reagiu e acionou a PM após a dupla fugir em uma moto. Apesar de o batalhão ficar a dois quarteirões do bar, os policiais, segundo ela, chegaram duas horas depois. Outro dono de bar foi rendido por uma dupla armada, ficando refém com alguns clientes por 15 minutos. Os mesmos assaltantes atacaram outros bares nas duas madrugadas seguintes com tanta ousadia que usavam as mesmas roupas, a mesma moto e os mesmos capacetes. Durante o dia, comerciantes de outros ramos – lojas de roupas, padarias e mercearias – também se queixam de assaltos, e o receio deles é ver a clientela sumir. Para a 20ª Cia. da PM, os números da criminalidade estão elevados na região, o que, diante do que a reportagem do EM mostrou, não se sustenta.

Verdade é que esse enredo de violência deveria servir de roteiro para um trabalho consistente da Polícia Militar no Bairro Santa Tereza. É obrigação do poder público – leia-se governo do estado, por meio de suas instituições pertinentes à segurança da sociedade – garantir o funcionamento desses estabelecimentos comerciais e o direito dos cidadãos de os frequentarem. Numa grande cidade como BH, as madrugadas acolhem milhares de pessoas, muitas delas que saem do trabalho e buscam alimentação e entretenimento. Tirar dessa gente o direito de trabalhar e de divertir, pela ação de marginais, causada pela ausência do Estado, é conflitar com fundamento os constitucionais, o que não combina com as tradições de Minas Gerais.

FRASES DO DIA

66

Fim do teto salarial cria privilégios

Alvaro Dias, líder do PSD no Senado Federal, sobre o proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com o sistema no âmbito dos servidores públicos, defendendo que se combata com veemência a ideia

Atribui-se a Lula uma decisão que não é só dele

Gilberto Carvalho, ministro do Secretário Geral da Presidência da República, ao ministro o chefe do ex-presidente Lula no episódio da foto com o deputado Paulo Maluf (PP-SP) e o pré-candidato do PT à Prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad, dizendo que Lula não decide sozinho as estratégias de campanha

99



ESPAÇO DO LEITOR

PELA INTERNET
twitter facebook e-mail site comunidades
@em_com www.facebook.com/estadodeminas opiniao.em@uel.com.br www.em.com.br/opiniao www.dzail.com.br

POR CARTA OU FAX

AS CARTAS DEVEM CONTER NOME, ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO DO TELEFONE E CÓPIA DA CARTeira DE IDENTIDADE. PODERÃO SER PUBLICADAS NA ÍNTEGRA OU PARCIALMENTE. AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 291 - 2ª ANCOR - FUNÇÃOÁRIOS - BULO HORIZONTE - MG - CEP 30112-020 - FAX: (31) 3263-5070

PAMPULHA

Advogado reivindica reapecamento de vias

Luciano Ricardo da Silveira
Belo Horizonte

Parabéns à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) pela execução do programa de reapecamento de vias atualmente em curso na capital. No entanto, seria interessante que ele fosse mantido regularmente e não apenas em anos eleitorais, como é de costume. A prefeitura podia aproveitar a boa iniciativa e promover o reapecamento das vias que dão acesso ao aeroporto da Pampulha: Rua Professor Magalhães Pereira e Avenida Santa Rosa. Ambas estão em péssimo estado e dependem contra o visual da capital, justamente em um de seus portões de entrada mais importantes.

MILITARES

Sargento pede reajuste para os salários

Abílio Teixeira
Brasília – DF

Por que o arrocho salarial sempre ronda os militares federais? Seria revanchismo? A classe é a que menos recebe em comparação a outras carreiras. Um general de quatro estrelas, ao longo de mais de 40 anos de serviços prestados, com muitos cursos no Brasil e no exterior, ganha menos do que um delegado de polícia em início de carreira ou do que um coronel da PM do Distrito Federal. Desafio alguém a apontar algum general que se enriqueceu, estando ou não no poder. Caso a presidente reverta essa situação salarial, contará com o apoio político dos integrantes das Forças Armadas e de toda a sociedade, uma vez que a população repudia a maioria dos parlamentares, mas confia e nutre admiração pelos militares das três forças, justamente porque seus integrantes têm aversão a roubalheiras e aos enriquecimentos ilícitos pela manipulação do dinheiro público. Nunca neste país vimos tantos escândalos de corrupção. Só o dinheiro desviado pelo mensalão e pelas cachoeiras que jorram do erário já daria para reajustar os vencimentos dos militares.

ALIMENTOS

Empresa contesta denúncia de fraude

Kátia Portillo
Assessora de comunicação do Plano Alimentos
Belo Horizonte

Em relação à fiscalização realizada na última semana em empresas frigoríficas brasileiras pela Polícia Federal, em decorrência de denúncia de fraude em adulteração de produto em licitação pública, proveniente do

RELATOS SOBRE A DITADURA

"É lamentável, triste, vergonhoso, inacreditável, nojento e muito mais! Um absurdo bandidos passarem impunes pela história do Brasil. No país, a ditadura só serve para legitimar nossa impunidade já tão descarada."

Daniel Camargos Frade

"Extremismo gera extremismo. Todos esses lamentáveis episódios deveriam servir para nos ensinar a reforçar as instituições democráticas contra as ameaças dos radicalismos de qualquer tipo. Organizações, partidos fascistas e comunistas deveriam ser proibidos, pois usam da democracia para acabar com ela."

Robes Mendes

PREFEITOS COM A CORDA NO PESCOÇO

"Não sei de que adianta essa ação do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Agora sai um prefeito e culpa o antecessor. Por que o TCE não interveio antes do estrago? Por que não fazem esses prefeitos ressarcir em do próprio bolso, que, uma hora dessas, já está lotado pelo retorno dos favorecimentos em cargos?"

José Couveia

"Baleia pura desses prefeitos. Eles estão gastando muito com contratações sem concurso público para atender interesses eleitorais."

Adolfo Netto

"É impressionante a nossa lei: funcionários têm brechas para roubar e fazer falcatruas sem limites. Além disso, contratam bajuladores de campanha e sacrificam os efetivos. Quando será que o povo vai acordar para isso? Quando seremos valorizados, sem politagem e mentiras?"

Vinícius de Souza Jorge

CONTA DA BHRANS NO TWITTER VIRA RETRATO DO TRÁNSITO RUIM

"A indústria de muitas mineiras tenta fazer algo para 'contornar' a incompetência de não desenhar um trânsito mais equilibrado no capital. Sem dúvida, BHRans, o pior modelo de serviços do município."

Felipe Ribeiro

CONTA DA BHRANS

"É a musiquinha fica assim: não para de engarrafar, não para de congestionar..."

virangel

EMENDA CONSTITUCIONAL PODE ACABAR COM TETO SALARIAL

"Até quando aceitar calada?"

Julianovbahia

Exército brasileiro, a Plena Alimentos esclarece que não participa de licitações públicas em órgãos federais, como Exército, Marinha e Aeronáutica. Por esse motivo, a denúncia não pode ser aplicada à marca e produtos. Por ter registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a empresa está sob constante fiscalização e nunca foi autuada por qualquer irregularidade. A imagem da marca da empresa foi veiculada em reportagens de alguns veículos de comunicação de forma ilustrativa, pois até o momento não há laudo que comprove o envolvimento da empresa na fraude. A Plena Alimentos destaca que há mais de 20 anos

produz carnes e seus derivados com garantia de procedência, armazenamento e qualidade. A empresa mantém uma relação transparente com o mercado e repudia qualquer tipo de adulteração de alimentos."

ERRAMOS

Diferentemente do informado na página 3 da edição de ontem, o Partido Comunista Brasileiro existe legalmente, registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Diferentemente do informado na matéria "Desafio é superar efeitos da crise" (Economia, 21/6), o diretor da Central Exportadoras é Ivan Barbosa Netto.

23 de junho de 2012.

ESTADO DE MINAS

www.em.com.br

BELO HORIZONTE, SÁBADO, 23 DE JUNHO DE 2012

MC: R\$ 2 • NÚMERO 25.702 • 17 EDIÇÃO • 56 PÁGINAS • FECHAMENTO DA EDIÇÃO: 21h



"NÃO TENHO QUALQUER SENTIMENTO. NEM ÓDIO, NEM VINGANÇA. TAMPOUCO PERDÃO"

DILMA ROUSSEFF - 22 DE JUNHO DE 2012

Presidente comenta série de reportagens do EM e se posiciona sobre seus torturadores

Dilma Rousseff pediu ontem o fim da tortura policial ainda existente no Brasil ao se referir ao conteúdo dos depoimentos prestados em Minas sobre os maus-tratos que sofreu em Juiz de Fora na ditadura militar, publicados com exclusividade pelo EM. Ela falou aos jornalistas no encerramento da Rio+20, sem demonstrar rancor ou sentimento de revanchismo: "Algumas das figuras que me torturaram não tinham nomes verdadeiros. A questão não é o torturador, é a tortura". Em 1974, a ONU enviou ao Brasil denúncia de que 335 mulheres haviam sofrido violência no governo militar. Entre elas estava a que 36 anos depois se elegeria presidente da República.

ADVOGADO DIZ QUE MEDEIROS BATEU MUITO

PÁGINAS 3 E 4



GASOLINA 7,83% MAIS CARA NA REFINARIA A PARTIR DE SEGUNDA

PÁGINA 14

GURI
Sonho de viagem
Crianças narram histórias de passeios inesquecíveis.
CAPA E PÁGINAS 6 E 7

VRUM
Menos poluente
Testamos o VW Fox BlueMotion 1.6, versão "verde" do hatch.
CAPA E PÁGINAS 2, 4 E 5

EM CULTURA
Paixão em cena
Livro mostra trajetória do crítico de teatro Sábato Magaldi.
CAPA



"DEMOCRACIA FERIDA"

Assim Fernando Lugo se referiu em discurso à crise política aberta no Paraguai com sua saída forçada da Presidência, decidida em controversa votação no Senado. Impeachment revoltou apoiadores do governo que protestavam do lado de fora do Congresso e houve confronto com a polícia. O vice-presidente Federico Franco, do Partido Liberal, assumiu o cargo. PÁGINAS 18 E 19

VERTICALIZAÇÃO
Prefeitura quer arranha-céus em avenidas

PBH apresentará na semana que vem as primeiras alterações no Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação do Solo para incentivar construção de grandes prédios comerciais e residenciais num raio de 600 metros das estações do BHBus e do BRT.

PÁGINA 21

MERCADO CENTRAL
IBAMA VISTORIA LOJAS QUE VENDEM ANIMAIS VIVOS

PÁGINA 25



RODRIGO CLEMENTE/ESP/UMA/DA PRESS



NOITE DE GAÚCHO... ...E DE LIDERANÇA

O jogo do Atlético com o Náutico, às 21h no Independência, é a chance de consagração do jogador que veio para ser ídolo da torcida: Ronaldinho Gaúcho. Basta a ele mostrar talento para levar o time à vitória.

CAPA

Wellington Paulista é esperança de gols do Cruzeiro para derrotar o Vasco em São Januário e tomar dos cariocas a ponta do tabela do Brasileiro. Missão difícil se o técnico Celso Roth optar por esquema cauteloso.

PÁGINA 8

Mutante espera o carinho da torcida de BH hoje à noite no UFC-147 • PÁGINA 7



BETO MACIEL/UMA/DA PRESS



9 771809 987076

Assinaturas e serviço de atendimento: Belo Horizonte: (31) 3263-5800 - Outras localidades: 0800 031 5005 Assinatura Uai: 0800 031 5000

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

POLÍTICA

EDITOR: Baptiste Chagas de Almeida
 EDITOR-ASSISTENTE: Renato Scopelotempore
 E-MAIL: politico.em@uij.com.br
 TELEFONE: (31) 3263-5293

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Presidente comenta reportagens do EM sobre a tortura a que foi submetida durante a ditadura e afirma que todos têm o compromisso de "não deixar jamais isso acontecer"

Dilma pede fim dos "depoimentos difíceis"

DENISE ROTHENBURG
 e GABRIEL MASCARENHAS
 Enxertos especiais

Rio de Janeiro – Ao comentar a reportagem do Estado de Minas sobre a tortura que sofreu em Juiz de Fora (MG) no período da ditadura militar, a presidente Dilma Rousseff aproveitou para pregar o fim da tortura política ainda existente no Brasil. "Venho dando depoimentos ao longo da minha vida. Alguns te asseguro muito difíceis. E este país evoluiu muito. E tem que evoluir mais, porque os depoimentos difíceis têm que ser eliminados em todas as esferas, inclusive na atividade da polícia, em geral", disse a presidente.

A defesa abriu uma longa declaração de Dilma sobre a tortura e o depoimento ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG), publicado no domingo com exclusividade pelo EM. Ao falar desse assunto, a maneira incisiva com que ela se pronuncia sobre vários temas dá lugar à emoção e a um tom mais pessoal: "Eu acredito, vou te dizer assim com sinceridade: eu entendo o interesse de vocês, sou presidente e, afinal de contas, vocês querem saber o que aconteceu comigo. É um interesse legítimo. Agora, em geral, posso lhes dizer o seguinte: algumas das figuras que me torturaram não tinham nomes verdadeiros. Há, vamos dizer, elocubrações", disse a presidente.

Nesse momento, ela passa a falar o que quer ver como foco ao longo do período em que o país conviverá com a Comissão da Verdade. "A questão não é o torturador. É a tortura. O torturador é um agente, mesmo ele tendo a sua responsabilidade reconhecida depois do que aconteceu no julgamento dos que estiveram em Nuremberg", disse Dilma referindo-se ao tri-



EMILIO SÁVIO

“Vingar, ou se magoar, ou odiar é ficar dependente de quem você quer vingar, magoar ou odiar. Isso não é um bom sentimento para ninguém”

”
 Presidente comenta reportagens do EM sobre a tortura a que foi submetida durante a ditadura e afirma que todos têm o compromisso de "não deixar jamais isso acontecer"

ENTENDA O CASO

● O Estado de Minas iniciou domingo uma série de reportagens em que revela com exclusividade documentos, até então inéditos, que comprovam que a presidente Dilma Rousseff foi torturada nos porões da ditadura em Juiz de Fora (MG) e não apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro, como se pensava. Os documentos reproduzem o depoimento pessoal de Dilma dado em outubro de 2001, no qual ela relata com detalhes todo o sofrimento vivido em Minas como militante política de codinome Estela. A série de reportagens, que teve repercussão na imprensa internacional, levou o Conselho da Verdade a mobilizar um grupo de historiadores de Minas para analisar o testemunho.

hunal que condenou nazistas depois da Segunda Guerra Mundial. Lá foi aprovado que, mesmo cumprindo ordens, o torturador é responsável.

Dilma disse, porém, não achar que o torturador seja o problema. "O problema é em que condições a tortura é estabelecida e operada. E isso todos sabemos em que condições foi. Ninguém aqui desconhece o que aconteceu neste país num determinado período de sua história. E todos nós, eu tenho certeza, que estamos aqui nes-

sa sala, temos o compromisso de não deixar jamais isso acontecer", afirmou.

Foi o momento mais pessoal da entrevista, em que o estereótipo da Dilma durona se esvai. "E eu te digo: com o passar dos anos, uma das melhores coisas que me aconteceram foi não me fixar nas pessoas (nos torturadores), nem ter por elas qualquer sentimento. Como eu disse no meu discurso, nem ódio, nem vingança, nem tampouco perdão. Não há sentimento que se

justifique contra esse tipo de ato. Há a frieza da razão. E a frieza da razão é não esquecer e, por isso, nós criamos a Comissão da Verdade", comentou. "Se vingar, ou se magoar, ou odiar é ficar dependente de quem você quer vingar, magoar ou odiar. Isso não é um bom sentimento para ninguém", reforçou a presidente.

Nesse momento, entretanto, ela recupera mais a formalidade e se refere à Comissão da Verdade como o fórum que tem como missão "virar a página des-

te país". E assim, inspirada no ato. Há a frieza da razão. E a frieza da razão é não esquecer e, por isso, nós criamos a Comissão da Verdade", comentou. "Se vingar, ou se magoar, ou odiar é ficar dependente de quem você quer vingar, magoar ou odiar. Isso não é um bom sentimento para ninguém", reforçou a presidente.

Nesse momento, entretanto, ela recupera mais a formalidade e se refere à Comissão da Verdade como o fórum que tem como missão "virar a página des-

LEIA MAIS SOBRE TORTURA NO REGIME MILITAR PÁGINA 4

SAIBA MAIS TRIBUNAL DE NUREMBERG



Ao se referir ao julgamento de Nuremberg, a presidente Dilma Rousseff lembrou o tribunal militar criado depois da 2ª Guerra Mundial. Com o fim do conflito, em 1945, representantes dos países vencedores – Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e União Soviética – se reuniram no mesmo ano para discutir como seriam punidos os responsáveis pelos crimes de guerra cometidos durante o regime nazista. Ficou decidido que seria aberto um tribunal militar com atuação de juízes e promotores públicos dos países vitoriosos e a cidade escolhida para receber o julgamento foi Nuremberg, na Alemanha, mesmo local onde, 10 anos antes, foram criadas as leis arianas que defendiam a raça alemã como superior. Durante o julgamento, o argumento de que os réus teriam cometido tais crimes apenas cumprindo ordens superiores e por isso não deveriam ser responsabilizados foi muito usado pelos advogados de defesa. Mas, na maioria dos casos, a justificativa foi descartada. O tribunal durou 285 dias e 24 réus foram julgados e 12 pegaram a pena máxima, sendo condenados à morte por enforcamento, entre eles o braço direito de Adolf Hitler, Hermann Goering, que se suicidou na prisão antes de ser executado.

FEIRÃO TRIP
 COMPRE NESTE FIM DE SEMANA.
 Passagens a partir de **R\$ 59,90***
 Voe em agosto para Curitiba, Maceió, Recife, Vitória Rio de Janeiro (SDU) e para muitos outros destinos.

voetrip.com.br
 Embarque em agosto.**

TRIP
 TEM ALGO DIFERENTE NO AR

POLÍTICA

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Entre os nomes listados pelas Nações Unidas em 1974 como vítimas da ditadura constava o de Dilma Rousseff. O então general Otávio Medeiros era citado como um dos torturadores

ONU denunciou repressão

JOSIE JERONIMO

O Ministério das Relações Exteriores recebeu em novembro de 1974 denúncia de violação dos direitos humanos, encaminhada pela Organização das Nações Unidas (ONU), relatando casos de tortura de 335 mulheres brasileiras, entre elas Dilma Vana Rousseff. A atual presidente é a 56ª mulher descrita no anexo 7 da denúncia da ONU. No documento em inglês ela é apresentada como uma "estudante de Minas Gerais, presa em São Paulo em 1970, condenada a 13 meses em agosto de 1971 no estado da Guanabara, bem como a quatro anos pelo Segundo Tribunal Militar em São Paulo, em 18 de setembro de 1971".

Apesar de a primeira denúncia, que chegou em setembro de 1972, relatar atrocidades cometidas pelos militares, o governo só analisou formalmente o aviso em maio de 1975 e decidiu ignorar o alerta da ONU, alegando que o documento atacava a imagem de importantes quadros do regime. "A citação de conceituados oficiais de nossas Forças Armadas, como os generais Confúcio, Bandeira, Otávio Medeiros e Euclides Figueiredo (todos da ativa) e comandante Clemente, atual diretor da Academia de Polícia (reserva), com seus respectivos títulos levava-nos a crer ser prudente não darmos crédito a tais denúncias", escreve o tenente-coronel Juarez de Deus Gomes da Silva, diretor da Divisão da Segurança de Informações do Ministério da Justiça, à época.

Outro argumento, além de a denúncia ferir a honra de militares renomados, foi a falta de um "tradutor exclusivo" para

redigir em português o texto da denúncia, trabalho que demandaria seis meses. O Ministério das Relações Exteriores também alegava que os apontamentos não faziam sentido, pois não havia registro de agressões a presas no país. "Já nesta DSI (Divisão de Segurança de Informações) não há registro nem conhecimento de torturas no Brasil". O documento também reserva anexo para detalhar a morte de 12 mulheres que sofreram agressões de militares, por pertencer a grupos revolucionários. A denúncia questiona ainda o paradeiro de quatro desaparecidas. Os documentos que se tornaram públicos nesta semana, e estão sob a guarda do Arquivo Nacional, são uma compilação da troca de ofícios entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça e têm 258 páginas.

As denúncias de violação aos direitos humanos chegaram à ONU por intermédio da Federação Sindical Mundial, então presidida por Enrique Pastorino, que assinou o texto. Além das mulheres torturadas, o documento lista mulheres mortas e desaparecidas durante exercício de militância revolucionária. Relato da organização internacional informa ao governo brasileiro sobre violência sexual contra as mulheres, praticada pelos militares. "Em São Paulo os oficiais, sargentos e agentes da Operação Bandeirantes frequentemente estupram presas políticas antes, durante e depois de infligirem torturas cruéis. (...) Na cidade de Belo Horizonte, em unidade policial, jovens entre 12 e 15 anos são torturadas na presença de presos políticos, como forma de demonstração

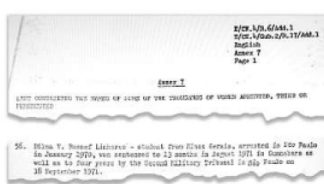


Otávio Medeiros, em 1968: apontado até pela ONU como torturador

(...) Mulheres fazem visitas e são obrigadas a tirar a roupa e se submeter a exame ginecológico", traz a denúncia da ONU encaminhada ao Ministério da Justiça, aos cuidados do Departamento de Polícia Federal. "Todavia, se outro for o entendimento de vossa senhoria, creio que esta consultoria poucas

condições tem de adentrar pelo mérito da questão sem o precioso concurso do Departamento de Polícia Federal, que ocupa o cargo de consultor jurídico do ministério.

IMAGEM Os documentos revelam que a ordem era ignorar as denúncias internacionais, mas os militares estavam preocupados com o estrago que a repercussão das agressões poderia causar na imagem do Brasil no exterior. A ordem interna era



Trecho do relatório em que o militante Dilma é citada entre 335 nomes

tratar os relatos como "técnica subversiva de tornar a imagem negativa do país no exterior". Para contornar as críticas que recebia de instituições internacionais que monitoravam as violações aos direitos humanos, os militares criaram um gabinete interministerial para avaliar as denúncias que chegavam. O Itamaraty seria o responsável por reunir as denúncias, como coordenador do grupo de trabalho. Mas uma ordem expressa em um ofício do Ministério das Relações Exteriores deixa claro que toda informação terá que ser compartilhada, acabando assim com qualquer possibilidade de a pasta responsável pelo contato com instituições estrangeiras cuidar sozinha das denúncias. "O Ministério da Justiça funciona como órgão intercooperado de coordenação ao qual serão transmitidas as informações recebidas pelo Itamaraty dos organismos internacionais", ordenaram os militares, para controlar as informações que chegavam do exterior. Em vez de apurar as denúncias, os documentos mostram que os militares se apressaram

em escalar consultores jurídicos para elaborar "defesa" do Brasil junto à ONU, se organismo internacional decidisse questionar o país de forma mais incisiva. As informações sobre violações de direitos humanos eram tratadas como "dossies" contra o governo. "No sentido de que o presente processo deva ser instruído para servir de base a resposta que o Brasil deva apresentar como defesa, no âmbito da ONU. Assim, proponho o seu encaminhamento à DSI deste ministério para que informe a respeito das acusações formuladas no dossiê anexo", orientou o consultor jurídico Hélio Fonseca, antes de o governo decidir ignorar a resposta à ONU.

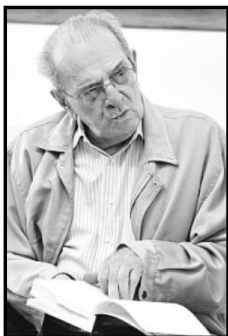
No documento, o Ministério da Justiça também lista nomes de desaparecidos e mortos políticos que representariam o maior "risco" para a imagem do país, pois o episódio dos crimes não tinha suporte jurídico elaborado pelos consultores. Além da denúncia da Federação Sindical Mundial, o governo militar foi acionado a responder por agressões a outros 1.081 cidadãos brasileiros relacionados pela ONU.

Medeiros, um nome ligado à tortura

MARIA CLARA PRATES

O advogado Genival Tourinho, deputado cassado durante a ditadura militar, revelou que o então tenente-coronel Otávio Aguiar Medeiros torturou presos quando estava lotado em dependências da 4ª Região Militar, na Rua Juiz de Fora, Barro Preto, Região Centro-Sul da capital. Conhecido à época apenas como Medeiros, o oficial do Exército teria sido o responsável pelo espancamento de vários presos políticos, durante o período de repressão. O general, que chefiou o temido Serviço Nacional de Informações (SNI), de 1978 a 1985, e ainda o Comando Militar da Amazônia (CMA), tem seu nome na relação de torturadores do livro *Brasil: tortura nunca mais*. Coincidência ou não, em seu depoimento ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG), em 25 de outubro de 2001, a presidente Dilma Rousseff citou como um de seus torturadores em Minas um homem que atendia pela alcunha de Dr. Medeiros.

O general Medeiros, que deixou a cena nacional em 1987 ao entrar para a reserva, cruzou o caminho de Dilma ao presidir o Inquérito Policial Militar (IPM) que resultou na prisão da então militante, em 1970, no Rio de Janeiro. À época, o militar chefiava o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPO), em Belo Horizonte. Atuando em Minas, o general Medeiros ganhou notoriedade nacional ao conseguir pôr fim a um dos



66
Nunca falei com ele. Mas posso atestar que ele participou de vários espancamentos na Rua Juiz de Fora

99
Genival Tourinho, deputado cassado pelo ditador e advogado que defendeu vários presos políticos a partir de 1965, se referindo ao general Medeiros

mais aguerriados grupos de resistência à ditadura militar, o Comando de Libertação Nacional, o Colina, ao qual a presidente era filiada.

A perseguição a Dilma Rousseff teria se iniciado a partir da informação de que ela planejava a fuga de um dos cabeças do movimento, Angelo Pezzuti, que estava detido no Presídio de Linhares, em Juiz de Fora, Zona da Mata. O advogado Genival Tourinho, que detendeu vários presos políticos a partir de 1965, contou que viu o então tenente-coronel Medeiros várias vezes na sede da 4ª Divisão do Exército em Belo Horizonte. "Nunca falei com ele. Mas posso atestar que ele participou de

vários espancamentos na Rua Juiz de Fora."

Com intensa vida política, que o levou à Câmara dos Deputados em 1969 e depois na legislatura de 1974, Tourinho revela que, além do general Medeiros, o também detido general Golbery do Couto e Silva viveu por dois anos em Belo Horizonte, servindo também na 4ª Divisão do Exército, ainda no posto de major. Segundo o advogado, Golbery — considerado um dos ideólogos do golpe militar de 1964 que depois o presidente João Goulart e chegou à chefia da Casa Civil no governo do general Ernesto Geisel em 1974 — não via o general Medeiros com bons olhos. O advogado lembra

que Golbery, depois de deixar o governo, classificou o colega de farda como "trapalhão", durante um encontro dos dois na sede do extinto Banco Cidade de São Paulo, em Brasília, às 16h. "Golbery queria se inteirar das circunstâncias do atentado que sofreu em 1980, a 300 metros do aeroporto de Brasília, ocorrido no dia anterior". Tourinho teve o carro alvejado por tiros logo depois de denunciar envolvimento de oficiais do Exército em ações de extrema direita.

TRAPALHADA Segundo Tourinho, que relatou o encontro em seu livro *Baioneta caída e baioneta falada*, depois de ouvir a descrição do atentado,

Golbery apontou o general Medeiros como suposto autor. "Ah, bom, eu estava meio em dúvida, porque isso não está me parecendo coisa do Pires (Leônidas Pires, ministro do Exército durante o governo João Sarney). Está me cheirando a coisa do Medeiros... Eu não tenho dúvida nenhuma em dizer que efetivamente isso foi trapalhada do Medeiros", conta o advogado em um trecho do livro. Antes do atentado, Genival Tourinho denunciou os generais Antônio Bandeira, Milton Tavares de Souza e José Luiz Coelho como responsáveis pelo que chamou de Operação Cristal, que incluía uma série de atentados terroristas.

De janeiro a agosto de 1980 foram registrados no país 46 atentados políticos contra bancas de jornais, associações civis, redações entre outros, além do que causou a morte da funcionária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio Lyda Monteiro da Silva. A denúncia de Tourinho não foi investigada, mas lhe rendeu um processo com base na Lei de Segurança Nacional, que resultou, em 1981, na sua condenação a seis meses de prisão e na cassação de direitos políticos.

LEIA AMANHÃ
NOVOS RELATOS SOBRE DILMA E O PERÍODO DA DITADURA

MEMÓRIA

Tentativa frustrada de golpe

A passagem do general Golbery do Couto e Silva (foto) por Belo Horizonte, foi motivada por uma tentativa frustrada de golpe contra o governo de Juscelino Kubitschek. Em 24 de agosto de 1954, quando Otávio Vargas se suicidou, Golbery era adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG). Em fevereiro de 1955, JK foi lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) como candidato a presidente da República, tendo como vice João Goulart. O grupo militar da ESG, liderado por Golbery, não apoiou Juscelino e, quando ele foi eleito, tentaram impedir sua posse com um



golpe. Suas aspirações foram barradas no Movimento de 11 de Novembro, chefiado pelo ministro da Guerra de João Café Filho, general Henrique Loti, que assegurou a posse de JK e Goulart. Em razão disso, Golbery foi preso por oito dias e depois transferido para a 4ª Divisão do Exército na capital mineira.

ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

DIRETOR-PRESIDENTE: ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA

DIRETOR-GERAL: EDISON ZENÓBIO

DIRETOR-EXECUTIVO: GERALDO TEIXEIRA DA COSTA NETO

DIRETOR DE PLANEJAMENTO: JOSIMAR GOMES DE RESENDE

DIRETOR DE FINANÇAS: HELIO ANTONI

DIRETOR DE PUBLICIDADE: MARIO NOVES

DIRETOR JURÍDICO: JOAQUIM DE FREITAS

EDITOR-GERAL: JOAO BOSCO MARTINS SALLES

EDITOR-CHEFE: CARLOS MARCELO CARVALHO

SUPERINTENDENTE DE CIRCULAÇÃO: CAIO BRAGA NETO

CONSELHO EDITORIAL: CYRO SIQUEIRA E FABIO PROENÇA DIXE



EDITORIAL

Compromissos postergados

"O futuro que nós queremos não está aqui", protestaram manifestantes contra o documento produzido pelos negociadores das 193 delegações presentes à Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio-20. Fracasso foi a palavra que mais se ouviu. Diplomatas, treinados na arte de adotar termos, recorreram a eufemismos. Tímido e sinônimos tiveram a preferência. O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, disse que preferia um texto "mais ambicioso". Depois, pressionado, mudou o discurso. Só a diplomacia brasileira, responsável pelo resultado, classificou-o de "avanco estupefante". Exagerou. Um passo importante foi o próprio documento. Conseguir consenso de quase duas centenas de países salva o sistema multilateral e mostra a força da diplomacia. Lograr que todos digam sim não constitui tarefa fácil. Vale lembrar a conferência do clima de Copenhague, de 2009 que terminou em branco, sem uma linha sequer que acenasse com algum acordo.

Outro passo positivo foi manter as conquistas da Rio 92. Na oportunidade, duas decisões deram salto qualitativo no trato do tema. Uma: enraizou-se o conceito de sustentabilidade nas convenções do clima e da biodiversidade. A outra: implantou-se o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas. Quem causou o aquecimento global deve pagar mais pela contenção do desastre climático. Sem olhar pelo retrovisor, os 283 parágrafos do documento "O futuro que queremos" deixam pouco a comemorar. Faltaram compromissos e definição de metas. Apostou-se que o sucesso pode ser crida das generalidades. Para lograr o consenso a tempo, retirou-se o sofá da sala. Por pressão das nações ricas, excluiu-se a proposta de criar fundo de US\$ 30 bilhões custeado pelos desenvolvidos para transferir aos pobres tecnologias capazes de atenuar os danos ambientais. Ficou de fora, também, por exigência americana, a proposição brasileira de rever as regras para a exploração oceânica. Os pobres, por seu lado, temendo futuras barreiras comerciais – o eco-protecionismo – recusaram compromissos com a economia verde. Assim, as nações centrais e periféricas respondem pelo desajustamento.

A Rio-20 deveria superar a Rio 92 em avanços

A frustração se explica. A Rio-20 deveria superar a Rio 92 em avanços. Não o fez. Deveria assumir mais compromissos. Não assumiu. A urgência dos ambientalistas se opõe à morosidade dos governantes. Aqueles querem respostas robustas em menos tempo. Estes não têm pressa. Usam diferentes ardis para continuar a passos de tartaruga. Explica-se, assim, a ausência dos líderes dos países que sobressaem no Produto Interno Bruto (PIB) mundial – Estados Unidos, Alemanha e China. Barack Obama alegou dificuldades decorrentes da campanha eleitoral. Angela Merkel usou a crise europeia para se escusar. Alguns não deram explicações: mandaram escalões inferiores. Na verdade, eles foram coerentes. Não é de hoje que fogem das decisões ambientais.

Em resposta à matéria publicada em Notas do dia (Gerais 4/6), a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) esclarece, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), que o Centro de Saúde Tia Amância faz parte do Projeto de Qualificação da Infraestrutura da Atenção Primária à Saúde, que prevê 132 intervenções físicas nas unidades de saúde da capital. Além dessas intervenções, a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Suddecap) fará a construção de 20 outros centros de saúde, por meio do Orçamento Participativo. Cerca de R\$ 350 milhões serão investidos. O centro de saúde em questão será reconstruído de acordo com as normas de acessibilidade, com rampas de acesso, banheiros e consultórios adaptados."

FRASES DO DIA

66

EUA vão fazer mais do que sua parte

■ Hillary Clinton, secretária de Estado norte-americana, ao discursar ontem, no último dia da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio-20, sobre o papel de seu país em ações para combater a crise mundial, dizendo que o mundo vive um dos momentos mais difíceis de todos os tempos

Proibir MP de investigar é restrição à cidadania

■ Márcio Elias Rosa, procurador-geral de Justiça de São Paulo, ao se revelar contra o veto ao poder de investigação criminal do Ministério Público, como propõe o Supremo Tribunal Federal (STF), dizendo que a criação de um código de conduta nessa sentença tirará ameaça à sociedade

99



QUINHO

ESPAÇO DO LEITOR

PELA INTERNET
twitter facebook e-mail site
@em.com www.facebook.com/estadodeminas opiniao.em@uol.com.br www.em.com.br/opiniao www.dzai.com.br
commissões

POR CARTA OU FAX

AS CARTAS DEVEM CONTER NOME, ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO DO TELEFONE E CÓPIA DA CARTeira DE IDENTIDADE, PODENDO SER PUBLICADAS NA ÍNTEGRA OU PARCIALMENTE. AVENIDA GETULIO VARGAS, 291 - 2º ANDAR - FUNICIONÁRIOS - BLOCO HORIZONTE - MG - CEP 30112-020 - FAX: (31) 3263-5070

TORTURA

Advogado aplaude série de reportagens da EM

Marcos Tito
Belo Horizonte

"Meus cumprimentos pelas matérias publicadas pelo Estado de Minas relatando as torturas sofridas pela presidente Dilma Rousseff e muitos militantes que lutaram contra a ditadura de 1964, que tantos males causou ao país. Sou testemunha de várias denúncias de presos políticos que foram torturados nos porões da ditadura nas delegacias do antigo Dops, nos presídios de Neves e Juiz de Fora. Estive pessoalmente com os colegas da Assembleia Legislativa, deputados Tarcísio Delgado e o saudoso e destemido Dalton Canabrava, em Linhares, onde constamos e denunciamos essas violações de direitos humanos."

CENTRO DE SAÚDE PBH dá explicações sobre construção

Alcione Lara
Assessoria de Comunicação da PBH
Belo Horizonte

"Em resposta à matéria publicada em Notas do dia (Gerais 4/6), a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) esclarece, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), que o Centro de Saúde Tia Amância faz parte do Projeto de Qualificação da Infraestrutura da Atenção Primária à Saúde, que prevê 132 intervenções físicas nas unidades de saúde da capital. Além dessas intervenções, a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Suddecap) fará a construção de 20 outros centros de saúde, por meio do Orçamento Participativo. Cerca de R\$ 350 milhões serão investidos. O centro de saúde em questão será reconstruído de acordo com as normas de acessibilidade, com rampas de acesso, banheiros e consultórios adaptados."

CRACK

Moradora pede mais atenção das autoridades

Julietta Pereira Esteves Lopes
Belo Horizonte

"Todos os meios de comunicação, cotidianamente, veiculam alguma notícia sobre o tráfico e o consumo do crack, também chamado de droga malévola. O Estado de Minas não é diferente. Fotos dos usuários, endereços onde usam seus cachimbos e toda sorte de informações médicas sobre os malefícios foram descritas. No entanto, o que se vê é a proliferação assustadora do problema. Sabemos onde estão os usuários, identificamos os distribuidores e, muitas vezes, temos o endereço. Por que não damos uma solução para o problema? Falta

O DIA EM QUE A TURMA DA DILMA CAIU

"Essa turminha que fica aí criticando a Dilma e chorando pela volta ao passado tenebroso não tem o que fazer. Defendem a covardia, descaradamente!"

■ Thiago Moraes

"Parabéns, presidente Dilma, só as pessoas de grande espírito têm a coragem de pôr sua vida em risco pela causa da liberdade."

■ Francys Souza

CÂMARA ENTRA NA INVESTIGAÇÃO DE TORTURA CONTADA POR DILMA

"A Comissão da Verdade deve revolver também os crimes cometidos pelos subversivos que pegaram em armas, assaltaram e roubaram. Nesse contexto não há nenhum inocente. Ninguém apanhou ou sofreu tortura (que evidentemente não está certo) sem que tivesse cometido também algum crime."

■ Geraldo Lima

BANDIDOS INCENDEIAM AGÊNCIA NA CRISTIANO MACHADO

"E aí? A polícia fará alguma coisa? Os órgãos públicos farão? Pelo visto, quem paga a conta é a população, que nem esse tipo de serviço vai poder utilizar mais, se continuar assim."

■ Leonardo Monteiro

"Os comandantes só fazem reuniões. Falam em estratégia, logística, modus operandi, áreas de fuga etc. Quem sabe se conviessem um bandido desses para dar uma aula para esses chefes a coisa se resolveria? Falta prática à PM; teoria tem demais. Na realidade, a droga está acuada. Bandido mata."

■ Francisco Ferreira

"Basta colocar alarme com sensor de presença nas caixas eletrônicas ativados a partir da meia-noite ligados diretamente a central da polícia. Infelizmente, parece que há outros interesses. E o mesmo caso dos saques de banco, ninguém quer resolver o problema. Por que será?"

■ José Carlos Lage

"Por onde anda o Serviço de Inteligência (SIPI) da Polícia Militar? A cidade está tomada por uma onda de vandalismo e violência. Acordem todos os irmãos para os ares junto com os caixas. O crime não pode superar o poder constituído."

■ Adalton Vaz



ACIDENTES DE MOTO VIRARAM EPIDEMIA

"Não existe respeito às leis nem aos outros que estão no trânsito."

■ CePensaBem

EMENDA CONSTITUCIONAL PODE ACABAR COM TETO SALARIAL

"Enquanto alguns deputados estão na Rio-20 e outros nas festas, aprova-se emenda para acabar com teto do funcionalismo público."

■ leilowagner

GASOLINA MAIS CARA A CAMINHO

"No Brasil é assim, quando o preço do petróleo cai no mercado internacional, a gasolina sobe nos postos. Nem Freud explica!"

■ Joaoopolum

vontade política, leis e policiais. Mas tenho certeza absoluta de que, na época da Copa do Mundo, darão um jeito de desaparecer com esses coltados. Depois, eles voltarão. Na porta da minha casa, grupos de cinco a 10 pessoas se reúnem diariamente para usar a droga e promover todo tipo de confusão e brigas. Andam desorientados, falam sozinho, defecam no meio da rua sem nenhum pudor e fazem sexo à luz do dia. Nós, moradores do Bairro Nova

Suissa, Região Oeste de Belo Horizonte, tememos sair e sermos vítimas de assaltos e abordagens violentas. A polícia passa e nem sequer olha para essas pessoas, que ficam por aí, jogadas como lixo. Gostaria que alguma autoridade nos orientasse, pois não sabemos mais o que fazer. Somos prisioneiros em nossa própria casa, enquanto quem deveria estar preso ou em tratamento perambula impunemente pelas ruas da cidade."

24 de junho de 2012.

ESTADO DE MINAS

www.em.com.br

BELO HORIZONTE, DOMINGO, 24 DE JUNHO DE 2012

MG: R\$ 3 • NÚMERO 24.706 • 1ª EDIÇÃO • 78 PÁGINAS • FECHAMENTO DA EDIÇÃO: 21h



CRUZEIRO ASSUME A LIDERANÇA

Equipe celeste venceu o Vasco por 3 a 1, em São Januário, e chegou à ponta do Brasileiro, com 14 pontos. Montillo (2) aos 40min do primeiro tempo, Wellington Paulista aos 18min e Anselmo Ramon aos 35min da etapa final garantiram a quarta vitória consecutiva do Raposo, que está invicta no campeonato. Rodolfo descontou para os cariocas aos 20min do segundo tempo.

CAPA E PÁGINA 3



DAF/ILUSTRACIONE

ESPAÑA ESTÁ NA SEMIFINAL DA EUROCOPA

PÁGINA 7

VETTEL LARGA NA FRENTE NA FÓRMULA 1

PÁGINA 5

QUANDO DILMA CHOROU

Lembrar o drama de uma hemorragia no gliro de tanto apertar. Esse foi o momento crítico do depoimento de Dilma Rousseff ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais, em 2001. Ela já havia se emocionado ao contar que foi colocada no pau de arara e levou socos e choques elétricos. Mas agora, integrantes da comissão que ouviram o então futuro presidente, revelam que ela desabou mesmo quando falou do desespero do sangramento e do medo de ficar infértil. É o que infirma mais uma reportagem da série publicada desde domingo pelo Estado de Minas, que escancara a foto mais cruel da ditadura militar. PÁGINAS 5 A 9



"Em MG, quando comecei a ter hemorragia, chamaram alguém que se deu comprimido e depois injetado"

Dilma Rousseff, 2001

"Não sei se foi pelo fato de ser mulher, mas nessa passagem Dilma chorou mais. Nós oferecemos um copo de água, mas não houve como continuar o depoimento"

Robson Sávio, uma das testemunhas

NATUREZA ATROPELADA

Transporte rodoviário deixa rastro de destruição em Minas, com animais mortos, vazamento de produtos tóxicos e emissão de gases

A maior malha viária do país custa caro para o meio ambiente e a qualidade de vida da população mineira, conforme revela série de reportagens que o Estado de Minas publica a partir de hoje. Além do atropelamento de animais silvestres (561 só este ano), o transporte rodoviário é responsável por 84% dos vazamentos de produtos poluentes no estado, problema agravado pelo escoamento descontrolado de resíduos de borracharias, postos de gasolina, lava a jato e oficinas às margens das estradas. Para piorar, os veículos não são obrigados a passar por inspeções de controle de emissão de gases e por isso muitos circulam desregulados e podem causar sérios problemas respiratórios.

PÁGINAS 25 E 26

BETO NOVA/EM/CLA PRESS



Pauco da morte: tamanduá-bandeira atropelado na BR-354, em Campo Belo, no Centro-Oeste do estado

Deposição de Lugo isola o Paraguai

Reação negativa de países vizinhos ao impeachment relâmpago e medo de sanções internacionais levam novo governo a buscar reaproximação com nações da região. Novo presidente, Federico Franco promete tratamento especial para "brasiguaios".

PÁGINAS 21 E 22

ANASTASIA ROYALTYES DA MINERAÇÃO E ANEL SÃO PRIORIDADES

PÁGINA 8

PRODUÇÃO SETOR PRIVADO ESPERA UM CRESCIMENTO TÍMIDO

PÁGINAS 15 E 16



FOTOGRAFIA: JONAS/AGÊNCIA

FEMININO

Sensualidade à flor da pele

Temporada de lançamentos de coleções para o verão terminou, com destaque para a variedade de estilos, tecidos e formas.

CAPA E PÁGINAS 6 E 7

BEM VIVER

Maternidade compartilhada

Gestantes e mães de primeira viagem buscam informações na internet e trocam experiências nas redes sociais sobre o desafio de cuidar de um bebê.

CAPA E PÁGINAS 4 E 5



PEDRO CARVALHO/AGÊNCIA/IM/CLA PRESS

EM CULTURA

Era uma vez os cinemas de rua

Novas tecnologias, especulação imobiliária e insegurança condenaram à morte os grandes sítios de exibição de BH, como o Cine Metrôpole. Hoje, sobrou apenas o Belas Artes para contar a história.

CAPA E PÁGINAS 4 E 5



9 771809 987014

Assinaturas e serviço de atendimento: Belo Horizonte: (31) 3263-5800 - Outras localidades: 0800 031 5005 Assinatura Uai: 0800 031 5000

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

POLÍTICA

EDITOR: Baptista Chagas de Almeida
EDITOR ASSISTENTE: Renato Scopeltempore
E-MAIL: politico.em@uol.com.br
TELEFONE: (31) 3263-5293

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Relato de integrantes da comissão mineira que ouviram o depoimento da ex-militante em 2001 ilustra a emoção que tomou conta da presidente ao lembrar o sofrimento vivido no cárcere

DOR DA LEMBRANÇA

SANDRA KIEFER

Para ter direito à indenização às vítimas de tortura oferecida pelo Conselho de Defesa de Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG), não bastava ter sido perseguido político durante o regime militar. Era necessário denunciar a tortura sofrida em território mineiro, revelando as técnicas usadas pelos algos, pormenores do ambiente das celas e se possível, a identidade dos torturadores. "A pessoa precisava dizer como foi torturada. É por isso que o depoimento da Dilma conta a violência que ela sofreu em Minas", pontua Caroline Bastos Dantas, que tinha 25 anos em 25 de outubro de 2001. Ela havia sido contratada como secretária-executiva da comissão mineira, encarregada de digitar os depoimentos pessoais. Trechos do testemunho de Dilma abriram a série de reportagens que o Estado de Minas publica desde domingo passado sobre a tortura a que a presidente foi submetida nos porões da ditadura em Juiz de Fora.

Caroline não sabia que estava sendo testemunha ocular de um momento histórico, quando a então secretária das Minas e Energia do Rio Grande do Sul e futura presidente, conhecida por sua postura firme e decidida, deixou a emoção aflorar e chorou. Dilma já havia se emocionado em outros momentos da conversa, quando revelou ter sido colocada no pau de arara, levado choque elétrico e um soco no maxilar que fez o dente se deslocar e apodrecer.

Mas desabou ao falar sobre o tratamento feito para conter a hemorragia no útero. "Não sei se foi pelo fato de ser mulher, mas nessa passagem ela não conseguiu se segurar", diz o filósofo Robson Sávio, então com 31 anos e presidente da Comissão Especial de Indenização às Vítimas de Tortura de Minas Gerais (Ceivit-MG).

Diante do rigor nos trabalhos da comissão mineira, a arredia Dilma Rousseff não teve saída. Contou, pela primeira vez, ter sido torturada nos cárceres de Minas, e não só em São Paulo e no Rio de Janeiro, como se pensava antes. E mais. Depois de tirar o nó preso na garganta por 30 anos (ela havia sido torturada em Juiz de Fora, em 1971), Dilma emocionou-se ao revelar ter sofrido uma hemorragia de útero, de tanto apenhar. "Na primeira vez, foi na Oban (Operação Bandeirantes). Me deram uma injeção e disse-ram para não me bater naquele dia", descreveu aquela que, nove anos mais tarde, seria a primeira mulher eleita presidente do Brasil.

Dilma contou também ter feito tratamento para conter a hemorragia no Hospital das Clínicas. "Em Minas, quando comecei a ter hemorragia, chamaram alguém que me deu comprimido e depois injeção. Mas me deram choque elétrico e depois paravam. Acho que tem registros disso no fim da minha prisão, pois fiz um tratamento no Hospital das Clínicas", revelou a ex-militante política de codinome Estela, que, apesar do medo de se tornar infértil, não teria problemas para engravidar. A presidente é mãe

de Paula, 36 anos, única filha com o companheiro de militância Carlos Franklin Paixão de Araújo. Em setembro de 2010, tornou-se avó de Gabriel, que nasceu durante a campanha presidencial. O Hospital das Clínicas confirma a existência dos arquivos, mas informa que o acesso a eles é permitido apenas com autorização da paciente. Caroline ajudou a tomar o depoimento de Dilma em Porto Alegre, que foi prestado na sala da Secretaria de Estado de Justiça do governo gaúcho. O testemunho durou em torno de 40 minutos e não foi gravado em áudio nem em vídeo, para não intimidar a vítima e impedir que o material tivesse um uso inadequado no futuro. Durante a madrugada, no computador emprestado do hotel, Caroline repassou o que havia digitado. Sem laptops (caros demais há 11 anos), o depoimento de Dilma foi transferido em antigos disquetes quadrados, depois reutilizados.

Sagitariana convicta, Dilma sempre evitou expor o lado pessoal. Soube separar o privado do público, à frente de movimentos sociais e cargos de governo. Com isso, evitou reviver a tortura, mesmo antes de chegar à Presidência da República e de se empenhar pessoalmente pela instalação da Comissão Nacional da Verdade, em maio. Não consta o depoimento de ela no livro *Brasil, tortura nunca mais*, volumoso estudo sobre a repressão exercida pelo regime militar.

Novamente, Dilma sairia lisa no livro *Mulheres que foram à luta armada*, de Luiz Maklouf, de 1998. O repórter só conseguia que ela lhe desse declara-

ções sobre a tortura em 2003, ao ser convidada para ocupar um ministério no governo Lula. Num dos trechos de maior destaque Dilma fala sobre sangramentos de útero: "Hemorragia mesmo, que nem menstruação. Eles tiveram que me levar para o Hospital Central do Exército. Encontrei uma menina da ALN (Ação Libertadora Nacional). Ela disse: 'Pula um pouco no quarto para a hemorragia não parar e você não ter de voltar'".

REVELAÇÕES Mas não só Dilma se abalou no depoimento à comissão mineira quando toca no assunto. Os jovens contratados para ouvir também se renderam à emoção. Outras cinco vítimas de tortura política de Minas, que haviam se refugiado em Porto Alegre para escapar da ditadura, foram ouvidas. "Praticamente obrigámo-nos a pessoa a revelar, no intervalo de meia hora, uma hora, momentos da vida que ela tinha levado 30, 40 anos tentando esquecer. Não era fácil", lembra a ex-secretária-executiva da comissão, Caroline, que só concordou em participar da reportagem depois de muita insistência. "Eu tinha 25 anos e estava muitas vezes diante de um homem de 70 anos que, em determinado momento, pedia ao filho que o acompanhava para sair da sala. Ele então contava ter sofrido violência sexual durante sua juventude política. Não se tratava de lembrar um passado heroico de militância, mas uma fase ruim", conta a hoje advogada e professora em duas faculdades de direito.

SÉRIE DE REPORTAGENS SOBRE DILMA NO PERÍODO DA DITADURA GANHOU O MUNDO

Domingo
Início da série de reportagens em que o EM revela com exclusividade o depoimento da presidente Dilma Rousseff em outubro de 2001, no qual ela relata a tortura a que foi submetida em Juiz de Fora, sob o codinome Estela.

Segunda-feira
Bilhetes endereçados a Dilma interceptados por agentes militares foram os responsáveis por levar a militante a novas sessões de tortura em Minas.

Terça-feira
Comissão da Verdade reage ao depoimento da presidente Dilma e mobiliza historiadores de Minas para analisar o testemunho.

Quarta-feira
Identidade do torturador mineiro que levou Dilma a viver os cenários de verdadeiro terror nos porões do estado ainda é mistério.

Quinta-feira
Ao lado do depoimento da presidente estão guardados quase mil processos, em que companheiros de luta contam com detalhes técnicas de tortura adotadas pelos seus algos.

Sexta-feira
Inquérito militar "enquadra" Dilma como coordenadora da doutrina ideológica nas escolas. Prisão dos companheiros dela em Minas marca início do fim do Comando de Libertação Nacional (Colina), organização a que pertenciam.

Ontem
A presidente Dilma Rousseff fala pela primeira vez sobre as reportagens: "Não tenho pelos torturadores qualquer sentimento, nem ódio nem vingança. Tampouco perdão".

341
Total de citações na imprensa brasileira e estrangeira

Publicações que repercutiram a notícia:

- Rússia: Pravda, Quotidiano
- Bulgária: Focus Agency
- Marracos: Aulfit
- França: Le Citadino, Il Messagero, Il Cittadino, La Gazzetta del Mezzogiorno
- Portugal: Diário de Notícias, Público
- Alemanha: Spiegel
- Itália: Corriere della Sera, Le Intersso, Il Secolo XIX
- Espanha: ABC, El Financiero, Le Intersso, 20 Minutos, La Vanguardia, El Comercio, Diario vasco, La Rioja
- Estados Unidos: The Tribune Hispana
- Bolivia: EUTV
- México: Artículo 7, Univision Noticias
- Argentina: El Clarín, El Comercial, Crónica Viva, El País, El Liberal, Página 12, Rv7 Rádio, Tucumán
- Uruguai: El Esp
- Chile: El Mercurio, Cooperativa
- Peru: 24 Horas, El Comercio
- Cuba: CubaDebate, radio Havana
- Paraguai: Vanguardia
- Venezuela: El Informador
- Colômbia: La F.M.
- República Dominicana: El Nuevo Diario
- Equador: El Comercio

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA



Dilma e Márcio Borges se reencontraram em abril de 2010. Segundo ele, a então candidata a presidente disse que o reconheceu pelos olhos

Vera Cruz

Hoje foi que a perdi, mas onde já nem sei
Em Vera me larguei e deito nesta dor
Meu corpo sem lugar
Ah, quisera esquecer a moça que se foi
De nossa Vera Cruz e o pranto que ficou
Do norte que sonhei, das coisas do lugar
Dos mimos me larguei, correndo sem parar
Buscar Vera Cruz nos campos e no mar
Mas ela se soltou, no norte se perdeu
Se ela em outra mansidão um dia ancorar
E ao vento me esquecer
Ao vento me amarrei e nele vou partir
Atrás de Vera Cruz
Ah, quisera encontrar
A moça que se foi do lar de Vera Cruz
E o pranto que ficou
Do norte que perdi das coisas do lugar

■ A letra de Vera Cruz, música de Márcio Borges e Milton Nascimento, que os dois mostraram a Dilma no dia em que a compuseram. Quase 40 anos mais tarde, Borges a cantorou para a então candidata a presidente

Nada foi como antes

Da sua juventude em Minas, a presidente Dilma Rousseff tem muito mais que a militância para guardar na memória. Os amigos, as festas e a escola são também parte daqueles tempos difíceis

SANDRA KIEFER

Nem tudo era luta e sofrimento nos anos 1960, período em que Dilma militou na esquerda contra a ditadura. Amigos guardam momentos da então jovem estudante secundarista, com seus 17, 18 anos, com o uniforme do Colégio Estadual Central, na época em que dava status estudar em escola pública. "A gente era tão amigo que tinha liberdade de ir um para a casa do outro 'assaltar' a geladeira", recorda o compositor Márcio Borges, então estudante com 20, 21 anos, e um dos fundadores do Clube da Esquina. A casa de dona Dilma Jane, mãe de Dilminha, ficava na Rua Major Lopes, no Sion.

A turma de amigos se encontrava todos os dias depois da aula, para conversar. E toda semana tinha festinha na casa de alguém. "Eu e Dilma costumávamos ser escalados para recolher um pedaço de peru na casa de um, o resto da maionese do almoço na do outro e assim por diante", revela o músico. Já a bebida limitava-se a vodka com refrigerante de laranja (hi-fi) e cuba libre, bem fracos. "Os dringues eram a bebida da juventude da época. Não existia cerveja em lata, só a garrafa, que vinha no casco escuro, preto ou verde", completa. Ele morava com a família no Edifício Inglaterra Levy, no Centro, antes de se mudar para o Santa Tereza, onde mais tarde iria fundar o Clube da Esquina com Blitca e os irmãos Lô e Marllion.

Com grandes olhos verdes e cabelos enrolados, Márcio fazia o melhor que podia tentando conquistar Marisa, grande amiga de Dilma na época do colégio. Ele conheceu Dilma na pensão da Odete, na Rua Curitiba, quase esquina com a Avenida Amazonas, que servia feijão-da-graça aos sábados e funcionava como aparelho da Organização Revolu-

cionária Marxista-Política Operária (Popo). "Passei a frequentar reuniões dos militantes políticos e comecei a sacar que havia algo além dos anos dourados e das festas todos os dias. Havia a turma mais politizada da Dilma e uma outra, de músicos, que me foi apresentada pelo Blitca (Milton Nascimento). Enquanto uma turma estava na clandestinidade, a outra sonhava com os holofotes. Fiquei dividido", admite.

Segundo revelou no livro *Os sonhos não envelhecem*, que fará parte do museu Clube da Esquina até 2014 na Praça da Liberdade, Márcio passou a bater altos papos com Dilma e o namorado, que mais tarde viria a ser seu primeiro marido (e hoje mora na Nicarágua, depois de fugir do país no sequestro de um avião), o jornalista Cláudio Galeno. "Galeno era muito bom nas cartas: raciocínio rápido e destreza no manuseio. Era um dos tais jovens dispostos a pagar com a vida as chamadas causas revolucionárias (...), eu, na hora, não pensei que houvesse gente disposta a arriscar a própria pele naquilo — o que apenas demonstra o quanto podia me enganar no julgamento das motivações humanas. Além disso, amava minha família (desconfiava demais de tudo aquilo) para encerrar o claustro da clandestinidade. Conservava intacta minha capacidade de indignação e mantinha afiado o senso de justiça, mas era um individualista", reconhece o autor. "Tenho hoje o maior orgulho de ver uma pessoa da nossa turma na Presidência. Ela teve a coragem que eu não tive e pagou caro por seus ideais", completa.

Em uma tarde de sábado, Márcio, Dilma e Blitca tinham ido visitar um colega do Imaco, no Parque Municipal. De repente, ele pediu a Blitca para mostrar a Dilma uma música nova, que os dois haviam acabado de compor naquela ma-



Márcio Borges e Mariza, uma amiga dele e de Dilma, passeiam no Centro de BH no final dos anos 60

nhã. Ele ajeitou o violão e cantarolou com voz inconfundível: "Hoje foi que eu perdi/Mas hoje já nem sei/Em Vera me larguei/E deito nesta dor", revela Márcio, dando uma "palhinha". Segundo a explicação do autor, a canção *Vera Cruz* representava o amor à mulher e ao mesmo tempo a pátria. A letra era escrita por meio de metáforas, para escapar da censura da época. "Lembro-me dessa cena com emoção. Nós nos abraçamos e relembramos os momentos felizes vividos juntos", explica.

REENCONTRO Quase 40 anos mais tarde, o melhor momento da juventude seria reprisado pouco antes do início da campanha de Dilma à Presidência. Havia muitos anos que eles não se viam. Dilma mandou a secretária ligar para o amigo e convidá-lo para um café na Mineiriana. "Fui sozinho. Ela chegou em um vestido azul, bonito e jovial. Foi batendo o olho no ambiente e se dirigiu à minha mesa. Havia anos que não a via. Ela disse que havia me reconhecido pelos olhos. Depois, durante a conversa,

que se prolongou tarde adentro, Dilma comentou sobre o episódio da música inédita. Confessei que me lembrava da melodia, mas não do nome da canção. Ela pediu para eu cantar, uma a uma, todas as músicas da época. Reconheci já o primeiro verso de *Vera Cruz*. "Passamos a tarde inteira tomando café e relembrando nossas histórias. Depois, ela foi embora no carro chapa-branca. Eu desci a Rua Paraíba a pé, chorando feito um menino e relembrando trechos de nossa linda juventude", concluiu.

25 de junho de 2012.

ESTADO DE MINAS

www.em.com.br

BELO HORIZONTE, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 2012

MC: R\$ 2 • NÚMERO 25.707 • 74 PÁGINAS • FECHAMENTO DA EDIÇÃO: 22h



IMPEACHMENT PARAGUAI É SUSPENSO PELO MERCOSUL

Bloco econômico anunciou as primeiras sanções contra o país, por "ruptura da ordem democrática" causada pelo afastamento de Fernando Lugo. Com isso, o Paraguai não poderá participar do encontro de presidentes esta semana na Argentina.

PÁGINA 18

BH INVADIDA POR GARÇONS ESTRANGEIROS

PÁGINA 15

NATUREZA ATROPELADA UMA RODOVIA E MUITOS PROBLEMAS

A segunda reportagem sobre o impacto do transporte rodoviário no meio ambiente mostra o contraste da BR-040. O trecho administrado pelo Dnit tem bota-foras no acostamento, animais atropelados e mananciais poluídos. Já o privatizado tem equipe de manutenção e tela para evitar travessia de bichos, mas falta drenagem para produtos tóxicos.

PÁGINA 21

ACIDENTE

MARTÍLIA QUEBRA BRAÇO EM DESASTRE NA BR-040

Motorista do ônibus em que cantora e equipe seguem de BH para o Rio, depois de show, morreu na batida com um carro, na madrugada de ontem.

PÁGINA 22



Cadê o parquinho?

Crianças são obrigadas a usar aparelhos de ginástica por falta de brinquedos apropriados nas praças e parques, como no JK (foto), na Região Centro-Sul de BH.

PÁGINA 25

PLANOS DE SAÚDE DESCREDENCIAMENTO DE MÉDICOS E ALVO DE QUEIXAS

PÁGINA 16

UBERLÂNDIA FRAUDE OBRIGA UNIVERSIDADE A SUSPENDER O VESTIBULAR

PÁGINA 23

MINISTRA TAMBÉM FOI VÍTIMA DE TORTURA

Como ocorreu com Dilma, a titular da pasta de Políticas para as Mulheres sofreu agressões em Minas na ditadura militar

Em depoimento ao Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais em 2001, Eleonora Menicucci contou ter levado choques elétricos, socos e tapas e sofrido ameaças psicológicas num quartel em Juiz de Fora, em 1971. A última reportagem do Estado de Minas sobre os horrores da ditadura revela também o drama da militante de esquerda que só pôde começar a cuidar da filha quando a menina tinha 3 anos. O caso da hoje publicitária Maria de Oliveira Soares está documentado no curta *15 filhos*, que mostra o ponto de vista dos filhos de presos políticos. Em entrevista ao *EM* na noite de ontem, a ministra disse que não tem ódio dos torturadores e sim um sentimento de superação.

PÁGINA 3



DOMINGO FELIZ

Foi um dia de alegria nas ruas de BH. Afinal, o Cruzeiro, com 14 pontos, e o Atlético, com 13, estão na ponta da tabela do Campeonato Brasileiro, façanha que não conseguiram desde 2003. Naquela ano, Raposa e Galo ocuparam a primeira e a segunda posições, respectivamente, na quarta e na quinta rodadas, e o time celeste foi campeão. E a esperança de conquistar o título outra vez estava estampada no rosto dos cruzeirenses Davisson, Weber e Kleber e dos atleticanos Arthur e Ricardo, que foram se divertindo no Feirão de Artesanato da Avenida Afonso Pena.

CAPA E PÁGINAS 3 E 4

RICHARLYSON É DETIDO EM BH POR DIRIGIR COM SINAIS DE EMBRIAGUEZ, SE RECUSA A SOPRAR BAFÔMETRO E TEM CARTEIRA APREENDIDA PÁGINA 3

GOLPE DE CAMPEÃO

O paulista radicado em BH Cezar Mutante (*EM*) pôs a capoeira em evidência e conquistou o título dos médios no TUF Brasil ao vencer Serginho Moraes (*D*) no UFC, que lotou o Mineirinho na madrugada de ontem. PÁGINA 7



EUROCOPA ITÁLIA VENCE INGLATERRA NOS PÊNALTIS E VAI JOGAR SEMIFINAL COM ALEMANHA

PÁGINA 5

FÓRMULA 1 ALONSO DÁ SHOW, VENCE O GP DA ESPAÑHA E DISPARA NA LIDERANÇA

PÁGINA 8

EM cultura

Dia e noite

Espectáculos da Virada teatral, como a peça *O Idiota (D)*, do Festival Internacional de Teatro Palco e Rua, caíram no gosto do belo-horizontino, apesar da programação irregular.

CAPA



MARCOS VIEIRA/EM/DA PEE

AGROPECUÁRIO

Que abacaxi!

Preço baixo pago ao agricultor faz fruta perder terreno para soja e cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro e empurra Minas para o terceiro lugar no ranking da produção nacional.

CAPA E PÁGINAS 6 E 8



9 771809 987021

Assinaturas e serviço de atendimento: Belo Horizonte: (31) 3263-5800 - Outras localidades: 0800 031 5005 Assinatura Uai: 0800 031 5000

DIÁRIOS ASSOCIADOS

POLÍTICA

EDITOR: Baptista Chagas de Almeida
 EDITOR-ASSISTENTE: Renato Scapolanempore
 E-MAIL: politica.e@esl.com.br
 TELEFONE: (31) 3263-5293

A TORTURA DE ESTELA CONTADA POR DILMA

Eleonora Menicucci contou ao Conselho de Direitos Humanos de Minas que sofreu em 1971, num quartel de Juiz de Fora, castigos semelhantes aos aplicados à amiga Dilma Rousseff

MINISTRA RELATA TORTURA



Eleonora ganha abraço de Dilma na solenidade de posse como ministra

ser apresentada à Auditoria Militar para tomar ciência do processo. Foi dada de volta a noite e varreda no próprio quartel, assim como choques elétricos, tapas, socos e muita ameaça psicológica que não voltaria viva para São Paulo, que voltaria separada de Ricardo, que ele se matariam durante a viagem e depois diriam que foi um acidente, que presidiaria novamente minha filha.

Fac-símile com trecho do depoimento de Eleonora Menicucci

SANDRA KRIEER

A presidente Dilma Rousseff não é a única integrante do atual governo que presta depoimento ao Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG) relatando as torturas que sofreu no período da ditadura. Nos arquivos localizados no Edifício Maletta, Centro de Belo Horizonte, também está guardado o processo da ministra Eleonora Menicucci, hoje com 68 anos, nomeada em fevereiro para a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Embora sem a mesma riqueza de detalhes contados por Dilma em 2001, o documento referente à ministra reforça o horror vivido pelos militantes de esquerda em Minas durante os anos de chumbo. Eleonora conta que sofreu choques elétricos e socos, além de ameaças psicológicas envolvendo a filha de pouco mais de um ano e o marido.

O depoimento de Eleonora, que o Estado de Minas revela com exclusividade, não foi feito pessoalmente. Em 7 de maio de 2001, ela escreveu as suas agruras ao Conselho para reivindicar o direito à indenização de R\$ 30 mil oferecida pelo governo de Minas aos que foram torturados no estado. No texto, ela relata dois momentos de terror vividos em novembro de 1971 no quartel militar de Juiz de Fora, para onde foi levada presa depois de viajar "brutalmente algemada" num camburão desde o Presídio Tiradentes, em São Paulo. Numa noite, ela foi retirada da cela "Fui torturada no

próprio quartel com choques elétricos, tapas, socos e muita ameaça psicológica que não voltaria viva para São Paulo, que voltaria separada de Ricardo (Prata Soares, seu marido), que eles me matariam durante a viagem e depois diriam que foi um acidente que prenderiam novamente a minha filha".

Em outro momento, Eleonora, que disse no texto não lembrar o nome dos torturadores, conta que pediu ao carcereiro uma revista para ler e que recebeu como resposta o catálogo telefônico de Belo Horizonte. O carcereiro então lhe disse: "Se quiser ler, leia isto que lhe fará muito bem, é divertido, é uma leitura leve e vocês terroristas não necessitam mais que isso, sobretudo as mulheres que têm filhas como você".

A filha de Eleonora, Maria de Oliveira Soares, é um capítulo à parte nesta história, documentado no curta *15 filhas*, disponível para download gratuito no YouTube. Publicitária e produtora que hoje mora em Nova York, ela viveu com a avó até os 3 anos. Só então se reencontrou com a mãe, que era socióloga e militava com o marido no Partido Operário Comunista (POC). Nessa e nas prisões seguintes de Eleonora, os militares ameaçavam voltar a capturar sua filha e também matar o marido dela, tentando arrancar confissões nos interrogatórios.

No filme *15 filhas* é contado o drama da ditadura do ponto de vista dos filhos de militantes políticos que foram presos e torturados. Além de Maria, filha da ministra, assina a produção do filme a cineasta Marta Nhering, de 48. Aos 6

anos, ela perdeu o pai, Norberto Nhering, morto pelas forças da repressão em São Paulo, em 1960. "De início, a ideia era fazer um filme sobre a época da ditadura, mas ao começar a filmar os depoimentos dos sobreviventes começamos a ver que nos, filhos de militantes políticos, contávamos uma história parecida de dor, que havia sido sufocada pela censura", explica.

SEM PERDÃO A ministra Eleonora Menicucci foi ouvida ontem à noite pelo Estado de Minas, voltando do Rio +20 no Rio de Janeiro, onde se encontrou com a presidente Dilma Rousseff, mas não teve chance de conversar com a antiga companheira de militância em BH sobre a série de reportagens a respeito das torturas sofridas em Minas — que disse estar acompanhando. Por telefone, a ministra fez questão de ressaltar a importância do esclarecimento dos fatos pela Comissão da Verdade, para impedir que se repitam episódios de tortura. "A Comissão da Verdade será fundamental para recuperar a memória histórica da época da ditadura. O esclarecimento do que ocorreu naquele período servirá para evitar que se repitam as torturas vivenciadas por milhares de jovens brasileiros e também as que ainda existem hoje".

Eleonora não se pronunciou quanto a nome de torturadores e manteve o mesmo tom do que havia dito anteriormente a presidente: "Não tenho ódio nem mágoa e um sentimento de não perdão, de superação. Sou uma pessoa que superei", disse.

www.vw.com.br/amarokautomatica

Você ainda tem dúvida de qual é a melhor pick-up?
 Amarok. Eleita por especialistas a melhor pick-up da categoria.

ESTADÃO CAR-DRIVER

4x4 permanente
 Motor biturbo de 180 cv
 Freios ABS off-road
 HSA - Assistente para partida em subida

Taxa de 0,89% a.m.
 50% de entrada e saldo em 36 parcelas.

Câmbio automático de 8 marchas
 Sensor traseiro de estacionamento
 HDC - Controle automático de descida

Amarok, agora com câmbio automático de 8 marchas. A força da inteligência.

Das Auto.

Cinto de segurança salva vidas

Oferta válida até 30/6/2012. Amarok Highline Automática (cód. 2193CA), ano/mo delo 2012/2012. Consulte condições de financiamento numa Concessionária Volkswagen Autorizada.
 O CET será calculado e informado ao cliente previamente à contratação. Crédito sujeito a aprovação. Cuidado! DR00 701 2834. SAC: DR00 770 1926. Acesso às pessoas com deficiência: audívia ou de fala: DR00 770 1935. Fotos meramente ilustrativas. Alguns itens mostrados ou mencionados são acessórios, opcionais ou referem-se a versões específicas. Fonte: Car and Driver março/2012, Quatro Rodas abril/2012, CESP maio/2012, AutoEsporte junho/2012.

